EXTRATO DA ATA DA 2ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO DIA 22 DE SETEMBRO DE 2023, ÀS 9:00 HORAS.

PRESENTES OS EMINENTES CONSELHEIROS DR. CLEANDRO ALVES DE MOURA, PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA E PRESIDENTE DESTA EGRÉGIO CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO, DR. FERNANDO MELO FERRO GOMES, CORREGEDOR-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO, DRA. IVANEIDE ASSUNÇÃO TAVARES RODRIGUES, DRA. MARTHA CELINA DE OLIVEIRA NUNES, DRA. CLOTILDES COSTA CARVALHO E DR. HUGO DE SOUSA CARDOSO.

1. APRECIÇÃO DA ATA DA 1383ª SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 15 DE SETEMBRO DE 2023, ENCAMINHADA CÓPIA DO EXTRATO AOS CONSELHEIROS. EGRÉGIO CONSELHO SUPERIOR APROVA, À UNANIMIDADE, A ATA DA 1383ª SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 15 DE SETEMBRO DE 2023, SEM RESSALVAS.

ANTES DE INICIAR O JULGAMENTO DOS PROCESSOS, O CONSELHEIRO DR. FERNANDO MELO FERRO GOMES PROPÕE VOTO DE PESAR PELO FALECIMENTO DO SENHOR CÍCERO GOMES PEREIRA, PAI DO PROMOTOR DE JUSTIÇA GERSON GOMES PEREIRA. PROPOSIÇÃO SUBSCRITA E APROVADA PELOS DEMAIS CONSELHEIROS.

O PRESIDENTE SOLICITA A INVERSÃO DE PAUTA PARA REALIZAR A SOLENIDADE DE POSSE PREVISTA NO ITEM 5.

5. SOLENIDADE DE POSSE DOS PROMOTORES DE JUSTIÇA REMOVIDOS POR PERMUTA NA 1383ª SESSÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO.

2. JULGAMENTO DE PROCESSOS.

2.1 RELATOR: DR. FERNANDO MELO FERRO GOMES.

2.1.1 PROCEDIMENTO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA (SEI Nº 19.21.0111.0025425/2023-64 – GEDOC Nº 000017-226/2022). PROCEDIMENTO FÍSICO. INTERESSADO: PROMOTOR DE JUSTIÇA MARCONDES PEREIRA DE OLIVEIRA. ASSUNTO: PEDIDO DE DESISTÊNCIA DE USUFRUIR DE LICENÇA ESPECIAL DE 01 (UM) ANO PARA CURSAR DOUTORAMENTO NA UNIVERSIDADE DE COIMBRA, EM PORTUGAL. **RELATOR: DR. FERNANDO MELO FERRO GOMES.** PEDIDO DE DESISTÊNCIA DE USUFRUIR DE LICENÇA ESPECIAL PELO PERÍODO DE 01 (UM) ANO PARA CURSAR DOUTORAMENTO NA UNIVERSIDADE DE COIMBRA, COM INÍCIO A PARTIR DE 01 DE OUTUBRO DE 2023, FORMULADO PELO PROMOTOR DE JUSTIÇA MARCONDES PEREIRA DE OLIVEIRA – AUTORIZAÇÃO CONCEDIDA PELO CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ, NA 1368ª SESSÃO ORDINÁRIA, REALIZADA EM 11 DE NOVEMBRO DE 2022 (PGEA/SEI Nº 19.21.0329.0032905/2022-89) – PREENCHIMENTO DOS REQUISITOS EXIGIDOS – NECESSIDADE DE TORNAR SEM EFEITO A PORTARIA PGJ Nº 3976/2022 – PEDIDO DE DESISTÊNCIA HOMOLOGADO, COM ESTEIO NO ART. 15, INCISO XI, DA RESOLUÇÃO CSMP Nº 03/2017 (REGIMENTO INTERNO DO CSMP) C/C ART. 23, INCISO X, DA LEI COMPLEMENTAR ESTADUAL Nº 12/93 (LEI ORGÂNICA DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ). **EGRÉGIO CONSELHO SUPERIOR, À UNANIMIDADE, HOMOLOGOU O PEDIDO DE DESISTÊNCIA FORMULADO, COM ESTEIO NO ART. 15, INCISO XI, DA RESOLUÇÃO CSMP Nº 03/2017 (REGIMENTO INTERNO DO CSMP) C/C ART. 23, INCISO X, DA LEI COMPLEMENTAR ESTADUAL Nº 12/93 (LEI ORGÂNICA DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO**

PIAUI), NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR. JULGADO EM 22.09.2023, NA 2ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DO CSMP-PI DE 2023.

2.1.2 INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO (SIMP Nº 000667-201/2018). PROCEDIMENTO ELETRÔNICO. ORIGEM: PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE CRISTINO CASTRO – PI. ASSUNTO: APURAR POSSÍVEL OMISSÃO DO MUNICÍPIO DE CRISTINO CASTRO E DA SECRETARIA ESTADUAL DE MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS NA ADOÇÃO DE MEDIDAS ADMINISTRATIVAS DE PREVENÇÃO OU MINORAÇÃO DOS RISCOS AMBIENTAIS E SANITÁRIOS DECORRENTES DAS ATIVIDADES DE CEMITÉRIOS CLANDESTINOS OU QUE FUNCIONEM EM DESCONFORMIDADE COM A RESOLUÇÃO CONAMA Nº 368/06. PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO. PROMOTOR DE JUSTIÇA: DR. ROBERTO MONTEIRO CARVALHO. **RELATOR: DR. FERNANDO MELO FERRO GOMES.** POSSÍVEL OMISSÃO DO MUNICÍPIO DE CRISTINO CASTRO E DA SECRETARIA ESTADUAL DE MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS NA ADOÇÃO DE MEDIDAS ADMINISTRATIVAS DE PREVENÇÃO OU MINORAÇÃO DOS RISCOS AMBIENTAIS E SANITÁRIOS DECORRENTES DAS ATIVIDADES DE CEMITÉRIOS CLANDESTINOS OU QUE FUNCIONEM EM DESCONFORMIDADE COM A RESOLUÇÃO CONAMA Nº 368/06 – APÓS ATUAÇÃO DO PROMOTOR DE JUSTIÇA, O MUNICÍPIO DE CRISTINO CASTRO REALIZOU O MAPEAMENTO DOS CEMITÉRIOS CLANDESTINOS EXISTENTES EM VILAS E COMUNIDADES DA ZONA RURAL, BEM COMO APRESENTOU O INTEIRO TEOR DA LEI Nº 233/2023, QUE DISPÕE SOBRE A CONSTRUÇÃO, FUNCIONAMENTO, UTILIZAÇÃO E FISCALIZAÇÃO DE CEMITÉRIOS E A EXECUÇÃO DE SERVIÇOS FUNERÁRIAS NO ÂMBITO MUNICIPAL – PERDA SUPERVENIENTE DO OBJETO DE INVESTIGAÇÃO – DECISÃO HOMOLOGADA COM BASE NO ART. 10, § 2º DA RESOLUÇÃO Nº 23/2007, DO CNMP, C/C O ART. 15, INCISO XX, DO RICSMPPPI. **EGRÉGIO CONSELHO SUPERIOR, À UNANIMIDADE, HOMOLOGOU A PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO, NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR. JULGADO EM 22.09.2023, NA 2ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DO CSMP-PI DE 2023.**

2.1.3 PROCEDIMENTO PREPARATÓRIO (SIMP Nº 000152-107/2022). PROCEDIMENTO ELETRÔNICO. ORIGEM: 2ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE OEIRAS – PI. ASSUNTO: APURAR SUPOSTAS IRREGULARIDADES NO PROCESSO SELETIVO DE EDITAL Nº 01/2017, REALIZADO PARA A CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA DE PESSOAL NO ÂMBITO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO DO PIAUI. PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO. PROMOTOR DE JUSTIÇA: DR. JOÃO BATISTA DE CASTRO FILHO. **RELATOR: DR. FERNANDO MELO FERRO GOMES.** SUPOSTAS IRREGULARIDADES NO PROCESSO SELETIVO DO EDITAL Nº 01/2017, REALIZADO PARA A CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA DE PESSOAL NO ÂMBITO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO DO PIAUI – NO CURSO DA INVESTIGAÇÃO, RESTOU COMPROVADO QUE TODOS OS SERVIDORES CONTRATADOS TEMPORARIAMENTE FORAM SUBSTITUÍDOS POR CANDIDATOS REGULARMENTE APROVADOS NO CONCURSO PÚBLICO REGIDO PELO EDITAL Nº 01/2019, O QUAL TEVE SUA REGULARIDADE VERIFICADA PELO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PIAUI (ACÓRDÃO Nº 554/2021-SPC – PROCESSO TC/019379/2019) – PERDA SUPERVENIENTE DO OBJETO – PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO – DECISÃO HOMOLOGADA COM BASE NO ART. 10, § 2º DA RESOLUÇÃO Nº 23/2007, DO CNMP, C/C O ART. 15, INCISO XX, DO RICSMPPPI. **EGRÉGIO CONSELHO SUPERIOR, À UNANIMIDADE, HOMOLOGOU A PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO, NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR. JULGADO EM 22.09.2023, NA 2ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DO CSMP-PI DE 2023.**

2.1.4 INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO (SIMP Nº 001149-060/2019). PROCEDIMENTO ELETRÔNICO. ORIGEM: 3ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE CAMPO MAIOR – PI. ASSUNTO: ADOÇÃO DE PROVIDÊNCIAS COM VISTAS À REGULAMENTAÇÃO DO PAGAMENTO DE GRATIFICAÇÃO POR

DESEMPENHO INSTITUCIONAL (GDI), PREVISTA NA LEI COMPLEMENTAR Nº 002/2017, DO MUNICÍPIO DE CAMPO MAIOR. PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO. PROMOTOR DE JUSTIÇA: DR. MAURÍCIO GOMES DE SOUZA. **RELATOR: DR. FERNANDO MELO FERRO GOMES.** REGULARIZAÇÃO DO PAGAMENTO DA GRATIFICAÇÃO POR DESEMPENHO INSTITUCIONAL (GDI), PREVISTA NA LEI COMPLEMENTAR MUNICIPAL Nº 002/2017, DO MUNICÍPIO DE CAMPO MAIOR – RESTOU FIRMADO O TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA (TAC) Nº 008/2023, ENTRE O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ E O MUNICÍPIO DE CAMPO MAIOR, COM VISTAS À REGULAMENTAÇÃO DOS CRITÉRIOS DE PAGAMENTO DA GRATIFICAÇÃO POR PRODUTIVIDADE PREVISTA NOS ARTIGOS 44 A 46 DA LEI COMPLEMENTAR MUNICIPAL Nº 002/2017 – O ÓRGÃO DE EXECUÇÃO AJUIZOU A AÇÃO CIVIL PÚBLICA Nº 0803566-62.2023.8.18.0026, EM TRÂMITE PERANTE A 2ª VARA DA COMARCA DE CAMPO MAIOR, A FIM DE OBTER A HOMOLOGAÇÃO JUDICIAL DA AVENÇA – PERDA SUPERVENIENTE DO OBJETO DE INVESTIGAÇÃO – DECISÃO HOMOLOGADA COM BASE NO ART. 10, § 2º, DA RESOLUÇÃO Nº 23/2007, DO CNMP, C/C O ART. 15, INCISO XX, DO RICSMPPPI. **EGRÉGIO CONSELHO SUPERIOR, À UNANIMIDADE, HOMOLOGOU A PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO, NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR. JULGADO EM 22.09.2023, NA 2ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DO CSMP-PI DE 2023.**

2.1.5 INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO (SIMP Nº 000483-206/2019). PROCEDIMENTO ELETRÔNICO. ORIGEM: 2ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE URUCUI – PI. ASSUNTO: APURAR SUPOSTA DEMORA NO RESTABELECIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA EM COMUNIDADE SITUADA NA RODOVIA PI-247 KM, PRÓXIMO À “BUNGE”. PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO. PROMOTORA DE JUSTIÇA: DRA. LENARA BATISTA CARVALHO PORTO. **RELATOR: DR. FERNANDO MELO FERRO GOMES.** SUPOSTA DEMORA NO RESTABELECIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA EM COMUNIDADE SITUADA NA RODOVIA PI-247 KM, PRÓXIMO À “BUNGE” – VERIFICA-SE QUE A NOTICIANTE, SENHORA MAYRA JOVELINA SANTANA SOUSA, PROPÔS AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS E MATERIAIS EM FACE DA EQUATORIAL ENERGIA, A QUAL FOI JULGADA PARCIALMENTE PROCEDENTE PARA CONDENAR A PRESTADORA DE SERVIÇO AOS RESSARCIMENTOS PERTINENTES (PROCESSO Nº 0801224-61.2019.8.18.0077) – EXTRAÍ-SE DA EXORDIAL QUE A ENERGIA ELÉTRICA FOI RESTABELECIDA E NÃO HÁ NOVAS NOTÍCIAS DE INTERRUPTÃO DO SERVIÇO – PERDA SUPERVENIENTE DO OBJETO DE INVESTIGAÇÃO – PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADO COM BASE NO ART. 10, § 2º DA RESOLUÇÃO Nº 23/2007, DO CNMP, C/C O ART. 15, INCISO XX, DO RICSMPPPI. **EGRÉGIO CONSELHO SUPERIOR, À UNANIMIDADE, HOMOLOGOU A PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO, NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR. JULGADO EM 22.09.2023, NA 2ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DO CSMP-PI DE 2023.**

2.1.6 INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO (SIMP Nº 000174-107/2020). PROCEDIMENTO ELETRÔNICO. ORIGEM: 2ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE OBRAS – PI. ASSUNTO: APURAR IRREGULARIDADES ATINENTES AOS SERVIDORES PÚBLICOS DA ÁREA DA SAÚDE DO MUNICÍPIO DE SANTA ROSA DO PIAUÍ/PI, COMO NEGATIVA DE CONCESSÃO DE FÉRIAS, AUSÊNCIA DE PLANOS DE CARREIRA, CARGOS E SALÁRIOS E FALTA DE PAGAMENTO DOS ADICIONAIS NOTURNO E DE INSALUBRIDADE. PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO. PROMOTOR DE JUSTIÇA: DR. JOÃO BATISTA DE CASTRO FILHO. **RELATOR: DR. FERNANDO MELO FERRO GOMES.** IRREGULARIDADES ATINENTES AOS SERVIDORES DA ÁREA DE SAÚDE PÚBLICA DO MUNICÍPIO DE SANTA ROSA DO PIAUÍ – AS DILIGÊNCIAS PROMOVIDAS PELO ÓRGÃO DE EXECUÇÃO DEMONSTRARAM QUE OS PAGAMENTOS DOS ADICIONAIS E DAS FÉRIAS RECLAMADOS FORAM REALIZADOS PELO ENTE MUNICIPAL – PERDA SUPERVENIENTE DO OBJETO DE INVESTIGAÇÃO – DECISÃO HOMOLOGADA COM BASE NO ART. 10, § 2º DA RESOLUÇÃO Nº 23/2007, DO CNMP, C/C O ART. 15, INCISO XX, DO RICSMPPPI. **EGRÉGIO**

CONSELHO SUPERIOR, À UNANIMIDADE, HOMOLOGOU A PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO, NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR. JULGADO EM 22.09.2023, NA 2ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DO CSMP-PI DE 2023.

2.1.7 INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO (SIMP Nº 000378-230/2019). PROCEDIMENTO ELETRÔNICO. ORIGEM: PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE INHUMA – PI. ASSUNTO: APURAR SUPOSTAS IRREGULARIDADES NO PROCEDIMENTO DE RENOVAÇÃO DO CONSELHO DO FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA (FUNDEB) REALIZADO PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE IPIRANGA – PI. PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO. PROMOTOR DE JUSTIÇA: DR. JESSÉ MINEIRO DE ABREU. **RELATOR: DR. FERNANDO MELO FERRO GOMES.** SUPOSTAS IRREGULARIDADES NO PROCEDIMENTO DE RENOVAÇÃO DO CONSELHO DO FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA (FUNDEB) REALIZADO PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE IPIRANGA (BIÊNIO 2019/2021) – O MUNICÍPIO DESIGNOU NOVOS CONSELHEIROS EM 31 DE MARÇO DE 2021 – SITUAÇÃO REGULAR DO CONSELHO – PERDA SUPERVENIENTE DO OBJETO DE INVESTIGAÇÃO – DECISÃO HOMOLOGADA COM BASE NO ART. 10, § 2º DA RESOLUÇÃO Nº 23/2007, DO CNMP, C/C O ART. 15, INCISO XX, DO RICSMPPI. **EGRÉGIO CONSELHO SUPERIOR, À UNANIMIDADE, HOMOLOGOU A PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO, NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR. JULGADO EM 22.09.2023, NA 2ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DO CSMP-PI DE 2023.**

2.1.8 INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO (SIMP Nº 000024-274/2020). PROCEDIMENTO ELETRÔNICO. ORIGEM: PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE MANOEL EMÍDIO – PI. ASSUNTO: APURAR SUPOSTA COBRANÇA DA CONTRIBUIÇÃO PARA O CUSTEIO DO SERVIÇO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA (COSIP) DE MORADORES DE BAIXA RENDA, PELA EQUATORIAL ENERGIA, NO MUNICÍPIO DE ELISEU MARTINS. PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO. PROMOTOR DE JUSTIÇA: DR. ASSUERO STEVENSON PEREIRA OLIVEIRA. **RELATOR: DR. FERNANDO MELO FERRO GOMES.** SUPOSTA COBRANÇA DA CONTRIBUIÇÃO PARA O CUSTEIO DO SERVIÇO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA (COSIP) DE MORADORES DE BAIXA RENDA, PELA EQUATORIAL ENERGIA, NO MUNICÍPIO DE ELISEU MARTINS – EM AUDIÊNCIA MEDIADA PELO ÓRGÃO DE EXECUÇÃO, FORAM IDENTIFICADOS OS MORADORES DA ZONA RURAL E URBANA BENEFICIÁRIOS DA TARIFA SOCIAL, PARA FINS DE CESSAÇÃO DAS COBRANÇAS INDEVIDAS – NÃO HOUE NOVAS NOTÍCIAS DE DESCUMPRIMENTO POR PARTE DA FORNECEDORA DE ENERGIA ELÉTRICA – PERDA SUPERVENIENTE DO OBJETO DE INVESTIGAÇÃO – DECISÃO HOMOLOGADA COM BASE NO ART. 10, § 2º DA RESOLUÇÃO Nº 23/2007, DO CNMP, C/C O ART. 15, INCISO XX, DO RICSMPPI. **EGRÉGIO CONSELHO SUPERIOR, À UNANIMIDADE, HOMOLOGOU A PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO, NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR. JULGADO EM 22.09.2023, NA 2ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DO CSMP-PI DE 2023.**

2.1.9 PROCEDIMENTO PREPARATÓRIO (SIMP Nº 000212-426/2023). PROCEDIMENTO ELETRÔNICO. ORIGEM: 12ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE TERESINA – PI. ASSUNTO: APURAR SUPOSTAS IRREGULARIDADES NA NEGATIVA DE TRANSPORTE AÉREO A PACIENTE BENEFICIADO PELO PROGRAMA “TRATAMENTO FORA DO DOMICÍLIO” (TFD). PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO. PROMOTOR DE JUSTIÇA: DR. ENY MARCOS VIEIRA PONTES. **RELATOR: DR. FERNANDO MELO FERRO GOMES.** SUPOSTA NEGATIVA INDEVIDA DE TRANSPORTE AÉREO A PACIENTE BENEFICIADO PELO PROGRAMA TRATAMENTO FORA DO DOMICÍLIO (TFD) – APÓS ATUAÇÃO MINISTERIAL, O PACIENTE E A SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE DO PIAUÍ INFORMARAM QUE HOUE A DISPONIBILIZAÇÃO DE TRANSPORTE ADEQUADO PARA A REALIZAÇÃO DO TRATAMENTO PERTINENTE – PERDA SUPERVENIENTE DO OBJETO – PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO – DECISÃO

HOMOLOGADA COM BASE NO ART. 10, § 2º DA RESOLUÇÃO Nº 23/2007, DO CNMP, C/C O ART. 15, INCISO XX, DO RICSMPP. **EGRÉGIO CONSELHO SUPERIOR, À UNANIMIDADE, HOMOLOGOU A PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO, NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR. JULGADO EM 22.09.2023, NA 2ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DO CSMP-PI DE 2023.**

2.1.10 INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO (SIMP Nº 000049-195/2021). PROCEDIMENTO ELETRÔNICO. ORIGEM: PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE ITAUEIRA – PI. ASSUNTO: APURAR SUPOSTAS IRREGULARIDADES EM DOAÇÕES FEITAS POR PESSOAS FÍSICAS EM BENEFÍCIO DE CANDIDATURA ELEITORAL, NO PLEITO DE 2020. PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO. PROMOTOR DE JUSTIÇA: DR. JOSÉ WILLIAM PEREIRA LUZ. **RELATOR: DR. FERNANDO MELO FERRO GOMES.** SUPOSTAS IRREGULARIDADES EM DOAÇÕES FEITAS POR PESSOAS FÍSICAS EM BENEFÍCIO DE CANDIDATURA ELEITORAL – AS DILIGÊNCIAS REALIZADAS PELO ÓRGÃO DE EXECUÇÃO REVELARAM QUE AS CONTRIBUIÇÕES FEITAS AO SENHOR PATRICE TEIXEIRA LEITÃO, ENTÃO CANDIDATO AO CARGO DE PREFEITO DO MUNICÍPIO DE ITAUEIRA, TERIAM OCORRIDO EM ESTRITA OBSERVÂNCIA AO DISPOSTO NO ART. 23, §1º, DA LEI Nº 9.504/97, QUE AUTORIZA AS PESSOAS FÍSICAS A DOAREM OU CONTRIBUÍREM COM VALOR QUE REPRESENTA ATÉ 10% (DEZ POR CENTO) DOS RENDIMENTOS BRUTOS AUFERIDOS NO ANO ANTERIOR À ELEIÇÃO – TAMBÉM NÃO RESTOU DEMONSTRADO QUALQUER ATO DE EXIGÊNCIA, CONSTRANGIMENTO OU PROMESSA DE VANTAGEM PELO BENEFICIÁRIO DAS DOAÇÕES – AUSÊNCIA DE CONSTATAÇÃO DE ATO ILÍCITO – PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA COM BASE NO ART. 10, § 2º, DA RESOLUÇÃO Nº 23/2007, DO CNMP, C/C O ART. 15, INCISO XX, DO RICSMPP. **EGRÉGIO CONSELHO SUPERIOR, À UNANIMIDADE, HOMOLOGOU A PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO, NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR. JULGADO EM 22.09.2023, NA 2ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DO CSMP-PI DE 2023.**

2.1.11 INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO (SIMP Nº 000240-168/2019). PROCEDIMENTO ELETRÔNICO. ORIGEM: PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE ELESBÃO VELOSO – PI. ASSUNTO: APURAR SUPOSTA COMPRA DE VOTOS DURANTE O PLEITO ELEITORAL PARA A ESCOLHA DOS CONSELHEIROS TUTELARES DO MUNICÍPIO DE BARRA D'ALCÂNTARA – PI. PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO. PROMOTOR DE JUSTIÇA: DR. JOSÉ WILLIAM PEREIRA LUZ. **RELATOR: DR. FERNANDO MELO FERRO GOMES.** SUPOSTA COMPRA DE VOTOS DURANTE O PLEITO ELEITORAL PARA A ESCOLHA DOS CONSELHEIROS TUTELARES DO MUNICÍPIO DE BARRA D' ALCÂNTARA – AS DILIGÊNCIAS REALIZADAS PELO ÓRGÃO DE EXECUÇÃO NÃO FORAM CAPAZES DE CONFIRMAR OS INDÍCIOS QUE DERAM AZO À INSTAURAÇÃO DO PROCEDIMENTO – AUSÊNCIA DE CONSTATAÇÃO DE ATO ILÍCITO – PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA COM BASE NO ART. 10, § 2º, DA RESOLUÇÃO Nº 23/2007, DO CNMP, C/C O ART. 15, INCISO XX, DO RICSMPP. **EGRÉGIO CONSELHO SUPERIOR, À UNANIMIDADE, HOMOLOGOU A PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO, NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR. JULGADO EM 22.09.2023, NA 2ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DO CSMP-PI DE 2023.**

2.1.12 INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO (SIMP Nº 000447-237/2021). PROCEDIMENTO ELETRÔNICO. ORIGEM: PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE SIMPLÍCIO MENDES – PI. ASSUNTO: APURAR SUPOSTO ATO DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA PRATICADO PELO EX-PREFEITO DO MUNICÍPIO DE RIBEIRA DO PIAUÍ, SR. ANTÔNIO LUIZ DE ARAÚJO COSTA NETO. PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO. PROMOTORA DE JUSTIÇA: DRA. EMMANUELLE MARTINS NEIVA DANTAS RODRIGUES BELO. **RELATOR: DR. FERNANDO MELO FERRO GOMES.** SUPOSTO ATO DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA PRATICADO PELO EX-PREFEITO DO MUNICÍPIO DE RIBEIRA DO PIAUÍ, SENHOR ANTÔNIO LUIZ DE ARAÚJO COSTA NETO – INEXISTÊNCIA DE ILEGALIDADE COMETIDA PELO GESTOR, UMA VEZ QUE FOI RESPEITADO O PRAZO DE DURAÇÃO DO CONTRATO PREVISTO NO EDITAL Nº 002/2019, O QUAL

NÃO FOI RENOVADO NO USO DA DISCRICIONARIEDADE DO ADMINISTRADOR PÚBLICO, QUE NÃO VISLUMBROU A CONVENIÊNCIA E OPORTUNIDADE DE FAZÊ-LO – AUSÊNCIA DE CONSTATAÇÃO DE ATO ILÍCITO – PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA COM BASE NO ART. 10, § 2º, DA RESOLUÇÃO Nº 23/2007, DO CNMP, C/C O ART. 15, INCISO XX, DO RICSMPPPI. **EGRÉGIO CONSELHO SUPERIOR, À UNANIMIDADE, HOMOLOGOU A PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO, NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR. JULGADO EM 22.09.2023, NA 2ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DO CSMP-PI DE 2023.**

2.1.13 INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO (SIMP Nº 000110-344/2021). PROCEDIMENTO ELETRÔNICO. ORIGEM: 42ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE TERESINA – PI. ASSUNTO: APURAR SUPOSTA CONTRATAÇÃO IRREGULAR DO ESCRITÓRIO DE ADVOCACIA AGRIMAR E ADVOGADOS ASSOCIADOS, MEDIANTE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO, PELA AGESPISA. PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO. PROMOTOR DE JUSTIÇA: DR. RAFAEL MAIA NOGUEIRA. **RELATOR: DR. FERNANDO MELO FERRO GOMES.** SUPOSTA CONTRATAÇÃO IRREGULAR DO ESCRITÓRIO DE ADVOCACIA AGRIMAR E ADVOGADOS ASSOCIADOS, MEDIANTE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO, PELA AGESPISA – VERIFICA-SE QUE A CONTRATAÇÃO NÃO SE ENQUADRA NAS HIPÓTESES DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO, POIS NÃO RESTOU DEMONSTRADA A NOTÓRIA ESPECIALIZAÇÃO DO CONTRATADO – APESAR DE IRREGULAR, A CONDUTA PRATICADA PELO DIRETOR-PRESIDENTE DA AGESPISA, SENHOR GENIVAL BRITO DE CARVALHO, NÃO SE AMOLDA AO ROL DESCRITO NO ART. 11 DA LEI Nº 8.429/92, COM REDAÇÃO DADA PELA LEI Nº 14.230/2021, QUE TRATA DOS ATOS QUE ATENTAM CONTRA OS PRINCÍPIOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA – ALÉM DISSO, AS PROVAS DOS AUTOS NÃO REVELARAM A OCORRÊNCIA DE DANO AO ERÁRIO, CONFORME EXIGIDO PELO ART. 10 DA LEI Nº 8.429/92, COM REDAÇÃO DADA PELA LEI Nº 14.230/2021 – ADEMAIS, NÃO HÁ ELEMENTOS SUFICIENTES PARA SE INFIRMAR A PRESENÇA DO ELEMENTO SUBJETIVO DOLO – AUSÊNCIA DE ELEMENTOS DE CONVICÇÃO QUE JUSTIFIQUEM O PROSSEGUIMENTO DO PRESENTE PROCEDIMENTO, TAMPOUCO O AJUIZAMENTO DE AÇÃO CIVIL PÚBLICA – DECISÃO HOMOLOGADA COM BASE NO ART. 10, § 2º, DA RESOLUÇÃO Nº 23/2007, DO CNMP, C/C O ART. 15, INCISO XX, DO RICSMPPPI. **EGRÉGIO CONSELHO SUPERIOR, À UNANIMIDADE, HOMOLOGOU A PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO, NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR. JULGADO EM 22.09.2023, NA 2ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DO CSMP-PI DE 2023.**

2.1.14 INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO (SIMP Nº 000059-024/2021). PROCEDIMENTO ELETRÔNICO. ORIGEM: 42ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE TERESINA – PI. ASSUNTO: APURAR SUPOSTO ACÚMULO ILEGAL DE CARGOS PÚBLICOS POR SERVIDORA, NO ÂMBITO DA CÂMARA MUNICIPAL DE TERESINA (CMT) E DO GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ. PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO. PROMOTOR DE JUSTIÇA: DR. RAFAEL MAIA NOGUEIRA. **RELATOR: DR. FERNANDO MELO FERRO GOMES.** SUPOSTO ACÚMULO ILEGAL DE CARGOS PÚBLICOS POR SERVIDORA, NO ÂMBITO DA CÂMARA MUNICIPAL DE TERESINA (CMT) E DO GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ – AS DILIGÊNCIAS REALIZADAS PELO ÓRGÃO DE EXECUÇÃO REVELARAM QUE OS CARGOS ACUMULADOS NÃO SE ENQUADRAVAM NAS HIPÓTESES ADMITIDAS PELO ART. 37, INCISO XVI, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL, HAVENDO, PORTANTO, EFETIVA COMPROVAÇÃO DA IRREGULARIDADE – DEMONSTROU-SE, PORÉM, QUE HAVIA COMPATIBILIDADE DE HORÁRIOS ENTRE OS CARGOS EM SITUAÇÃO DE ACUMULAÇÃO IRREGULAR E QUE A SERVIDORA VOLUNTARIAMENTE PEDIU EXONERAÇÃO DO VÍNCULO EXISTENTE JUNTO À CÂMARA MUNICIPAL DE TERESINA – AUSÊNCIA DE DEMONSTRAÇÃO DE PREJUÍZO AO ERÁRIO OU ENRIQUECIMENTO ILÍCITO, ANTE A INEXISTÊNCIA DE ELEMENTOS QUE PERMITAM INFERIR QUE OS SERVIÇOS NÃO FORAM EFETIVAMENTE PRESTADOS – NÃO ENQUADRAMENTO DA CONDUTA NO ROL DO ART. 11 DA LEI Nº 8.429/92, COM REDAÇÃO DADA

PELA LEI Nº 14.230/2021 – AUSÊNCIA DE DEMONSTRAÇÃO DE DOLO ESPECÍFICO, CONSIDERANDO A EXONERAÇÃO VOLUNTÁRIA, NOS TERMOS DO ART. 133 DA LEI Nº 8.112/90, APLICADO POR ANALOGIA – DECISÃO HOMOLOGADA COM BASE NO ART. 10, § 2º, DA RESOLUÇÃO Nº 23/2007, DO CNMP, C/C O ART. 15, INCISO XX, DO RICSMPP. **EGRÉGIO CONSELHO SUPERIOR, À UNANIMIDADE, HOMOLOGOU A PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO, NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR. JULGADO EM 22.09.2023, NA 2ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DO CSMP-PI DE 2023.**

2.1.15 INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO (SIMP Nº 002300-361/2020). PROCEDIMENTO ELETRÔNICO. ORIGEM: 1ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE PICOS – PI. ASSUNTO: APURAR SUPOSTO ATO DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA PRATICADO PELO PREFEITO DE DOM EXPEDITO LOPES, SR. VALMIR BARBOSA DE ARAÚJO, EM PROCESSO LICITATÓRIO DESTINADO À PAVIMENTAÇÃO DE RUAS DO MUNICÍPIO. PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO. PROMOTORA DE JUSTIÇA: DRA. MICHELINE RAMALHO SEREJO DA SILVA. **RELATOR: DR. FERNANDO MELO FERRO GOMES.** SUPOSTO ATO DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA PRATICADO PELO PREFEITO DE DOM EXPEDITO LOPES, SR. VALMIR BARBOSA DE ARAÚJO, EM PROCEDIMENTO LICITATÓRIO DESTINADO À PAVIMENTAÇÃO DE RUAS DO MUNICÍPIO – RESTOU ESGOTADO O PRAZO TOTAL DE TRAMITAÇÃO DO PRESENTE PROCEDIMENTO, CONFORME PREVISÃO DO ART. 23, §2º, DA LEI Nº 8.426/92, COM REDAÇÃO DADA PELA LEI Nº 14.230/2021, SEM QUE FOSSE REUNIDO ACERVO PROBATÓRIO CAPAZ DE ATESTAR A EFETIVA OCORRÊNCIA DO ATO ÍMPROBO – DECISÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA COM BASE NO ART. 10, § 2º DA RESOLUÇÃO Nº 23/2007, DO CNMP, C/C O ART. 15, INCISO XX, DO RICSMPP. **EGRÉGIO CONSELHO SUPERIOR, À UNANIMIDADE, HOMOLOGOU A PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO, NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR. JULGADO EM 22.09.2023, NA 2ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DO CSMP-PI DE 2023.**

2.1.16 INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO (SIMP Nº 000155-107/2020). PROCEDIMENTO ELETRÔNICO. ORIGEM: 2ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE OEIRAS – PI. ASSUNTO: APURAR POSSÍVEIS ATOS DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA PRATICADOS PELA SENHORA LÚCIA DE FÁTIMA BARROSO MOURA DE ABREU SÁ, PREFEITA DO MUNICÍPIO DE COLÔNIA DO PIAUÍ, RELATIVOS A SUPOSTOS PAGAMENTOS IRREGULARES DE DIÁRIAS REALIZADOS NO PERÍODO DE JANEIRO DE 2017 A AGOSTO DE 2020. PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO. PROMOTOR DE JUSTIÇA: DR. JOÃO BATISTA DE CASTRO FILHO. **RELATOR: DR. FERNANDO MELO FERRO GOMES.** POSSÍVEIS ATOS DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA PRATICADOS PELA SRA. LÚCIA DE FÁTIMA BARROSO MOURA DE ABREU SÁ, PREFEITA DO MUNICÍPIO DE COLÔNIA DO PIAUÍ, RELATIVOS A SUPOSTOS PAGAMENTOS IRREGULARES DE DIÁRIAS REALIZADOS NO PERÍODO DE JANEIRO DE 2017 A AGOSTO DE 2020 – O ACERVO PROBATÓRIO ANEXADO AOS AUTOS NÃO FORNECE ELEMENTOS SUFICIENTES PARA COMPROVAR QUE OS SERVIDORES BENEFICIADOS NÃO REALIZARAM OS DESLOCAMENTOS INSERIDOS NAS NOTAS DE EMPENHO – INEXISTÊNCIA DE PROVAS HÁBEIS A COMPROVAR A OCORRÊNCIA DE ENRIQUECIMENTO ILÍCITO OU DE DANO AO ERÁRIO – DECISÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA COM BASE NO ART. 10, § 2º DA RESOLUÇÃO Nº 23/2007, DO CNMP, C/C O ART. 15, INCISO XX, DO RICSMPP. **EGRÉGIO CONSELHO SUPERIOR, À UNANIMIDADE, HOMOLOGOU A PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO, NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR. JULGADO EM 22.09.2023, NA 2ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DO CSMP-PI DE 2023.**

2.1.17 INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO (SIMP Nº 000064-022/2017). PROCEDIMENTO ELETRÔNICO. ORIGEM: 34ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE TERESINA – PI. ASSUNTO: APURAR IRREGULARIDADES NO FUNCIONAMENTO E GERÊNCIA DA ORGANIZAÇÃO NÃO GOVERNAMENTAL (ONG) CENTRO DE REINTEGRAÇÃO E INCENTIVO À ADOÇÃO (CRIA). PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO. PROMOTOR DE

JUSTIÇA: DR. EDILSON FARIAS. **RELATOR: DR. FERNANDO MELO FERRO GOMES.** SUPOSTAS IRREGULARIDADES NO FUNCIONAMENTO E GERÊNCIA DA ORGANIZAÇÃO NÃO GOVERNAMENTAL (ONG) CENTRO DE REINTEGRAÇÃO E INCENTIVO À ADOÇÃO (CRIA) – AS DILIGÊNCIAS REALIZADAS NÃO FORAM CAPAZES DE COMPROVAR DOLO NA CONDUTA DA INVESTIGADA, SENHORA GABRIELA NOGUEIRA PASSOS, CAPAZ DE CARACTERIZAR ATO DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA – INTELIGÊNCIA DO ART. 1º, § 2º, DA LEI Nº 8.429/92, COM REDAÇÃO DADA PELA LEI Nº 14.230/2021 – A AUSÊNCIA DE AUTORIZAÇÃO LEGISLATIVA NO TERMO DE CESSÃO DO IMÓVEL DESTINADO AO FUNCIONAMENTO DA ORGANIZAÇÃO NÃO GOVERNAMENTAL (ONG) ESTÁ SENDO SANADA NO PROCEDIMENTO DE RENOVAÇÃO (SEI/PI Nº 00002.005772/2020-70) – AUSÊNCIA DE ELEMENTOS DE CONVICÇÃO QUE JUSTIFIQUEM O PROSSEGUIMENTO DO PRESENTE PROCEDIMENTO, TAMPOUCO O AJUIZAMENTO DE AÇÃO CIVIL PÚBLICA – DECISÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA COM BASE NO ART. 10, § 2º DA RESOLUÇÃO Nº 23/2007, DO CNMP, C/C O ART. 15, INCISO XX, DO RICSMPP. **EGRÉGIO CONSELHO SUPERIOR, À UNANIMIDADE, HOMOLOGOU A PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO, NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR. JULGADO EM 22.09.2023, NA 2ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DO CSMP-PI DE 2023.**

2.1.18 PROCEDIMENTO INVESTIGATÓRIO CRIMINAL (SIMP Nº 000202-228/2021). PROCEDIMENTO ELETRÔNICO. ORIGEM: 6ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE TERESINA – PI. ASSUNTO: APURAR SUPOSTA OCORRÊNCIA DE CRIME CONTRA A ORDEM TRIBUTÁRIA NO MUNICÍPIO DE TERESINA. PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO. PROMOTOR DE JUSTIÇA: DR. MARCELO DE JESUS MONTEIRO ARAÚJO. **RELATOR: DR. FERNANDO MELO FERRO GOMES.** SUPOSTA OCORRÊNCIA DE CRIME CONTRA A ORDEM TRIBUTÁRIA NO MUNICÍPIO DE TERESINA – O ÓRGÃO DE EXECUÇÃO CONSIGNOU QUE EM UM UNIVERSO DE 32 (TRINTA E DUAS) AMOSTRAS, APENAS 03 (TRÊS) PRODUTOS ESTAVAM EM DESCONFORMIDADE COM A REGULAMENTAÇÃO DO INMETRO, EM PERCENTUAIS DE 3,17%, 3,42% E 19,71% – AS PROVAS COLHIDAS NÃO REVELARAM LIAME SUBJETIVO ENTRE O FATO E A CONDUTA DOS DONOS DA EMPRESA, EM PRATICAR CRIME CONTRA A ORDEM ECONÔMICA – APLICAÇÃO, POR PARTE DA AGÊNCIA NACIONAL DE PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS (ANP) DE MULTA ADMINISTRATIVA NO VALOR DE R\$ 42.000,00 (QUARENTA E DOIS MIL REAIS) PROPORCIONAL E SUFICIENTE PARA SANCIONAR A IRREGULARIDADE IDENTIFICADA – PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO – DECISÃO HOMOLOGADA COM BASE NO ART. 19 DA RESOLUÇÃO Nº 181/2017, DO CNMP, C/C O ART. 15, INCISO XX, DO RICSMPP. **EGRÉGIO CONSELHO SUPERIOR, À UNANIMIDADE, HOMOLOGOU A PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO, NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR. JULGADO EM 22.09.2023, NA 2ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DO CSMP-PI DE 2023.**

2.1.19 PROCEDIMENTO INVESTIGATÓRIO CRIMINAL (SIMP Nº 000159-344/2021). PROCEDIMENTO ELETRÔNICO. ORIGEM: 34ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE TERESINA – PI. ASSUNTO: APURAR SUPOSTO CRIME DE USURPAÇÃO DE FUNÇÃO PÚBLICA NO ÂMBITO DA COORDENADORIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL DO GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ. PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO. PROMOTOR DE JUSTIÇA: DR. EDILSON FARIAS. **RELATOR: DR. FERNANDO MELO FERRO GOMES.** SUPOSTA OCORRÊNCIA DE CRIME DE USURPAÇÃO DE FUNÇÃO PÚBLICA NO ÂMBITO DA COORDENADORIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL DO GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ – O ÓRGÃO DE EXECUÇÃO CONSIGNOU QUE O SUPOSTO AUTOR DO FATO INVESTIGADO NÃO ERA SERVIDOR DAQUELA REPARTIÇÃO E QUE DEVIDO AO AFASTAMENTO DE GRANDE PARTE DOS SERVIDORES EM DECORRÊNCIA DA PANDEMIA DA COVID-19, AUXILIOU, A PEDIDO DA DIRETORIA, ESPORADICAMENTE E SEM ÔNUS, NA ORGANIZAÇÃO DAS EQUIPES QUE ATENDEM AS DEMANDAS DA AGENDA OFICIAL – AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO DA MATERIALIDADE DELITIVA – PROMOÇÃO

DE ARQUIVAMENTO – DECISÃO HOMOLOGADA COM BASE NO ART. 19 DA RESOLUÇÃO Nº 181/2017, DO CNMP, C/C O ART. 15, INCISO XX, DO RICSMPPPI. **EGRÉGIO CONSELHO SUPERIOR, À UNANIMIDADE, HOMOLOGOU A PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO, NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR. JULGADO EM 22.09.2023, NA 2ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DO CSMP-PI DE 2023.**

2.1.20 INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO (SIMP Nº 000230-107/2019). PROCEDIMENTO ELETRÔNICO. ORIGEM: 2ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE OEIRAS – PI. ASSUNTO: APURAR SUPOSTO ATO DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA PRATICADO PELO GESTOR DO MUNICÍPIO DE CAJAZEIRAS DO PIAUÍ, SR. ALDEMAR DA SILVA CARMO NETO, DECORRENTE DA REDUÇÃO DE SALÁRIOS DE SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS. PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO. PROMOTOR DE JUSTIÇA: DR. JOÃO BATISTA DE CASTRO FILHO. **RELATOR: DR. FERNANDO MELO FERRO GOMES.** SUPOSTO ATO DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA PRATICADO PELO GESTOR DO MUNICÍPIO DE CAJAZEIRAS DO PIAUÍ, SR. ALDEMAR DA SILVA CARMO NETO, DECORRENTE DA REDUÇÃO DE SALÁRIOS DE SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS – A MATÉRIA DE FUNDO NÃO ATRAI INTERESSE MINISTERIAL, NA MEDIDA EM QUE ENVOLVE SOMENTE DIREITO PATRIMONIAL DISPONÍVEL, NÃO SE ENQUADRANDO, PORTANTO, NAS HIPÓTESES PREVISTAS NOS ARTS. 176 E 178 DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL – PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA COM BASE NO ART. 10, § 2º, DA RESOLUÇÃO Nº 23/2007, DO CNMP, C/C O ART. 15, INCISO XX, DO RICSMPPPI. **EGRÉGIO CONSELHO SUPERIOR, À UNANIMIDADE, HOMOLOGOU A PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO, NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR. JULGADO EM 22.09.2023, NA 2ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DO CSMP-PI DE 2023.**

2.1.21 INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO (SIMP Nº 000279-107/2019). PROCEDIMENTO ELETRÔNICO. ORIGEM: 2ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE OEIRAS – PI. ASSUNTO: APURAR SUPOSTA INVASÃO E CONSTRUÇÃO DE MURO EM TERRENO SITUADO NOS FUNDOS DO ESPAÇO DA CIDADANIA DE OEIRAS, PERTENCENTE AO ESTADO DO PIAUÍ, REALIZADA PELO SR. DEMMERSON HYRVISON FIGUEIREDO DA SILVA. PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO. PROMOTOR DE JUSTIÇA: DR. JOÃO BATISTA DE CASTRO FILHO. **RELATOR: DR. FERNANDO MELO FERRO GOMES.** SUPOSTA INVASÃO E CONSTRUÇÃO DE MURO EM TERRENO SITUADO NOS FUNDOS DO ESPAÇO DA CIDADANIA DE OEIRAS, PERTENCENTE AO ESTADO DO PIAUÍ, REALIZADA PELO SR. DEMMERSON HYRVISON FIGUEIREDO DA SILVA – NO PRESENTE CASO, O ÓRGÃO DE EXECUÇÃO ESGOTOU TODAS AS POSSIBILIDADES DE DILIGÊNCIAS PARA COLHER AS PROVAS PERTINENTES À ELUCIDAÇÃO DO FATO EM EXAME, SEM OBTER ÊXITO, DADA A INÉRCIA DOS ENVOLVIDOS – CONSIDERANDO QUE A MATÉRIA DE FUNDO VERSA SOBRE SUPOSTA INVASÃO DE TERRENO DE PROPRIEDADE DO ESTADO DO PIAUÍ, A ESTE COMPETE PROMOVER A AÇÃO POSSESSÓRIA PERTINENTE (ART. 554 E SEGUINTE DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL) – FORAM ENVIADAS CÓPIAS INTEGRAIS DO PRESENTE PROCEDIMENTO AO INSTITUTO DE TERRAS DO PIAUÍ (INTERPI) E À SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO DO PIAUÍ (SEAD) PARA CONHECIMENTO DA SUPOSTA ILEGALIDADE E ADOÇÃO DAS MEDIDAS PERTINENTES – DECISÃO HOMOLOGADA COM BASE NO ART. 10, § 2º, DA RESOLUÇÃO Nº 23/2007, DO CNMP, C/C O ART. 15, INCISO XX, DO RICSMPPPI. **EGRÉGIO CONSELHO SUPERIOR, À UNANIMIDADE, HOMOLOGOU A PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO, NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR. JULGADO EM 22.09.2023, NA 2ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DO CSMP-PI DE 2023.**

2.1.22 NOTÍCIA DE FATO (SIMP Nº 000729-154/2023). PROCEDIMENTO ELETRÔNICO. ORIGEM: 1ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE ALTOS – PI. ASSUNTO: APURAR SUPOSTA OCORRÊNCIA DE ILÍCITOS PENAIIS NA LOCALIDADE OLHO D'ÁGUA, SITUADA NA ZONA RURAL DO MUNICÍPIO DE

BENEDITINOS. RECURSO DO INTERESSADO CONTRA A DECISÃO DE ARQUIVAMENTO. PROMOTOR DE JUSTIÇA: DR. MÁRIO ALEXANDRE COSTA NORMANDO. **RELATOR: DR. FERNANDO MELO FERRO GOMES.** RECURSO EM NOTÍCIA DE FATO – SUPOSTA OCORRÊNCIA DOS CRIMES DE LESÃO CORPORAL (ART. 129 DO CP), AMEAÇA (ART. 147 DO CP) E ESBULHO POSSESSÓRIO (ART. 161, II, DO CP) NA LOCALIDADE OLHO D'ÁGUA, SITUADA NA ZONA RURAL DO MUNICÍPIO DE BENEDITINOS – OS FATOS EM QUESTÃO SÃO OBJETO DO PROCESSO JUDICIAL Nº 0800320-04.2023.8.18.0141, EM TRÂMITE PERANTE O JUIZADO ESPECIAL CRIMINAL DA COMARCA DE ALTOS – À VISTA DE TAL FATO, O PRESIDENTE DO FEITO DETERMINOU O ARQUIVAMENTO DO PROCEDIMENTO – O INTERESSADO INTERPÔS RECURSO CONTRA A DECISÃO DE ARQUIVAMENTO, SOB O FUNDAMENTO DE QUE A AÇÃO JUDICIAL VERSAVA TÃO SOMENTE SOBRE O CRIME DE LESÃO CORPORAL, NÃO ABRANGENDO OS DEMAIS TIPOS PENAIIS – APONTOU, AINDA, QUE NO ÂMBITO DO TERMO CIRCUNSTANCIADO DE OCORRÊNCIA LAVRADO, AS OITIVAS DAS DEMAIS VÍTIMAS NÃO FORAM REALIZADAS – DOS AUTOS, VERIFICA-SE QUE O TERMO CIRCUNSTANCIADO DE OCORRÊNCIA Nº 00002405/2023 TEM POR OBJETO TODOS OS FATOS TÍPICOS DENUNCIADOS – AS OITIVAS DAS VÍTIMAS PODEM SER REQUERIDAS EM SEDE JUDICIAL PELO PARQUET, QUANDO DA REALIZAÇÃO DOS ATOS INSTRUTÓRIOS – RECURSO DO INTERESSADO CONHECIDO E IMPROVIDO, COM FUNDAMENTO NO ART. 4º, INCISO I, DA RESOLUÇÃO CNMP Nº 174/2017. **EGRÉGIO CONSELHO SUPERIOR, À UNANIMIDADE, CONHECEU DO RECURSO E, NO MÉRITO, NEGOU-LHE PROVIMENTO, NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR. JULGADO EM 22.09.2023, NA 2ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DO CSMP-PI DE 2023.**

2.1.23 NOTÍCIA DE FATO (SIMP Nº 000746-426/2023). PROCEDIMENTO ELETRÔNICO. ORIGEM: 36ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE TERESINA – PI. ASSUNTO: APURAR SUPOSTA ILEGALIDADE DO ITEM 5, SUBITEM 5. 2, DO CONCURSO PÚBLICO DESTINADO AO PROVIMENTO DE VAGAS DO CARGO DE DOCENTE EFETIVO DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PIAUÍ (PREG/UESPI Nº 001/2023). RECURSO DO INTERESSADO CONTRA A DECISÃO DE INDEFERIMENTO DE INSTAURAÇÃO DO PROCEDIMENTO. PROMOTOR DE JUSTIÇA: DR. EDILSON FARIAS. **RELATOR: DR. FERNANDO MELO FERRO GOMES.** SUPOSTA ILEGALIDADE NA PREVISÃO CONTIDA NO ITEM 5, SUBITEM 5.2, DO EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO DESTINADO AO PROVIMENTO DE VAGAS DO CARGO DE DOCENTE EFETIVO DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PIAUÍ (PREG/UESPI Nº 001/2023), CONSISTENTE NO IMPEDIMENTO DE QUE MÉDICOS VETERINÁRIOS PUDESSEM CONCORRER ÀS VAGAS DESTINADAS AO CARGO DE DOCENTE EFETIVO DE ZOOTECNIA, NA CLASSE AUXILIAR I – DECISÃO DE INDEFERIMENTO DA INSTAURAÇÃO DE NOTÍCIA DE FATO NA ORIGEM SOB O FUNDAMENTO DE QUE A UNIVERSIDADE LIMITOU A PARTICIPAÇÃO DE CANDIDATOS BACHARÉIS EM ZOOTECNIA, COM NO MÍNIMO ESPECIALIZAÇÃO, EM RAZÃO DA NECESSIDADE DE NÚMERO MÍNIMO DE PROFISSIONAIS DA ÁREA NA COMPOSIÇÃO DE SEU NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE – RECURSO DO INTERESSADO – NÃO CONHECIMENTO – O CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO NÃO É COMPETENTE PARA O JULGAMENTO DE RECURSO INTERPOSTO CONTRA INDEFERIMENTO DE INSTAURAÇÃO DE NOTÍCIA DE FATO, MAS TÃO SOMENTE CONTRA A PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO DO REFERIDO PROCEDIMENTO – INTELIGÊNCIA DO ART. 4º, § 1º, DA RESOLUÇÃO CNMP Nº 174/2017 C/C ART. 15, INCISO XXXV, DA RESOLUÇÃO CSMP Nº 03/2017 (RICSMP). **EGRÉGIO CONSELHO SUPERIOR, À UNANIMIDADE, NÃO CONHECEU DO RECURSO, ANTE A AUSÊNCIA DE COMPETÊNCIA DO CSMP PARA JULGAMENTO DE RECURSO INTERPOSTO CONTRA INDEFERIMENTO DE INSTAURAÇÃO DE NOTÍCIA DE FATO, NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR. JULGADO EM 22.09.2023, NA 2ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DO CSMP-PI DE 2023.**

2.1.24 PROCEDIMENTO PREPARATÓRIO (SIMP Nº 000058-101/2022). PROCEDIMENTO ELETRÔNICO. ORIGEM: 1ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE FLORIANO – PI. ASSUNTO: APURAR POSSÍVEIS IRREGULARIDADES NO ABATE DE ANIMAIS, SEM A OBSERVÂNCIA DAS NORMAS DE HIGIENE E QUALIDADE, BEM COMO NO FUNCIONAMENTO DOS MATADOUROS NO MUNICÍPIO DE FLORIANO. PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO. PROMOTOR DE JUSTIÇA: DR. EDGAR DOS SANTOS BANDEIRA FILHO. **RELATOR: DR. FERNANDO MELO FERRO GOMES.** SUPOSTAS IRREGULARIDADES NO ABATE DE ANIMAIS, SEM OBSERVÂNCIA DAS NORMAS DE HIGIENE E QUALIDADE, BEM COMO NO FUNCIONAMENTO DOS MATADOUROS NO MUNICÍPIO DE FLORIANO – AS DILIGÊNCIAS REALIZADAS NÃO REVELARAM A OCORRÊNCIA DE IRREGULARIDADES NO FUNCIONAMENTO DO SERVIÇO DE INSPEÇÃO MUNICIPAL – APESAR DISSO, RESTOU CONSTATADO QUE ESTABELECIMENTOS PARTICULARES SITUADOS NA MUNICIPALIDADE ESTÃO REALIZANDO O ABATE DE MANEIRA INADEQUADA, RESISTINDO À REALIZAÇÃO DAS ADAPTAÇÕES DETERMINADAS PELO SERVIÇO DE INSPEÇÃO MUNICIPAL – NECESSIDADE DE REALIZAÇÃO DE DILIGÊNCIAS COMPLEMENTARES RELATIVAS À OBTENÇÃO DE INFORMAÇÕES SOBRE A INTERDIÇÃO DOS ESTABELECIMENTOS OU SOBRE A EFETIVA REALIZAÇÃO DAS ADAPTAÇÕES INDISPENSÁVEIS À OBSERVÂNCIA DAS NORMAS DE REGÊNCIA – PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO NÃO HOMOLOGADA, COM BASE NO ART. 10, § 4º, INCISO I, DA RESOLUÇÃO Nº 23/2007, DO CNMP, C/C O ART. 15, INCISO XX, DO RICSMPPPI. **EGRÉGIO CONSELHO SUPERIOR, À UNANIMIDADE, NÃO HOMOLOGOU A PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO, TENDO EM VISTA A NECESSIDADE DE REALIZAÇÃO DE DILIGÊNCIAS COMPLEMENTARES RELATIVAS À OBTENÇÃO DE INFORMAÇÕES SOBRE A INTERDIÇÃO DOS ESTABELECIMENTOS OU SOBRE A EFETIVA REALIZAÇÃO DAS ADAPTAÇÕES INDISPENSÁVEIS À OBSERVÂNCIA DAS NORMAS DE REGÊNCIA, NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR. JULGADO EM 22.09.2023, NA 2ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DO CSMP-PI DE 2023.**

2.1.25 INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO (SIMP Nº 000136-233/2019). PROCEDIMENTO ELETRÔNICO. ORIGEM: PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE CARACOL – PI. ASSUNTO: APURAR SUPOSTO ATO DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA PRATICADO NO ÂMBITO DE PROCEDIMENTO LICITATÓRIO DESTINADO À CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA PÚBLICA EM POVOADOS E NA SEDE DO MUNICÍPIO DE CARACOL – PI. PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO. PROMOTOR DE JUSTIÇA: DR. JOSÉ MARQUES LAGES NETO. **RELATOR: DR. FERNANDO MELO FERRO GOMES.** SUPOSTO ATO DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA PRATICADO NO ÂMBITO DE PROCEDIMENTO LICITATÓRIO DESTINADO À CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA PÚBLICA EM POVOADOS E NA SEDE DO MUNICÍPIO DE CARACOL – A PROMOTORIA DE BASE AJUIZOU AÇÃO DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA (PROCESSO Nº 0800093-15.2019.8.18.0089), TENDO SIDO FIRMADO, EM SEU BOJO, ACORDO DE NÃO PERSECUÇÃO CÍVEL, O QUAL RESTOU HOMOLOGADO JUDICIALMENTE – RECEBIMENTO DA PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO COMO COMUNICAÇÃO, EM RAZÃO DO ANPC CELEBRADO – INTELIGÊNCIA DO ART. 12 DA RESOLUÇÃO CPJ/PI Nº 04/2020 – DECISÃO HOMOLOGADA COM BASE NO ART. 10, § 2º, DA RESOLUÇÃO Nº 23/2007, DO CNMP, C/C O ART. 15, INCISO XX, DO RICSMPPPI. **EGRÉGIO CONSELHO SUPERIOR, À UNANIMIDADE, NÃO HOMOLOGOU A PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO, RECEBENDO ESTA COMO COMUNICAÇÃO, NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR. JULGADO EM 22.09.2023, NA 2ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DO CSMP-PI DE 2023.**

2.1.26 INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO (SIMP Nº 000189-361/2022). PROCEDIMENTO ELETRÔNICO. ORIGEM: 1ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE PICOS – PI. ASSUNTO: APURAR SUPOSTA AUSÊNCIA DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PELA EMPRESA PLANECOMP PLANEJAMENTO, CONSULTORIA E

ASSESSORIA JURÍDICA LTDA QUANDO DE SUA CONTRATAÇÃO PELA CÂMARA MUNICIPAL DE DOM EXPEDITO LOPES – PI. PROMOÇÃO PARCIAL DE ARQUIVAMENTO. PROMOTORA DE JUSTIÇA: DRA. MICHELINE RAMALHO SEREJO DA SILVA. **RELATOR: DR. FERNANDO MELO FERRO GOMES.** SUPOSTA AUSÊNCIA DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PELA EMPRESA PLANECOMP PLANEJAMENTO, CONSULTORIA E ASSESSORIA JURÍDICA LTDA QUANDO DE SUA CONTRATAÇÃO PELA CÂMARA MUNICIPAL DE DOM EXPEDITO LOPES – CONSTATADA A IRREGULARIDADE, O ÓRGÃO DE EXECUÇÃO CELEBROU TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA COM A EMPRESA INVESTIGADA – ANTE A AUSÊNCIA DE RESPOSTA PELO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE DOM EXPEDITO LOPES, SR. FRANCISCO DE ASSIS MARCOLINO, O FEITO SEGUIRÁ PARA A COLHEITA DOS ELEMENTOS NECESSÁRIOS AO AJUIZAMENTO DE AÇÃO CIVIL PÚBLICA – TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA E PROMOÇÃO PARCIAL DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADOS, COM BASE NO ART. 10, § 2º DA RESOLUÇÃO Nº 23/2007, DO CNMP, C/C O ART. 15, INCISO XX, DO RICSMPPI – NA ORIGEM, FOI INSTAURADO O PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO (SIMP Nº 002342-361/2023) PARA O ACOMPANHAMENTO DO TERMO DE AJUSTE DE CONDUTA FIRMADO. **EGRÉGIO CONSELHO SUPERIOR, À UNANIMIDADE, HOMOLOGOU O TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA CELEBRADO E A PROMOÇÃO PARCIAL DE ARQUIVAMENTO, NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR. JULGADO EM 22.09.2023, NA 2ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DO CSMP-PI DE 2023.**

2.1.27 INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO (SIMP Nº 000411-284/2022). PROCEDIMENTO ELETRÔNICO. ORIGEM: PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE BURITI DOS LOPES – PI. ASSUNTO: ADOTAR AS PROVIDÊNCIAS NECESSÁRIAS PARA A ERRADICAÇÃO DO LIXÃO NO MUNICÍPIO DE CAXINGÓ-PI E, EM SEGUIDA, AQUELAS RELACIONADAS À RECUPERAÇÃO DA ÁREA DEGRADADA E À INSTALAÇÃO E OPERAÇÃO DAS ATIVIDADES DE DISPOSIÇÃO FINAL AMBIENTALMENTE ADEQUADA EM OUTRO LOCAL DEVIDAMENTE LICENCIADO. PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO. PROMOTORA DE JUSTIÇA: DRA. FRANCINEIDE DE SOUSA SILVA. **RELATOR: DR. FERNANDO MELO FERRO GOMES.** ERRADICAÇÃO DE LIXÃO E RECUPERAÇÃO DA ÁREA DEGRADADA NO MUNICÍPIO DE CAXINGÓ – A PROMOTORIA DE ORIGEM FIRMOU TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA COM O MUNICÍPIO DE CAXINGÓ, POR INTERMÉDIO DE SEU GESTOR, O SR. MAGNUM FERNANDO CARDOSO DOS SANTOS – NECESSIDADE DE ABERTURA DE PROCESSO ADMINISTRATIVO PARA ACOMPANHAR AS CLÁUSULAS DO TAC FIRMADO, CONFORME ART. 8º, INCISO I, DA RESOLUÇÃO 174/2017 CNMP – PROCEDIMENTO ATINGIU SUA FINALIDADE – APLICAÇÃO DA SÚMULA Nº 02 DO CSMPPPI – PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO – DECISÃO HOMOLOGADA COM BASE NO ART. 15, INCISO XX, DO RICSMPPI. **EGRÉGIO CONSELHO SUPERIOR, À UNANIMIDADE, HOMOLOGOU A PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO, BEM COMO DETERMINOU A INSTAURAÇÃO DE PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO PARA ACOMPANHAMENTO DAS CLÁUSULAS DO TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA FIRMADO, NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR. JULGADO EM 22.09.2023, NA 2ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DO CSMP-PI DE 2023.**

2.1.28 NOTÍCIA DE FATO (SIMP Nº 000417-426/2021). PROCEDIMENTO ELETRÔNICO. ORIGEM: 1ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE PARNAÍBA – PI. ASSUNTO: APURAR SUPOSTA IRREGULARIDADE NA VALIDAÇÃO DE SELOS ORIUNDOS DO CARTÓRIO BEZERRA, EM PARNAÍBA – PI. ARQUIVAMENTO NA ORIGEM, SEM INTERPOSIÇÃO DE RECURSO PELO INTERESSADO. PROMOTOR DE JUSTIÇA: DR. ANTENOR FILGUEIRAS LÔBO NETO. **RELATOR: DR. FERNANDO MELO FERRO GOMES.** SUPOSTA IRREGULARIDADE NA VALIDAÇÃO DE SELOS ORIUNDOS DO CARTÓRIO BEZERRA, DA COMARCA DE PARNAÍBA – O NOTICIANTE, INSTADO A APRESENTAR PROVAS DO ALEGADO, INFORMOU NÃO TER DOCUMENTOS COMPROBATÓRIOS, UMA VEZ QUE OS SELOS, CUJA VALIDADE CONTESTAVA, FORAM VALIDADOS PELO CARTÓRIO – AUSÊNCIA DE INTERPOSIÇÃO DE RECURSO CONTRA A

DECISÃO DE ARQUIVAMENTO DA NOTÍCIA DE FATO – RECEBIMENTO COMO COMUNICAÇÃO – INTELIGÊNCIA DO ART. 5º DA RESOLUÇÃO CNMP Nº 174/2017. **EGRÉGIO CONSELHO SUPERIOR, À UNANIMIDADE, NÃO HOMOLOGOU A PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO E RECEBEU A DECISÃO APENAS COMO COMUNICAÇÃO, NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR. JULGADO EM 22.09.2023, NA 2ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DO CSMP-PI DE 2023.**

2.1.29 INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO (SIMP Nº 000570-361/2021). PROCEDIMENTO ELETRÔNICO. ORIGEM: 1ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE PICOS – PI. ASSUNTO: APURAR SUPOSTAS IRREGULARIDADES NA CONTRATAÇÃO DA EMPRESA SERVIPIÇOS SERVIÇOS URBANOS LTDA – ME PELO MUNICÍPIO DE SANTANA DO PIAUÍ. PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO. PROMOTORA DE JUSTIÇA: DRA. MICHELINE RAMALHO SEREJO DA SILVA. **RELATOR: DR. FERNANDO MELO FERRO GOMES.** SUPOSTAS IRREGULARIDADES NA CONTRATAÇÃO DA EMPRESA SERVIPIÇOS SERVIÇOS URBANOS LTDA – ME PELO MUNICÍPIO DE SANTANA DO PIAUÍ – OS ATOS INSTRUTÓRIOS REVELARAM QUE O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL POSSUI PROCEDIMENTO INSTAURADO PARA INVESTIGAR AS CONTRATAÇÕES FIRMADAS ENTRE O MUNICÍPIO E A REFERIDA PESSOA JURÍDICA, NO PERÍODO DE 2017 A 2020, UMA VEZ QUE HOVE UTILIZAÇÃO DE RECURSOS FEDERAIS (NOTÍCIA DE FATO Nº 1.27.001.000072/2022-61) – AO MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL CABERIA TÃO SOMENTE PROCEDER COM AS INVESTIGAÇÕES RELATIVAS AOS PREGÕES PRESENCIAIS Nº 008/2021 E 017/2021 – A PRESIDENTE DO FEITO DETERMINOU QUE FOSSEM EXTRAÍDAS CÓPIAS DOS DOCUMENTOS PERTINENTES PARA A INSTAURAÇÃO DE PROCEDIMENTO DISTINTO PARA PROCEDER COM AS INVESTIGAÇÕES RELACIONADAS AOS CERTAMES REFERIDOS, O QUE ORIGINOU O INQUÉRITO CIVIL REGISTRADO SOB O SIMP Nº 001975-361/2023 – CONSIDERANDO QUE O OBJETO A SER INVESTIGADO PELO MPE JÁ É OBJETO DE PROCEDIMENTO INVESTIGATÓRIO PRÓPRIO, NÃO SE VISLUMBRA OUTRA PROVIDÊNCIA A SER TOMADA NO PRESENTE INQUISITÓRIO, A NÃO SER A HOMOLOGAÇÃO DE ARQUIVAMENTO – DECISÃO HOMOLOGADA CONFIRMADA COM BASE NO ART. 10, §2º, DA RESOLUÇÃO Nº 23/2007, DO CNMP, C/C O ART. 15, INCISO XX, DO RICSMPPI. **EGRÉGIO CONSELHO SUPERIOR, À UNANIMIDADE, HOMOLOGOU A PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO, NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR. JULGADO EM 22.09.2023, NA 2ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DO CSMP-PI DE 2023.**

2.1.30 INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO (SIMP Nº 000123-095/2020). PROCEDIMENTO ELETRÔNICO. ORIGEM: 2ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE SÃO RAIMUNDO NONATO – PI. ASSUNTO: APURAR SUPOSTOS ATOS DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA PRATICADOS POR PERIVALDO CAMPOS BRAGA E ADILSON DA LUZ SILVA, RESPONSÁVEIS PELAS CONTAS DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO BRAZ DO PIAUÍ, NO EXERCÍCIO DE 2016. PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO. PROMOTORA DE JUSTIÇA: DRA. GABRIELA ALMEIDA DE SANTANA. **RELATOR: DR. FERNANDO MELO FERRO GOMES.** SUPOSTOS ATOS DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA PRATICADOS POR PERIVALDO SANTOS BRAGA E ADILSON DA LUZ SILVA, RESPONSÁVEIS PELAS CONTAS DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE SÃO BRAZ DO PIAUÍ – PRESCRIÇÃO DA PRETENSÃO PUNITIVA – VÍNCULOS DOS GESTORES COM A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA ENCERRADOS NO EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2016 – APLICAÇÃO DO PRAZO DE 05 ANOS DO TÉRMINO DO MANDATO ESTABELECIDO NO ART. 23 DA LEI Nº 8.429/92 – AUSÊNCIA DE IMPUTAÇÃO DE DÉBITO POR PARTE DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PIAUÍ (ACÓRDÃO Nº 1.566/2019) – APLICAÇÃO DA SÚMULA Nº 05 DO CSMP – DECISÃO HOMOLOGADA COM BASE NO ART. 10, § 2º, DA RESOLUÇÃO Nº 23/2007, DO CNMP, C/C O ART. 15, INCISO XX, DO RICSMPPI. **EGRÉGIO CONSELHO SUPERIOR, À UNANIMIDADE, HOMOLOGOU A PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO, NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR. JULGADO EM 22.09.2023, NA 2ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DO CSMP-PI DE 2023.**

2.1.31 PROCEDIMENTO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA (SEI Nº 19.21.0731.0026737/2023-57). PROCEDIMENTO ELETRÔNICO. ORIGEM: 2ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE ALTOS – PI. ASSUNTO: REVISÃO DA PRORROGAÇÃO DE PRAZO DO INQUÉRITO CIVIL REGISTRADO NO SIMP Nº 000802-154/2021. PROMOTORA DE JUSTIÇA: DRA. LUÍSA CINOBELLYNA A. LACERDA ANDRADE. **RELATOR: DR. FERNANDO MELO FERRO GOMES.** CUIDA-SE, NA ESPÉCIE, DE PEDIDO DE PRORROGAÇÃO DE PRAZO PARA A CONCLUSÃO DO INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO (SIMP Nº 000802-154/2021) SOLICITADO, EM 07 DE AGOSTO DE 2023, PELA PROMOTORA DE JUSTIÇA LUÍSA CYNOBELLINA A. LACERDA ANDRADE, RESPONSÁVEL PELA 2ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE ALTOS – PI, CONFORME PREVISTO NO ART. 23, § 2º, DA LEI Nº 8.429/92, COM A REDAÇÃO DADA PELA LEI Nº 14.230/2021. O INQUISITÓRIO TEM POR OBJETO APURAR SUPOSTOS ATOS DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA PRATICADOS NOS MUNICÍPIOS DE BENEDITINOS E COIVARAS. EXTRAÍ-SE DOS AUTOS QUE A PRESIDENTE DO FEITO, EM DATA DE 12 DE JUNHO DE 2023, PRORROGOU O PRAZO DE CONCLUSÃO DO PROCEDIMENTO, EM RAZÃO DA NECESSIDADE DE REALIZAÇÃO DE NOVAS DILIGÊNCIAS PARA A SUA INSTRUÇÃO (DOCUMENTO Nº 0546117). EM SEGUIDA, SUBMETEU O ATO DECISÓRIO À HOMOLOGAÇÃO DO CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO, EM ATENDIMENTO AO DISPOSTO NO ART. 23, § 2º, DA LEI Nº 8.429/92, COM A REDAÇÃO DADA PELA LEI Nº 14.230/2021. O PROCEDIMENTO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA FOI DISTRIBUÍDO A ESTE RELATOR EM 23 DE AGOSTO DE 2023, POR INTERMÉDIO DO GEDOC Nº 000278-226/2023 (DOCUMENTO Nº 0556452). CONSIDERANDO A IMPOSSIBILIDADE DE VERIFICAÇÃO DO PREENCHIMENTO DOS PRESSUPOSTOS NECESSÁRIOS PARA A HOMOLOGAÇÃO DO PEDIDO DE PRORROGAÇÃO DE PRAZO DE CONCLUSÃO DO PRESENTE PROCEDIMENTO, EM FUNÇÃO DO SIGILO DOS AUTOS, ESTE RELATOR DETERMINOU O RETORNO À ORIGEM, A FIM DE QUE FOSSE DISPONIBILIZADA CÓPIA INTEGRAL DOS AUTOS (ID 0565860). EM ATENDIMENTO AO DISPOSTO, A PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE ORIGEM JUNTOU AOS AUTOS OS DOCUMENTOS DE Nº 0566895, 0566896, 0566902, 0566903, 0566905, 0566911, 0566919, 0566929, 0566936, 0566941, 0566944, 0566950 E 0566960. ATO CONTÍNUO, OS AUTOS ELETRÔNICOS FORAM DEVOLVIDOS PARA ESTE RELATOR EM 06 DE SETEMBRO DE 2023. É O BREVE RELATÓRIO. A LEI Nº 8.429/92, COM REDAÇÃO DADA PELA LEI Nº 14.230/2021, DISCIPLINA QUE O INQUÉRITO CIVIL INSTAURADO PARA APURAÇÃO DE ATO DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA SERÁ CONCLUÍDO NO PRAZO DE 365 (TREZENTOS E SESENTA E CINCO) DIAS, ADMITINDO-SE UMA ÚNICA PRORROGAÇÃO POR IGUAL PERÍODO, A SER FEITA MEDIANTE ATO FUNDAMENTADO. VEJAMOS: ART. 23. A AÇÃO PARA A APLICAÇÃO DAS SANÇÕES PREVISTAS NESTA LEI PRESCREVE EM 8 (OITO) ANOS, CONTADOS A PARTIR DA OCORRÊNCIA DO FATO OU, NO CASO DE INFRAÇÕES PERMANENTES, DO DIA EM QUE CESSOU A PERMANÊNCIA. (...) § 2º O INQUÉRITO CIVIL PARA APURAÇÃO DO ATO DE IMPROBIDADE SERÁ CONCLUÍDO NO PRAZO DE 365 (TREZENTOS E SESENTA E CINCO) DIAS CORRIDOS, PRORROGÁVEL UMA ÚNICA VEZ POR IGUAL PERÍODO, MEDIANTE ATO FUNDAMENTADO SUBMETIDO À REVISÃO DA INSTÂNCIA COMPETENTE DO ÓRGÃO MINISTERIAL, CONFORME DISPUSER A RESPECTIVA LEI ORGÂNICA. O CENTRO OPERACIONAL DE COMBATE À CORRUPÇÃO E DEFESA DO PATRIMÔNIO PÚBLICO, POR INTERMÉDIO DO OFÍCIO CIRCULAR Nº 10/2022/CACOP, DE 24 DE OUTUBRO DE 2022, CONSIGNOU QUE AS DETERMINAÇÕES CONTIDAS NO DISPOSITIVO SUPRATRASCrito DEVEM SER APLICADAS DESDE A DATA EM QUE A LEI Nº 14.230/2021 ENTROU EM VIGOR, OU SEJA, A PARTIR DE 25 DE OUTUBRO DE 2021. NESSES TERMOS, A PARTIR DA REFERIDA DATA, 25 DE OUTUBRO DE 2021, O INQUÉRITO CIVIL DESTINADO À APURAÇÃO DE ATO DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA SOMENTE PODERÁ SER PRORROGADO UMA ÚNICA VEZ – ART. 23, § 2º, DA LEI Nº 8.429/92, COM AS ALTERAÇÕES INTRODUZIDAS PELA LEI Nº 14.230/2021. ELUCIDANDO O TEMA, TRANSCREVE-SE O SEGUINTE TRECHO DO OFÍCIO SOBREDITO: “DE INÍCIO, HÁ DE SE ESCLARECER QUE, APÓS O ADVENTO DA

NLIA, SÓ SERÁ POSSÍVEL UMA ÚNICA PRORROGAÇÃO DE PRAZO PARA CONCLUSÃO DO ICP (ART. 23, § 2º, NLIA). FRISE-SE QUE, CASO TENHA OCORRIDO PRORROGAÇÃO DE PRAZO ANTES DA NLIA, NÃO HÁ IMPEDIMENTO PARA UMA ÚNICA PRORROGAÇÃO, APÓS O ADVENTO DA LEI 14.230/21.” (GRIFOS ORIGINAIS) COMPULSANDO OS FÓLIOS DO PRESENTE PROCEDIMENTO, VERIFICA-SE QUE, EM 22 DE MARÇO DE 2022, A ENTÃO PRESIDENTE DO FEITO, DRA. MÁRCIA AÍDA LIMA SILVA, DETERMINOU A CONVERSÃO DA NOTÍCIA DE FATO Nº 107/2021 NO INQUÉRITO CIVIL REGISTRADO SOB O Nº 004/2022 (DOCUMENTO Nº 0566941, P. 79/82). DESSA MANEIRA, VERIFICA-SE QUE O PEDIDO FORMULADO PELA NOBRE PROMOTORA DE JUSTIÇA EM 07 DE AGOSTO DE 2023 TRATA DA PRIMEIRA PRORROGAÇÃO DE PRAZO, APÓS O ADVENTO DA LEI Nº 14.230/2021. ASSIM, EM ATENÇÃO AO PRINCÍPIO DA CELERIDADE PROCESSUAL, PREVISTO NO ART. 5º, INCISO LXXVIII, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988, HOMOLOGO O PRESENTE PEDIDO DE PRORROGAÇÃO DE PRAZO, AD REFERENDUM DO CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO, DE MODO QUE O ÓRGÃO DE EXECUÇÃO, À VISTA DOS AUTOS ORIGINÁRIOS QUE PERMANECERAM NA PROMOTORIA DE ORIGEM, POSSA PROSSEGUIR COM SUAS INVESTIGAÇÕES, ADOTANDO AS MEDIDAS LEGAIS CABÍVEIS, E O FAÇO COM BASE NO ARTIGO 17, INCISO XIV, DO RICSMP (RESOLUÇÃO CSMP Nº 03/2017). **EGRÉGIO CONSELHO SUPERIOR, À UNANIMIDADE, REFERENDOU A DECISÃO MONOCRÁTICA PROFERIDA.**

2.1.32 PROCEDIMENTO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA (SEI Nº 19.21.0349.0027816/2023-31). PROCEDIMENTO ELETRÔNICO. ORIGEM: PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE SIMPLÍCIO MENDES – PI. ASSUNTO: REVISÃO DA PRORROGAÇÃO DE PRAZO DO INQUÉRITO CIVIL REGISTRADO NO SIMP Nº 000821-237/2020. PROMOTORA DE JUSTIÇA: DRA. EMMANUELLE MARTINS NEIVA DANTAS RODRIGUES BELO. **RELATOR: DR. FERNANDO MELO FERRO GOMES.** CUIDA-SE, NA ESPÉCIE, DE PEDIDO DE PRORROGAÇÃO DE PRAZO PARA A CONCLUSÃO DO INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO (SIMP Nº 000821-237/2020) SOLICITADO EM 18 DE AGOSTO DE 2023 PELA PROMOTORA DE JUSTIÇA EMMANUELLE MARTINS NEIVA DANTAS RODRIGUES BELO, RESPONSÁVEL PELA PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE SIMPLÍCIO MENDES – PI, CONFORME PREVISTO NO ART. 23, § 2º, DA LEI Nº 8.429/92, COM A REDAÇÃO DADA PELA LEI Nº 14.230/2021. O INQUISITÓRIO TEM POR OBJETO APURAR AUSÊNCIA E/OU IRREGULARIDADES DE PROCESSOS LICITATÓRIOS, NO MUNICÍPIO DE CONCEIÇÃO DO CANINDÉ/PI, RELATIVOS AO EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2009. EXTRAI-SE DOS AUTOS QUE A PRESIDENTE DO FEITO, EM DATA DE 26 DE OUTUBRO DE 2022, PRORROGOU O PRAZO DE CONCLUSÃO DO PROCEDIMENTO, EM RAZÃO DA NECESSIDADE DE REALIZAÇÃO DE NOVAS DILIGÊNCIAS PARA A SUA INSTRUÇÃO (DOCUMENTO Nº 0552890). EM SEGUIDA, SUBMETEU O ATO DECISÓRIO À HOMOLOGAÇÃO DO CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO, EM ATENDIMENTO AO DISPOSTO NO ART. 23, § 2º, DA LEI Nº 8.429/92, COM A REDAÇÃO DADA PELA LEI Nº 14.230/2021. O PROCEDIMENTO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA FOI DISTRIBUÍDO A ESTE RELATOR EM 23 DE AGOSTO DE 2023, POR INTERMÉDIO DO GEDOC Nº 000298-226/2023 (DOCUMENTO Nº 0557272). A LEI Nº 8.429/92, COM REDAÇÃO DADA PELA LEI Nº 14.230/2021, DISCIPLINA QUE O INQUÉRITO CIVIL INSTAURADO PARA APURAÇÃO DE ATO DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA SERÁ CONCLUÍDO NO PRAZO DE 365 (TREZENTOS E SESSENTA E CINCO) DIAS, ADMITINDO-SE UMA ÚNICA PRORROGAÇÃO POR IGUAL PERÍODO, A SER FEITA MEDIANTE ATO FUNDAMENTADO. VEJAMOS: ART. 23. A AÇÃO PARA A APLICAÇÃO DAS SANÇÕES PREVISTAS NESTA LEI PRESCREVE EM 8 (OITO) ANOS, CONTADOS A PARTIR DA OCORRÊNCIA DO FATO OU, NO CASO DE INFRAÇÕES PERMANENTES, DO DIA EM QUE CESSOU A PERMANÊNCIA. (...) § 2º O INQUÉRITO CIVIL PARA APURAÇÃO DO ATO DE IMPROBIDADE SERÁ CONCLUÍDO NO PRAZO DE 365 (TREZENTOS E SESSENTA E CINCO) DIAS CORRIDOS, PRORROGÁVEL UMA ÚNICA VEZ POR IGUAL PERÍODO, MEDIANTE ATO FUNDAMENTADO SUBMETIDO À REVISÃO DA INSTÂNCIA COMPETENTE

DO ÓRGÃO MINISTERIAL, CONFORME DISPUSER A RESPECTIVA LEI ORGÂNICA. O CENTRO OPERACIONAL DE COMBATE À CORRUPÇÃO E DEFESA DO PATRIMÔNIO PÚBLICO, POR INTERMÉDIO DO OFÍCIO CIRCULAR Nº 10/2022/CACOP, DE 24 DE OUTUBRO DE 2022, CONSIGNOU QUE AS DETERMINAÇÕES CONTIDAS NO DISPOSITIVO SUPRATRASCrito DEVEM SER APLICADAS DESDE A DATA EM QUE A LEI Nº 14.230/2021 ENTROU EM VIGOR, OU SEJA, A PARTIR DE 25 DE OUTUBRO DE 2021. NESSES TERMOS, A PARTIR DA REFERIDA DATA, 25 DE OUTUBRO DE 2021, O INQUÉRITO CIVIL DESTINADO À APURAÇÃO DE ATO DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA SOMENTE PODERÁ SER PRORROGADO UMA ÚNICA VEZ – ART. 23, § 2º, DA LEI Nº 8.429/92, COM AS ALTERAÇÕES INTRODUZIDAS PELA LEI Nº 14.230/2021. ELUCIDANDO O TEMA, TRANSCREVE-SE O SEGUINTE TRECHO DO OFÍCIO SOBREDITO: “DE INÍCIO, HÁ DE SE ESCLARECER QUE, APÓS O ADVENTO DA NLIA, SÓ SERÁ POSSÍVEL UMA ÚNICA PRORROGAÇÃO DE PRAZO PARA CONCLUSÃO DO ICP (ART. 23, § 2º, NLIA). FRISE-SE QUE, CASO TENHA OCORRIDO PRORROGAÇÃO DE PRAZO ANTES DA NLIA, NÃO HÁ IMPEDIMENTO PARA UMA ÚNICA PRORROGAÇÃO, APÓS O ADVENTO DA LEI 14.230/21.” (GRIFOS ORIGINAIS) COMPULSANDO OS FÓLIOS DO INQUISITÓRIO EM COMENTO, VERIFICA-SE TRATAR DA PRIMEIRA PRORROGAÇÃO DE PRAZO DETERMINADA PELA PRESIDENTE DO PROCEDIMENTO, APÓS O ADVENTO DA LEI Nº 14.230/2021. ASSIM, EM ATENÇÃO AO PRINCÍPIO DA CELERIDADE PROCESSUAL, PREVISTO NO ART. 5º, INCISO LXXVIII, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988, HOMOLOGO O PRESENTE PEDIDO DE PRORROGAÇÃO DE PRAZO, AD REFERENDUM DO CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO, DE MODO QUE O ÓRGÃO DE EXECUÇÃO, À VISTA DOS AUTOS ORIGINÁRIOS QUE PERMANECERAM NA PROMOTORIA DE ORIGEM, POSSA PROSSEGUIR COM SUAS INVESTIGAÇÕES, ADOTANDO AS MEDIDAS LEGAIS CABÍVEIS, E O FAÇO COM BASE NO ARTIGO 17, INCISO XIV, DO RICSMP (RESOLUÇÃO CSMP Nº 03/2017). **EGRÉGIO CONSELHO SUPERIOR, À UNANIMIDADE, REFERENDOU A DECISÃO MONOCRÁTICA PROFERIDA.**

2.1.33 PROCEDIMENTO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA (SEI Nº 19.21.0349.0029800/2023-07). PROCEDIMENTO ELETRÔNICO. ORIGEM: PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE SIMPLÍCIO MENDES – PI. ASSUNTO: REVISÃO DA PRORROGAÇÃO DE PRAZO DO INQUÉRITO CIVIL REGISTRADO NO SIMP Nº 000540-237/2019. PROMOTORA DE JUSTIÇA: DRA. EMMANUELLE MARTINS NEIVA DANTAS RODRIGUES BELO. **RELATOR: DR. FERNANDO MELO FERRO GOMES.** CUIDA-SE, NA ESPÉCIE, DE PEDIDO DE PRORROGAÇÃO DE PRAZO PARA A CONCLUSÃO DO INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO (SIMP Nº 000540-237/2019) SOLICITADO EM 01 DE SETEMBRO DE 2023 PELA PROMOTORA DE JUSTIÇA EMMANUELLE MARTINS NEIVA DANTAS RODRIGUES BELO, RESPONSÁVEL PELA PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE SIMPLÍCIO MENDES – PI, CONFORME PREVISTO NO ART. 23, § 2º, DA LEI Nº 8.429/92, COM A REDAÇÃO DADA PELA LEI Nº 14.230/2021. O INQUISITÓRIO TEM POR OBJETO APURAR POSSÍVEIS IRREGULARIDADES COMETIDAS PELO SR. ERIVALDO DE SOUSA PRIMO, EX-PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPINAS DO PIAUÍ, REFERENTES À INADIMPLÊNCIA NA PRESTAÇÃO DE CONTAS DA CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPINAS DO PIAUÍ, RELATIVA AO MÊS DE DEZEMBRO DE 2018. EXTRAI-SE DOS AUTOS QUE A PRESIDENTE DO FEITO PRORROGOU O PRAZO DE CONCLUSÃO DO PROCEDIMENTO POR MAIS 365 (TREZENTOS E SESENTA E CINCO) DIAS, COM BASE NO QUE ESTABELECE O ART. 23, § 2º, DA LEI Nº 8.429/92, COM A REDAÇÃO DADA PELA LEI Nº 14.230/2021, EM RAZÃO DA NECESSIDADE DE REALIZAÇÃO DE NOVAS DILIGÊNCIAS PARA INSTRUIR O FEITO (DOCUMENTO Nº 0564148). EM SEGUIDA, SUBMETEU O ATO DECISÓRIO À HOMOLOGAÇÃO DO CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO, EM ATENDIMENTO AO DISPOSTO NO ART. 23, § 2º, DA LEI Nº 8.429/92, COM A REDAÇÃO DADA PELA LEI Nº 14.230/2021. O PROCEDIMENTO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA FOI DISTRIBUÍDO A ESTE RELATOR EM 04 DE SETEMBRO DE 2023, POR INTERMÉDIO DO GEDOC Nº 000314-226/2023 (DOCUMENTO Nº 0565178). A LEI Nº 8.429/92, COM REDAÇÃO DADA PELA LEI Nº 14.230/2021, DISCIPLINA QUE O INQUÉRITO CIVIL INSTAURADO

PARA APURAÇÃO DE ATO DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA SERÁ CONCLUÍDO NO PRAZO DE 365 (TREZENTOS E SESENTA E CINCO) DIAS, ADMITINDO-SE UMA ÚNICA PRORROGAÇÃO, POR IGUAL PERÍODO, A SER FEITA MEDIANTE ATO FUNDAMENTADO. VEJAMOS: ART. 23. A AÇÃO PARA A APLICAÇÃO DAS SANÇÕES PREVISTAS NESTA LEI PRESCREVE EM 8 (OITO) ANOS, CONTADOS A PARTIR DA OCORRÊNCIA DO FATO OU, NO CASO DE INFRAÇÕES PERMANENTES, DO DIA EM QUE CESSOU A PERMANÊNCIA. (...) § 2º O INQUÉRITO CIVIL PARA APURAÇÃO DO ATO DE IMPROBIDADE SERÁ CONCLUÍDO NO PRAZO DE 365 (TREZENTOS E SESENTA E CINCO) DIAS CORRIDOS, PRORROGÁVEL UMA ÚNICA VEZ POR IGUAL PERÍODO, MEDIANTE ATO FUNDAMENTADO SUBMETIDO À REVISÃO DA INSTÂNCIA COMPETENTE DO ÓRGÃO MINISTERIAL, CONFORME DISPUSER A RESPECTIVA LEI ORGÂNICA. O CENTRO OPERACIONAL DE COMBATE À CORRUPÇÃO E DEFESA DO PATRIMÔNIO PÚBLICO, POR INTERMÉDIO DO OFÍCIO CIRCULAR Nº 10/2022/CACOP, DE 24 DE OUTUBRO DE 2022, CONSIGNOU QUE AS DETERMINAÇÕES CONTIDAS NO DISPOSITIVO SUPRATRASCrito DEVEM SER APLICADAS DESDE A DATA EM QUE A LEI Nº 14.230/2021 ENTROU EM VIGOR, OU SEJA, A PARTIR DE 25 DE OUTUBRO DE 2021. NESSES TERMOS, A PARTIR DA REFERIDA DATA, 25 DE OUTUBRO DE 2021, O INQUÉRITO CIVIL DESTINADO À APURAÇÃO DE ATO DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA SOMENTE PODERÁ SER PRORROGADO UMA ÚNICA VEZ – ART. 23, § 2º, DA LEI Nº 8.429/92, COM AS ALTERAÇÕES INTRODUZIDAS PELA LEI Nº 14.230/2021. ELUCIDANDO O TEMA, TRANSCREVE-SE O SEGUINTE TRECHO DO OFÍCIO SOBREDITO: “DE INÍCIO, HÁ DE SE ESCLARECER QUE, APÓS O ADVENTO DA NLIA, SÓ SERÁ POSSÍVEL UMA ÚNICA PRORROGAÇÃO DE PRAZO PARA CONCLUSÃO DO ICP (ART. 23, § 2º, NLIA). FRISE-SE QUE, CASO TENHA OCORRIDO PRORROGAÇÃO DE PRAZO ANTES DA NLIA, NÃO HÁ IMPEDIMENTO PARA UMA ÚNICA PRORROGAÇÃO, APÓS O ADVENTO DA LEI 14.230/21.” (GRIFOS ORIGINAIS) COMPULSANDO OS FÓLIOS DO INQUÉRITO CIVIL EM COMENTO (SIMP Nº 000540-237/2019), VERIFICA-SE QUE EM 29 DE OUTUBRO DE 2021, A PRESIDENTE DO FEITO, TENDO EM VISTA A NECESSIDADE DE REALIZAÇÃO DE DILIGÊNCIAS COMPLEMENTARES, PRORROGOU O PRAZO DE CONCLUSÃO DO PRESENTE PROCEDIMENTO POR MAIS UM ANO. VEJAMOS (ID 34066615 – SIMP Nº 000540-237/2019): CONSIDERANDO QUE EM CONFORMIDADE COM O DISPOSITIVO ACIMA CITADO, O PRAZO PARA CONCLUSÃO DO INQUÉRITO CIVIL É DE 01 (UM) ANO, PRORROGÁVEL PELO MESMO PRAZO, E QUANTAS VEZES FOREM NECESSÁRIAS, À VISTA DA IMPRESCINDIBILIDADE DA REALIZAÇÃO OU CONCLUSÃO DE DILIGÊNCIAS; CONSIDERANDO QUE COMPETE AO MINISTÉRIO PÚBLICO A DEFESA DA ORDEM JURÍDICA E OS DIREITOS ASSEGURADOS NA CONSTITUIÇÃO FEDERAL, DEVENDO PROMOVER AS MEDIDAS NECESSÁRIAS À SUA GARANTIA; CONSIDERANDO QUE O PRAZO DE CONCLUSÃO DO PRESENTE IC FINDOU EM 15 DE AGOSTO DE 2021; CONSIDERANDO A IMPRESCINDIBILIDADE NA CONCLUSÃO DAS DILIGÊNCIAS PARA O FIEL ESCLARECIMENTO DOS FATOS E ADOÇÃO DAS MEDIDAS CORRETIVAS, SE NECESSÁRIO; R E S O L V E: PRORROGAR POR 01 (UM) ANO O PRAZO DE CONCLUSÃO DO PRESENTE INQUÉRITO CIVIL, A PARTIR DE 15 DE AGOSTO DE 2021, DETERMINANDO DE IMEDIATO A ADOÇÃO DAS MEDIDAS ABAIXO DECLINADAS: A) REMETER CÓPIA DESTA PORTARIA AO CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO PARA CONHECIMENTO; B) PUBLIQUE-SE NO DIÁRIO ELETRÔNICO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO PIAUÍ; C) AJUIZE-SE AÇÃO CIVIL PÚBLICA. VERIFICA-SE, TODAVIA, QUE OS EFEITOS DA DETERMINAÇÃO EXARADA RETROAGIRAM À DATA DE 15 DE AGOSTO DE 2021, SENDO, PORTANTO, ANTERIOR AO INÍCIO DA VIGÊNCIA DA LEI Nº 14.230/2021. LOGO, PELO NOSSO ENTENDIMENTO, O PEDIDO SOB ANÁLISE TRATA DA PRIMEIRA PRORROGAÇÃO DE PRAZO SOLICITADA PELA PRESIDENTE DO FEITO, APÓS O ADVENTO DA LEI Nº 14.230/2021. ASSIM, EM ATENÇÃO AO PRINCÍPIO DA CELERIDADE PROCESSUAL, PREVISTO NO ART. 5º, INCISO LXXVIII, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988, HOMOLOGO O PRESENTE PEDIDO DE PRORROGAÇÃO DE PRAZO, AD REFERENDUM DO CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO, DE MODO QUE O

ÓRGÃO DE EXECUÇÃO, À VISTA DOS AUTOS ORIGINÁRIOS QUE PERMANECERAM NA PROMOTORIA DE ORIGEM, POSSA PROSEGUIR COM SUAS INVESTIGAÇÕES, ADOTANDO AS MEDIDAS LEGAIS CABÍVEIS, E O FAÇO COM BASE NO ARTIGO 17, INCISO XIV, DO RICSMP (RESOLUÇÃO CSMP Nº 03/2017). **EGRÉGIO CONSELHO SUPERIOR, À UNANIMIDADE, REFERENDOU A DECISÃO MONOCRÁTICA PROFERIDA.**

2.1.34 PROCEDIMENTO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA (SEI Nº 19.21.0349.0025157/2023-44). PROCEDIMENTO ELETRÔNICO. ORIGEM: PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE SIMPLÍCIO MENDES – PI. ASSUNTO: REVISÃO DA PRORROGAÇÃO DE PRAZO DO INQUÉRITO CIVIL REGISTRADO NO SIMP Nº 000025-342/2018. PROMOTORA DE JUSTIÇA: DRA. EMMANUELLE MARTINS NEIVA DANTAS RODRIGUES BELO. **RELATOR: DR. FERNANDO MELO FERRO GOMES.** CUIDA-SE, NA ESPÉCIE, DE PEDIDO DE PRORROGAÇÃO DE PRAZO PARA A CONCLUSÃO DO INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO (SIMP Nº 000025-342/2018) SOLICITADO EM 25 DE JULHO DE 2023 PELA PROMOTORA DE JUSTIÇA EMMANUELLE MARTINS NEIVA DANTAS RODRIGUES BELO, RESPONSÁVEL PELA PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE SIMPLÍCIO MENDES – PI, CONFORME PREVISTO NO ART. 23, § 2º, DA LEI Nº 8.429/92, COM A REDAÇÃO DADA PELA LEI Nº 14.230/2021. O INQUISITÓRIO TEM POR OBJETO APURAR POSSÍVEIS IRREGULARIDADES EM PROCESSOS LICITATÓRIOS DESTINADOS À AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO NO MUNICÍPIO DE SANTO INÁCIO DO PIAUÍ, RELATIVAMENTE AO EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2012. EXTRAI-SE DOS AUTOS QUE A PRESIDENTE DO FEITO, EM DATA DE 26 DE OUTUBRO DE 2022, PRORROGOU O PRAZO DE CONCLUSÃO DO PROCEDIMENTO, EM RAZÃO DA NECESSIDADE DE REALIZAÇÃO DE NOVAS DILIGÊNCIAS PARA A SUA INSTRUÇÃO (DOCUMENTO Nº 0541985). EM SEGUIDA, SUBMETEU O ATO DECISÓRIO À HOMOLOGAÇÃO DO CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO, EM ATENDIMENTO AO DISPOSTO NO ART. 23, § 2º, DA LEI Nº 8.429/92, COM A REDAÇÃO DADA PELA LEI Nº 14.230/2021. O PROCEDIMENTO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA FOI DISTRIBUÍDO A ESTE RELATOR EM 23 DE AGOSTO DE 2023, POR INTERMÉDIO DO GEDOC Nº 000268-226/2023 (DOCUMENTO Nº 0556231). A LEI Nº 8.429/92, COM REDAÇÃO DADA PELA LEI Nº 14.230/2021, DISCIPLINA QUE O INQUÉRITO CIVIL INSTAURADO PARA APURAÇÃO DE ATO DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA SERÁ CONCLUÍDO NO PRAZO DE 365 (TREZENTOS E SESENTA E CINCO) DIAS, ADMITINDO-SE UMA ÚNICA PRORROGAÇÃO POR IGUAL PERÍODO, A SER FEITA MEDIANTE ATO FUNDAMENTADO. VEJAMOS: ART. 23. A AÇÃO PARA A APLICAÇÃO DAS SANÇÕES PREVISTAS NESTA LEI PRESCREVE EM 8 (OITO) ANOS, CONTADOS A PARTIR DA OCORRÊNCIA DO FATO OU, NO CASO DE INFRAÇÕES PERMANENTES, DO DIA EM QUE CESSOU A PERMANÊNCIA. (...) § 2º O INQUÉRITO CIVIL PARA APURAÇÃO DO ATO DE IMPROBIDADE SERÁ CONCLUÍDO NO PRAZO DE 365 (TREZENTOS E SESENTA E CINCO) DIAS CORRIDOS, PRORROGÁVEL UMA ÚNICA VEZ POR IGUAL PERÍODO, MEDIANTE ATO FUNDAMENTADO SUBMETIDO À REVISÃO DA INSTÂNCIA COMPETENTE DO ÓRGÃO MINISTERIAL, CONFORME DISPUSER A RESPECTIVA LEI ORGÂNICA. O CENTRO OPERACIONAL DE COMBATE À CORRUPÇÃO E DEFESA DO PATRIMÔNIO PÚBLICO, POR INTERMÉDIO DO OFÍCIO CIRCULAR Nº 10/2022/CACOP, DE 24 DE OUTUBRO DE 2022, CONSIGNOU QUE AS DETERMINAÇÕES CONTIDAS NO DISPOSITIVO SUPRATRASCrito DEVEM SER APLICADAS DESDE A DATA EM QUE A LEI Nº 14.230/2021 ENTROU EM VIGOR, OU SEJA, A PARTIR DE 25 DE OUTUBRO DE 2021. NESSES TERMOS, A PARTIR DA REFERIDA DATA, 25 DE OUTUBRO DE 2021, O INQUÉRITO CIVIL DESTINADO À APURAÇÃO DE ATO DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA SOMENTE PODERÁ SER PRORROGADO UMA ÚNICA VEZ – ART. 23, § 2º, DA LEI Nº 8.429/92, COM AS ALTERAÇÕES INTRODUZIDAS PELA LEI Nº 14.230/2021. ELUCIDANDO O TEMA, TRANSCREVE-SE O SEGUINTE TRECHO DO OFÍCIO SOBREDITO: “DE INÍCIO, HÁ DE SE ESCLARECER QUE, APÓS O ADVENTO DA NLIA, SÓ SERÁ POSSÍVEL UMA ÚNICA PRORROGAÇÃO DE PRAZO PARA CONCLUSÃO DO ICP (ART. 23, § 2º, NLIA). FRISE-SE QUE, CASO

TENHA OCORRIDO PRORROGAÇÃO DE PRAZO ANTES DA NLIA, NÃO HÁ IMPEDIMENTO PARA UMA ÚNICA PRORROGAÇÃO, APÓS O ADVENTO DA LEI 14.230/21.” (GRIFOS ORIGINAIS) COMPULSANDO OS FÓLIOS DO INQUÉRITO CIVIL EM COMENTO (SIMP Nº 000025-342/2018), VERIFICA-SE QUE EM 25 DE JULHO DE 2022 A PRESIDENTE DO FEITO, TENDO EM VISTA A NECESSIDADE DE REALIZAÇÃO DE DILIGÊNCIAS COMPLEMENTARES, PRORROGOU O PRAZO DE CONCLUSÃO DO PRESENTE PROCEDIMENTO POR MAIS UM ANO. VEJAMOS (ID 54037706 – SIMP Nº 000025-342/2018): CONSIDERANDO QUE O PRAZO DE CONCLUSÃO DO PRESENTE IC FINDARÁ EM 09 DE ABRIL DE 2022; CONSIDERANDO A IMPRESCINDIBILIDADE NA CONCLUSÃO DE DILIGÊNCIAS PARA O FIEL ESCLARECIMENTO DOS FATOS E ADOÇÃO DAS MEDIDAS CORRETIVAS, SE NECESSÁRIO; RESOLVE: PRORROGAR POR 01 (UM) ANO O PRAZO DE CONCLUSÃO DO PRESENTE INQUÉRITO CIVIL, A PARTIR DA REFERIDA DATA, DETERMINANDO DE IMEDIATO A ADOÇÃO DAS MEDIDAS ABAIXO DECLINADAS: A) REMETER CÓPIA DESTA PORTARIA AO CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO PARA CONHECIMENTO; B) PUBLIQUE-SE NO DIÁRIO ELETRÔNICO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO PIAUÍ; C) ANALISANDO DETIDAMENTE OS AUTOS, VERIFICO QUE OS DOCUMENTOS ACOSTADOS NO ID 53132487 NÃO SE REFEREM AO PRESENTE PROCEDIMENTO. EM RAZÃO, DETERMINO SEU DESENTRANHAMENTO; D) ACESSANDO O PORTAL DO CONVENIADO, NO SITE DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PIAUÍ, PROCEDER À JUNTADA DOS DOCUMENTOS REFERENTES ÀS IRREGULARIDADES NO PROCEDIMENTO LICITATÓRIO REFERENTES A MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO (FLS. 14/98 DA PEÇA 16), APONTADAS PELO TCE QUANDO DA ANÁLISE DA PRESTAÇÃO DE CONTAS DO MUNICÍPIO DE SANTO INÁCIO DO PIAUÍ – EXERCÍCIO DE 2012, TC 053131/2012. VERIFICA-SE QUE, TENDO SIDO EFETIVADA UMA PRORROGAÇÃO DE PRAZO DO PRESENTE INQUISITÓRIO APÓS A VIGÊNCIA DA LEI Nº 14.230/2021, RESTA INVIABILIZADA A REITERAÇÃO DA PROVIDÊNCIA, POR EXPRESSA VEDAÇÃO LEGAL. ASSIM, FAR-SE-IA NECESSÁRIO QUE A PRESIDENTE DO FEITO, SE ASSIM ENTENDESSE CABÍVEL, PROPUSESSE AÇÃO CIVIL PÚBLICA PARA PROMOVER A RESPONSABILIZAÇÃO DEVIDA PELO ATO DE IMPROBIDADE PRATICADO, CASO EXISTISSEM FUNDAMENTOS BASTANTES PARA ISSO, OU, CASO CONTRÁRIO, PROMOVESSE O ARQUIVAMENTO DO PROCEDIMENTO. EXAMINANDO O PRESENTE INQUISITÓRIO, CONSTATA-SE QUE A NOBRE PROMOTORA DE JUSTIÇA DETERMINOU O ARQUIVAMENTO DO PROCEDIMENTO, EM 07 DE AGOSTO DE 2023, COM FUNDAMENTO NA PRESCRIÇÃO DA PRETENSÃO PUNITIVA E NA IRRELEVÂNCIA DA LESÃO CAUSADA AO PATRIMÔNIO PÚBLICO (SÚMULA Nº 08 DO CSMP), A QUAL ESTÁ PENDENTE DE ANÁLISE PELO CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO (IDS 56580081 E 56666432). NESSES TERMOS, NÃO HOMOLOGO O PRESENTE PEDIDO DE PRORROGAÇÃO DE PRAZO, EM ATENÇÃO AO PRINCÍPIO DA CELERIDADE PROCESSUAL, PREVISTO NO ART. 5º, INCISO LXXVIII, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988, E AO DISPOSTO NO ART. 23, § 2º, DA LEI Nº 8.429/92, COM A REDAÇÃO DADA PELA LEI Nº 14.230/2021, E O FAÇO AD REFERENDUM DO CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO, NOS TERMOS DO ART. 17, INCISO XIV, DO RICSMP (RESOLUÇÃO CSMP Nº 03/2017). **EGRÉGIO CONSELHO SUPERIOR, À UNANIMIDADE, REFERENDOU A DECISÃO MONOCRÁTICA PROFERIDA.**

2.1.35 PROCEDIMENTO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA (SEI Nº 19.21.0171.0024935/2023-75). PROCEDIMENTO ELETRÔNICO. ORIGEM: PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE MONSENHOR GIL – PI. ASSUNTO: REVISÃO DA PRORROGAÇÃO DE PRAZO DO INQUÉRITO CIVIL REGISTRADO NO SIMP Nº 000072-221/2021. PROMOTOR DE JUSTIÇA: DR. RAFAEL MAIA NOGUEIRA. **RELATOR: DR. FERNANDO MELO FERRO GOMES.** CUIDA-SE, NA ESPÉCIE, DE PEDIDO DE PRORROGAÇÃO DE PRAZO PARA A CONCLUSÃO DO INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO (SIMP Nº 000072-221/2021) SOLICITADO EM 24 DE JULHO DE 2023 PELO PROMOTOR DE JUSTIÇA RAFAEL MAIA NOGUEIRA, RESPONSÁVEL PELA PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE MONSENHOR GIL – PI, CONFORME PREVISTO NO

ART. 23, § 2º, DA LEI Nº 8.429/92, COM A REDAÇÃO DADA PELA LEI Nº 14.230/2021. O INQUISITÓRIO TEM POR OBJETO APURAR POSSÍVEL COMETIMENTO DE ATOS LESIVOS AOS PRINCÍPIOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E A VIOLAÇÃO DE DIREITOS CONSTITUCIONALMENTE PREVISTOS, EM VIRTUDE DA PROMOÇÃO DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO PELA PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CURRALINHOS, POR MEIO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, REGIDO PELO EDITAL Nº 001/2021, VISANDO A CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA DE PROFESSORES. EXTRAÍ-SE DOS AUTOS QUE O PRESIDENTE DO FEITO, EM DATA DE 21 DE JULHO DE 2023, PRORROGOU O PRAZO DE CONCLUSÃO DO PROCEDIMENTO, EM RAZÃO DA NECESSIDADE DE REALIZAÇÃO DE NOVAS DILIGÊNCIAS PARA A SUA INSTRUÇÃO (DOCUMENTO Nº 0535617). EM SEGUIDA, SUBMETEU O ATO DECISÓRIO À HOMOLOGAÇÃO DO CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO, EM ATENDIMENTO AO DISPOSTO NO ART. 23, § 2º, DA LEI Nº 8.429/92, COM A REDAÇÃO DADA PELA LEI Nº 14.230/2021. O PROCEDIMENTO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA FOI DISTRIBUÍDO A ESTE RELATOR EM 23 DE AGOSTO DE 2023, POR INTERMÉDIO DO GEDOC Nº 000273-226/2023 (DOCUMENTO Nº 0556303). A LEI Nº 8.429/92, COM REDAÇÃO DADA PELA LEI Nº 14.230/2021, DISCIPLINA QUE O INQUÉRITO CIVIL INSTAURADO PARA APURAÇÃO DE ATO DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA SERÁ CONCLUÍDO NO PRAZO DE 365 (TREZENTOS E SESENTA E CINCO) DIAS, ADMITINDO-SE UMA ÚNICA PRORROGAÇÃO POR IGUAL PERÍODO, A SER FEITA MEDIANTE ATO FUNDAMENTADO. VEJAMOS: ART. 23. A AÇÃO PARA A APLICAÇÃO DAS SANÇÕES PREVISTAS NESTA LEI PRESCREVE EM 8 (OITO) ANOS, CONTADOS A PARTIR DA OCORRÊNCIA DO FATO OU, NO CASO DE INFRAÇÕES PERMANENTES, DO DIA EM QUE CESSOU A PERMANÊNCIA. (...) § 2º O INQUÉRITO CIVIL PARA APURAÇÃO DO ATO DE IMPROBIDADE SERÁ CONCLUÍDO NO PRAZO DE 365 (TREZENTOS E SESENTA E CINCO) DIAS CORRIDOS, PRORROGÁVEL UMA ÚNICA VEZ POR IGUAL PERÍODO, MEDIANTE ATO FUNDAMENTADO SUBMETIDO À REVISÃO DA INSTÂNCIA COMPETENTE DO ÓRGÃO MINISTERIAL, CONFORME DISPUSER A RESPECTIVA LEI ORGÂNICA. O CENTRO OPERACIONAL DE COMBATE À CORRUPÇÃO E DEFESA DO PATRIMÔNIO PÚBLICO, POR INTERMÉDIO DO OFÍCIO CIRCULAR Nº 10/2022/CACOP, DE 24 DE OUTUBRO DE 2022, CONSIGNOU QUE AS DETERMINAÇÕES CONTIDAS NO DISPOSITIVO SUPRATRASCrito DEVEM SER APLICADAS DESDE A DATA EM QUE A LEI Nº 14.230/2021 ENTROU EM VIGOR, OU SEJA, A PARTIR DE 25 DE OUTUBRO DE 2021. NESSES TERMOS, A PARTIR DA REFERIDA DATA, 25 DE OUTUBRO DE 2021, O INQUÉRITO CIVIL DESTINADO À APURAÇÃO DE ATO DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA SOMENTE PODERÁ SER PRORROGADO UMA ÚNICA VEZ – ART. 23, § 2º, DA LEI Nº 8.429/92, COM AS ALTERAÇÕES INTRODUZIDAS PELA LEI Nº 14.230/2021. ELUCIDANDO O TEMA, TRANSCREVE-SE O SEGUINTE TRECHO DO OFÍCIO SOBREDITO: “DE INÍCIO, HÁ DE SE ESCLARECER QUE, APÓS O ADVENTO DA NLIA, SÓ SERÁ POSSÍVEL UMA ÚNICA PRORROGAÇÃO DE PRAZO PARA CONCLUSÃO DO ICP (ART. 23, § 2º, NLIA). FRISE-SE QUE, CASO TENHA OCORRIDO PRORROGAÇÃO DE PRAZO ANTES DA NLIA, NÃO HÁ IMPEDIMENTO PARA UMA ÚNICA PRORROGAÇÃO, APÓS O ADVENTO DA LEI 14.230/21.” (GRIFOS ORIGINAIS) COMPULSANDO OS FÓLIOS DO INQUÉRITO CIVIL EM COMENTO (SIMP Nº 000072-221/2021), VERIFICA-SE QUE EM 08 DE AGOSTO DE 2022 O PRESIDENTE DO FEITO, TENDO EM VISTA A NECESSIDADE DE REALIZAÇÃO DE DILIGÊNCIAS COMPLEMENTARES, PRORROGOU O PRAZO DE CONCLUSÃO DO PRESENTE PROCEDIMENTO POR MAIS UM ANO. VEJAMOS (ID 54136002 – SIMP Nº 000072-221/2021): DA ANÁLISE DOS AUTOS OS AUTOS, NOTA-SE QUE ESTE SE ENCONTRA VENCIDO, A ANÁLISE DOS AUTOS OS AUTOS, NOTA-SE QUE ESTE SE ENCONTRA VENCIDO, SENDO NECESSÁRIA À SUA RENOVAÇÃO, CONFORME PRECEITUA O ART. 9º DA RESOLUÇÃO CNMP N. 23/2007 QUE: ART. 9º O INQUÉRITO CIVIL DEVERÁ SER CONCLUÍDO NO PRAZO DE UM ANO, PRORROGÁVEL PELO MESMO PRAZO E QUANTAS VEZES FOREM NECESSÁRIAS, POR DECISÃO FUNDAMENTADA DE SEU PRESIDENTE, À VISTA DA IMPRESCINDIBILIDADE DA REALIZAÇÃO OU CONCLUSÃO DE DILIGÊNCIAS, DANDO-SE CIÊNCIA AO

CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO, À CÂMARA DE COORDENAÇÃO E REVISÃO OU À PROCURADORIA FEDERAL DOS DIREITOS DO CIDADÃO. AINDA, VERIFICA-SE QUE HÁ SOLICITAÇÃO DA CÂMARA MUNICIPAL DE CURRALINHOS SOBRE UMA AUDIÊNCIA EXTRAJUDICIAL A SER REALIZADA PARA TRATAR SOBRE O TAC 001/2021. DO EXPOSTO, À LUZ DA RES. CNMP N. 23/2007, DETERMINO: 1) A PRORROGAÇÃO DO PRESENTE IC POR MAIS 01 (UM) ANO; 2) A COMUNICAÇÃO AO CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO (CSMP), POR MEIO DE OFÍCIO, DA PRORROGAÇÃO DO PRESENTE IC; 3) A DESIGNAÇÃO DE AUDIÊNCIA EXTRAJUDICIAL, A SER REALIZADA PRESENCIALMENTE NA PJMG, NO DIA 16 DE AGOSTO DE 2022, ÀS 11H, COM OS VEREADORES SOLICITANTES DO OFÍCIO DE ID 54009507, RESPEITADAS AS PAUTAS DE AUDIÊNCIAS JUDICIAIS E EXTRAJUDICIAIS, A CARGO DESTES ÓRGÃO DE EXECUÇÃO, PREVIAMENTE DESIGNADAS; 4) A EXPEDIÇÃO DE NOTIFICAÇÃO, POR MEIO ELETRÔNICO, AO SOLICITANTE SOBRE A AUDIÊNCIA EXTRAJUDICIAL A SER REALIZADA NA DATA SUPRACITADA. LEVADAS A EFEITO AS REFERIDAS DILIGÊNCIAS, FAÇAM-ME OS AUTOS CONCLUSOS PARA ULTERIOR ANÁLISE. CUMpra-SE COM URGÊNCIA. VERIFICA-SE QUE, TENDO SIDO EFETIVADA UMA PRORROGAÇÃO DE PRAZO DO PRESENTE INQUISITÓRIO APÓS A VIGÊNCIA DA LEI Nº 14.230/2021, RESTA INVIABILIZADA A REITERAÇÃO DA PROVIDÊNCIA, POR EXPRESSA VEDAÇÃO LEGAL. ASSIM, FAZ-SE NECESSÁRIO QUE O PRESIDENTE DO FEITO, SE ASSIM ENTENDER CABÍVEL, PROPONHA AÇÃO CIVIL PÚBLICA PARA PROMOVER A RESPONSABILIZAÇÃO DEVIDA PELO ATO DE IMPROBIDADE PRATICADO, CASO EXISTAM FUNDAMENTOS BASTANTES PARA ISSO, OU, CASO CONTRÁRIO, PROMOVA O ARQUIVAMENTO DO PROCEDIMENTO. NESSES TERMOS, NÃO HOMOLOGO O PRESENTE PEDIDO DE PRORROGAÇÃO DE PRAZO, EM ATENÇÃO AO PRINCÍPIO DA CELERIDADE PROCESSUAL, PREVISTO NO ART. 5º, INCISO LXXVIII, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988, E AO DISPOSTO NO ART. 23, § 2º, DA LEI Nº 8.429/92, COM A REDAÇÃO DADA PELA LEI Nº 14.230/2021, E O FAÇO AD REFERENDUM DO CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO, NOS TERMOS DO ART. 17, INCISO XIV, DO RICSMP (RESOLUÇÃO CSMP Nº 03/2017). **EGRÉGIO CONSELHO SUPERIOR, À UNANIMIDADE, REFERENDOU A DECISÃO MONOCRÁTICA PROFERIDA.**

2.1.36 PROCEDIMENTO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA (SEI Nº 19.21.0349.0026482/2023-62). PROCEDIMENTO ELETRÔNICO. ORIGEM: PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE SIMPLÍCIO MENDES – PI. ASSUNTO: REVISÃO DA PRORROGAÇÃO DE PRAZO DO INQUÉRITO CIVIL REGISTRADO NO SIMP Nº 000458-237/2020. PROMOTOR DE JUSTIÇA: DR. CARLOS ROGÉRIO BESERRA DA SILVA. **RELATOR: DR. FERNANDO MELO FERRO GOMES.** CUIDA-SE, NA ESPÉCIE, DE PEDIDO DE PRORROGAÇÃO DE PRAZO PARA A CONCLUSÃO DO INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO (SIMP Nº 000458-237/2020) SOLICITADO EM 25 DE JULHO DE 2023 PELO PROMOTOR DE JUSTIÇA CARLOS ROGÉRIO BESERRA DA SILVA, RESPONSÁVEL PELA PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE SIMPLÍCIO MENDES – PI, CONFORME PREVISTO NO ART. 23, § 2º, DA LEI Nº 8.429/92, COM A REDAÇÃO DADA PELA LEI Nº 14.230/2021. O INQUISITÓRIO TEM POR OBJETO APURAR SUPOSTA INADIMPLÊNCIA CONTINUADA DO MUNICÍPIO DE CAMPINAS DO PIAUÍ COM A EMPRESA EQUATORIAL PIAUÍ DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A. EXTRAI-SE DOS AUTOS QUE A PRESIDENTE DO FEITO, EM DATA DE 29 DE MARÇO DE 2023, PRORROGOU O PRAZO DE CONCLUSÃO DO PROCEDIMENTO, EM RAZÃO DA NECESSIDADE DE REALIZAÇÃO DE NOVAS DILIGÊNCIAS PARA A SUA INSTRUÇÃO (DOCUMENTO Nº 0544471). EM SEGUIDA, SUBMETEU O ATO DECISÓRIO À HOMOLOGAÇÃO DO CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO, EM ATENDIMENTO AO DISPOSTO NO ART. 23, § 2º, DA LEI Nº 8.429/92, COM A REDAÇÃO DADA PELA LEI Nº 14.230/2021. O PROCEDIMENTO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA FOI DISTRIBUÍDO A ESTE RELATOR EM 23 DE AGOSTO DE 2023, POR INTERMÉDIO DO GEDOC Nº 000283-226/2023 (DOCUMENTO Nº 0556466). A LEI Nº 8.429/92, COM REDAÇÃO DADA PELA LEI Nº 14.230/2021, DISCIPLINA QUE O INQUÉRITO CIVIL INSTAURADO PARA APURAÇÃO DE ATO DE

IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA SERÁ CONCLUÍDO NO PRAZO DE 365 (TREZENTOS E SESENTA E CINCO) DIAS, ADMITINDO-SE UMA ÚNICA PRORROGAÇÃO POR IGUAL PERÍODO, A SER FEITA MEDIANTE ATO FUNDAMENTADO. VEJAMOS: ART. 23. A AÇÃO PARA A APLICAÇÃO DAS SANÇÕES PREVISTAS NESTA LEI PRESCREVE EM 8 (OITO) ANOS, CONTADOS A PARTIR DA OCORRÊNCIA DO FATO OU, NO CASO DE INFRAÇÕES PERMANENTES, DO DIA EM QUE CESSOU A PERMANÊNCIA. (...) § 2º O INQUÉRITO CIVIL PARA APURAÇÃO DO ATO DE IMPROBIDADE SERÁ CONCLUÍDO NO PRAZO DE 365 (TREZENTOS E SESENTA E CINCO) DIAS CORRIDOS, PRORROGÁVEL UMA ÚNICA VEZ POR IGUAL PERÍODO, MEDIANTE ATO FUNDAMENTADO SUBMETIDO À REVISÃO DA INSTÂNCIA COMPETENTE DO ÓRGÃO MINISTERIAL, CONFORME DISPUSER A RESPECTIVA LEI ORGÂNICA. O CENTRO OPERACIONAL DE COMBATE À CORRUPÇÃO E DEFESA DO PATRIMÔNIO PÚBLICO, POR INTERMÉDIO DO OFÍCIO CIRCULAR Nº 10/2022/CACOP, DE 24 DE OUTUBRO DE 2022, CONSIGNOU QUE AS DETERMINAÇÕES CONTIDAS NO DISPOSITIVO SUPRATRASCrito DEVEM SER APLICADAS DESDE A DATA EM QUE A LEI Nº 14.230/2021 ENTROU EM VIGOR, OU SEJA, A PARTIR DE 25 DE OUTUBRO DE 2021. NESSES TERMOS, A PARTIR DA REFERIDA DATA, 25 DE OUTUBRO DE 2021, O INQUÉRITO CIVIL DESTINADO À APURAÇÃO DE ATO DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA SOMENTE PODERÁ SER PRORROGADO UMA ÚNICA VEZ – ART. 23, § 2º, DA LEI Nº 8.429/92, COM AS ALTERAÇÕES INTRODUZIDAS PELA LEI Nº 14.230/2021. ELUCIDANDO O TEMA, TRANSCREVE-SE O SEGUINTE TRECHO DO OFÍCIO SOBREDITO: “DE INÍCIO, HÁ DE SE ESCLARECER QUE, APÓS O ADVENTO DA NLIA, SÓ SERÁ POSSÍVEL UMA ÚNICA PRORROGAÇÃO DE PRAZO PARA CONCLUSÃO DO ICP (ART. 23, § 2º, NLIA). FRISE-SE QUE, CASO TENHA OCORRIDO PRORROGAÇÃO DE PRAZO ANTES DA NLIA, NÃO HÁ IMPEDIMENTO PARA UMA ÚNICA PRORROGAÇÃO, APÓS O ADVENTO DA LEI 14.230/21.” (GRIFOS ORIGINAIS) COMPULSANDO OS FÓLIOS DO INQUÉRITO CIVIL EM COMENTO (SIMP Nº 000458-237/2020), VERIFICA-SE QUE EM 25 DE FEVEREIRO DE 2022 A ENTÃO PRESIDENTE DO FEITO, DRA. EMANUELLE MARTINS NEIVA DANTAS RODRIGUES BELO, TENDO EM VISTA A NECESSIDADE DE REALIZAÇÃO DE DILIGÊNCIAS COMPLEMENTARES, PRORROGOU O PRAZO DE CONCLUSÃO DO PRESENTE PROCEDIMENTO POR MAIS UM ANO. VEJAMOS (ID 34747197 – SIMP Nº 000458-237/2020): CONSIDERANDO QUE O PRAZO DE CONCLUSÃO DO PRESENTE IC FINDOU EM 25 DE NOVEMBRO DE 2021; CONSIDERANDO A IMPRESCINDIBILIDADE NA CONCLUSÃO DAS DILIGÊNCIAS PARA O FIEL ESCLARECIMENTO DOS FATOS E ADOÇÃO DAS MEDIDAS CORRETIVAS, SE NECESSÁRIO; R E S O L V E: PRORROGAR POR 01 (UM) ANO O PRAZO DE CONCLUSÃO DO PRESENTE INQUÉRITO CIVIL, A PARTIR DA REFERIDA DATA, DETERMINANDO DE IMEDIATO A ADOÇÃO DAS MEDIDAS ABAIXO DECLINADAS: A) REMETER CÓPIA DESTA PORTARIA AO CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO PARA CONHECIMENTO; B) PUBLIQUE-SE NO DIÁRIO ELETRÔNICO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO PIAUÍ; RENOVA-SE O OFÍCIO Nº 1358/2021/SEPJM – MPPI. ESCLAREÇA QUE A RECUSA INJUSTIFICÁVEL E O RETARDAMENTO INDEVIDO DO CUMPRIMENTO DAS REQUISIÇÕES DO MINISTÉRIO PÚBLICO IMPLICARÃO NA RESPONSABILIZAÇÃO DE QUE LHE DER CAUSA, A TEOR DO ARTIGO 37, §5º, DA LEI COMPLEMENTAR ESTADUAL Nº 12/1993. VERIFICA-SE QUE, TENDO SIDO EFETIVADA UMA PRORROGAÇÃO DE PRAZO DO PRESENTE INQUISITÓRIO APÓS A VIGÊNCIA DA LEI Nº 14.230/2021, RESTA INVIABILIZADA A REITERAÇÃO DA PROVIDÊNCIA, POR EXPRESSA VEDAÇÃO LEGAL. ASSIM, FAZ-SE NECESSÁRIO QUE O PRESIDENTE DO FEITO, SE ASSIM ENTENDER CABÍVEL, PROPONHA AÇÃO CIVIL PÚBLICA PARA PROMOVER A RESPONSABILIZAÇÃO DEVIDA PELO ATO DE IMPROBIDADE PRATICADO, CASO EXISTAM FUNDAMENTOS BASTANTES PARA ISSO, OU, CASO CONTRÁRIO, PROMOVA O ARQUIVAMENTO DO PROCEDIMENTO. NESSES TERMOS, NÃO HOMOLOGO O PRESENTE PEDIDO DE PRORROGAÇÃO DE PRAZO, EM ATENÇÃO AO PRINCÍPIO DA CELERIDADE PROCESSUAL, PREVISTO NO ART. 5º, INCISO LXXVIII, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988, E AO DISPOSTO NO ART. 23, § 2º, DA LEI Nº 8.429/92, COM A REDAÇÃO DADA PELA LEI Nº

14.230/2021, E O FAÇO AD REFERENDUM DO CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO, NOS TERMOS DO ART. 17, INCISO XIV, DO RICSMP (RESOLUÇÃO CSMP Nº 03/2017). **EGRÉGIO CONSELHO SUPERIOR, À UNANIMIDADE, REFERENDOU A DECISÃO MONOCRÁTICA PROFERIDA.**

2.1.37 PROCEDIMENTO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA (SEI Nº 19.21.0349.0026090/2023-73). PROCEDIMENTO ELETRÔNICO. ORIGEM: PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE SIMPLÍCIO MENDES – PI. ASSUNTO: REVISÃO DA PRORROGAÇÃO DE PRAZO DO INQUÉRITO CIVIL REGISTRADO NO SIMP Nº 000136-237/2017. PROMOTORA DE JUSTIÇA: DRA. EMMANUELLE MARTINS NEIVA DANTAS RODRIGUES BELO. **RELATOR: DR. FERNANDO MELO FERRO GOMES.** CUIDA-SE, NA ESPÉCIE, DE PEDIDO DE PRORROGAÇÃO DE PRAZO PARA A CONCLUSÃO DO INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO (SIMP Nº 000136-237/2017) SOLICITADO EM 01 DE AGOSTO DE 2023 PELA PROMOTORA DE JUSTIÇA EMMANUELLE MARTINS NEIVA DANTAS RODRIGUES BELO, RESPONSÁVEL PELA PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE SIMPLÍCIO MENDES – PI, CONFORME PREVISTO NO ART. 23, § 2º, DA LEI Nº 8.429/92, COM A REDAÇÃO DADA PELA LEI Nº 14.230/2021. O INQUISITÓRIO TEM POR OBJETO APURAR SUPOSTA PRECARIIDADE DO SERVIÇO PÚBLICO DE SAÚDE NO HOSPITAL REGIONAL ESTADUAL DE SIMPLÍCIO MENDES. EXTRAI-SE DOS AUTOS QUE A PRESIDENTE DO FEITO, EM DATA DE 29 DE JUNHO DE 2023, PRORROGOU O PRAZO DE CONCLUSÃO DO PROCEDIMENTO, EM RAZÃO DA NECESSIDADE DE REALIZAÇÃO DE NOVAS DILIGÊNCIAS PARA A SUA INSTRUÇÃO (DOCUMENTO Nº 0542104). EM SEGUIDA, SUBMETEU O ATO DECISÓRIO À HOMOLOGAÇÃO DO CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO, EM ATENDIMENTO AO DISPOSTO NO ART. 23, § 2º, DA LEI Nº 8.429/92, COM A REDAÇÃO DADA PELA LEI Nº 14.230/2021. O PROCEDIMENTO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA FOI DISTRIBUÍDO A ESTE RELATOR EM 23 DE AGOSTO DE 2023, POR INTERMÉDIO DO GEDOC Nº 000288-226/2023 (DOCUMENTO Nº 0556489). A LEI Nº 8.429/92, COM REDAÇÃO DADA PELA LEI Nº 14.230/2021, DISCIPLINA QUE O INQUÉRITO CIVIL INSTAURADO PARA APURAÇÃO DE ATO DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA SERÁ CONCLUÍDO NO PRAZO DE 365 (TREZENTOS E SESENTA E CINCO) DIAS, ADMITINDO-SE UMA ÚNICA PRORROGAÇÃO POR IGUAL PERÍODO, A SER FEITA MEDIANTE ATO FUNDAMENTADO. VEJAMOS: ART. 23. A AÇÃO PARA A APLICAÇÃO DAS SANÇÕES PREVISTAS NESTA LEI PRESCREVE EM 8 (OITO) ANOS, CONTADOS A PARTIR DA OCORRÊNCIA DO FATO OU, NO CASO DE INFRAÇÕES PERMANENTES, DO DIA EM QUE CESSOU A PERMANÊNCIA. (...) § 2º O INQUÉRITO CIVIL PARA APURAÇÃO DO ATO DE IMPROBIDADE SERÁ CONCLUÍDO NO PRAZO DE 365 (TREZENTOS E SESENTA E CINCO) DIAS CORRIDOS, PRORROGÁVEL UMA ÚNICA VEZ POR IGUAL PERÍODO, MEDIANTE ATO FUNDAMENTADO SUBMETIDO À REVISÃO DA INSTÂNCIA COMPETENTE DO ÓRGÃO MINISTERIAL, CONFORME DISPUSER A RESPECTIVA LEI ORGÂNICA. O CENTRO OPERACIONAL DE COMBATE À CORRUPÇÃO E DEFESA DO PATRIMÔNIO PÚBLICO, POR INTERMÉDIO DO OFÍCIO CIRCULAR Nº 10/2022/CACOP, DE 24 DE OUTUBRO DE 2022, CONSIGNOU QUE AS DETERMINAÇÕES CONTIDAS NO DISPOSITIVO SUPRATRASCrito DEVEM SER APLICADAS DESDE A DATA EM QUE A LEI Nº 14.230/2021 ENTROU EM VIGOR, OU SEJA, A PARTIR DE 25 DE OUTUBRO DE 2021. NESSES TERMOS, A PARTIR DA REFERIDA DATA, 25 DE OUTUBRO DE 2021, O INQUÉRITO CIVIL DESTINADO À APURAÇÃO DE ATO DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA SOMENTE PODERÁ SER PRORROGADO UMA ÚNICA VEZ – ART. 23, § 2º, DA LEI Nº 8.429/92, COM AS ALTERAÇÕES INTRODUZIDAS PELA LEI Nº 14.230/2021. ELUCIDANDO O TEMA, TRANSCREVE-SE O SEGUINTE TRECHO DO OFÍCIO SOBREDITO: “DE INÍCIO, HÁ DE SE ESCLARECER QUE, APÓS O ADVENTO DA NLIA, SÓ SERÁ POSSÍVEL UMA ÚNICA PRORROGAÇÃO DE PRAZO PARA CONCLUSÃO DO ICP (ART. 23, § 2º, NLIA). FRISE-SE QUE, CASO TENHA OCORRIDO PRORROGAÇÃO DE PRAZO ANTES DA NLIA, NÃO HÁ IMPEDIMENTO PARA UMA ÚNICA PRORROGAÇÃO, APÓS O ADVENTO DA LEI 14.230/21.” (GRIFOS ORIGINAIS) COMPULSANDO OS FÓLIOS DO INQUÉRITO CIVIL EM COMENTO (SIMP Nº 000136-237/2017), VERIFICA-SE QUE EM

03 DE NOVEMBRO DE 2021 A PRESIDENTE DO FEITO, TENDO EM VISTA A NECESSIDADE DE REALIZAÇÃO DE DILIGÊNCIAS COMPLEMENTARES, PRORROGOU O PRAZO DE CONCLUSÃO DO PRESENTE PROCEDIMENTO POR MAIS UM ANO. VEJAMOS (ID 34080203 – SIMP Nº 000136-237/2017): CONSIDERANDO QUE O PRAZO DE CONCLUSÃO DO PRESENTE IC FINDOU EM 07 DE NOVEMBRO DE 2021; CONSIDERANDO A IMPRESCINDIBILIDADE NA CONCLUSÃO DAS DILIGÊNCIAS PARA O FIEL ESCLARECIMENTO DOS FATOS E ADOÇÃO DAS MEDIDAS CORRETIVAS, SE NECESSÁRIO; R E S O L V E: PRORROGAR POR 01 (UM) ANO O PRAZO DE CONCLUSÃO DO PRESENTE INQUÉRITO CIVIL, A PARTIR DA REFERIDA DATA, DETERMINANDO DE IMEDIATO A ADOÇÃO DAS MEDIDAS ABAIXO DECLINADAS: A) REMETER CÓPIA DESTA PORTARIA AO CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO PARA CONHECIMENTO; B) PUBLIQUE-SE NO DIÁRIO ELETRÔNICO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO PIAUÍ. VERIFICA-SE QUE, TENDO SIDO EFETIVADA UMA PRORROGAÇÃO DE PRAZO DO PRESENTE INQUISITÓRIO APÓS A VIGÊNCIA DA LEI Nº 14.230/2021, RESTA INVIABILIZADA A REITERAÇÃO DA PROVIDÊNCIA, POR EXPRESSA VEDAÇÃO LEGAL. ASSIM, FAZ-SE NECESSÁRIO QUE A PRESIDENTE DO FEITO, SE ASSIM ENTENDER CABÍVEL, PROPONHA AÇÃO CIVIL PÚBLICA PARA PROMOVER A RESPONSABILIZAÇÃO DEVIDA PELO ATO DE IMPROBIDADE PRATICADO, CASO EXISTAM FUNDAMENTOS BASTANTES PARA ISSO, OU, CASO CONTRÁRIO, PROMOVA O ARQUIVAMENTO DO PROCEDIMENTO. NESSES TERMOS, NÃO HOMOLOGO O PRESENTE PEDIDO DE PRORROGAÇÃO DE PRAZO, EM ATENÇÃO AO PRINCÍPIO DA CELERIDADE PROCESSUAL, PREVISTO NO ART. 5º, INCISO LXXVIII, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988, E AO DISPOSTO NO ART. 23, § 2º, DA LEI Nº 8.429/92, COM A REDAÇÃO DADA PELA LEI Nº 14.230/2021, E O FAÇO AD REFERENDUM DO CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO, NOS TERMOS DO ART. 17, INCISO XIV, DO RICSMP (RESOLUÇÃO CSMP Nº 03/2017). **EGRÉGIO CONSELHO SUPERIOR, À UNANIMIDADE, REFERENDOU A DECISÃO MONOCRÁTICA PROFERIDA.**

2.1.38 PROCEDIMENTO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA (SEI Nº 19.21.0243.0027663/2023-29). PROCEDIMENTO ELETRÔNICO. ORIGEM: PROMOTORIA DE JUSTIÇA REGIONAL DE BOM JESUS – PI. ASSUNTO: REVISÃO DA PRORROGAÇÃO DE PRAZO DO INQUÉRITO CIVIL REGISTRADO NO SIMP Nº 000275-201/2019. PROMOTOR DE JUSTIÇA: DR. MÁRCIO GIORGI CARCARÁ ROCHA. **RELATOR: DR. FERNANDO MELO FERRO GOMES.** CUIDA-SE, NA ESPÉCIE, DE PEDIDO DE PRORROGAÇÃO DE PRAZO PARA A CONCLUSÃO DO INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO (SIMP Nº 000275-201/2019) SOLICITADO EM 17 DE AGOSTO DE 2023 PELO PROMOTOR DE JUSTIÇA MÁRCIO GIORGI CARCARÁ ROCHA, RESPONSÁVEL PELA PROMOTORIA DE JUSTIÇA REGIONAL DE BOM JESUS – PI, CONFORME PREVISTO NO ART. 23, § 2º, DA LEI Nº 8.429/92, COM A REDAÇÃO DADA PELA LEI Nº 14.230/2021. O INQUISITÓRIO TEM POR OBJETO APURAR POSSÍVEL IRREGULARIDADE EM LICITAÇÃO REALIZADA PELO MUNICÍPIO DE CRISTINO CASTRO/PI, NOTADAMENTE NA PARTICIPAÇÃO DE MEMBRO DA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO EM CERTAME LICITATÓRIO RELATIVO À EMPRESA PRIVADA EM QUE FIGURA COMO FUNCIONÁRIA DA PESSOA JURÍDICA VENCEDORA DE CERTAME (GURGUEIA PARK HOTELARIA E TURISMO LTDA.). EXTRAÍ-SE DOS AUTOS QUE O PRESIDENTE DO FEITO, EM DATA DE 10 DE AGOSTO DE 2023, PRORROGOU O PRAZO DE CONCLUSÃO DO PROCEDIMENTO, EM RAZÃO DA NECESSIDADE DE REALIZAÇÃO DE NOVAS DILIGÊNCIAS PARA A SUA INSTRUÇÃO (DOCUMENTO Nº 0552079). EM SEGUIDA, SUBMETEU O ATO DECISÓRIO À HOMOLOGAÇÃO DO CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO, EM ATENDIMENTO AO DISPOSTO NO ART. 23, § 2º, DA LEI Nº 8.429/92, COM A REDAÇÃO DADA PELA LEI Nº 14.230/2021. O PROCEDIMENTO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA FOI DISTRIBUÍDO A ESTE RELATOR EM 24 DE AGOSTO DE 2023, POR INTERMÉDIO DO GEDOC Nº 000293-226/2023 (DOCUMENTO Nº 0557173). A LEI Nº 8.429/92, COM REDAÇÃO DADA PELA LEI Nº 14.230/2021, DISCIPLINA QUE O INQUÉRITO CIVIL INSTAURADO PARA APURAÇÃO DE ATO DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA SERÁ CONCLUÍDO NO PRAZO DE 365

(TREZENTOS E SESENTA E CINCO) DIAS, ADMITINDO-SE UMA ÚNICA PRORROGAÇÃO POR IGUAL PERÍODO, A SER FEITA MEDIANTE ATO FUNDAMENTADO. VEJAMOS: ART. 23. A AÇÃO PARA A APLICAÇÃO DAS SANÇÕES PREVISTAS NESTA LEI PRESCREVE EM 8 (OITO) ANOS, CONTADOS A PARTIR DA OCORRÊNCIA DO FATO OU, NO CASO DE INFRAÇÕES PERMANENTES, DO DIA EM QUE CESSOU A PERMANÊNCIA. (...) § 2º O INQUÉRITO CIVIL PARA APURAÇÃO DO ATO DE IMPROBIDADE SERÁ CONCLUÍDO NO PRAZO DE 365 (TREZENTOS E SESENTA E CINCO) DIAS CORRIDOS, PRORROGÁVEL UMA ÚNICA VEZ POR IGUAL PERÍODO, MEDIANTE ATO FUNDAMENTADO SUBMETIDO À REVISÃO DA INSTÂNCIA COMPETENTE DO ÓRGÃO MINISTERIAL, CONFORME DISPUSER A RESPECTIVA LEI ORGÂNICA. O CENTRO OPERACIONAL DE COMBATE À CORRUPÇÃO E DEFESA DO PATRIMÔNIO PÚBLICO, POR INTERMÉDIO DO OFÍCIO CIRCULAR Nº 10/2022/CACOP, DE 24 DE OUTUBRO DE 2022, CONSIGNOU QUE AS DETERMINAÇÕES CONTIDAS NO DISPOSITIVO SUPRATRASCrito DEVEM SER APLICADAS DESDE A DATA EM QUE A LEI Nº 14.230/2021 ENTROU EM VIGOR, OU SEJA, A PARTIR DE 25 DE OUTUBRO DE 2021. NESSES TERMOS, A PARTIR DA REFERIDA DATA, 25 DE OUTUBRO DE 2021, O INQUÉRITO CIVIL DESTINADO À APURAÇÃO DE ATO DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA SOMENTE PODERÁ SER PRORROGADO UMA ÚNICA VEZ – ART. 23, § 2º, DA LEI Nº 8.429/92, COM AS ALTERAÇÕES INTRODUZIDAS PELA LEI Nº 14.230/2021. ELUCIDANDO O TEMA, TRANSCREVE-SE O SEGUINTE TRECHO DO OFÍCIO SOBREDITO: “DE INÍCIO, HÁ DE SE ESCLARECER QUE, APÓS O ADVENTO DA NLIA, SÓ SERÁ POSSÍVEL UMA ÚNICA PRORROGAÇÃO DE PRAZO PARA CONCLUSÃO DO ICP (ART. 23, § 2º, NLIA). FRISE-SE QUE, CASO TENHA OCORRIDO PRORROGAÇÃO DE PRAZO ANTES DA NLIA, NÃO HÁ IMPEDIMENTO PARA UMA ÚNICA PRORROGAÇÃO, APÓS O ADVENTO DA LEI 14.230/21.” (GRIFOS ORIGINAIS) COMPULSANDO OS FÓLIOS DO INQUÉRITO CIVIL EM COMENTO (SIMP Nº 000275-201/2019), VERIFICA-SE QUE EM 18 DE AGOSTO DE 2022 O ENTÃO PRESIDENTE DO FEITO, DR. ROBERTO MONTEIRO CARVALHO, TENDO EM VISTA A NECESSIDADE DE REALIZAÇÃO DE DILIGÊNCIAS COMPLEMENTARES, PRORROGOU O PRAZO DE CONCLUSÃO DO PRESENTE PROCEDIMENTO POR MAIS UM ANO. VEJAMOS (ID 54197726 – SIMP Nº 000275-201/2019): TRATA-SE DE INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO INSTAURADO A PARTIR DE NOTÍCIA DE FATO Nº 27/2019, QUE INFORMA POSSÍVEL IRREGULARIDADE EM LICITAÇÃO REALIZADA PELA PREFEITURA DE CRISTINO CASTRO-PI, NOTADAMENTE NA PARTICIPAÇÃO DE MEMBRO DA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO EM CERTAME LICITATÓRIO RELATIVO À EMPRESA PRIVADA EM QUE FIGURA COMO FUNCIONÁRIA DE EMPRESA VENCEDORA DE CERTAME (GURGUEIA PARK HOTELARIA E TURISMO LTDA). O ART. 9º DA RESOLUÇÃO Nº 23/2007 DO CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO ESTABELECE O PRAZO DE 1 (UM) ANO PARA VIGÊNCIA DO INQUÉRITO CIVIL, PREVENDO A POSSIBILIDADE DE PRORROGAÇÕES, QUANTAS NECESSÁRIAS, DESDE QUE POR DESPACHO FUNDAMENTADO. ESTE PROCEDIMENTO SE ENCONTRA COM PRAZO EXPIRADO. HÁ A NECESSIDADE DE ANALISAR A DOCUMENTAÇÃO ACOSTADA AOS AUTOS PARA VERIFICAR A NECESSIDADE OU NÃO DE NOVAS DILIGÊNCIAS A FIM DE SUBSIDIAR UM JUÍZO DE VALOR CONCLUSIVO. DIANTE DISSO, DETERMINO PRORROGAÇÃO DESTE PROCEDIMENTO POR MAIS 01 (UM) ANO, NOS TERMOS DO ART. 9º DA RESOLUÇÃO Nº 023/2007 DO CNMP. COMUNIQUE-SE O CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ. VERIFICA-SE QUE, TENDO SIDO EFETIVADA UMA PRORROGAÇÃO DE PRAZO DO PRESENTE INQUISITÓRIO APÓS A VIGÊNCIA DA LEI Nº 14.230/2021, RESTA INVIABILIZADA A REITERAÇÃO DA PROVIDÊNCIA, POR EXPRESSA VEDAÇÃO LEGAL. ASSIM, FAZ-SE NECESSÁRIO QUE O PRESIDENTE DO FEITO, SE ASSIM ENTENDER CABÍVEL, PROPONHA AÇÃO CIVIL PÚBLICA PARA PROMOVER A RESPONSABILIZAÇÃO DEVIDA PELO ATO DE IMPROBIDADE PRATICADO, CASO EXISTAM FUNDAMENTOS BASTANTES PARA ISSO, OU, CASO CONTRÁRIO, PROMOVA O ARQUIVAMENTO DO PROCEDIMENTO. NESSES TERMOS, NÃO HOMOLOGO O PRESENTE PEDIDO DE PRORROGAÇÃO DE PRAZO, EM ATENÇÃO AO PRINCÍPIO DA CELERIDADE

PROCESSUAL, PREVISTO NO ART. 5º, INCISO LXXVIII, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988, E AO DISPOSTO NO ART. 23, § 2º, DA LEI Nº 8.429/92, COM A REDAÇÃO DADA PELA LEI Nº 14.230/2021, E O FAÇO AD REFERENDUM DO CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO, NOS TERMOS DO ART. 17, INCISO XIV, DO RICSMP (RESOLUÇÃO CSMP Nº 03/2017). **EGRÉGIO CONSELHO SUPERIOR, À UNANIMIDADE, REFERENDOU A DECISÃO MONOCRÁTICA PROFERIDA.**

2.1.39 PROCEDIMENTO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA (SEI Nº 19.21.0708.0028202/2023-35). PROCEDIMENTO ELETRÔNICO. ORIGEM: 2ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE FLORIANO – PI. ASSUNTO: REVISÃO DA PRORROGAÇÃO DE PRAZO DO INQUÉRITO CIVIL REGISTRADO NO SIMP Nº 000142-101/2018. PROMOTORA DE JUSTIÇA: DRA. ANA SOBREIRA BOTELHO MOREIRA. **RELATOR: DR. FERNANDO MELO FERRO GOMES.** CUIDA-SE, NA ESPÉCIE, DE PEDIDO DE PRORROGAÇÃO DE PRAZO PARA A CONCLUSÃO DO INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO (SIMP Nº 000142-101/2018) SOLICITADO EM 16 DE AGOSTO DE 2023 PELA PROMOTORA DE JUSTIÇA ANA SOBREIRA BOTELHO MOREIRA, RESPONSÁVEL PELA 2ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE FLORIANO – PI, CONFORME PREVISTO NO ART. 23, § 2º, DA LEI Nº 8.429/92, COM A REDAÇÃO DADA PELA LEI Nº 14.230/2021. O INQUISITÓRIO TEM POR OBJETO APURAR A EXISTÊNCIA DE IRREGULARIDADES NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS EDUCACIONAIS PELAS ESCOLAS PÚBLICAS ESTADUAIS, COM VIOLAÇÃO, EM TESE, DO PRINCÍPIO ADMINISTRATIVO DA EFICIÊNCIA, BEM COMO GARANTIR A REALIZAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS, NA ÁREA DE EDUCAÇÃO, NECESSÁRIAS PARA O AUMENTO DO ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA - IDEB DAS ESCOLAS PÚBLICAS ESTADUAIS SEDIADAS NO MUNICÍPIO DE FLORIANO. EXTRAI-SE DOS AUTOS QUE A PRESIDENTE DO FEITO, EM DATA DE 16 DE AGOSTO DE 2023, PRORROGOU O PRAZO DE CONCLUSÃO DO PROCEDIMENTO, EM RAZÃO DA NECESSIDADE DE REALIZAÇÃO DE NOVAS DILIGÊNCIAS PARA A SUA INSTRUÇÃO (DOCUMENTO Nº 0555181). EM SEGUIDA, SUBMETEU O ATO DECISÓRIO À HOMOLOGAÇÃO DO CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO, EM ATENDIMENTO AO DISPOSTO NO ART. 23, § 2º, DA LEI Nº 8.429/92, COM A REDAÇÃO DADA PELA LEI Nº 14.230/2021. O PROCEDIMENTO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA FOI DISTRIBUÍDO A ESTE RELATOR EM 24 DE AGOSTO DE 2023, POR INTERMÉDIO DO GEDOC Nº 000273-226/2023 (DOCUMENTO Nº 0557284). A LEI Nº 8.429/92, COM REDAÇÃO DADA PELA LEI Nº 14.230/2021, DISCIPLINA QUE O INQUÉRITO CIVIL INSTAURADO PARA APURAÇÃO DE ATO DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA SERÁ CONCLUÍDO NO PRAZO DE 365 (TREZENTOS E SESENTA E CINCO) DIAS, ADMITINDO-SE UMA ÚNICA PRORROGAÇÃO POR IGUAL PERÍODO, A SER FEITA MEDIANTE ATO FUNDAMENTADO. VEJAMOS: ART. 23. A AÇÃO PARA A APLICAÇÃO DAS SANÇÕES PREVISTAS NESTA LEI PRESCREVE EM 8 (OITO) ANOS, CONTADOS A PARTIR DA OCORRÊNCIA DO FATO OU, NO CASO DE INFRAÇÕES PERMANENTES, DO DIA EM QUE CESSOU A PERMANÊNCIA. (...) § 2º O INQUÉRITO CIVIL PARA APURAÇÃO DO ATO DE IMPROBIDADE SERÁ CONCLUÍDO NO PRAZO DE 365 (TREZENTOS E SESENTA E CINCO) DIAS CORRIDOS, PRORROGÁVEL UMA ÚNICA VEZ POR IGUAL PERÍODO, MEDIANTE ATO FUNDAMENTADO SUBMETIDO À REVISÃO DA INSTÂNCIA COMPETENTE DO ÓRGÃO MINISTERIAL, CONFORME DISPUSER A RESPECTIVA LEI ORGÂNICA. O CENTRO OPERACIONAL DE COMBATE À CORRUPÇÃO E DEFESA DO PATRIMÔNIO PÚBLICO, POR INTERMÉDIO DO OFÍCIO CIRCULAR Nº 10/2022/CACOP, DE 24 DE OUTUBRO DE 2022, CONSIGNOU QUE AS DETERMINAÇÕES CONTIDAS NO DISPOSITIVO SUPRATRASCrito DEVEM SER APLICADAS DESDE A DATA EM QUE A LEI Nº 14.230/2021 ENTROU EM VIGOR, OU SEJA, A PARTIR DE 25 DE OUTUBRO DE 2021. NESSES TERMOS, A PARTIR DA REFERIDA DATA, 25 DE OUTUBRO DE 2021, O INQUÉRITO CIVIL DESTINADO À APURAÇÃO DE ATO DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA SOMENTE PODERÁ SER PRORROGADO UMA ÚNICA VEZ – ART. 23, § 2º, DA LEI Nº 8.429/92, COM AS ALTERAÇÕES INTRODUZIDAS PELA LEI Nº 14.230/2021. ELUCIDANDO O TEMA, TRANSCREVE-SE O SEGUINTE TRECHO DO OFÍCIO SOBREDITO: “DE INÍCIO,

HÁ DE SE ESCLARECER QUE, APÓS O ADVENTO DA NLIA, SÓ SERÁ POSSÍVEL UMA ÚNICA PRORROGAÇÃO DE PRAZO PARA CONCLUSÃO DO ICP (ART. 23, § 2º, NLIA). FRISE-SE QUE, CASO TENHA OCORRIDO PRORROGAÇÃO DE PRAZO ANTES DA NLIA, NÃO HÁ IMPEDIMENTO PARA UMA ÚNICA PRORROGAÇÃO, APÓS O ADVENTO DA LEI 14.230/21.” (GRIFOS ORIGINAIS) COMPULSANDO OS FÓLIOS DO INQUÉRITO CIVIL EM COMENTO (SIMP Nº 000142-101/2018), VERIFICA-SE QUE EM 24 DE JUNHO DE 2022 A ENTÃO PRESIDENTE DO FEITO, DRA. GIANNY VIEIRA DE CARVALHO, TENDO EM VISTA A NECESSIDADE DE REALIZAÇÃO DE DILIGÊNCIAS COMPLEMENTARES, PRORROGOU O PRAZO DE CONCLUSÃO DO PRESENTE PROCEDIMENTO POR MAIS UM ANO. VEJAMOS (ID 53858403 – SIMP Nº 000142-101/2018): 1. TRATA-SE DE INQUÉRITO CIVIL INSTAURADO COM A FINALIDADE DE AVERIGUAR A EXISTÊNCIA DE IRREGULARIDADES NA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS EDUCACIONAIS PELAS ESCOLAS PÚBLICAS ESTADUAIS, COM VIOLAÇÃO, EM TESE, AO PRINCÍPIO ADMINISTRATIVO DA EFICIÊNCIA, BEM COMO GARANTIR A REALIZAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS, NA ÁREA DE EDUCAÇÃO, NECESSÁRIAS PARA O AUMENTO DO IDEB DAS ESCOLAS PÚBLICAS ESTADUAIS SEDIADAS NO MUNICÍPIO DE FLORIANO/PI. 2. AUTOS CONCLUSOS EM VIRTUDE DA DATA DE VENCIMENTO DO PRAZO DE TRAMITAÇÃO QUE OCORRERÁ NO DIA 27/06/2022 E O TRANSCURSO DO TEMPO DETERMINADO EM ÚLTIMO DESPACHO. 3. SOBRE O TEMA, DISPÕE A RES. 23/2007, DO CNMP: ART. 9º O INQUÉRITO CIVIL DEVERÁ SER CONCLUÍDO NO PRAZO DE UM ANO, PRORROGÁVEL PELO MESMO PRAZO E QUANTAS VEZES FOREM NECESSÁRIAS, POR DECISÃO FUNDAMENTADA DE SEU PRESIDENTE, À VISTA DA IMPRESCINDIBILIDADE DA REALIZAÇÃO OU CONCLUSÃO DE DILIGÊNCIAS, DANDO-SE CIÊNCIA AO CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO, À CÂMARA DE COORDENAÇÃO E REVISÃO OU À PROCURADORIA FEDERAL DOS DIREITOS DO CIDADÃO. 4. DO MESMO MODO, DISPÕE A RES. Nº 01/2008, DO CPJ/PI: ART. 23 O INQUÉRITO CIVIL DEVERÁ SER CONCLUÍDO NO PRAZO DE UM ANO, PRORROGÁVEL PELO MESMO PRAZO, POR DECISÃO FUNDAMENTADA DE SEU PRESIDENTE, À VISTA DA IMPRESCINDIBILIDADE DA REALIZAÇÃO OU CONCLUSÃO DE DILIGÊNCIAS, DANDO-SE CIÊNCIA AO CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO. DESSA FORMA, CONSIDERANDO A FINALIDADE DESTES PROCEDIMENTOS E LEVANDO-SE EM CONTA QUE NÃO FOI POSSÍVEL A CONCLUSÃO DO MESMO DENTRO DO PRAZO LEGAL, E, AINDA, QUE HÁ NECESSIDADE DE CONHECIMENTO DO RESULTADO DO IDEB, DETERMINA-SE A PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE TRAMITAÇÃO DO PRESENTE INQUÉRITO CIVIL POR MAIS 1 (UM) ANO, NOS TERMOS DA LEI, COM A DEVIDA COMUNICAÇÃO AO CSMP/MPPI E AO CACOP/MPPI. OUTROSSIM, VISANDO INSTRUIR O FEITO, DETERMINO A EXPEDIÇÃO DE OFÍCIO AO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO (MEC), REQUISITANDO, NO PRAZO DE 20 (VINTE) DIAS, INFORMAÇÕES SOBRE A PREVISÃO DE QUANDO OCORRERÁ A DIVULGAÇÃO DO RESULTADO FINAL, POR ESCOLA ESTADUAL, DA ÚLTIMA PROVA APLICADA DO SAEB NO MUNICÍPIO DE FLORIANO/PI, PARA FINS DE ANÁLISE DO IDEB OU O RESULTADO FINAL DO IDEB DAS ESCOLAS PÚBLICAS ESTADUAIS SEDIADAS NO MUNICÍPIO DE FLORIANO/PI. VERIFICA-SE QUE, TENDO SIDO EFETIVADA UMA PRORROGAÇÃO DE PRAZO DO PRESENTE INQUISITÓRIO APÓS A VIGÊNCIA DA LEI Nº 14.230/2021, RESTA INVIABILIZADA A REITERAÇÃO DA PROVIDÊNCIA, POR EXPRESSA VEDAÇÃO LEGAL. ASSIM, FAZ-SE NECESSÁRIO QUE A PRESIDENTE DO FEITO, SE ASSIM ENTENDER CABÍVEL, PROPONHA AÇÃO CIVIL PÚBLICA PARA PROMOVER A RESPONSABILIZAÇÃO DEVIDA PELO ATO DE IMPROBIDADE PRATICADO, CASO EXISTAM FUNDAMENTOS BASTANTES PARA ISSO, OU, CASO CONTRÁRIO, PROMOVA O ARQUIVAMENTO DO PROCEDIMENTO. NESSES TERMOS, NÃO HOMOLOGO O PRESENTE PEDIDO DE PRORROGAÇÃO DE PRAZO, EM ATENÇÃO AO PRINCÍPIO DA CELERIDADE PROCESSUAL, PREVISTO NO ART. 5º, INCISO LXXVIII, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988, E AO DISPOSTO NO ART. 23, § 2º, DA LEI Nº 8.429/92, COM A REDAÇÃO DADA PELA LEI Nº 14.230/2021, E O FAÇO AD REFERENDUM DO CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO, NOS

TERMOS DO ART. 17, INCISO XIV, DO RICSMP (RESOLUÇÃO CSMP Nº 03/2017). **EGRÉGIO CONSELHO SUPERIOR, À UNANIMIDADE, REFERENDOU A DECISÃO MONOCRÁTICA PROFERIDA.**

2.1.40 PROCEDIMENTO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA (SEI Nº 19.21.0349.0028968/2023-64). PROCEDIMENTO ELETRÔNICO. ORIGEM: PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE SIMPLÍCIO MENDES – PI. ASSUNTO: REVISÃO DA PRORROGAÇÃO DE PRAZO DO INQUÉRITO CIVIL REGISTRADO NO SIMP Nº 000239-276/2017. PROMOTORA DE JUSTIÇA: DRA. EMMANUELLE MARTINS NEIVA DANTAS RODRIGUES BELO. **RELATOR: DR. FERNANDO MELO FERRO GOMES.** CUIDA-SE, NA ESPÉCIE, DE PEDIDO DE PRORROGAÇÃO DE PRAZO PARA A CONCLUSÃO DO INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO (SIMP Nº 000239-276/2017) SOLICITADO EM 28 DE AGOSTO DE 2023 PELA PROMOTORA DE JUSTIÇA EMMANUELLE MARTINS NEIVA DANTAS RODRIGUES BELO, RESPONSÁVEL PELA PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE SIMPLÍCIO MENDES – PI, CONFORME PREVISTO NO ART. 23, § 2º, DA LEI Nº 8.429/92, COM A REDAÇÃO DADA PELA LEI Nº 14.230/2021. O INQUISITÓRIO TEM POR OBJETO APURAR DENÚNCIA DE DESCASO NA GESTÃO DA ATENÇÃO BÁSICA NO MUNICÍPIO DE SÃO FRANCISCO DE ASSIS, NO ANO DE 2017. EXTRAÍ-SE DOS AUTOS QUE A PRESIDENTE DO FEITO, EM DATA DE 19 DE JUNHO DE 2023, PRORROGOU O PRAZO DE CONCLUSÃO DO PROCEDIMENTO, EM RAZÃO DA NECESSIDADE DE REALIZAÇÃO DE NOVAS DILIGÊNCIAS PARA A SUA INSTRUÇÃO (DOCUMENTO Nº 0559295). EM SEGUIDA, SUBMETEU O ATO DECISÓRIO À HOMOLOGAÇÃO DO CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO, EM ATENDIMENTO AO DISPOSTO NO ART. 23, § 2º, DA LEI Nº 8.429/92, COM A REDAÇÃO DADA PELA LEI Nº 14.230/2021. O PROCEDIMENTO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA FOI DISTRIBUÍDO A ESTE RELATOR EM 23 DE AGOSTO DE 2023, POR INTERMÉDIO DO GEDOC Nº 000309-226/2023 (DOCUMENTO Nº 0560529). A LEI Nº 8.429/92, COM REDAÇÃO DADA PELA LEI Nº 14.230/2021, DISCIPLINA QUE O INQUÉRITO CIVIL INSTAURADO PARA APURAÇÃO DE ATO DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA SERÁ CONCLUÍDO NO PRAZO DE 365 (TREZENTOS E SESENTA E CINCO) DIAS, ADMITINDO-SE UMA ÚNICA PRORROGAÇÃO POR IGUAL PERÍODO, A SER FEITA MEDIANTE ATO FUNDAMENTADO. VEJAMOS: ART. 23. A AÇÃO PARA A APLICAÇÃO DAS SANÇÕES PREVISTAS NESTA LEI PRESCREVE EM 8 (OITO) ANOS, CONTADOS A PARTIR DA OCORRÊNCIA DO FATO OU, NO CASO DE INFRAÇÕES PERMANENTES, DO DIA EM QUE CESSOU A PERMANÊNCIA. (...) § 2º O INQUÉRITO CIVIL PARA APURAÇÃO DO ATO DE IMPROBIDADE SERÁ CONCLUÍDO NO PRAZO DE 365 (TREZENTOS E SESENTA E CINCO) DIAS CORRIDOS, PRORROGÁVEL UMA ÚNICA VEZ POR IGUAL PERÍODO, MEDIANTE ATO FUNDAMENTADO SUBMETIDO À REVISÃO DA INSTÂNCIA COMPETENTE DO ÓRGÃO MINISTERIAL, CONFORME DISPUSER A RESPECTIVA LEI ORGÂNICA. O CENTRO OPERACIONAL DE COMBATE À CORRUPÇÃO E DEFESA DO PATRIMÔNIO PÚBLICO, POR INTERMÉDIO DO OFÍCIO CIRCULAR Nº 10/2022/CACOP, DE 24 DE OUTUBRO DE 2022, CONSIGNOU QUE AS DETERMINAÇÕES CONTIDAS NO DISPOSITIVO SUPRATRASCrito DEVEM SER APLICADAS DESDE A DATA EM QUE A LEI Nº 14.230/2021 ENTROU EM VIGOR, OU SEJA, A PARTIR DE 25 DE OUTUBRO DE 2021. NESSES TERMOS, A PARTIR DA REFERIDA DATA, 25 DE OUTUBRO DE 2021, O INQUÉRITO CIVIL DESTINADO À APURAÇÃO DE ATO DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA SOMENTE PODERÁ SER PRORROGADO UMA ÚNICA VEZ – ART. 23, § 2º, DA LEI Nº 8.429/92, COM AS ALTERAÇÕES INTRODUZIDAS PELA LEI Nº 14.230/2021. ELUCIDANDO O TEMA, TRANSCREVE-SE O SEGUINTE TRECHO DO OFÍCIO SOBREDITO: “DE INÍCIO, HÁ DE SE ESCLARECER QUE, APÓS O ADVENTO DA NLIA, SÓ SERÁ POSSÍVEL UMA ÚNICA PRORROGAÇÃO DE PRAZO PARA CONCLUSÃO DO ICP (ART. 23, § 2º, NLIA). FRISE-SE QUE, CASO TENHA OCORRIDO PRORROGAÇÃO DE PRAZO ANTES DA NLIA, NÃO HÁ IMPEDIMENTO PARA UMA ÚNICA PRORROGAÇÃO, APÓS O ADVENTO DA LEI 14.230/21.” (GRIFOS ORIGINAIS) COMPULSANDO OS FÓLIOS DO INQUÉRITO CIVIL EM COMENTO (SIMP Nº 000239-276/2017), VERIFICA-SE QUE EM 01 DE AGOSTO DE 2022 A PRESIDENTE DO FEITO, TENDO EM VISTA A NECESSIDADE DE

REALIZAÇÃO DE DILIGÊNCIAS COMPLEMENTARES, PRORROGOU O PRAZO DE CONCLUSÃO DO PRESENTE PROCEDIMENTO POR MAIS UM ANO. VEJAMOS (ID 54083847 – SIMP Nº 000239-276/2017): CONSIDERANDO QUE O PRAZO DE CONCLUSÃO DO PRESENTE IC FINDOU EM 08 DE DEZEMBRO DE 2021; CONSIDERANDO A IMPRESCINDIBILIDADE NA CONCLUSÃO DAS DILIGÊNCIAS PARA O FIEL ESCLARECIMENTO DOS FATOS E ADOÇÃO DAS MEDIDAS CORRETIVAS, SE NECESSÁRIO; R E S O L V E: PRORROGAR POR 01 (UM) ANO O PRAZO DE CONCLUSÃO DO PRESENTE INQUÉRITO CIVIL, A PARTIR DA REFERIDA DATA, DETERMINANDO DE IMEDIATO A ADOÇÃO DAS MEDIDAS ABAIXO DECLINADAS: A) REMETER CÓPIA DESTA PORTARIA AO CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO PARA CONHECIMENTO; B) PUBLIQUE-SE NO DIÁRIO ELETRÔNICO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO PIAUÍ; C) RENOVEM-SE OS OFÍCIO Nº 1379/2021/SEPJSM, OFÍCIO Nº 1380/2021/SEPJSM E OFÍCIO Nº 1381/2021/SEPJSM. FIXO O PRAZO DE 10 (DEZ) DIAS PARA RESPOSTA. VERIFIQUE A SERVIDORA DA SECRETARIA DA PROMOTORIA A POSSIBILIDADE DE MANTER CONTATO TELEFÔNICO COM O DESTINATÁRIO PARA CONFIRMAR O RECEBIMENTO DOS EXPEDIENTES ENCAMINHADOS VIA E-MAIL. VERIFICA-SE QUE, TENDO SIDO EFETIVADA UMA PRORROGAÇÃO DE PRAZO DO PRESENTE INQUISITÓRIO APÓS A VIGÊNCIA DA LEI Nº 14.230/2021, RESTA INVIABILIZADA A REITERAÇÃO DA PROVIDÊNCIA, POR EXPRESSA VEDAÇÃO LEGAL. ASSIM, FAZ-SE NECESSÁRIO QUE A PRESIDENTE DO FEITO, SE ASSIM ENTENDER CABÍVEL, PROPONHA AÇÃO CIVIL PÚBLICA PARA PROMOVER A RESPONSABILIZAÇÃO DEVIDA PELO ATO DE IMPROBIDADE PRATICADO, CASO EXISTAM FUNDAMENTOS BASTANTES PARA ISSO, OU, CASO CONTRÁRIO, PROMOVA O ARQUIVAMENTO DO PROCEDIMENTO. NESSES TERMOS, NÃO HOMOLOGO O PRESENTE PEDIDO DE PRORROGAÇÃO DE PRAZO, EM ATENÇÃO AO PRINCÍPIO DA CELERIDADE PROCESSUAL, PREVISTO NO ART. 5º, INCISO LXXVIII, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988, E AO DISPOSTO NO ART. 23, § 2º, DA LEI Nº 8.429/92, COM A REDAÇÃO DADA PELA LEI Nº 14.230/2021, E O FAÇO AD REFERENDUM DO CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO, NOS TERMOS DO ART. 17, INCISO XIV, DO RICSMP (RESOLUÇÃO CSMP Nº 03/2017). **EGRÉGIO CONSELHO SUPERIOR, À UNANIMIDADE, REFERENDOU A DECISÃO MONOCRÁTICA PROFERIDA.**

2.1.41 PROCEDIMENTO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA (SEI Nº 19.21.0733.0031055/2023-35). PROCEDIMENTO ELETRÔNICO. ORIGEM: 2ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE BOM JESUS – PI. ASSUNTO: REVISÃO DA PRORROGAÇÃO DE PRAZO DO INQUÉRITO CIVIL REGISTRADO NO SIMP Nº 000117-081/2017. PROMOTOR DE JUSTIÇA: DR. MÁRCIO GIORGI CARCARÁ ROCHA. **RELATOR: DR. FERNANDO MELO FERRO GOMES.** CUIDA-SE, NA ESPÉCIE, DE PEDIDO DE PRORROGAÇÃO DE PRAZO PARA A CONCLUSÃO DO INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO (SIMP Nº 000117-081/2017) SOLICITADO EM 14 DE SETEMBRO DE 2023 PELO PROMOTOR DE JUSTIÇA MÁRCIO GIORGI CARCARÁ ROCHA, RESPONSÁVEL PELA 2ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE BOM JESUS – PI, CONFORME PREVISTO NO ART. 23, § 2º, DA LEI Nº 8.429/92, COM A REDAÇÃO DADA PELA LEI Nº 14.230/2021. O INQUISITÓRIO TEM POR OBJETO APURAR SUPOSTAS IRREGULARIDADES NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE INFORMÁTICA PELA EMPRESA CARLOS EDUARDO SANTANA LOPES – ME RELATIVAMENTE AOS EXERCÍCIOS FINANCEIROS DE 2013 A 2016. EXTRAÍ-SE DOS AUTOS QUE O PRESIDENTE DO FEITO, EM DATA DE 10 DE MAIO DE 2023, PRORROGOU O PRAZO DE CONCLUSÃO DO PROCEDIMENTO, EM RAZÃO DA NECESSIDADE DE REALIZAÇÃO DE NOVAS DILIGÊNCIAS PARA A SUA INSTRUÇÃO (DOCUMENTO Nº 0571726). EM SEGUIDA, SUBMETEU O ATO DECISÓRIO À HOMOLOGAÇÃO DO CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO, EM ATENDIMENTO AO DISPOSTO NO ART. 23, § 2º, DA LEI Nº 8.429/92, COM A REDAÇÃO DADA PELA LEI Nº 14.230/2021. O PROCEDIMENTO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA FOI DISTRIBUÍDO A ESTE RELATOR EM 15 DE SETEMBRO DE 2023, POR INTERMÉDIO DO GEDOC Nº 000320-226/2023 (DOCUMENTO Nº 0573450). A LEI Nº 8.429/92, COM REDAÇÃO DADA PELA LEI Nº 14.230/2021, DISCIPLINA QUE O

INQUÉRITO CIVIL INSTAURADO PARA APURAÇÃO DE ATO DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA SERÁ CONCLUÍDO NO PRAZO DE 365 (TREZENTOS E SESENTA E CINCO) DIAS, ADMITINDO-SE UMA ÚNICA PRORROGAÇÃO POR IGUAL PERÍODO, A SER FEITA MEDIANTE ATO FUNDAMENTADO. VEJAMOS: ART. 23. A AÇÃO PARA A APLICAÇÃO DAS SANÇÕES PREVISTAS NESTA LEI PRESCREVE EM 8 (OITO) ANOS, CONTADOS A PARTIR DA OCORRÊNCIA DO FATO OU, NO CASO DE INFRAÇÕES PERMANENTES, DO DIA EM QUE CESSOU A PERMANÊNCIA. (...) § 2º O INQUÉRITO CIVIL PARA APURAÇÃO DO ATO DE IMPROBIDADE SERÁ CONCLUÍDO NO PRAZO DE 365 (TREZENTOS E SESENTA E CINCO) DIAS CORRIDOS, PRORROGÁVEL UMA ÚNICA VEZ POR IGUAL PERÍODO, MEDIANTE ATO FUNDAMENTADO SUBMETIDO À REVISÃO DA INSTÂNCIA COMPETENTE DO ÓRGÃO MINISTERIAL, CONFORME DISPUSER A RESPECTIVA LEI ORGÂNICA. O CENTRO OPERACIONAL DE COMBATE À CORRUPÇÃO E DEFESA DO PATRIMÔNIO PÚBLICO, POR INTERMÉDIO DO OFÍCIO CIRCULAR Nº 10/2022/CACOP, DE 24 DE OUTUBRO DE 2022, CONSIGNOU QUE AS DETERMINAÇÕES CONTIDAS NO DISPOSITIVO SUPRATRASCrito DEVEM SER APLICADAS DESDE A DATA EM QUE A LEI Nº 14.230/2021 ENTROU EM VIGOR, OU SEJA, A PARTIR DE 25 DE OUTUBRO DE 2021. NESSES TERMOS, A PARTIR DA REFERIDA DATA, 25 DE OUTUBRO DE 2021, O INQUÉRITO CIVIL DESTINADO À APURAÇÃO DE ATO DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA SOMENTE PODERÁ SER PRORROGADO UMA ÚNICA VEZ – ART. 23, § 2º, DA LEI Nº 8.429/92, COM AS ALTERAÇÕES INTRODUZIDAS PELA LEI Nº 14.230/2021. ELUCIDANDO O TEMA, TRANSCREVE-SE O SEGUINTE TRECHO DO OFÍCIO SOBREDITO: “DE INÍCIO, HÁ DE SE ESCLARECER QUE, APÓS O ADVENTO DA NLIA, SÓ SERÁ POSSÍVEL UMA ÚNICA PRORROGAÇÃO DE PRAZO PARA CONCLUSÃO DO ICP (ART. 23, § 2º, NLIA). FRISE-SE QUE, CASO TENHA OCORRIDO PRORROGAÇÃO DE PRAZO ANTES DA NLIA, NÃO HÁ IMPEDIMENTO PARA UMA ÚNICA PRORROGAÇÃO, APÓS O ADVENTO DA LEI 14.230/21.” (GRIFOS ORIGINAIS) COMPULSANDO OS FÓLIOS DO INQUÉRITO CIVIL EM COMENTO (SIMP Nº 000117-081/2017), VERIFICA-SE QUE EM 20 DE JANEIRO DE 2022 O PRESIDENTE DO FEITO, TENDO EM VISTA A NECESSIDADE DE REALIZAÇÃO DE DILIGÊNCIAS COMPLEMENTARES, PRORROGOU O PRAZO DE CONCLUSÃO DO PRESENTE PROCEDIMENTO POR MAIS UM ANO. VEJAMOS (ID 34500638 – SIMP Nº 000117-081/2017): CONSIDERANDO QUE O FEITO AINDA NÃO FOI PRORROGADO A CRITÉRIO DE SEU PRESIDENTE; CONTUDO, PASSADO MAIS DE 01(UM) ANO DESDE SUA INSTAURAÇÃO, NÃO SE ENCONTRA PROBATÓRIAMENTE MADURO, CARECENDO DE MAIORES PROVIDÊNCIAS MINISTERIAIS; CONSIDERANDO A RECENTE SÚMULA Nº 09 DO E. CSMP/PI (PUBLICADA NO DOEMP EM 04/10/2021), QUE PREVÊ A NECESSIDADE DE FUNDAMENTAÇÃO PARA PRORROGAÇÃO DO PRAZO DO IPC, DANDO-SE APENAS CIÊNCIA AO E. CSMP/PI; RESOLVE: PRORROGAR O PRAZO PARA CONCLUSÃO DA PRESENTE INVESTIGAÇÃO POR MAIS 01(UM) ANO, POIS INDISPENSÁVEIS MAIORES ELEMENTOS DE PROVA PARA A FORMAÇÃO DA CONVICÇÃO DESTE ÓRGÃO DE EXECUÇÃO. VERIFICA-SE QUE, TENDO SIDO EFETIVADA UMA PRORROGAÇÃO DE PRAZO DO PRESENTE INQUISITÓRIO APÓS A VIGÊNCIA DA LEI Nº 14.230/2021, RESTA INVIABILIZADA A REITERAÇÃO DA PROVIDÊNCIA, POR EXPRESSA VEDAÇÃO LEGAL. ASSIM, FAZ-SE NECESSÁRIO QUE O PRESIDENTE DO FEITO, SE ASSIM ENTENDER CABÍVEL, PROPONHA AÇÃO CIVIL PÚBLICA PARA PROMOVER A RESPONSABILIZAÇÃO DEVIDA PELO ATO DE IMPROBIDADE PRATICADO, CASO EXISTAM FUNDAMENTOS BASTANTES PARA ISSO OU, CASO CONTRÁRIO, PROMOVA O ARQUIVAMENTO DO PROCEDIMENTO. NESSES TERMOS, NÃO HOMOLOGO O PRESENTE PEDIDO DE PRORROGAÇÃO DE PRAZO, EM ATENÇÃO AO PRINCÍPIO DA CELERIDADE PROCESSUAL, PREVISTO NO ART. 5º, INCISO LXXVIII, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988, E AO DISPOSTO NO ART. 23, § 2º, DA LEI Nº 8.429/92, COM A REDAÇÃO DADA PELA LEI Nº 14.230/2021, E O FAÇO AD REFERENDUM DO CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO, NOS TERMOS DO ART. 17, INCISO XIV, DO RICSM (RESOLUÇÃO CSMP Nº 03/2017). **EGRÉGIO CONSELHO SUPERIOR, À UNANIMIDADE, REFERENDOU A DECISÃO MONOCRÁTICA PROFERIDA.**

2.2 RELATORA: DRA. IVANEIDE ASSUNÇÃO TAVARES RODRIGUES.

2.2.1 INQUÉRITO CIVIL (SIMP N° 000207-310/2021). PROCESSO ELETRÔNICO. ORIGEM: 2ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE SÃO JOÃO DO PIAUÍ. ASSUNTO: APURAR O DESCUMPRIMENTO DA LEI MUNICIPAL N° 373/2018, QUE TORNA OBRIGATÓRIA A IDENTIFICAÇÃO DE SEUS VEÍCULOS OFICIAIS, MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS, PELO MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO PIAUÍ. PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA: MICHELINE RAMALHO SEREJO DA SILVA. **RELATORA: DRA. IVANEIDE ASSUNÇÃO TAVARES RODRIGUES.** INQUÉRITO CIVIL – APURAR O DESCUMPRIMENTO DA LEI MUNICIPAL N° 373/2018, QUE TORNA OBRIGATÓRIA A IDENTIFICAÇÃO DE SEUS VEÍCULOS OFICIAIS, MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS, PELO MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO PIAUÍ – PROCEDIMENTO QUE ALCANÇOU SEU OBJETIVO – ARQUIVAMENTO HOMOLOGADO. 1. EM CUIDADOSA ANÁLISE, CONSTATOU-SE ATRAVÉS DE FOTOGRAFIAS ACOSTADAS AOS AUTOS PELA PREFEITURA DE SÃO JOÃO DO PIAUÍ, QUE TODOS OS VEÍCULOS DA FROTA MUNICIPAL ESTAVAM PASSANDO PELO PROCESSO DE ADESIVAÇÃO PARA QUE SEJAM DEVIDAMENTE IDENTIFICADOS DE ACORDO COM OS DITAMES DA LEI MUNICIPAL N° 373/2018. 2. ARQUIVAMENTO HOMOLOGADO. **EGRÉGIO CONSELHO SUPERIOR, À UNANIMIDADE, HOMOLOGOU A PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO, NOS TERMOS DO VOTO DA RELATORA. JULGADO EM 22.09.2023, NA 2ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DO CSMP-PI DE 2023.**

2.2.2 INQUÉRITO CIVIL (SIMP N° 000070-088/2022). PROCESSO ELETRÔNICO. ORIGEM: 1ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE PICOS-PI. ASSUNTO: APURAR SUPOSTA PRÁTICA DE ATO DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA PELO PROCURADOR DO MUNICÍPIO DE PICOS, DR. ANTÔNIO JOSÉ DE CARVALHO JÚNIOR. PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA: MICHELINE RAMALHO SEREJO DA SILVA. **RELATORA: DRA. IVANEIDE ASSUNÇÃO TAVARES RODRIGUES.** INQUÉRITO CIVIL – APURAR SUPOSTA PRÁTICA DE ATO DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA PELO PROCURADOR DO MUNICÍPIO DE PICOS, DR. ANTÔNIO JOSÉ DE CARVALHO JÚNIOR – TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA FIRMADO – OBJETIVO ALCANÇADO – HOMOLOGAÇÃO DA PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO. 1. EM DETIDA ANÁLISE DOS AUTOS VERIFICA-SE QUE O ÓRGÃO MINISTERIAL DE BASE ENTROU EM CONTATO COM O PROCURADOR DO MUNICÍPIO DE PICOS, SR. ANTÔNIO JOSÉ DE CARVALHO JÚNIOR, QUE ASSINOU TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA (TAC) SE COMPROMETENDO A NÃO FIRMAR ACORDOS SEM A PRESENÇA DE RAZÕES DE INTERESSE PÚBLICO, DAR FIEL CUMPRIMENTO À LEI MUNICIPAL, SOMENTE DAR CUMPRIMENTO AOS ACORDOS APÓS A HOMOLOGAÇÃO DO MAGISTRADO, ANEXAR PARECER DA PROCURADORIA-GERAL MUNICIPAL DEMONSTRANDO AS RAZÕES DE INTERESSE PÚBLICO E INFORMAÇÕES DO ORDENADOR DE DESPESAS ACERCA DA DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DO ENTE PÚBLICO, ALÉM DE DAR CUMPRIMENTO À LEI N° 13.655/2018. **EGRÉGIO CONSELHO SUPERIOR, À UNANIMIDADE, HOMOLOGOU A PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO, NOS TERMOS DO VOTO DA RELATORA. JULGADO EM 22.09.2023, NA 2ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DO CSMP-PI DE 2023.**

2.2.3 INQUÉRITO CIVIL (SIMP N° 000400-164/2017). PROCESSO ELETRÔNICO. ORIGEM: PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE BATALHA-PI. ASSUNTO: APURAR IRREGULARIDADES E ADEQUAR O HOSPITAL MUNICIPAL MESSIAS DE ANDRADE MELO, DO MUNICÍPIO DE BATALHA/PI, ÀS NORMAS SANITÁRIAS. PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO PROMOTORA DE JUSTIÇA: LIA RAQUEL PRADO BURGOS RIBEIRO MARTINS. **RELATORA: DRA. IVANEIDE ASSUNÇÃO TAVARES RODRIGUES.** INQUÉRITO CIVIL – APURAR IRREGULARIDADES E ADEQUAR O HOSPITAL MUNICIPAL MESSIAS DE ANDRADE MELO, DO MUNICÍPIO DE BATALHA/PI, ÀS NORMAS SANITÁRIAS – PROCEDIMENTO QUE

ALCANÇOU SEU OBJETIVO – ARQUIVAMENTO HOMOLOGADO. 1. DE TODO O EXPOSTO, PODEMOS CONCLUIR QUE JÁ NÃO RESTA NENHUMA DILIGÊNCIA A SER CUMPRIDA PELO ÓRGÃO MINISTERIAL NO BOJO DESTE INQUÉRITO, VISTO QUE AS IRREGULARIDADES ENCONTRADAS NO HOSPITAL MESSIAS DE ANDRADE MELO EM VISTORIA REALIZADA NO ANO DE 2016 FORAM DEVIDAMENTE SANADAS COM A REFORMA REALIZADA EM CONVÊNIO COM O ESTADO DO PIAUÍ, ATRAVÉS DA SUA SECRETARIA DE SAÚDE, TENDO, AO FINAL, INCLUSIVE EMITIDO LICENÇA SANITÁRIA NESTE ANO DE 2023. 2. ARQUIVAMENTO HOMOLOGADO. **EGRÉGIO CONSELHO SUPERIOR, À UNANIMIDADE, HOMOLOGOU A PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO, NOS TERMOS DO VOTO DA RELATORA. JULGADO EM 22.09.2023, NA 2ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DO CSMP-PI DE 2023.**

2.2.4 INQUÉRITO CIVIL (SIMP N° 000069-034/2022). PROCESSO ELETRÔNICO. ORIGEM: 49ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE TERESINA-PI. ASSUNTO: TRATAR SOBRE A GARANTIA DO DIREITO À ALIMENTAÇÃO ADEQUADA E SUFICIENTE DOS MORADORES ATINGIDOS PELO SINISTRO OCORRIDO EM ABRIL/2019 NO BAIRRO PARQUE RODOVIÁRIO. PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA: MYRIAN LAGO. **RELATORA: DRA. IVANEIDE ASSUNÇÃO TAVARES RODRIGUES.** INQUÉRITO CIVIL – TRATAR SOBRE A GARANTIA DO DIREITO À ALIMENTAÇÃO ADEQUADA E SUFICIENTE DOS MORADORES ATINGIDOS PELO SINISTRO OCORRIDO EM ABRIL/2019 NO BAIRRO PARQUE RODOVIÁRIO – OBJETIVO ALCANÇADO – HOMOLOGAÇÃO DA PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO. 1. A PROMOTORA DE JUSTIÇA PROMOVEU O ARQUIVAMENTO JUSTIFICANDO QUE A REPRESENTANTE DA ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DO PARQUE RODOVIÁRIO, SRA. ROSA, CONFIRMOU A REGULARIDADE DA ENTREGA DAS CESTAS BÁSICAS PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE CIDADANIA, ASSISTÊNCIA SOCIAL E POLÍTICAS INTEGRADAS. 2. DO ACIMA EXPOSTO, PODEMOS CONCLUIR QUE JÁ NÃO RESTA NENHUMA DILIGÊNCIA A SER CUMPRIDA PELA ÓRGÃO MINISTERIAL NO BOJO DESTE INQUÉRITO, VISTO QUE TODA INVESTIGAÇÃO CULMINOU NA RESOLUÇÃO DO PROBLEMA DA IRREGULARIDADE DA ENTREGA DE CESTAS BÁSICAS À POPULAÇÃO DESABRIGADA PELA ENCHENTE OCORRIDA NO PARQUE RODOVIÁRIO. **EGRÉGIO CONSELHO SUPERIOR, À UNANIMIDADE, HOMOLOGOU A PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO, NOS TERMOS DO VOTO DA RELATORA. JULGADO EM 22.09.2023, NA 2ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DO CSMP-PI DE 2023.**

2.2.5 INQUÉRITO CIVIL (SIMP N° 000084-172/2020). PROCESSO ELETRÔNICO. ORIGEM: 24ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE TERESINA-PI. ASSUNTO: APURAR USO INDEVIDO DE CALÇADA PELA DISPOSIÇÃO DE MATERIAIS INFLAMÁVEIS, MESA DE SERRA, MÁQUINA DE SOLDA, FURADEIRAS DENTRE OUTROS, EM UM IMÓVEL UTILIZADO COMO DEPÓSITO, LOCALIZADO NO CRUZAMENTO DAS RUAS VISCONDE DA PARNAÍBA COM A RUA HUGO NAPOLEÃO, N° 1884, EM TERESINA. PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO. PROMOTORA DE JUSTIÇA: CARMELINA MARIA MENDES DE MOURA. **RELATORA: DRA. IVANEIDE ASSUNÇÃO TAVARES RODRIGUES.** INQUÉRITO CIVIL – APURAR USO INDEVIDO DE CALÇADA PELA DISPOSIÇÃO DE MATERIAIS INFLAMÁVEIS, MESA DE SERRA, MÁQUINA DE SOLDA, FURADEIRAS DENTRE OUTROS, EM UM IMÓVEL UTILIZADO COMO DEPÓSITO, LOCALIZADO NO CRUZAMENTO DAS RUAS VISCONDE DA PARNAÍBA COM A RUA HUGO NAPOLEÃO, N° 1884, EM TERESINA – PROCEDIMENTO QUE ALCANÇOU SEU OBJETIVO – ARQUIVAMENTO HOMOLOGADO. 1. EM CUIDADOSA ANÁLISE, CONSTATOU-SE ATRAVÉS DE DOCUMENTOS ACOSTADOS AOS AUTOS, QUE O PROPRIETÁRIO DO IMÓVEL EM QUE ESTAVA OCORRENDO A IRREGULARIDADE, APÓS PROVIDÊNCIAS TOMADAS PELA SAAD LESTE, RETIROU TODO O MATERIAL QUE COMPROMETIA A PASSAGEM DOS OUTROS MORADORES, PASSANDO A UTILIZAR SOMENTE O RECUO DE CALÇADA QUE PERTENCE AO SEU IMÓVEL. 2. ARQUIVAMENTO HOMOLOGADO. **EGRÉGIO CONSELHO SUPERIOR, À UNANIMIDADE, HOMOLOGOU A PROMOÇÃO**

DE ARQUIVAMENTO, NOS TERMOS DO VOTO DA RELATORA. JULGADO EM 22.09.2023, NA 2ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DO CSMP-PI DE 2023.

2.2.6 INQUÉRITO CIVIL (SIMP N° 000045-237/2021). PROCESSO ELETRÔNICO. ORIGEM: 1ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE SIMPLÍCIO MENDES – PIAUÍ. ASSUNTO: APURAR IRREGULARIDADE NO TRANSPORTE ESCOLAR FORNECIDO AOS ALUNOS DAS ESCOLAS DO MUNICÍPIO DE CAMPINAS DO PIAUÍ. PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO. PROMOTOR DE JUSTIÇA: CARLOS ROGÉRIO BESERRA DA SILVA. **RELATORA: DRA. IVANEIDE ASSUNÇÃO TAVARES RODRIGUES.** INQUÉRITO CIVIL – APURAR IRREGULARIDADE NO TRANSPORTE ESCOLAR FORNECIDO AOS ALUNOS DAS ESCOLAS DO MUNICÍPIO DE CAMPINAS DO PIAUÍ – PROCEDIMENTO QUE ALCANÇOU SEU OBJETIVO – ARQUIVAMENTO HOMOLOGADO. 1. EM CUIDADOSA ANÁLISE, CONSTATOU-SE ATRAVÉS DE FOTOGRAFIAS ACOSTADAS AOS AUTOS PELA PREFEITURA DE CAMPINAS DO PIAUÍ QUE FORAM ADQUIRIDOS 02 (DOIS) ÔNIBUS ESCOLARES PARA REALIZAR O TRANSPORTE DOS ALUNOS NO MUNICÍPIO DE FORMA SEGURA E EFICAZ. 2. ARQUIVAMENTO HOMOLOGADO. **EGRÉGIO CONSELHO SUPERIOR, À UNANIMIDADE, HOMOLOGOU A PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO, NOS TERMOS DO VOTO DA RELATORA. JULGADO EM 22.09.2023, NA 2ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DO CSMP-PI DE 2023.**

2.2.7 INQUÉRITO CIVIL (SIMP N° 000166-383/2021). PROCESSO ELETRÔNICO. ORIGEM: 24ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE TERESINA-PI. ASSUNTO: APURAR SUPOSTA IRREGULARIDADE NO ATENDIMENTO PRESTADO POR FUNCIONÁRIO DA UBS DO BAIRRO BUENOS AIRES. PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA: ENY MARCOS VIEIRA PONTES. **RELATORA: DRA. IVANEIDE ASSUNÇÃO TAVARES RODRIGUES.** INQUÉRITO CIVIL – APURAR SUPOSTA IRREGULARIDADE NO ATENDIMENTO PRESTADO POR FUNCIONÁRIO DA UBS DO BAIRRO BUENOS AIRES – PROCEDIMENTO QUE ALCANÇOU SEU OBJETIVO – ARQUIVAMENTO HOMOLOGADO. 1. EM CUIDADOSA ANÁLISE, CONSTATOU-SE ATRAVÉS DE DOCUMENTOS ACOSTADOS AOS AUTOS, QUE A FUNCIONÁRIA QUE DESTRATOU SR. GERSON GOMES DOS SANTOS FOI AFASTADA DA UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE DO BUENOS AIRES, PODENDO O USUÁRIO RETORNAR À UNIDADE DE SAÚDE PARA DAR CONTINUIDADE AO SEU TRATAMENTO. 2. ARQUIVAMENTO HOMOLOGADO. **EGRÉGIO CONSELHO SUPERIOR, À UNANIMIDADE, HOMOLOGOU A PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO, NOS TERMOS DO VOTO DA RELATORA. JULGADO EM 22.09.2023, NA 2ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DO CSMP-PI DE 2023.**

2.2.8 INQUÉRITO CIVIL (SIMP N° 000054-174/2021). PROCESSO ELETRÔNICO. ORIGEM: 2ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE PIRACURUCA-PI. ASSUNTO: APURAR NOTÍCIA DE POLUIÇÃO SONORA E PERTURBAÇÃO DO SOSSEGO PROVOCADAS PELA IGREJA ASSEMBLEIA DE DEUS CEMADEPI, NO MUNICÍPIO DE PIRACURUCA. PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO. PROMOTOR (A) DE JUSTIÇA: LIA RAQUEL PRADO BURGOS RIBEIRO MARTINS. **RELATORA: DRA. IVANEIDE ASSUNÇÃO TAVARES RODRIGUES.** APURAR NOTÍCIA DE POLUIÇÃO SONORA E PERTURBAÇÃO DO SOSSEGO PROVOCADAS PELA IGREJA ASSEMBLEIA DE DEUS CEMADEPI, NO MUNICÍPIO DE PIRACURUCA – IRREGULARIDADES NÃO CONSTATADAS – ARQUIVAMENTO HOMOLOGADO. 1. APÓS OS ESCLARECIMENTOS PRESTADOS PELO TEMPLO RELIGIOSO NÃO FOI POSSÍVEL DETECTAR A OCORRÊNCIA DE POLUIÇÃO SONORA QUE ACARRETASSE DESORDEM AO MEIO AMBIENTE. **EGRÉGIO CONSELHO SUPERIOR, À UNANIMIDADE, HOMOLOGOU A PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO, NOS TERMOS DO VOTO DA RELATORA. JULGADO EM 22.09.2023, NA 2ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DO CSMP-PI DE 2023.**

2.2.9 INQUÉRITO CIVIL (SIMP N° 000107-237/2021). PROCESSO ELETRÔNICO. ORIGEM: PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE SIMPLÍCIO MENDES-PI. ASSUNTO: APURAR A SUBLOCAÇÃO DE VEÍCULOS, NO EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2017, PELA PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORESTA DO PIAUÍ, SOB A GESTÃO DO EX-PREFEITO AMILTON RODRIGUES DE SOUSA, ATRAVÉS DE PEÇAS ENCAMINHADAS PELO TCE-PI. PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA: CARLOS ROGÉRIO BESERRA DA SILVA. **RELATORA: DRA. IVANEIDE ASSUNÇÃO TAVARES RODRIGUES.** INQUÉRITO CIVIL – APURAR ILEGALIDADE NA REALIZAÇÃO DE DESPESAS SEM PROCESSO LICITATÓRIO, NO BOJO DA PRESTAÇÃO DE CONTAS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZILÂNDIA, TCE/PI N° 002994/2016, SOB A GESTÃO DA SRA. EMAL FLORA BARBOZA DE SOUZA – IRREGULARIDADES NÃO VERIFICADAS – HOMOLOGAÇÃO DA PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO. 1. EM CONSONÂNCIA COM AS PONDERAÇÕES FORMULADAS PELO ÓRGÃO MINISTERIAL DE BASE, ENTENDE-SE QUE OS FATOS INVESTIGADOS NÃO SÃO APTOS A ENSEJAR A CONTINUIDADE DO INQUÉRITO CIVIL EM TELA COM O FITO DE APLICAR AS SANÇÕES PREVISTAS NA LEI DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA, VISTO QUE O TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PIAUÍ AO ANALISAR AS IRREGULARIDADES EM COMENTO NÃO IMPUTOU A APLICAÇÃO DE DÉBITO EM ACÓRDÃO. 2. SÚMULA N° 05 CSMP-PI. **EGRÉGIO CONSELHO SUPERIOR, À UNANIMIDADE, HOMOLOGOU A PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO, NOS TERMOS DO VOTO DA RELATORA. JULGADO EM 22.09.2023, NA 2ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DO CSMP-PI DE 2023.**

2.2.10 INQUÉRITO CIVIL (SIMP N° 000174-426/2022). PROCESSO ELETRÔNICO. ORIGEM: 29ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE TERESINA-PI (SAÚDE PÚBLICA). ASSUNTO: APURAR PEDIDO DE PROVIDÊNCIAS OBTENÇÃO DE EXAME REALIZADO EM CLÍNICA PELO SUS. PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO. PROMOTOR DE JUSTIÇA: ENY MARCOS VIEIRA PONTES. **RELATORA: DRA. IVANEIDE ASSUNÇÃO TAVARES RODRIGUES.** INQUÉRITO CIVIL – APURAR PEDIDO DE PROVIDÊNCIAS OBTENÇÃO DE EXAME REALIZADO EM CLÍNICA PELO SUS – IRREGULARIDADES NÃO VERIFICADAS – ARQUIVAMENTO HOMOLOGADO. 1. APÓS DILIGÊNCIAS, EM ESPECIAL AUDITORIA REALIZADA PELA DIRETORIA DE REGULAÇÃO CONTROLE AVALIAÇÃO E AUDITORIA (DRCAA) E PARECER TÉCNICO EMITIDO PELO CAODS, VERIFICOU-SE QUE EMBORA O ESTABELECIMENTO NÃO APRESENTASSE PROTOCOLOS DE ATENDIMENTO AOS USUÁRIOS, O ATENDIMENTO PRESTADO À PACIENTE JOSILÚCIA MARIA DA SILVA OCORREU DE FORMA REGULAR. 2. ARQUIVAMENTO HOMOLOGADO. **EGRÉGIO CONSELHO SUPERIOR, À UNANIMIDADE, HOMOLOGOU A PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO, NOS TERMOS DO VOTO DA RELATORA. JULGADO EM 22.09.2023, NA 2ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DO CSMP-PI DE 2023.**

2.2.11 INQUÉRITO CIVIL (SIMP N° 000124-030/2021). PROCESSO ELETRÔNICO. ORIGEM: 29ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE TERESINA-PI (SAÚDE PÚBLICA). ASSUNTO: APURAR IRREGULARIDADES NO ARMAZENAMENTO DE VACINAS CONTRA A COVID-19 NA UBS CLEMENTINO NETO EM NAZÁRIA. PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO. PROMOTOR DE JUSTIÇA: ENY MARCOS VIEIRA PONTES. **RELATORA: DRA. IVANEIDE ASSUNÇÃO TAVARES RODRIGUES.** INQUÉRITO CIVIL – APURAR IRREGULARIDADES NO ARMAZENAMENTO DE VACINAS CONTRA A COVID-19 NA UBS CLEMENTINO NETO EM NAZÁRIA – IRREGULARIDADES NÃO VERIFICADAS – ARQUIVAMENTO HOMOLOGADO. 1. APÓS DILIGÊNCIAS, EM ESPECIAL VISTORIA IN LOCO REALIZADA PELO CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE, VERIFICOU-SE QUE NÃO HAVIAM IRREGULARIDADES NO ARMAZENAMENTO DAS VACINAS CONTRA O VÍRUS COVID-19 NA UBS CLEMENTINO NETO LOCALIZADA NO MUNICÍPIO DE NAZÁRIA. 2. ARQUIVAMENTO HOMOLOGADO. **EGRÉGIO CONSELHO SUPERIOR, À UNANIMIDADE, HOMOLOGOU A PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO, NOS TERMOS DO VOTO DA RELATORA. JULGADO EM 22.09.2023, NA 2ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DO**

CSMP-PI DE 2023.

2.2.12 INQUÉRITO CIVIL (SIMP N° 000097-030/2019). PROCESSO ELETRÔNICO. ORIGEM: 29ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE TERESINA-PI (SAÚDE PÚBLICA). ASSUNTO: APURAR IRREGULARIDADES NO ATENDIMENTO PRESTADO PELO HOSPITAL SANTA MARIA A UMA PACIENTE QUE VEIO A ÓBITO. PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO. PROMOTOR DE JUSTIÇA: ENY MARCOS VIEIRA PONTES. **RELATORA: DRA. IVANEIDE ASSUNÇÃO TAVARES RODRIGUES.** INQUÉRITO CIVIL – APURAR IRREGULARIDADES NO ATENDIMENTO PRESTADO PELO HOSPITAL SANTA MARIA A UMA PACIENTE QUE VEIO A ÓBITO – IRREGULARIDADES NÃO VERIFICADAS – ARQUIVAMENTO HOMOLOGADO. 1. APÓS DILIGÊNCIAS O DIGNO PROMOTOR DE JUSTIÇA ENY MARCOS VIEIRA PONTES VERIFICOU QUE O CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO ESTADO DO PIAUÍ (CRM-PI) E O CENTRO DE APOIO OPERACIONAL DOS DIREITOS SOCIAIS (CAODS) DO MP-PI, CONCLUÍRAM, APÓS AMPLA INVESTIGAÇÃO, QUE NÃO HOUVE INFRAÇÃO MÉDICA QUE DESSE CAUSA AO ÓBITO DA PACIENTE, POIS TODO O ATENDIMENTO MÉDICO FOI PRESTADO DE FORMA REGULAR. 2. ARQUIVAMENTO HOMOLOGADO. **EGRÉGIO CONSELHO SUPERIOR, À UNANIMIDADE, HOMOLOGOU A PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO, NOS TERMOS DO VOTO DA RELATORA. JULGADO EM 22.09.2023, NA 2ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DO CSMP-PI DE 2023.**

2.2.13 INQUÉRITO CIVIL (SIMP N° 000003-027/2018). PROCESSO ELETRÔNICO. ORIGEM: 12ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE TERESINA-PI (SAÚDE PÚBLICA). ASSUNTO: AVERIGUAR OS PROCEDIMENTOS DE CONTROLE DE INFECÇÃO HOSPITALAR REALIZADOS PELO HOSPITAL SÃO MARCOS. PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO. PROMOTOR DE JUSTIÇA: ENY MARCOS VIEIRA PONTES. **RELATORA: DRA. IVANEIDE ASSUNÇÃO TAVARES RODRIGUES.** INQUÉRITO CIVIL – AVERIGUAR OS PROCEDIMENTOS DE CONTROLE DE INFECÇÃO HOSPITALAR REALIZADOS PELO HOSPITAL SÃO MARCOS – IRREGULARIDADES NÃO VERIFICADAS – ARQUIVAMENTO HOMOLOGADO. 1. APÓS DILIGÊNCIAS, EM ESPECIAL SINDICÂNCIA REALIZADA PELO CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA E PARECER TÉCNICO EMITIDO PELO CAODS, VERIFICOU-SE QUE NÃO HOUVE NENHUM INDÍCIO DE INFRAÇÃO AO CÓDIGO DE ÉTICA MÉDICO OU INSALUBRIDADE DO AMBIENTE HOSPITALAR QUE DEU CAUSA À MORTE DO PACIENTE. 2. ARQUIVAMENTO HOMOLOGADO. **EGRÉGIO CONSELHO SUPERIOR, À UNANIMIDADE, HOMOLOGOU A PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO, NOS TERMOS DO VOTO DA RELATORA. JULGADO EM 22.09.2023, NA 2ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DO CSMP-PI DE 2023.**

2.2.14 INQUÉRITO CIVIL (SIMP N° 000272-088/2017). PROCESSO ELETRÔNICO. ORIGEM: 1ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE PICOS-PI. ASSUNTO: APURAR POSSÍVEL LESÃO AO PATRIMÔNIO PÚBLICO MUNICIPAL DE DOM EXPEDITO LOPES/PI DECORRENTE DA CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS ADVOCATÍCIOS. PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA: MICHELINE RAMALHO SEREJO SILVA. **RELATORA: DRA. IVANEIDE ASSUNÇÃO TAVARES RODRIGUES.** INQUÉRITO CIVIL – APURAR POSSÍVEL LESÃO AO PATRIMÔNIO PÚBLICO MUNICIPAL DE DOM EXPEDITO LOPES/PI DECORRENTE DA CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS ADVOCATÍCIOS – IRREGULARIDADES NÃO VERIFICADAS – HOMOLOGAÇÃO DA PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO. 1. COMPULSANDO TODO O PROCEDIMENTO NÃO SE VISLUMBROU A INDICAÇÃO PRECISA DA IRREGULARIDADE A SER COMBATIDA, MAS TÃO SOMENTE A INTENÇÃO GENÉRICA DE AVERIGUAR A PRESENÇA DE ATO DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA, O QUE NÃO RESTOU COMPROVADO QUANDO SE OBSERVA LEGISLAÇÃO COMPETENTE. 2. PORTANTO, O PROCESSO EM EPÍGRAFE DEVE SER ARQUIVADO POR FALTA DE SUPEDÂNEO LEGAL PARA CARACTERIZAR QUALQUER ATO DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA, EM CONSONÂNCIA COM A NOVA INTERPRETAÇÃO DA LEI DE

LICITAÇÃO; COM AS MUDANÇAS TRAZIDAS PELA LEI FEDERAL Nº 14.039/2020 AO ESTATUTO DA ADVOCACIA E ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL (LEI Nº 8.906/1994); E PELO ENTENDIMENTO JURISPRUDENCIAL DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA E RECOMENDAÇÃO DO CNMP. **EGRÉGIO CONSELHO SUPERIOR, À UNANIMIDADE, HOMOLOGOU A PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO, NOS TERMOS DO VOTO DA RELATORA. JULGADO EM 22.09.2023, NA 2ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DO CSMP-PI DE 2023.**

2.2.15 INQUÉRITO CIVIL (SIMP Nº 000028-174/2021). PROCESSO ELETRÔNICO. ORIGEM: 2ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE PIRACURUCA-PI. ASSUNTO: INVESTIGAR O FUNCIONAMENTO DO GALPÃO DE LATICÍNIOS “CAMINHANDO COM CRISTO”, SUPOSTAMENTE SEM REGISTRO JUNTO AOS ÓRGÃOS FISCAIS, ATESTADO DE FUNCIONAMENTO E PROFISSIONAIS ESPECIALIZADOS. PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA: LIA RAQUEL PRADO BURGOS RIBEIRO MARTINS. **RELATORA: DRA. IVANEIDE ASSUNÇÃO TAVARES RODRIGUES.** INQUÉRITO CIVIL – INVESTIGAR O FUNCIONAMENTO DO GALPÃO DE LATICÍNIOS “CAMINHANDO COM CRISTO”, SUPOSTAMENTE SEM REGISTRO JUNTO AOS ÓRGÃOS FISCAIS, ATESTADO DE FUNCIONAMENTO E PROFISSIONAIS ESPECIALIZADOS – IRREGULARIDADES NÃO VERIFICADAS – HOMOLOGAÇÃO DA PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO. 1. DE TODA ANÁLISE DO CADERNO PROCESSUAL, PODE-SE CONCLUIR QUE, DE ACORDO COM INFORMAÇÕES PRESTADAS PELO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO DIVINO, O GALPÃO DE LATICÍNIOS “CAMINHANDO COM CRISTO” TOMOU TODAS AS PROVIDÊNCIAS NECESSÁRIAS JUNTO AOS ÓRGÃOS OFICIAIS, EM ESPECIAL DA VIGILÂNCIA SANITÁRIA, PARA REGULARIZAR SUA ESTRUTURA E FUNCIONAMENTO, ESTANDO COM SUAS LICENÇAS VÁLIDAS E ASSISTIDA PELO PROFISSIONAL COMPETENTE. 2. HOMOLOGAÇÃO DA PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO. **EGRÉGIO CONSELHO SUPERIOR, À UNANIMIDADE, HOMOLOGOU A PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO, NOS TERMOS DO VOTO DA RELATORA. JULGADO EM 22.09.2023, NA 2ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DO CSMP-PI DE 2023.**

2.2.16 INQUÉRITO CIVIL (SIMP Nº 000012-254/2018). PROCESSO ELETRÔNICO. ORIGEM: PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE MARCOS PARENTE-PI. ASSUNTO: INVESTIGAR SERVIDORES PÚBLICO DO MUNICÍPIO DE ANTÔNIO ALMEIDA QUE RECEBIAM REMUNERAÇÃO SEM PRESTAR SERVIÇOS. PROMOTORA DE JUSTIÇA: AMINA MACEDO TEIXEIRA ABREU SANTIAGO. PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO. **RELATORA: DRA. IVANEIDE ASSUNÇÃO TAVARES RODRIGUES.** INQUÉRITO CIVIL – INVESTIGAR SERVIDORES PÚBLICO DO MUNICÍPIO DE ANTÔNIO ALMEIDA QUE RECEBIAM REMUNERAÇÃO SEM PRESTAR SERVIÇOS – IRREGULARIDADES NÃO VERIFICADAS – HOMOLOGAÇÃO DA PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO. 1. DE TODA ANÁLISE DO CADERNO PROCESSUAL, PODE-SE CONCLUIR QUE, DE ACORDO COM INFORMAÇÕES PRESTADAS PELO PRÓPRIO DENUNCIANTE SR. PEDRO AFONSO RODRIGUES DE OLIVEIRA, O PRÓPRIO MUNICÍPIO DE ANTÔNIO ALMEIDA TOMOU AS PROVIDÊNCIAS NECESSÁRIAS PARA SANAR AS IRREGULARIDADES AQUI INVESTIGADAS, APLICANDO O PRINCÍPIO DA AUTOTUTELA INSCULPIDO NA SÚMULA Nº 473, DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. 2. ADEMAIS, NOS AUTOS NÃO HÁ NENHUMA PROVA QUE A JORNADA DE TRABALHO ERA DESCUMPRIDA, PORTANTO NÃO HÁ ELEMENTOS SUFICIENTES QUE APONTEM EVENTUAL DANO AO ERÁRIO MUNICIPAL. 3. HOMOLOGAÇÃO DA PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO. **EGRÉGIO CONSELHO SUPERIOR, À UNANIMIDADE, HOMOLOGOU A PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO, NOS TERMOS DO VOTO DA RELATORA. JULGADO EM 22.09.2023, NA 2ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DO CSMP-PI DE 2023.**

2.2.17 INQUÉRITO CIVIL (SIMP Nº 000600-237/2019). PROCESSO ELETRÔNICO. ORIGEM: 1ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE SIMPLÍCIO MENDES-PI. ASSUNTO: APURAR POSSÍVEIS

IRREGULARIDADES NA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE DEDETIZAÇÃO SEM A REALIZAÇÃO DE PROCEDIMENTO LICITATÓRIO PELA CÂMARA MUNICIPAL DE RIBEIRA DO PIAUÍ, NOS EXERCÍCIOS FINANCEIROS DE 2017 E 2018. PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO. PROMOTOR DE JUSTIÇA: CARLOS ROGÉRIO BESERRA DA SILVA. **RELATORA: DRA. IVANEIDE ASSUNÇÃO TAVARES RODRIGUES.** INQUÉRITO CIVIL – APURAR POSSÍVEIS IRREGULARIDADES NA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE DEDETIZAÇÃO SEM A REALIZAÇÃO DE PROCEDIMENTO LICITATÓRIO PELA CÂMARA MUNICIPAL DE RIBEIRA DO PIAUÍ, NOS EXERCÍCIOS FINANCEIROS DE 2017 E 2018 – APLICAÇÃO SÚMULA 08 CSMP – IRREGULARIDADES NÃO VERIFICADAS – ARQUIVAMENTO HOMOLOGADO. 1. EM CONSONÂNCIA COM AS PONDERAÇÕES FORMULADAS PELO ÓRGÃO MINISTERIAL DE BASE, ENTENDE-SE QUE O FATO INVESTIGADO NÃO É APTO A ENSEJAR A CONTINUIDADE DO INQUÉRITO CIVIL EM TELA, VISTO QUE O TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PIAUÍ INVESTIGOU OS MESMOS FATOS OBJETO DESTE PROCEDIMENTO, E APÓS ACURADA ANÁLISE TÉCNICA, CONCLUIU QUE NÃO HÁ NENHUM INDÍCIO DE IRREGULARIDADE NA CONTRATAÇÃO DO SERVIÇO DE DEDETIZAÇÃO PELA CÂMARA MUNICIPAL DE RIBEIRA DO PIAUÍ. 2. ADEMAIS, AINDA QUE HOUVESSE IRREGULARIDADE COMPROVADA, O PROCEDIMENTO AINDA CULMINARIA EM ARQUIVAMENTO PELA APLICAÇÃO DA SÚMULA Nº 08 DO CSMP-PI, FRENTE AO VALOR ÍNFIMO DISPENDIDO NA CONTRATAÇÃO, QUE NÃO CONFIGURARIA DANO AO ERÁRIO APTO A ENSEJAR A ATUAÇÃO MINISTERIAL. 3. ARQUIVAMENTO HOMOLOGADO. **EGRÉGIO CONSELHO SUPERIOR, À UNANIMIDADE, HOMOLOGOU A PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO, NOS TERMOS DO VOTO DA RELATORA. JULGADO EM 22.09.2023, NA 2ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DO CSMP-PI DE 2023.**

2.2.18 INQUÉRITO CIVIL (SIMP Nº 000510-237/2021). PROCESSO ELETRÔNICO. ORIGEM: PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE SIMPLÍCIO MENDES-PI. ASSUNTO: APURAR SUPOSTA PRÁTICA DE NEPOTISMO REALIZADA PELA PREFEITURA DE BELA VISTA DO PIAUÍ. PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO. PROMOTOR DE JUSTIÇA: CARLOS ROGÉRIO BESERRA DA SILVA. **RELATORA: DRA. IVANEIDE ASSUNÇÃO TAVARES RODRIGUES.** INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO – APURAR SUPOSTA PRÁTICA DE NEPOTISMO REALIZADA PELA PREFEITURA DE BELA VISTA DO PIAUÍ – IRREGULARIDADE NÃO CONSTATADA – ARQUIVAMENTO HOMOLOGADO. 1. NO CASO EM ANÁLISE, COMO BEM CONCLUIU O PROMOTOR DE PISO, NÃO SE VISUALIZA A OCORRÊNCIA DE ATO DE IMPROBIDADE, POIS O SR. MARCIANO TOLENTINO DE SOUSA É PARENTE EM 4º GRAU DA LINHA COLATERAL E O IMPEDIMENTO SUMULAR VAI ATÉ O 3º GRAU, OU SEJA, A NOMEAÇÃO OCORREU DE FORMA REGULAR. 2. ADEMAIS, A PROMOTORIA DE BASE IDENTIFICOU QUE OS APROVADOS NO CONCURSO FORAM CONVOCADOS, O QUE DESCARACTERIZA A NOMEAÇÃO DO SR. MARCIANO EM PRETERIÇÃO AO APROVADO EM CONCURSO PÚBLICO. 3. ARQUIVAMENTO HOMOLOGADO. **EGRÉGIO CONSELHO SUPERIOR, À UNANIMIDADE, HOMOLOGOU A PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO, NOS TERMOS DO VOTO DA RELATORA. JULGADO EM 22.09.2023, NA 2ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DO CSMP-PI DE 2023.**

2.2.19 INQUÉRITO CIVIL (SIMP Nº 000433-060/2017). PROCESSO ELETRÔNICO. ORIGEM: PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE CASTELO DO PIAUÍ-PI. ASSUNTO: APURAR IRREGULARIDADES NO TOCANTE À ESTRUTURA E PESSOAL DO PROGRAMA SAÚDE DA FAMÍLIA (PSF) NO MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DA SERRA. PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO. PROMOTOR DE JUSTIÇA: RICARDO LÚCIO FREIRE TRIGUEIRO. **RELATORA: DRA. IVANEIDE ASSUNÇÃO TAVARES RODRIGUES.** INQUÉRITO CIVIL – APURAR IRREGULARIDADES NO TOCANTE À ESTRUTURA E PESSOAL DO PROGRAMA SAÚDE DA FAMÍLIA (PSF) NO MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DA SERRA – IRREGULARIDADES NÃO VERIFICADAS – HOMOLOGAÇÃO DA PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO. 1. APÓS CUIDADOSA ANÁLISE DO PROCESSO, OBSERVA-SE QUE OS FATOS INVESTIGADOS NÃO SÃO APTOS A ENSEJAR A

CONTINUIDADE DO INQUÉRITO CIVIL EM TELA, POIS OS ATOS DE IMPROBIDADE AQUI INVESTIGADOS SUPOSTAMENTE OCORRERAM HÁ 13 (TREZE) ANOS ATRÁS, AINDA NO ANO DE 2010. EM RAZÃO DO EXTENSO LAPSO TEMPORAL QUALQUER ATO DE IMPROBIDADE EVENTUALMENTE VERIFICADO CERTAMENTE JÁ TERIA SIDO ATINGIDO PELA PRESCRIÇÃO QUINQUENAL DO ART. 23, I, DA LEI Nº 8429/92.). 2. OBSERVÂNCIA DO ART. 31 DA LEI 13.869/2019. **EGRÉGIO CONSELHO SUPERIOR, À UNANIMIDADE, HOMOLOGOU A PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO, NOS TERMOS DO VOTO DA RELATORA. JULGADO EM 22.09.2023, NA 2ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DO CSMP-PI DE 2023.**

2.2.20 INQUÉRITO CIVIL (SIMP Nº 000140-237/2022). PROCESSO ELETRÔNICO. ORIGEM: 1ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE SIMPLÍCIO MENDES-PI. ASSUNTO: APURAR POSSÍVEIS IRREGULARIDADES PERPETRADAS PELO SR. MÁRIO ROLDÃO DA SILVA E A SRA. MARIA MADALENA DA SILVA, EX-GESTORES DA CÂMARA MUNICIPAL DE SOCORRO DO PIAUÍ, TOCANTE A CONTRATAÇÃO DE ASSESSORIA JURÍDICA – EXERCÍCIO DE 2016. PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO. PROMOTOR DE JUSTIÇA: CARLOS ROGÉRIO BESERRA DA SILVA. **RELATORA: DRA. IVANEIDE ASSUNÇÃO TAVARES RODRIGUES.** INQUÉRITO CIVIL – APURAR POSSÍVEIS IRREGULARIDADES PERPETRADAS PELO SR. MÁRIO ROLDÃO DA SILVA E A SRA. MARIA MADALENA DA SILVA, EX-GESTORES DA CÂMARA MUNICIPAL DE SOCORRO DO PIAUÍ, TOCANTE A CONTRATAÇÃO DE ASSESSORIA JURÍDICA – EXERCÍCIO DE 2016 – IRREGULARIDADES NÃO VERIFICADAS – HOMOLOGAÇÃO DA PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO. 1. O TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PIAUÍ INVESTIGOU OS MESMOS FATOS OBJETO DESTES PROCEDIMENTOS, E APÓS ACURADA ANÁLISE TÉCNICA, CONCLUIU QUE NÃO HÁ NENHUM INDÍCIO DE IRREGULARIDADE NA CONTRATAÇÃO DE ASSESSORIA JURÍDICA PELA CÂMARA MUNICIPAL DE SOCORRO NO PIAUÍ NO EXERCÍCIO DE 2016. **EGRÉGIO CONSELHO SUPERIOR, À UNANIMIDADE, HOMOLOGOU A PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO, NOS TERMOS DO VOTO DA RELATORA. JULGADO EM 22.09.2023, NA 2ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DO CSMP-PI DE 2023.**

2.2.21 INQUÉRITO CIVIL (SIMP Nº 000103-237/2020). PROCESSO ELETRÔNICO. ORIGEM: PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE SIMPLÍCIO MENDES-PI. ASSUNTO: APURAR SUPOSTA VIOLAÇÃO AOS PRINCÍPIOS ADMINISTRATIVOS, RELATIVO À REFORMA DE AÇOUGUE MUNICIPAL, NO QUE TANGE À AUSÊNCIA DE PLACA DE IDENTIFICAÇÃO DA OBRA, BEM COMO DE INFORMAÇÕES DE QUAIS RECURSOS SÃO PROVENIENTES. PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO. PROMOTORA DE JUSTIÇA: EMMANUELLE MARTINS NEIVA DANTAS RODRIGUES BELO. **RELATORA: DRA. IVANEIDE ASSUNÇÃO TAVARES RODRIGUES.** INQUÉRITO CIVIL – APURAR SUPOSTA VIOLAÇÃO AOS PRINCÍPIOS ADMINISTRATIVOS, RELATIVO À REFORMA DE AÇOUGUE MUNICIPAL, NO QUE TANGE À AUSÊNCIA DE PLACA DE IDENTIFICAÇÃO DA OBRA, BEM COMO DE INFORMAÇÕES DE QUAIS RECURSOS SÃO PROVENIENTES – IRREGULARIDADES NÃO VERIFICADAS – HOMOLOGAÇÃO DA PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO. 1. AO ANALISAR TODAS AS INFORMAÇÕES E DOCUMENTOS, ESPECIALMENTE AS INFORMAÇÕES PRESTADAS PELA PREFEITURA MUNICIPAL DE SIMPLÍCIO MENDES E O PARECER Nº 133/2022 DO CACOP, VERIFICOU-SE QUE APESAR DA DESÍDIA NO DEVER DE DAR PUBLICIDADE ÀS INFORMAÇÕES ATINENTES À OBRA DO AÇOUGUE MUNICIPAL, ESTA FOI REALIZADA COM RECURSOS PRÓPRIOS DO ENTE MUNICIPAL E SEGUINDO OS DITAMES LEGAIS. 2. POR ISSO, NÃO HÁ MAIS RAZÃO PARA A CONTINUIDADE DA PERSECUÇÃO CÍVEL PELO ENTE MINISTERIAL PORQUE O OBJETO EM INVESTIGAÇÃO SE AMOLDA EM UMA CONDUTA CULPOSA, QUE COM O ADVENTO DA LEI Nº 14.230/2021, SEGUNDO TESE FIRMADA PELO STF, NÃO MAIS ENSEJA A INTERPOSIÇÃO DE AÇÃO DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA. **EGRÉGIO CONSELHO SUPERIOR, À UNANIMIDADE, HOMOLOGOU A PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO, NOS TERMOS DO VOTO DA RELATORA.**

JULGADO EM 22.09.2023, NA 2ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DO CSMP-PI DE 2023.

2.2.22 INQUÉRITO CIVIL (SIMP N° 000250-237/2021). PROCESSO ELETRÔNICO. ORIGEM: PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE SIMPLÍCIO MENDES-PI. ASSUNTO: APURAR IRREGULARIDADES APONTADAS PELO TCE DURANTE ANÁLISE DA PRESTAÇÃO DE CONTAS DA CÂMARA DE SIMPLÍCIO MENDES/PI, EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2017. PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO. PROMOTOR DE JUSTIÇA: CARLOS ROGÉRIO BESERRA DA SILVA. **RELATORA: DRA. IVANEIDE ASSUNÇÃO TAVARES RODRIGUES.** INQUÉRITO CIVIL – APURAR IRREGULARIDADES APONTADAS PELO TCE DURANTE ANÁLISE DA PRESTAÇÃO DE CONTAS DA CÂMARA DE SIMPLÍCIO MENDES/PI, EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2017 – IRREGULARIDADES NÃO VERIFICADAS – HOMOLOGAÇÃO DA PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO. 1. EM CONSONÂNCIA COM AS PONDERAÇÕES FORMULADAS PELO ÓRGÃO MINISTERIAL DE BASE, ENTENDE-SE QUE OS FATOS INVESTIGADOS NÃO SÃO APTOS A ENSEJAR A CONTINUIDADE DO INQUÉRITO CIVIL EM TELA COM O FITO DE APLICAR AS SANÇÕES PREVISTAS NA LEI DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA, VISTO QUE O TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PIAUÍ AO ANALISAR AS IRREGULARIDADES EM COMENTO NÃO IMPUTOU A APLICAÇÃO DE DÉBITO EM ACÓRDÃO. 2. SÚMULA N° 05 CSMP-PI. **EGRÉGIO CONSELHO SUPERIOR, À UNANIMIDADE, HOMOLOGOU A PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO, NOS TERMOS DO VOTO DA RELATORA. JULGADO EM 22.09.2023, NA 2ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DO CSMP-PI DE 2023.**

2.2.23 INQUÉRITO CIVIL (SIMP N° 000778-138/2021). PROCESSO ELETRÔNICO. ORIGEM: 2ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE BARRAS-PI. ASSUNTO: APURAR OCORRÊNCIA DE POSSÍVEIS IRREGULARIDADES NO PROCESSO N° 048/2021 (PROCEDIMENTO N° 016/2021 – PREGÃO PRESENCIAL N° 016/2021). PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO. PROMOTOR DE JUSTIÇA: GLÉCIO PAULINO SETÚBAL DA CUNHA E SILVA. **RELATORA: DRA. IVANEIDE ASSUNÇÃO TAVARES RODRIGUES.** INQUÉRITO CIVIL – APURAR OCORRÊNCIA DE POSSÍVEIS IRREGULARIDADES NO PROCESSO N° 048/2021 (PROCEDIMENTO N° 016/2021 – PREGÃO PRESENCIAL N° 016/2021) – IRREGULARIDADES NÃO VERIFICADAS – HOMOLOGAÇÃO DA PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO. 1. AO ANALISAR TODAS AS INFORMAÇÕES E DOCUMENTOS, ESPECIALMENTE AS INFORMAÇÕES PRESTADAS PELA PROMOTORIA DE BASE APÓS ANÁLISE DA DOCUMENTAÇÃO ACOSTADA NOS AUTOS, CONCLUI-SE QUE SERIA DESPROPORCIONAL AFIRMAR QUE O CASO CONCRETO, POSSA SE ENQUADRAR COMO ATO DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA A SER COMBATIDO PELO PARQUET, POIS O COMPORTAMENTO FUNCIONAL INCAUTO, INAPTO OU INABILIDOSO REPRESENTA EXEMPLO DE MÁ GESTÃO, NÃO DE COMPORTAMENTO VOLTADO A LESIONAR O PATRIMÔNIO PÚBLICO. **EGRÉGIO CONSELHO SUPERIOR, À UNANIMIDADE, HOMOLOGOU A PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO, NOS TERMOS DO VOTO DA RELATORA. JULGADO EM 22.09.2023, NA 2ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DO CSMP-PI DE 2023.**

2.2.24 INQUÉRITO CIVIL (SIMP N° 000480-426/2022). PROCESSO ELETRÔNICO. ORIGEM: 1ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE SIMPLÍCIO MENDES-PI. ASSUNTO: APURAR POSSÍVEIS IRREGULARIDADES QUANTO A INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE ESCRITÓRIOS DE ADVOCACIA E CONTABILIDADE PELA PREFEITURA DE SIMPLÍCIO MENDES NO ANO DE 2021. PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO. PROMOTOR DE JUSTIÇA: CARLOS ROGÉRIO BESERRA DA SILVA. **RELATORA: DRA. IVANEIDE ASSUNÇÃO TAVARES RODRIGUES.** INQUÉRITO CIVIL – APURAR POSSÍVEIS IRREGULARIDADES QUANTO A INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE ESCRITÓRIOS DE ADVOCACIA E CONTABILIDADE PELA PREFEITURA DE SIMPLÍCIO MENDES NO ANO DE 2021 – IRREGULARIDADES NÃO VERIFICADAS – HOMOLOGAÇÃO DA

PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO. 1. COMPULSANDO TODO O PROCEDIMENTO NÃO SE VISLUMBROU A INDICAÇÃO PRECISA DA IRREGULARIDADE A SER COMBATIDA, MAS TÃO SOMENTE A INTENÇÃO GENÉRICA DE AVERIGUAR A PRESENÇA DE ATO DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA, O QUE NÃO RESTOU COMPROVADO QUANDO SE OBSERVA LEGISLAÇÃO COMPETENTE. 2. PORTANTO, O PROCESSO EM EPÍGRAFE DEVE SER ARQUIVADO POR FALTA DE SUPEDÂNEO LEGAL PARA CARACTERIZAR QUALQUER ATO DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA, EM CONSONÂNCIA COM A NOVA INTERPRETAÇÃO DA LEI DE LICITAÇÃO; COM AS MUDANÇAS TRAZIDAS PELA LEI FEDERAL Nº 14.039/2020 AO ESTATUTO DA ADVOCACIA E ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL (LEI Nº 8.906/1994); COM O ART.25 DO DECRETO-LEI Nº 9.295, DE 27 DE MAIO DE 1946, QUE CRIA O CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE, COM O ENTENDIMENTO JURISPRUDENCIAL DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA E COM RECOMENDAÇÃO DO CNMP. **EGRÉGIO CONSELHO SUPERIOR, À UNANIMIDADE, HOMOLOGOU A PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO, NOS TERMOS DO VOTO DA RELATORA. JULGADO EM 22.09.2023, NA 2ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DO CSMP-PI DE 2023.**

2.2.25 INQUÉRITO CIVIL (SIMP Nº 000665-237/2021). PROCESSO ELETRÔNICO. ORIGEM: 1ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE SIMPLÍCIO MENDES-PI. ASSUNTO: APURAR SUPOSTA IRREGULARIDADE EM DISPENSA DE LICITAÇÃO REFERENTE A CONTRATAÇÃO DA EMPRESA JL DISTRIBUIDORA DE MÓVEIS E EQUIPAMENTOS PARA SAÚDE PELA PREFEITURA DE SIMPLÍCIO MENDES, NO ANO DE 2021. PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO. PROMOTOR DE JUSTIÇA: CARLOS ROGÉRIO BESERRA DA SILVA. **RELATORA: DRA. IVANEIDE ASSUNÇÃO TAVARES RODRIGUES.** INQUÉRITO CIVIL – APURAR SUPOSTA IRREGULARIDADE EM DISPENSA DE LICITAÇÃO REFERENTE A CONTRATAÇÃO DA EMPRESA JL DISTRIBUIDORA DE MÓVEIS E EQUIPAMENTOS PARA SAÚDE PELA PREFEITURA DE SIMPLÍCIO MENDES, NO ANO DE 2021 – IRREGULARIDADES NÃO VERIFICADAS – HOMOLOGAÇÃO DA PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO. 1. ACERCA DOS FATOS SOB ANÁLISE, SE PODE CONCLUIR QUE NÃO SE LOGROU ÊXITO EM OBTER QUALQUER INDICATIVO DE COMETIMENTO DE ATO DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA, VISTO QUE OCORREU UM ERRO MERAMENTE FORMAL NA DESCRIÇÃO DO OBJETO DA DISPENSA DE LICITAÇÃO FIRMADA COM A EMPRESA JL DISTRIBUIDORA DE MÓVEIS E EQUIPAMENTOS PARA SAÚDE, VISTO QUE FICOU COMPROVADO QUE O OBJETO FORNECIDO FORAM TESTES PARA DETECÇÃO VÍRUS COVID-19 E NÃO SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO DE REDE ELÉTRICA, SERVIÇOS QUE NA REALIDADE FORAM FORNECIDOS PELA EMPRESA ATHOS ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES EIRELI-ME ATRAVÉS DE OUTRA DISPENSA DE LICITAÇÃO. **EGRÉGIO CONSELHO SUPERIOR, À UNANIMIDADE, HOMOLOGOU A PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO, NOS TERMOS DO VOTO DA RELATORA. JULGADO EM 22.09.2023, NA 2ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DO CSMP-PI DE 2023.**

2.2.26 INQUÉRITO CIVIL (SIMP Nº 000741-237/2021). PROCESSO ELETRÔNICO. ORIGEM: 1ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE SIMPLÍCIO MENDES-PI. ASSUNTO: APURAR SUPOSTAS IRREGULARIDADES PERPETRADAS PELO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE SIMPLÍCIO MENDES, NO QUE SE REFERE A CONTRATAÇÃO SR. RUTÊNIO MADEIRA SANTOS. PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO. PROMOTOR DE JUSTIÇA: CARLOS ROGÉRIO BESERRA DA SILVA. **RELATORA: DRA. IVANEIDE ASSUNÇÃO TAVARES RODRIGUES.** INQUÉRITO CIVIL – APURAR SUPOSTAS IRREGULARIDADES PERPETRADAS PELO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE SIMPLÍCIO MENDES, NO QUE SE REFERE A CONTRATAÇÃO SR. RUTÊNIO MADEIRA SANTOS – IRREGULARIDADES NÃO VERIFICADAS – ARQUIVAMENTO HOMOLOGADO. 1. O FATO INVESTIGADO NÃO É APTO A ENSEJAR A CONTINUIDADE DO INQUÉRITO CIVIL EM TELA, VISTO QUE O SR. RUTHÊNIO NÃO DESCUMPRIU SUA CARGA HORÁRIA COMO AUXILIAR ADMINISTRATIVO NA

CÂMARA MUNICIPAL DE SIMPLÍCIO MENDES, POIS NA REALIDADE ESTAVA REALIZANDO TRABALHO REMOTO DEVIDO À PANDEMIA DE COVID-19, COM AUTORIZAÇÃO DO PRESIDENTE DA CASA LEGISLATIVA. **EGRÉGIO CONSELHO SUPERIOR, À UNANIMIDADE, HOMOLOGOU A PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO, NOS TERMOS DO VOTO DA RELATORA. JULGADO EM 22.09.2023, NA 2ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DO CSMP-PI DE 2023.**

2.2.27 INQUÉRITO CIVIL (SIMP N° 000118-027/2019). PROCESSO ELETRÔNICO. ORIGEM: 12ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE TERESINA-PI. ASSUNTO: APURAR POSSÍVEL CASO DE VIOLÊNCIA OBSTÉTRICA NA MATERNIDADE DONA EVANGELINA ROSA. PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO. PROMOTOR DE JUSTIÇA: ENY MARCOS VIEIRA PONTES. **RELATORA: DRA. IVANEIDE ASSUNÇÃO TAVARES RODRIGUES.** INQUÉRITO CIVIL – APURAR POSSÍVEL CASO DE VIOLÊNCIA OBSTÉTRICA NA MATERNIDADE DONA EVANGELINA ROSA – IRREGULARIDADES NÃO CONSTATADAS – ARQUIVAMENTO HOMOLOGADO. 1. DE ACORDO COM A SINDICÂNCIA N° 85/2019 REALIZADA PELO CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA – CRM E COM O PARECER TÉCNICO N° 02/2023 EMITIDO PELO CAODS PODEMOS CONCLUIR QUE NÃO HÁ MAIS RAZÃO PARA A CONTINUIDADE DA PERSECUÇÃO CÍVEL PELO ENTE MINISTERIAL PORQUE A NOTÍCIA DE SITUAÇÃO DE VIOLÊNCIA OBSTÉTRICA, QUE DEU ORIGEM AO PROCESSO, NÃO SE CONFIRMOU. 2. HOMOLOGAÇÃO DA PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO. **EGRÉGIO CONSELHO SUPERIOR, À UNANIMIDADE, HOMOLOGOU A PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO, NOS TERMOS DO VOTO DA RELATORA. JULGADO EM 22.09.2023, NA 2ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DO CSMP-PI DE 2023.**

2.2.28 INQUÉRITO CIVIL (SIMP N° 000203-237/2021). PROCESSO ELETRÔNICO. ORIGEM: 1ª PROMOTORIA DE SIMPLÍCIO MENDES-PI. ASSUNTO: APURAR POSSÍVEIS IRREGULARIDADES QUANTO À PROVÁVEL AUSÊNCIA DE CUMPRIMENTO DO PLANO NACIONAL DE VACINAÇÃO CONTRA A COVID-19. PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO. PROMOTOR DE JUSTIÇA: CARLOS ROGÉRIO BESERRA DA SILVA. **RELATORA: DRA. IVANEIDE ASSUNÇÃO TAVARES RODRIGUES.** INQUÉRITO CIVIL – APURAR POSSÍVEIS IRREGULARIDADES QUANTO À PROVÁVEL AUSÊNCIA DE CUMPRIMENTO DO PLANO NACIONAL DE VACINAÇÃO CONTRA A COVID-19 – PERDA DO OBJETO – ARQUIVAMENTO HOMOLOGADO. 1. NO CASO CONCRETO HOUE A PERDA SUPERVENIENTE DO OBJETO DA DEMANDA COM O FIM DA PANDEMIA DE COVID-19, POIS A VACINAÇÃO NO ESTADO DO PIAUÍ FOI REALIZADA COM SUCESSO SEGUNDO DADOS FORNECIDOS PELO MINISTÉRIO DA SAÚDE. **EGRÉGIO CONSELHO SUPERIOR, À UNANIMIDADE, HOMOLOGOU A PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO, NOS TERMOS DO VOTO DA RELATORA. JULGADO EM 22.09.2023, NA 2ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DO CSMP-PI DE 2023.**

2.2.29 INQUÉRITO CIVIL (SIMP N° 001189-361/2021). PROCESSO ELETRÔNICO. ORIGEM: 1ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE PICOS-PI. ASSUNTO: APURAR A CONTRATAÇÃO DO ESCRITÓRIO DE ADVOCACIA “MARCOS ANDRÉ LIMA RAMOS ADVOCACIA E CONSULTORIA, CNPJ N°08.681.051/0001-38” PELO MUNICÍPIO DE SANTANA DO PIAUÍ DOS ANOS DE 2017 A 2022. PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO. PROMOTORA DE JUSTIÇA: MICHELINE RAMALHO SEREJO DA SILVA. **RELATORA: DRA. IVANEIDE ASSUNÇÃO TAVARES RODRIGUES.** INQUÉRITO CIVIL – APURAR A CONTRATAÇÃO DO ESCRITÓRIO DE ADVOCACIA “MARCOS ANDRÉ LIMA RAMOS ADVOCACIA E CONSULTORIA, CNPJ N°08.681.051/0001-38” PELO MUNICÍPIO DE SANTANA DO PIAUÍ DOS ANOS DE 2017 A 2022 – PERDA DO OBJETO. 1. EM DETIDA ANÁLISE DOS AUTOS, VERIFICOU-SE QUE O SIMP 001198-361/2021, PROCEDIMENTO NO QUAL ESTE DEVERIA SER APENSADO POR SE TRATAR DO MESMO OBJETO, FOI ARQUIVADO EM 11/11/2022, COM VOTO PROFERIDO NA 1368ª SESSÃO ORDINÁRIA PELO CONSELHEIRO RELATOR DR. HUGO DE SOUSA CARDOSO. PORTANTO,

SUBENTENDE-SE QUE O OBJETO DAS DUAS DEMANDAS FORAM INTEGRALMENTE RESOLVIDOS. **EGRÉGIO CONSELHO SUPERIOR, À UNANIMIDADE, HOMOLOGOU A PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO, NOS TERMOS DO VOTO DA RELATORA. JULGADO EM 22.09.2023, NA 2ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DO CSMP-PI DE 2023.**

2.2.30 INQUÉRITO CIVIL (SIMP N° 001840-055/2017). PROCESSO ELETRÔNICO. ORIGEM: 1ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE PARNAÍBA – PIAUÍ. ASSUNTO: APURAR EVENTUAL USURPAÇÃO DE FUNÇÃO DE AGENTES DA GUARDA CIVIL, POR VIGIAS DO MUNICÍPIO DE PARNAÍBA. PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO. PROMOTOR DE JUSTIÇA: ANTENOR FILGUEIRAS LÔBO NETO. **RELATORA: DRA. IVANEIDE ASSUNÇÃO TAVARES RODRIGUES.** INQUÉRITO CIVIL – APURAR EVENTUAL USURPAÇÃO DE FUNÇÃO DE AGENTES DA GUARDA CIVIL, POR VIGIAS DO MUNICÍPIO DE PARNAÍBA – PROCEDIMENTO QUE PERDEU SEU OBJETO – ARQUIVAMENTO HOMOLOGADO. 1. EM DETIDA ANÁLISE DOS AUTOS, VERIFICOU-SE QUE QUANTO ÀS GRATIFICAÇÕES PRÓPRIAS DA GUARDA CIVIL QUE SERIAM TAMBÉM CONCEDIDAS AOS VIGIAS (GUARDA PATRIMONIAL) DO MUNICÍPIO DE PARNAÍBA, DECORRENTES DO REQUERIMENTO Nº 556/2018, DE AUTORIA DA VEREADORA NETA, RESTOU ESCLARECIDO TRATAR-SE APENAS DE PROJETO NÃO VINCULATIVO E QUE FOI REMOVIDO DE PAUTA, OU SEJA, NÃO CHEGOU NEM A SER CONCRETIZADO. 2. JÁ QUANTO A NOMENCLATURA E EVENTUAL ADEQUAÇÃO DE FUNÇÃO DOS SERVIDORES DA GUARDA PATRIMONIAL, VERIFICA-SE QUE A QUESTÃO SE ENCONTRA SOB APRECIÇÃO JUDICIAL COM PARECER DESFAVORÁVEL DA PROMOTORIA DE BASE. 3. PERDA SUPERVENIENTE DO OBJETO. **EGRÉGIO CONSELHO SUPERIOR, À UNANIMIDADE, HOMOLOGOU A PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO, NOS TERMOS DO VOTO DA RELATORA. JULGADO EM 22.09.2023, NA 2ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DO CSMP-PI DE 2023.**

2.2.31 INQUÉRITO CIVIL (SIMP N° 000370-237/2018). PROCESSO ELETRÔNICO. ORIGEM: 1ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE SIMPLÍCIO MENDES-PI. ASSUNTO: TRATA-SE DE INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO INSTAURADO PARA APURAR POSSÍVEL AUSÊNCIA DE RECOLHIMENTO DE INSS PELA PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCEIÇÃO DO CANINDÉ-PI. PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO. PROMOTOR DE JUSTIÇA: CARLOS ROGÉRIO BESERRA DA SILVA. **RELATORA: DRA. IVANEIDE ASSUNÇÃO TAVARES RODRIGUES.** INQUÉRITO CIVIL – APURAR POSSÍVEL AUSÊNCIA DE RECOLHIMENTO DE INSS PELA PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCEIÇÃO DO CANINDÉ-PI – HOMOLOGAÇÃO DA PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO. 1. DE TODO O EXPOSTO SE OBSERVOU QUE NÃO HÁ JUSTA CAUSA PARA CONTINUIDADE DO INQUÉRITO CIVIL, POR AUSÊNCIA DE ATO ÍMPROBO, VEZ QUE A NOVA LEI DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA ABOLIU A CONDUTA AVERIGUADA. 2. JURISPRUDÊNCIA DOS TRIBUNAIS A FAVOR DA RETROATIVIDADE BENÉFICA DA NLIA EM RELAÇÃO À MUDANÇA DO ART. 11 DA LEI Nº 8.429/1992 COM A REDAÇÃO DADA PELA LEI Nº14.230/2021 QUE TORNOU TAXATIVO O ROL DE CONDUTAS QUE CONFIGURAM ATOS DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA QUE ATENTAM CONTRA OS PRINCÍPIOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA. **EGRÉGIO CONSELHO SUPERIOR, À UNANIMIDADE, HOMOLOGOU A PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO, NOS TERMOS DO VOTO DA RELATORA. JULGADO EM 22.09.2023, NA 2ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DO CSMP-PI DE 2023.**

2.2.32 INQUÉRITO CIVIL (SIMP N° 000653-267/2019). PROCESSO ELETRÔNICO. ORIGEM: PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE ITAINÓPOLIS-PI. ASSUNTO: APURAR POSSÍVEL ATO ÍMPROBO PRATICADO PELO ENTÃO GESTOR DO MUNICÍPIO DE ISAÍAS COELHO/PI QUANDO DA PRETERIÇÃO DE CANDIDATOS APROVADOS EM CONCURSO PÚBLICO. PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO. PROMOTOR DE JUSTIÇA: SEBASTIÃO JACSON DOS SANTOS BORGES. **RELATORA: DRA. IVANEIDE ASSUNÇÃO TAVARES RODRIGUES.** INQUÉRITO CIVIL – APURAR POSSÍVEL ATO ÍMPROBO

PRATICADO PELO ENTÃO GESTOR DO MUNICÍPIO DE ISAIÁS COELHO/PI QUANDO DA PRETERIÇÃO DE CANDIDATOS APROVADOS EM CONCURSO PÚBLICO – HOMOLOGAÇÃO DA PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO. 1. DE TODO O EXPOSTO SE OBSERVOU QUE NÃO HÁ JUSTA CAUSA PARA CONTINUIDADE DO INQUÉRITO CIVIL, POR AUSÊNCIA DE ATO ÍMPROBO, VEZ QUE A NOVA LEI DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA ABOLIU A CONDUTA AVERIGUADA. 2. JURISPRUDÊNCIA DOS TRIBUNAIS A FAVOR DA RETROATIVIDADE BENÉFICA DA NLIA EM RELAÇÃO À MUDANÇA DO ART. 11 DA LEI Nº 8.429/1992 COM A REDAÇÃO DADA PELA LEI Nº14.230/2021 QUE TORNOU TAXATIVO O ROL DE CONDUTAS QUE CONFIGURAM ATOS DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA QUE ATENTAM CONTRA OS PRINCÍPIOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA. **EGRÉGIO CONSELHO SUPERIOR, À UNANIMIDADE, HOMOLOGOU A PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO, NOS TERMOS DO VOTO DA RELATORA. JULGADO EM 22.09.2023, NA 2ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DO CSMP-PI DE 2023.**

2.2.33 INQUÉRITO CIVIL (SIMP Nº 000464-059/2019). PROCESSO ELETRÔNICO. ORIGEM: 2ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE JOSÉ DE FREITAS-PI. ASSUNTO: APURAR AUTORIA DE EVENTUAL ATO DE IMPROBIDADE DE INTEGRANTE DO CONSELHO TUTELAR DE JOSÉ DE FREITAS. PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO. PROMOTOR DE JUSTIÇA: FLÁVIO TEIXEIRA DE ABREU JÚNIOR. **RELATORA: DRA. IVANEIDE ASSUNÇÃO TAVARES RODRIGUES.** INQUÉRITO CIVIL – APURAR AUTORIA DE EVENTUAL ATO DE IMPROBIDADE DE INTEGRANTE DO CONSELHO TUTELAR DE JOSÉ DE FREITAS – HOMOLOGAÇÃO DA PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO. 1. DE TODO O EXPOSTO SE OBSERVOU QUE NÃO HÁ JUSTA CAUSA PARA CONTINUIDADE DO INQUÉRITO CIVIL, POR AUSÊNCIA DE ATO ÍMPROBO, VEZ QUE A NOVA LEI DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA ABOLIU A CONDUTA AVERIGUADA. 2. JURISPRUDÊNCIA DOS TRIBUNAIS A FAVOR DA RETROATIVIDADE BENÉFICA DA NLIA EM RELAÇÃO À MUDANÇA DO ART. 11 DA LEI Nº 8.429/1992 COM A REDAÇÃO DADA PELA LEI Nº14.230/2021 QUE TORNOU TAXATIVO O ROL DE CONDUTAS QUE CONFIGURAM ATOS DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA QUE ATENTAM CONTRA OS PRINCÍPIOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA. **EGRÉGIO CONSELHO SUPERIOR, À UNANIMIDADE, HOMOLOGOU A PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO, NOS TERMOS DO VOTO DA RELATORA. JULGADO EM 22.09.2023, NA 2ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DO CSMP-PI DE 2023.**

2.2.34 NOTÍCIA DE FATO (SIMP Nº 000135-426/2023). PROCESSO ELETRÔNICO. ORIGEM: 33ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE TERESINA-PI. ASSUNTO: SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE SUPOSTADA POR PESSOA IDOSA. RECURSO CONTRA PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO. PROMOTORA DE JUSTIÇA: JANAÍNA ROSE RIBEIRO AGUIAR. **RELATORA: DRA. IVANEIDE ASSUNÇÃO TAVARES RODRIGUES.** NOTÍCIA DE FATO – SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE SUPOSTADA POR PESSOA IDOSA – APRECIÇÃO DE RECURSO INTERPOSTO CONTRA DECISÃO DE ARQUIVAMENTO – RECURSO RECEBIDO E NÃO PROVIDO. 1. RECURSO APRESENTADO TEMPESTIVAMENTE 2. RECURSO NÃO PROVIDO, POIS NÃO RESTOU CONSTATADA VIOLAÇÃO DE DIREITOS DA PESSOA IDOSA, TAMPOUCO SITUAÇÃO DE RISCO SOCIAL QUE ENSEJE A ATUAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO. **EGRÉGIO CONSELHO SUPERIOR, À UNANIMIDADE, RECEBEU O RECURSO E, NO MÉRITO, NEGOU-LHE PROVIMENTO, NOS TERMOS DO VOTO DA RELATORA. JULGADO EM 22.09.2023, NA 2ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DO CSMP-PI DE 2023.**

2.2.35 NOTÍCIA DE FATO (SIMP Nº 000063-083/2023). PROCESSO ELETRÔNICO. ORIGEM: 1ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE CORRENTE-PI. ASSUNTO: APURAR SUPOSTA CONTRAVENÇÃO PENAL DE EXERCÍCIO ILEGAL DA PROFISSÃO (ART. 47 DA LCP). RECURSO CONTRA PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO. PROMOTOR DE JUSTIÇA: LUCIANO LOPES SALES. **RELATORA: DRA. IVANEIDE ASSUNÇÃO TAVARES RODRIGUES.** NOTÍCIA DE FATO – APURAR SUPOSTA CONTRAVENÇÃO PENAL

DE EXERCÍCIO ILEGAL DA PROFISSÃO (ART. 47 DA LCP) – APRECIÇÃO DE RECURSO INTERPOSTO CONTRA DECISÃO DE ARQUIVAMENTO – RECURSO RECEBIDO E NÃO PROVIDO. 1. NO CASO CONCRETO O NOTICIANTE FOI NOTIFICADO EM 27/03/2023 E APRESENTOU RECURSO EM 14/04/2023, OU SEJA, 18 (DEZOITO) DIAS APÓS A OCORRÊNCIA DA CIENTIFICAÇÃO, PORTANTO DE FORMA INTEMPESTIVA. E EM RAZÃO DA INTEMPESTIVIDADE RECURSAL DEIXO DE APRECIAR O MÉRITO. **EGRÉGIO CONSELHO SUPERIOR, À UNANIMIDADE, NÃO RECEBEU O RECURSO POR SER INTEMPESTIVO, NOS TERMOS DO VOTO DA RELATORA. JULGADO EM 22.09.2023, NA 2ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DO CSMP-PI DE 2023.**

2.2.36 NOTÍCIA DE FATO (SIMP Nº 000076-083/2023). PROCESSO ELETRÔNICO. ORIGEM: 2ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE CORRENTE-PI. ASSUNTO: NEGATIVA DO CONSELHO MUNICIPAL DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE CRISTALÂNDIA EM REGISTRAR/CADASTRAR A ASSOCIAÇÃO CAMINHOS DA ESPERANÇA. RECURSO CONTRA PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO. PROMOTORA DE JUSTIÇA: GILVÂNIA ALVES VIANA. **RELATORA: DRA. IVANEIDE ASSUNÇÃO TAVARES RODRIGUES.** NOTÍCIA DE FATO – NEGATIVA DO CONSELHO MUNICIPAL DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE CRISTALÂNDIA EM REGISTRAR/CADASTRAR A ASSOCIAÇÃO CAMINHOS DA ESPERANÇA – APRECIÇÃO DE RECURSO INTERPOSTO CONTRA DECISÃO DE ARQUIVAMENTO – RECURSO RECEBIDO E NÃO PROVIDO. 1. RECURSO APRESENTADO TEMPESTIVAMENTE 2. RECURSO NÃO PROVIDO, POIS PERCEBE-SE QUE O REQUERIMENTO DO SR. DEMÉTRIO CHAVES DUTRA, PRESIDENTE DA ASSOCIAÇÃO CAMINHOS DA ESPERANÇA, POSSUI FINALIDADE DE PROTEGER DIREITO INDIVIDUAL DISPONÍVEL, NÃO CONSTITUINDO A DEFESA DE INTERESSES COLETIVOS OU INDIVIDUAIS INDISPONÍVEIS, VEZ QUE NÃO BENEFICIA A SOCIEDADE EM SENTIDO AMPLO. **EGRÉGIO CONSELHO SUPERIOR, À UNANIMIDADE, RECEBEU O RECURSO E, NO MÉRITO, NEGOU-LHE PROVIMENTO, NOS TERMOS DO VOTO DA RELATORA. JULGADO EM 22.09.2023, NA 2ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DO CSMP-PI DE 2023.**

2.2.37 PROCEDIMENTO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA (GEDOC 000257-226/2023 – SEI Nº 19.21.0733.0022788/2023-47). PROCEDIMENTO ELETRÔNICO. ORIGEM: 2ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE BOM JESUS-PI. ASSUNTO: REVISÃO DA PRORROGAÇÃO DE PRAZO DO INQUÉRITO CIVIL REGISTRADO NO SIMP Nº 000246-081/2019. PROMOTOR DE JUSTIÇA: MÁRCIO GIORGI CARCARÁ ROCHA. **RELATORA: IVANEIDE ASSUNÇÃO TAVARES RODRIGUES.** CUIDA-SE DE REVISÃO *EX OFFICIO* DE PRORROGAÇÃO DE PRAZO EM INQUÉRITO CIVIL QUE APURA IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA, PREVISTA NO ART. 23, § 2º, DA NLIA. EXTRAI-SE DOS AUTOS QUE O PRESIDENTE DO FEITO PRORROGOU O PRAZO DE CONCLUSÃO DO PROCEDIMENTO POR MAIS 365 (TREZENTOS E SESENTA E CINCO) DIAS, COM BASE NO QUE ESTABELECE O ART. 23, §2º, DA LEI Nº 8.429/92, COM A REDAÇÃO DADA PELA LEI Nº 14.230/2021, EM RAZÃO DA NECESSIDADE DE REALIZAÇÃO DE NOVAS DILIGÊNCIAS PARA INSTRUIR O FEITO. ESTA É A PRIMEIRA PRORROGAÇÃO DE PRAZO PARA CONCLUSÃO DO PROCEDIMENTO INVESTIGATÓRIO, APÓS O ADVENTO DA LEI 14.230/2021. CONFORME O ART. 995 DO CPC, APLICÁVEL SUPLETIVAMENTE AOS RITOS ADMINISTRATIVOS (ART. 15 DO CPC), RECEBO A REVISÃO SEM EFEITO SUSPENSIVO, DE MODO QUE O ÓRGÃO DE EXECUÇÃO PODE PROSSEGUIR COM SUAS INVESTIGAÇÕES ATÉ A APRECIÇÃO DE MÉRITO DA REVISÃO, OU ATÉ O FIM DO PRAZO DA PRORROGAÇÃO. HAVENDO DILIGÊNCIAS PENDENTES E SENDO VIÁVEL O SEGUIMENTO DAS INVESTIGAÇÕES, HOMOLOGO A PRORROGAÇÃO DO PRAZO DO INQUÉRITO CIVIL POR MAIS 365 DIAS COM FULCRO NO ARTIGO 17, INCISO XIV, DO RICSMP (RESOLUÇÃO CSMP Nº 03/2017). **EGRÉGIO CONSELHO SUPERIOR TOMOU CONHECIMENTO DA DECISÃO MONOCRÁTICA PROFERIDA.**

2.2.38 PROCEDIMENTO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA (GEDOC 000265-226/2023 – SEI Nº 19.21.0707.0025497/2023-44). PROCEDIMENTO ELETRÔNICO. ORIGEM: 4ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE OEIRAS-PI. ASSUNTO: REVISÃO DA PRORROGAÇÃO DE PRAZO DO INQUÉRITO CIVIL REGISTRADO NO SIMP Nº 000030-109/2022. PROMOTOR DE JUSTIÇA: SILAS SERENO LOPES. **RELATORA: IVANEIDE ASSUNÇÃO TAVARES RODRIGUES.** CUIDA-SE DE REVISÃO *EX OFFICIO* DE PRORROGAÇÃO DE PRAZO EM INQUÉRITO CIVIL QUE APURA IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA, PREVISTA NO ART. 23, § 2º, DA NLIA. EXTRAI-SE DOS AUTOS QUE O PRESIDENTE DO FEITO PRORROGOU O PRAZO DE CONCLUSÃO DO PROCEDIMENTO POR MAIS 365 (TREZENTOS E SESENTA E CINCO) DIAS, COM BASE NO QUE ESTABELECE O ART. 23, §2º, DA LEI Nº 8.429/92, COM A REDAÇÃO DADA PELA LEI Nº 14.230/2021, EM RAZÃO DA NECESSIDADE DE REALIZAÇÃO DE NOVAS DILIGÊNCIAS PARA INSTRUIR O FEITO. ESTA É A PRIMEIRA PRORROGAÇÃO DE PRAZO PARA CONCLUSÃO DO PROCEDIMENTO INVESTIGATÓRIO, APÓS O ADVENTO DA LEI 14.230/2021. CONFORME O ART. 995 DO CPC, APLICÁVEL SUPLETIVAMENTE AOS RITOS ADMINISTRATIVOS (ART. 15 DO CPC), RECEBO A REVISÃO SEM EFEITO SUSPENSIVO, DE MODO QUE O ÓRGÃO DE EXECUÇÃO PODE PROSSEGUIR COM SUAS INVESTIGAÇÕES ATÉ A APRECIÇÃO DE MÉRITO DA REVISÃO, OU ATÉ O FIM DO PRAZO DA PRORROGAÇÃO. HAVENDO DILIGÊNCIAS PENDENTES E SENDO VIÁVEL O SEGUIMENTO DAS INVESTIGAÇÕES, HOMOLOGO A PRORROGAÇÃO DO PRAZO DO INQUÉRITO CIVIL POR MAIS 365 DIAS COM FULCRO NO ARTIGO 17, INCISO XIV, DO RICSMP (RESOLUÇÃO CSMP Nº 03/2017). **EGRÉGIO CONSELHO SUPERIOR TOMOU CONHECIMENTO DA DECISÃO MONOCRÁTICA PROFERIDA.**

2.2.39 PROCEDIMENTO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA (GEDOC 000270-226/2023 – SEI Nº 19.21.0815.0021258/2023-66). PROCEDIMENTO ELETRÔNICO. ORIGEM: PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE PAULISTANA – PI. ASSUNTO: REVISÃO DA PRORROGAÇÃO DE PRAZO DO INQUÉRITO CIVIL REGISTRADO NO SIMP Nº 000216-189/2016. PROMOTOR DE JUSTIÇA: JORGE LUIZ DA COSTA PESSOA. **RELATORA: IVANEIDE ASSUNÇÃO TAVARES RODRIGUES.** CUIDA-SE DE REVISÃO *EX OFFICIO* DE PRORROGAÇÃO DE PRAZO EM INQUÉRITO CIVIL QUE APURA IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA, PREVISTA NO ART. 23, § 2º, DA NLIA. EXTRAI-SE DOS AUTOS QUE O PRESIDENTE DO FEITO PRORROGOU O PRAZO DE CONCLUSÃO DO PROCEDIMENTO POR MAIS 365 (TREZENTOS E SESENTA E CINCO) DIAS, COM BASE NO QUE ESTABELECE O ART. 23, §2º, DA LEI Nº 8.429/92, COM A REDAÇÃO DADA PELA LEI Nº 14.230/2021, EM RAZÃO DA NECESSIDADE DE REALIZAÇÃO DE NOVAS DILIGÊNCIAS PARA INSTRUIR O FEITO. ESTA É A PRIMEIRA PRORROGAÇÃO DE PRAZO PARA CONCLUSÃO DO PROCEDIMENTO INVESTIGATÓRIO, APÓS O ADVENTO DA LEI 14.230/2021. CONFORME O ART. 995 DO CPC, APLICÁVEL SUPLETIVAMENTE AOS RITOS ADMINISTRATIVOS (ART. 15 DO CPC), RECEBO A REVISÃO SEM EFEITO SUSPENSIVO, DE MODO QUE O ÓRGÃO DE EXECUÇÃO PODE PROSSEGUIR COM SUAS INVESTIGAÇÕES ATÉ A APRECIÇÃO DE MÉRITO DA REVISÃO, OU ATÉ O FIM DO PRAZO DA PRORROGAÇÃO. HAVENDO DILIGÊNCIAS PENDENTES E SENDO VIÁVEL O SEGUIMENTO DAS INVESTIGAÇÕES, HOMOLOGO A PRORROGAÇÃO DO PRAZO DO INQUÉRITO CIVIL POR MAIS 365 DIAS COM FULCRO NO ARTIGO 17, INCISO XIV, DO RICSMP (RESOLUÇÃO CSMP Nº 03/2017). **EGRÉGIO CONSELHO SUPERIOR TOMOU CONHECIMENTO DA DECISÃO MONOCRÁTICA PROFERIDA.**

2.2.40 PROCEDIMENTO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA (GEDOC 000275-226/2023 – SEI Nº 19.21.0349.0027134/2023-15). PROCEDIMENTO ELETRÔNICO. ORIGEM: PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE SIMPLÍCIO MENDES – PI. ASSUNTO: REVISÃO DA PRORROGAÇÃO DE PRAZO DO INQUÉRITO CIVIL REGISTRADO NO SIMP Nº 000035-264/2018. PROMOTORA DE JUSTIÇA: EMMANUELLE MARTINS NEIVA DANTAS RODRIGUES BELO. **RELATORA: IVANEIDE ASSUNÇÃO TAVARES**

RODRIGUES. CUIDA-SE DE REVISÃO EX OFFICIO DE PRORROGAÇÃO DE PRAZO EM INQUÉRITO CIVIL QUE APURA IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA, PREVISTA NO ART. 23, § 2º, DA NLIA. EXTRAI-SE DOS AUTOS QUE O PRESIDENTE DO FEITO PRORROGOU O PRAZO DE CONCLUSÃO DO PROCEDIMENTO POR MAIS 365 (TREZENTOS E SESENTA E CINCO) DIAS, COM BASE NO QUE ESTABELECE O ART. 23, §2º, DA LEI Nº 8.429/92, COM A REDAÇÃO DADA PELA LEI Nº 14.230/2021, EM RAZÃO DA NECESSIDADE DE REALIZAÇÃO DE NOVAS DILIGÊNCIAS PARA INSTRUIR O FEITO. ESTA É A PRIMEIRA PRORROGAÇÃO DE PRAZO PARA CONCLUSÃO DO PROCEDIMENTO INVESTIGATÓRIO, APÓS O ADVENTO DA LEI 14.230/2021. CONFORME O ART. 995 DO CPC, APLICÁVEL SUPLETIVAMENTE AOS RITOS ADMINISTRATIVOS (ART. 15 DO CPC), RECEBO A REVISÃO SEM EFEITO SUSPENSIVO, DE MODO QUE O ÓRGÃO DE EXECUÇÃO PODE PROSSEGUIR COM SUAS INVESTIGAÇÕES ATÉ A APRECIÇÃO DE MÉRITO DA REVISÃO, OU ATÉ O FIM DO PRAZO DA PRORROGAÇÃO. HAVENDO DILIGÊNCIAS PENDENTES E SENDO VIÁVEL O SEGUIMENTO DAS INVESTIGAÇÕES, HOMOLOGO A PRORROGAÇÃO DO PRAZO DO INQUÉRITO CIVIL POR MAIS 365 DIAS COM FULCRO NO ARTIGO 17, INCISO XIV, DO RICSMP (RESOLUÇÃO CSMP Nº 03/2017). **EGRÉGIO CONSELHO SUPERIOR TOMOU CONHECIMENTO DA DECISÃO MONOCRÁTICA PROFERIDA.**

2.2.41 PROCEDIMENTO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA (GEDOC 000280-226/2023 – SEI Nº 19.21.0126.0026491/2023-60). PROCEDIMENTO ELETRÔNICO. ORIGEM: 42ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE TERESINA – PI. ASSUNTO: REVISÃO DA PRORROGAÇÃO DE PRAZO DO INQUÉRITO CIVIL REGISTRADO NO SIMP Nº 000005-024/2021. PROMOTOR DE JUSTIÇA: RAFAEL MAIA NOGUEIRA. **RELATORA: IVANEIDE ASSUNÇÃO TAVARES RODRIGUES.** CUIDA-SE DE REVISÃO EX OFFICIO DE PRORROGAÇÃO DE PRAZO EM INQUÉRITO CIVIL QUE APURA IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA, PREVISTA NO ART. 23, § 2º, DA NLIA. EXTRAI-SE DOS AUTOS QUE O PRESIDENTE DO FEITO PRORROGOU O PRAZO DE CONCLUSÃO DO PROCEDIMENTO POR MAIS 365 (TREZENTOS E SESENTA E CINCO) DIAS, COM BASE NO QUE ESTABELECE O ART. 23, §2º, DA LEI Nº 8.429/92, COM A REDAÇÃO DADA PELA LEI Nº 14.230/2021, EM RAZÃO DA NECESSIDADE DE REALIZAÇÃO DE NOVAS DILIGÊNCIAS PARA INSTRUIR O FEITO. ESTA É A PRIMEIRA PRORROGAÇÃO DE PRAZO PARA CONCLUSÃO DO PROCEDIMENTO INVESTIGATÓRIO, APÓS O ADVENTO DA LEI 14.230/2021. CONFORME O ART. 995 DO CPC, APLICÁVEL SUPLETIVAMENTE AOS RITOS ADMINISTRATIVOS (ART. 15 DO CPC), RECEBO A REVISÃO SEM EFEITO SUSPENSIVO, DE MODO QUE O ÓRGÃO DE EXECUÇÃO PODE PROSSEGUIR COM SUAS INVESTIGAÇÕES ATÉ A APRECIÇÃO DE MÉRITO DA REVISÃO, OU ATÉ O FIM DO PRAZO DA PRORROGAÇÃO. ACRESCENTA-SE QUE O MARCO INICIAL DA PRORROGAÇÃO RETROAGE PARA O DIA 14/03/2023, DATA EM QUE A PROMOTORIA DE BASE ENVIOU O MEMORANDO Nº 51/2023 – 42ªPJ/MPPi À SECRETARIA DO CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO. HAVENDO DILIGÊNCIAS PENDENTES E SENDO VIÁVEL O SEGUIMENTO DAS INVESTIGAÇÕES, HOMOLOGO A PRORROGAÇÃO DO PRAZO DO INQUÉRITO CIVIL POR MAIS 365 DIAS COM FULCRO NO ARTIGO 17, INCISO XIV, DO RICSMP (RESOLUÇÃO CSMP Nº 03/2017). **EGRÉGIO CONSELHO SUPERIOR TOMOU CONHECIMENTO DA DECISÃO MONOCRÁTICA PROFERIDA.**

2.2.42 PROCEDIMENTO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA (GEDOC 000285-226/2023 – SEI Nº 19.21.0349.0026267/2023-47). PROCEDIMENTO ELETRÔNICO. ORIGEM: PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE SIMPLÍCIO MENDES – PI. ASSUNTO: REVISÃO DA PRORROGAÇÃO DE PRAZO DO INQUÉRITO CIVIL REGISTRADO NO SIMP Nº 000366-237/2018. PROMOTORA DE JUSTIÇA: EMMANUELLE MARTINS NEIVA DANTAS RODRIGUES BELO. **RELATORA: IVANEIDE ASSUNÇÃO TAVARES RODRIGUES.** CUIDA-SE DE REVISÃO EX OFFICIO DE PRORROGAÇÃO DE PRAZO EM INQUÉRITO CIVIL QUE APURA IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA, PREVISTA NO ART. 23, § 2º, DA NLIA. EXTRAI-SE DOS

AUTOS QUE O PRESIDENTE DO FEITO PRORROGOU O PRAZO DE CONCLUSÃO DO PROCEDIMENTO POR MAIS 365 (TREZENTOS E SESENTA E CINCO) DIAS, COM BASE NO QUE ESTABELECE O ART. 23, §2º, DA LEI Nº 8.429/92, COM A REDAÇÃO DADA PELA LEI Nº 14.230/2021, EM RAZÃO DA NECESSIDADE DE REALIZAÇÃO DE NOVAS DILIGÊNCIAS PARA INSTRUIR O FEITO. ESTA É A PRIMEIRA PRORROGAÇÃO DE PRAZO PARA CONCLUSÃO DO PROCEDIMENTO INVESTIGATÓRIO, APÓS O ADVENTO DA LEI 14.230/2021. CONFORME O ART. 995 DO CPC, APLICÁVEL SUPLETIVAMENTE AOS RITOS ADMINISTRATIVOS (ART. 15 DO CPC), RECEBO A REVISÃO SEM EFEITO SUSPENSIVO, DE MODO QUE O ÓRGÃO DE EXECUÇÃO PODE PROSSEGUIR COM SUAS INVESTIGAÇÕES ATÉ A APRECIÇÃO DE MÉRITO DA REVISÃO, OU ATÉ O FIM DO PRAZO DA PRORROGAÇÃO. HAVENDO DILIGÊNCIAS PENDENTES E SENDO VIÁVEL O SEGUIMENTO DAS INVESTIGAÇÕES, HOMOLOGO A PRORROGAÇÃO DO PRAZO DO INQUÉRITO CIVIL POR MAIS 365 DIAS COM FULCRO NO ARTIGO 17, INCISO XIV, DO RICSMP (RESOLUÇÃO CSMP Nº 03/2017). **EGRÉGIO CONSELHO SUPERIOR TOMOU CONHECIMENTO DA DECISÃO MONOCRÁTICA PROFERIDA.**

2.2.43 PROCEDIMENTO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA (GEDOC 000295-226/2023 – SEI Nº 19.21.0349.0027944/2023-67). PROCEDIMENTO ELETRÔNICO. ORIGEM: PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE SIMPLÍCIO MENDES – PI. ASSUNTO: REVISÃO DA PRORROGAÇÃO DE PRAZO DO INQUÉRITO CIVIL REGISTRADO NO SIMP Nº 000303-237/2017. PROMOTORA DE JUSTIÇA: EMMANUELLE MARTINS NEIVA DANTAS RODRIGUES BELO. **RELATORA: IVANEIDE ASSUNÇÃO TAVARES RODRIGUES.** CUIDA-SE DE REVISÃO EX OFFICIO DE PRORROGAÇÃO DE PRAZO EM INQUÉRITO CIVIL QUE APURA IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA, PREVISTA NO ART. 23, § 2º, DA NLIA. EXTRAI-SE DOS AUTOS QUE O PRESIDENTE DO FEITO PRORROGOU O PRAZO DE CONCLUSÃO DO PROCEDIMENTO POR MAIS 365 (TREZENTOS E SESENTA E CINCO) DIAS, COM BASE NO QUE ESTABELECE O ART. 23, §2º, DA LEI Nº 8.429/92, COM A REDAÇÃO DADA PELA LEI Nº 14.230/2021, EM RAZÃO DA NECESSIDADE DE REALIZAÇÃO DE NOVAS DILIGÊNCIAS PARA INSTRUIR O FEITO. ESTA É A PRIMEIRA PRORROGAÇÃO DE PRAZO PARA CONCLUSÃO DO PROCEDIMENTO INVESTIGATÓRIO, APÓS O ADVENTO DA LEI 14.230/2021. CONFORME O ART. 995 DO CPC, APLICÁVEL SUPLETIVAMENTE AOS RITOS ADMINISTRATIVOS (ART. 15 DO CPC), RECEBO A REVISÃO SEM EFEITO SUSPENSIVO, DE MODO QUE O ÓRGÃO DE EXECUÇÃO PODE PROSSEGUIR COM SUAS INVESTIGAÇÕES ATÉ A APRECIÇÃO DE MÉRITO DA REVISÃO, OU ATÉ O FIM DO PRAZO DA PRORROGAÇÃO. HAVENDO DILIGÊNCIAS PENDENTES E SENDO VIÁVEL O SEGUIMENTO DAS INVESTIGAÇÕES, HOMOLOGO A PRORROGAÇÃO DO PRAZO DO INQUÉRITO CIVIL POR MAIS 365 DIAS COM FULCRO NO ARTIGO 17, INCISO XIV, DO RICSMP (RESOLUÇÃO CSMP Nº 03/2017). **EGRÉGIO CONSELHO SUPERIOR TOMOU CONHECIMENTO DA DECISÃO MONOCRÁTICA PROFERIDA.**

2.2.44 PROCEDIMENTO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA (GEDOC 000305-226/2023 – SEI Nº 19.21.0209.0028325/2023-28). PROCEDIMENTO ELETRÔNICO. ORIGEM: 1ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE ITAINÓPOLIS – PI. ASSUNTO: REVISÃO DA PRORROGAÇÃO DE PRAZO DO INQUÉRITO CIVIL REGISTRADO NO SIMP Nº 000458-267/2021. PROMOTOR DE JUSTIÇA: SEBASTIÃO JACKSON SANTOS BORGES. **RELATORA: IVANEIDE ASSUNÇÃO TAVARES RODRIGUES.** CUIDA-SE DE REVISÃO EX OFFICIO DE PRORROGAÇÃO DE PRAZO EM INQUÉRITO CIVIL QUE APURA IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA, PREVISTA NO ART. 23, § 2º, DA NLIA. EXTRAI-SE DOS AUTOS QUE O PRESIDENTE DO FEITO PRORROGOU O PRAZO DE CONCLUSÃO DO PROCEDIMENTO POR MAIS 365 (TREZENTOS E SESENTA E CINCO) DIAS, COM BASE NO QUE ESTABELECE O ART. 23, §2º, DA LEI Nº 8.429/92, COM A REDAÇÃO DADA PELA LEI Nº 14.230/2021, EM RAZÃO DA NECESSIDADE DE REALIZAÇÃO DE NOVAS DILIGÊNCIAS PARA INSTRUIR O FEITO. ESTA É A PRIMEIRA PRORROGAÇÃO DE PRAZO PARA CONCLUSÃO DO PROCEDIMENTO INVESTIGATÓRIO, APÓS O ADVENTO DA LEI 14.230/2021.

CONFORME O ART. 995 DO CPC, APLICÁVEL SUPLETIVAMENTE AOS RITOS ADMINISTRATIVOS (ART. 15 DO CPC), RECEBO A REVISÃO SEM EFEITO SUSPENSIVO, DE MODO QUE O ÓRGÃO DE EXECUÇÃO PODE PROSSEGUIR COM SUAS INVESTIGAÇÕES ATÉ A APRECIÇÃO DE MÉRITO DA REVISÃO, OU ATÉ O FIM DO PRAZO DA PRORROGAÇÃO. HAVENDO DILIGÊNCIAS PENDENTES E SENDO VIÁVEL O SEGUIMENTO DAS INVESTIGAÇÕES, HOMOLOGO A PRORROGAÇÃO DO PRAZO DO INQUÉRITO CIVIL POR MAIS 365 DIAS COM FULCRO NO ARTIGO 17, INCISO XIV, DO RICSMP (RESOLUÇÃO CSMP Nº 03/2017). **EGRÉGIO CONSELHO SUPERIOR TOMOU CONHECIMENTO DA DECISÃO MONOCRÁTICA PROFERIDA.**

2.2.45 PROCEDIMENTO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA (GEDOC 000300-226/2023 – SEI Nº 19.21.0349.0027963/2023-39). PROCEDIMENTO ELETRÔNICO. ORIGEM: PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE SIMPLÍCIO MENDES – PI. ASSUNTO: REVISÃO DA PRORROGAÇÃO DE PRAZO DO INQUÉRITO CIVIL REGISTRADO NO SIMP Nº 000181-237/2022. PROMOTORA DE JUSTIÇA: EMMANUELLE MARTINS NEIVA DANTAS RODRIGUES BELO. **RELATORA: IVANEIDE ASSUNÇÃO TAVARES RODRIGUES.** CUIDA-SE DE REVISÃO EX OFFICIO DE PRORROGAÇÃO DE PRAZO EM INQUÉRITO CIVIL QUE APURA IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA, PREVISTA NO ART. 23, § 2º, DA NLIA. EXTRAI-SE DOS AUTOS QUE O PRESIDENTE DO FEITO PRORROGOU O PRAZO DE CONCLUSÃO DO PROCEDIMENTO POR MAIS 365 (TREZENTOS E SESENTA E CINCO) DIAS, COM BASE NO QUE ESTABELECE O ART. 23, §2º, DA LEI Nº 8.429/92, COM A REDAÇÃO DADA PELA LEI Nº 14.230/2021, EM RAZÃO DA NECESSIDADE DE REALIZAÇÃO DE NOVAS DILIGÊNCIAS PARA INSTRUIR O FEITO. ESTA É A PRIMEIRA PRORROGAÇÃO DE PRAZO PARA CONCLUSÃO DO PROCEDIMENTO INVESTIGATÓRIO, APÓS O ADVENTO DA LEI 14.230/2021. CONFORME O ART. 995 DO CPC, APLICÁVEL SUPLETIVAMENTE AOS RITOS ADMINISTRATIVOS (ART. 15 DO CPC), RECEBO A REVISÃO SEM EFEITO SUSPENSIVO, DE MODO QUE O ÓRGÃO DE EXECUÇÃO PODE PROSSEGUIR COM SUAS INVESTIGAÇÕES ATÉ A APRECIÇÃO DE MÉRITO DA REVISÃO, OU ATÉ O FIM DO PRAZO DA PRORROGAÇÃO. HAVENDO DILIGÊNCIAS PENDENTES E SENDO VIÁVEL O SEGUIMENTO DAS INVESTIGAÇÕES, HOMOLOGO A PRORROGAÇÃO DO PRAZO DO INQUÉRITO CIVIL POR MAIS 365 DIAS COM FULCRO NO ARTIGO 17, INCISO XIV, DO RICSMP (RESOLUÇÃO CSMP Nº 03/2017). **EGRÉGIO CONSELHO SUPERIOR TOMOU CONHECIMENTO DA DECISÃO MONOCRÁTICA PROFERIDA.**

O PRESIDENTE TRANSFERE TEMPORARIAMENTE A PRESIDÊNCIA AO CONSELHEIRO DR. FERNANDO MELO FERRO GOMES, NOS TERMOS DO ART. 8º, § 1º, DO REGIMENTO INTERNO DO CSMP.

2.3 RELATORA: DRA. MARTHA CELINA DE OLIVEIRA NUNES.

A CONSELHEIRA DRA. IVANEIDE ASSUNÇÃO TAVARES RODRIGUES ASSUME TEMPORARIAMENTE A PRESIDÊNCIA PARA FINS DE JULGAMENTO DO ITEM 2.3.1, NO QUAL O CONSELHEIRO DR. FERNANDO MELO FERRO GOMES É INTERESSADO.

APREGOADO O PROCEDIMENTO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA, O PRESIDENTE DO EGRÉGIO CONSELHO SUPERIOR RETOMA A PRESIDÊNCIA DOS TRABALHOS.

2.3.1 PROCEDIMENTO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA (SEI Nº 19.21.0017.0024433/2023-31). PROCEDIMENTO ELETRÔNICO. ORIGEM: SECRETARIA DO CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO. ASSUNTO: LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE SUPERIOR A 15 (QUINZE) DIAS. INTERESSADO: PROCURADOR DE JUSTIÇA FERNANDO MELO FERRO GOMES. **RELATORA: DRA.**

MARTHA CELINA DE OLIVEIRA NUNES. PROCEDIMENTO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA. LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE DE MEMBRO POR MAIS DE 15 (QUINZE) DIAS. DEFERIMENTO LIMINAR DO PLEITO, NA FORMA LEGAL. REALIZAÇÃO DE PERÍCIA OFICIAL. CONCESSÃO DEFINITIVA. 1. NO CASO, O MEMBRO INTERESSADO REQUEREU LICENÇA DENTRO DE 60 (SESENTA) DIAS DO TÉRMINO DE OUTRA DA MESMA ESPÉCIE, O QUE É CONSIDERADO COMO PRORROGAÇÃO, ESTANDO O DEFERIMENTO CONDICIONADO A NOVA PERÍCIA MÉDICA OFICIAL. 2. DEFERIMENTO LIMINAR DO AFASTAMENTO, EM CONFORMIDADE COM O DISPOSTO NO ART. 9º DA RESOLUÇÃO CSMP Nº 06/2018. 3. SUBMISSÃO DO REQUERENTE À PERÍCIA MÉDICA DO CENTRO INTEGRADO DE ATENÇÃO DO SERVIDOR DO PIAUÍ (CIASPI), O QUAL CONCLUIU PELA EFETIVA NECESSIDADE DE AFASTAMENTO PELO PERÍODO RECOMENDADO. 4. CONCESSÃO DEFINITIVA DA LICENÇA. **EGRÉGIO CONSELHO SUPERIOR, À UNANIMIDADE, CONCEDEU DEFINITIVAMENTE A LICENÇA PARA TRATAMENTO DA PRÓPRIA SAÚDE AO PROCURADOR DE JUSTIÇA FERNANDO MELO FERRO GOMES, NOS TERMOS DO VOTO DA RELATORA. IMPEDIDO DE VOTAR O CONSELHEIRO DR. FERNANDO MELO FERRO GOMES, POSTO SER O INTERESSADO. JULGADO EM 22.09.2023, NA 2ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DO CSMP-PI DE 2023.**

2.3.2 INQUÉRITO CIVIL Nº 07/2022 (SIMP Nº 000016-426/2022). PROCEDIMENTO ELETRÔNICO. ORIGEM: PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE SIMPLÍCIO MENDES. ASSUNTO: APURAR PROVÁVEL OCORRÊNCIA DE NEPOTISMO NO ÂMBITO DA PREFEITURA DE SIMPLÍCIO MENDES. PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO. PROMOTOR DE JUSTIÇA: DR. APURAR PROVÁVEL OCORRÊNCIA DE NEPOTISMO NO ÂMBITO DA PREFEITURA DE SIMPLÍCIO MENDES. **RELATORA: DRA. MARTHA CELINA DE OLIVEIRA NUNES.** INQUÉRITO CIVIL. DIREITO ADMINISTRATIVO E OUTRAS MATÉRIAS DE DIREITO PÚBLICO. NEPOTISMO. NÃO CARACTERIZAÇÃO. ARQUIVAMENTO. 1. APURAÇÃO DE NEPOTISMO NO ÂMBITO DA PREFEITURA DE SIMPLÍCIO MENDES. 2. A NOMEAÇÃO DE IRMÃO PARA O CARGO DE SECRETÁRIO MUNICIPAL, DE NATUREZA POLÍTICA, NÃO CARACTERIZA NEPOTISMO, TAMPOUCO A NOMEAÇÃO DE PARENTES EM QUARTO GRAU. 3. ESGOTAMENTO DE TODAS AS POSSIBILIDADES DE DILIGÊNCIAS. 4. INEXISTÊNCIA DE FUNDAMENTO PARA A PROPOSITURA DE AÇÃO CIVIL PÚBLICA. 5. HOMOLOGAÇÃO DA PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO. **EGRÉGIO CONSELHO SUPERIOR, À UNANIMIDADE, HOMOLOGOU A PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO, NOS TERMOS DO VOTO DA RELATORA. JULGADO EM 22.09.2023, NA 2ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DO CSMP-PI DE 2023.**

2.3.3 INQUÉRITO CIVIL Nº 14/2018 (SIMP Nº 000255-255/2017). PROCEDIMENTO ELETRÔNICO. ORIGEM: PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE SÃO PEDRO DO PIAUÍ. ASSUNTO: APURAR POSSÍVEIS IRREGULARIDADES NO CONTRATO CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO DE AGRICOLÂNDIA E J RODRIGUES DA COSTA CONSTRUÇÕES DE EDIFÍCIOS – ME. PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO. PROMOTOR DE JUSTIÇA: DR. NIELSEN SILVA MENDES LIMA. **RELATORA: DRA. MARTHA CELINA DE OLIVEIRA NUNES.** INQUÉRITO CIVIL. DIREITO ADMINISTRATIVO E OUTRAS MATÉRIAS DE DIREITO PÚBLICO. IMPROBIDADE. INEXISTÊNCIA DE INDÍCIOS MÍNIMOS DE IRREGULARIDADES. ARQUIVAMENTO. 1. APURAÇÃO DE POSSÍVEIS IRREGULARIDADES EM CONTRATO DECORRENTE DE LICITAÇÃO, NA MODALIDADE CONVITE, PARA AMPLIAÇÃO DE UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE NA ZONA RURAL DO MUNICÍPIO DE AGRICOLÂNDIA, NO ANO DE 2014. 2. INVESTIGAÇÃO QUE GIRA EM TORNO DE, TÃO SOMENTE, “POSSÍVEIS IRREGULARIDADES NO CONTRATO”, SEM DESCRIÇÃO MÍNIMA DO FATO OU DA SITUAÇÃO A SER INVESTIGADA, TAMPOUCO EXPOSIÇÃO DA ADEQUAÇÃO TÍPICA A DISPOSITIVO DA LEI Nº 8.429/1992 (ENUNCIADO Nº 03/2020, DO OPERACIONAL DE COMBATE À CORRUPÇÃO E DEFESA DO PATRIMÔNIO PÚBLICO – CACOP). 3. AUSÊNCIA DE INDÍCIOS MÍNIMOS DE IRREGULARIDADES NO CONTRATO EM COMENTO. 4. ESGOTAMENTO DE TODAS AS

POSSIBILIDADES DE DILIGÊNCIAS. 5. INEXISTÊNCIA DE FUNDAMENTO PARA A PROPOSITURA DE AÇÃO CIVIL PÚBLICA. 6. HOMOLOGAÇÃO DA PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO. **EGRÉGIO CONSELHO SUPERIOR, À UNANIMIDADE, HOMOLOGOU A PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO, NOS TERMOS DO VOTO DA RELATORA. JULGADO EM 22.09.2023, NA 2ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DO CSMP-PI DE 2023.**

2.3.4 INQUÉRITO CIVIL Nº 05/2022 (SIMP Nº 000187-206/2022). PROCEDIMENTO ELETRÔNICO. ORIGEM: 2ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE URUÇUÍ. ASSUNTO: APURAR A POSSÍVEL EXISTÊNCIA DE LOTEAMENTO IRREGULAR DENOMINADO DE LOTEAMENTO ANAIR RESIDENCE, NO BAIRRO BELA VISTA, EM URUÇUÍ. PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO. PROMOTOR DE JUSTIÇA: DR. EDGAR DOS SANTOS BANDEIRA FILHO. **RELATORA: DRA. MARTHA CELINA DE OLIVEIRA NUNES.** INQUÉRITO CIVIL. REGISTRO IRREGULAR DE IMÓVEIS. NÃO COMPROVAÇÃO. ARQUIVAMENTO. 1. APURAÇÃO DE EXISTÊNCIA (OU CRIAÇÃO) DE LOTEAMENTO IRREGULAR NA ZONA URBANA DO MUNICÍPIO DE URUÇUÍ. 2. NO CASO, RESTOU INEQUIVOCAMENTE COMPROVADO NOS AUTOS QUE O INVESTIGADO PRETENDIA APENAS DESMEMBRAR A SUA MATRÍCULA, A QUAL ERA OBJETO DE COMPRA E VENDA, DESTINADA A EDIFICAÇÃO, COM APROVEITAMENTO DO SISTEMA VIÁRIO EXISTENTE, OU SEJA, SEM A ABERTURA DE NOVAS VIAS DE CIRCULAÇÃO, DE LOGRADOUROS PÚBLICOS OU PROLONGAMENTO, MODIFICAÇÃO OU AMPLIAÇÃO DAS VIAS EXISTENTES (ART. 2º, §§ 1º E 2º, DA LEI Nº 9.766/1979). 3. ESGOTAMENTO DE TODAS AS POSSIBILIDADES DE DILIGÊNCIAS. 4. INEXISTÊNCIA DE FUNDAMENTO PARA A PROPOSITURA DE AÇÃO CIVIL PÚBLICA. 5. HOMOLOGAÇÃO DA PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO. **EGRÉGIO CONSELHO SUPERIOR, À UNANIMIDADE, HOMOLOGOU A PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO, NOS TERMOS DO VOTO DA RELATORA. JULGADO EM 22.09.2023, NA 2ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DO CSMP-PI DE 2023.**

2.3.5 INQUÉRITO CIVIL Nº 136/2019 (SIMP Nº 000107-027/2019). PROCEDIMENTO ELETRÔNICO. ORIGEM: 12ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE TERESINA. ASSUNTO: APURAR POSSÍVEIS IRREGULARIDADES NA INTENÇÃO DA DIREÇÃO-GERAL DO HOSPITAL GETÚLIO VARGAS DE REALIZAR ALTERAÇÃO NA ESCALA DE TRABALHO DOS PROFISSIONAIS LOTADOS NA UNIDADE DE TERAPIA INTENSIVA (ENFERMEIROS, TÉCNICOS E AUXILIARES DE ENFERMAGEM). PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO. PROMOTOR DE JUSTIÇA: DR. ENY MARCOS VIEIRA PONTES. **RELATORA: DRA. MARTHA CELINA DE OLIVEIRA NUNES.** INQUÉRITO CIVIL. DEFESA DA SAÚDE PÚBLICA. ALTERAÇÃO DE ESCALA DE TRABALHO EM UTI. INOCORRÊNCIA. ARQUIVAMENTO. 1. APURAÇÃO DE IRREGULARIDADES NA INTENÇÃO DA DIREÇÃO-GERAL DO HOSPITAL GETÚLIO VARGAS (HGV) DE REALIZAR ALTERAÇÃO NA ESCALA DE TRABALHO DOS PROFISSIONAIS (ENFERMEIROS, TÉCNICOS E AUXILIARES DE ENFERMAGEM) LOTADOS NA SUA UNIDADE DE TERAPIA INTENSIVA (UTI). 2. APÓS AUDIÊNCIA EXTRAJUDICIAL REALIZADA COM REPRESENTANTES DO HGV, DO SINDICATO DOS ENFERMEIROS, AUXILIARES E TÉCNICOS EM ENFERMAGEM DO ESTADO DO PIAUÍ (SINATEPI), DO CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DO PIAUÍ (CORENPI), CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO PIAUÍ (CRM-PI) E DO CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE (CES), O ENTÃO DIRETOR-GERAL DO HOSPITAL DECLAROU QUE NÃO ALTERARIA AS ESCALAS DE TRABALHO DOS PROFISSIONAIS LOTADOS NA UTI, OS QUAIS REALIZARAM ACORDOS ENTRE SI NA ELABORAÇÃO DELAS. 3. ALÉM DISSO, INSTRUI OS AUTOS A ESCALA DE TRABALHO DAS ENFERMEIRAS DIARISTAS QUE LABORAM NAS UTIS DO ALUDIDO HOSPITAL, DOCUMENTO APTO A COMPROVAR A SANEAMENTO DE EVENTUAL SOBRECARGA DE TRABALHO VISLUMBRADO NA MANIFESTAÇÃO DO COREN-PI. 4. ESGOTAMENTO DE TODAS AS POSSIBILIDADES DE DILIGÊNCIAS. 5. INEXISTÊNCIA DE FUNDAMENTO PARA A PROPOSITURA DE AÇÃO CIVIL PÚBLICA. 6. HOMOLOGAÇÃO DA PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO. **EGRÉGIO CONSELHO SUPERIOR, À UNANIMIDADE, HOMOLOGOU A**

PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO, NOS TERMOS DO VOTO DA RELATORA. JULGADO EM 22.09.2023, NA 2ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DO CSMP-PI DE 2023.

2.3.6 INQUÉRITO CIVIL Nº 25/2019 (SIMP Nº 000042-107/2019). PROCEDIMENTO ELETRÔNICO. ORIGEM: 2ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE OEIRAS. ASSUNTO: APURAR POSSÍVEL ATO DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA PRATICADA PELO GESTOR MUNICIPAL DE SANTA ROSA DO PIAUÍ, CONSISTENTE NA PINTURA DE ÓRGÃOS E LOGRADOUROS PÚBLICOS COM AS CORES DO PARTIDO DOS TRABALHADORES (PT) (VERMELHO), EM TOTAL DISCREPÂNCIA ÀS CORES OFICIAIS DO MUNICÍPIO (VERDE E AMARELO). PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO. PROMOTOR DE JUSTIÇA: DR. JOÃO BATISTA DE CASTRO FILHO. **RELATORA: DRA. MARTHA CELINA DE OLIVEIRA NUNES.** INQUÉRITO CIVIL. DIREITO ADMINISTRATIVO E OUTRAS MATÉRIAS DE DIREITO PÚBLICO. IMPROBIDADE. AUTOPROMOÇÃO DE PREFEITO. NÃO CARACTERIZAÇÃO. ARQUIVAMENTO. 1. APURAÇÃO DE ATO ÍMPROBO PELO PREFEITO DE SANTA ROSA DO PIAUÍ, DECORRENTE NA PINTURA DE LOGRADOUROS E PRÉDIOS PÚBLICOS COM AS CORES DO SEU PARTIDO (VERMELHA) POLÍTICO, EM TOTAL DISCREPÂNCIA ÀS CORES OFICIAIS DO MUNICÍPIO (VERDE E AMARELA). 2. NO CASO, AS FOTOGRAFIAS APRESENTADAS TANTO PELO NOTICIANTE QUANTO PELO PRÓPRIO ÓRGÃO MINISTERIAL DEMONSTRAM A UTILIZAÇÃO DAS CORES BRANCAS, VERDE, VERMELHO E AMARELO, INEXISTINDO, NA FORMA E PROPORÇÃO EM QUE SE APRESENTAM, ELEMENTOS QUE REVELEM EVENTUAL CARÁTER ELEITOREIRO. 3. ESGOTAMENTO DE TODAS AS POSSIBILIDADES DE DILIGÊNCIAS. 4. INEXISTÊNCIA DE FUNDAMENTO PARA A PROPOSITURA DE AÇÃO CIVIL PÚBLICA. 5. HOMOLOGAÇÃO DA PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO. **EGRÉGIO CONSELHO SUPERIOR, À UNANIMIDADE, HOMOLOGOU A PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO, NOS TERMOS DO VOTO DA RELATORA. JULGADO EM 22.09.2023, NA 2ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DO CSMP-PI DE 2023.**

2.3.7 INQUÉRITO CIVIL Nº 24/2020 (SIMP Nº 000145-095/2020). PROCEDIMENTO ELETRÔNICO. ORIGEM: 2ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE SÃO RAIMUNDO NONATO. ASSUNTO: INVESTIGAR SUPOSTO ACÚMULO IRREGULAR DE CARGOS POR PARTE DE CLAYTON FÁBIO RIBEIRO DA SILVA, NO MUNICÍPIO DE VÁRZEA BRANCA. PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO. PROMOTORA DE JUSTIÇA: DRA. GABRIELA ALMEIDA DE SANTANA. **RELATORA: DRA. MARTHA CELINA DE OLIVEIRA NUNES.** INQUÉRITO CIVIL. DIREITO ADMINISTRATIVO E OUTRAS MATÉRIAS DE DIREITO PÚBLICO. ACÚMULO ILEGAL DE CARGOS. INOCORRÊNCIA. ARQUIVAMENTO. 1. INVESTIGAÇÃO DE ACUMULAÇÃO IRREGULAR DE QUATRO CARGOS PÚBLICOS POR PROFESSOR EFETIVO DO MUNICÍPIO DE VÁRZEA GRANDE. 2. NA HIPÓTESE DOS AUTOS, OS ELEMENTOS PROBATÓRIO OBTIDOS PELO ÓRGÃO DE EXECUÇÃO MINISTERIAL FORAM SUBMETIDOS AO CENTRO DE APOIO OPERACIONAL DE COMBATE À CORRUPÇÃO E DEFESA DO PATRIMÔNIO PÚBLICO (CACOP), O QUAL, EM JUDICIOSO PARECER TÉCNICO, APONTOU A INOCORRÊNCIA DA SITUAÇÃO NOTICIADA, SUGERINDO O ENCERRAMENTO DA INVESTIGAÇÃO. 3. ESGOTAMENTO DE TODAS AS POSSIBILIDADES DE DILIGÊNCIAS. 4. INEXISTÊNCIA DE FUNDAMENTO PARA A PROPOSITURA DE AÇÃO CIVIL PÚBLICA. 5. HOMOLOGAÇÃO DA PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO. **EGRÉGIO CONSELHO SUPERIOR, À UNANIMIDADE, HOMOLOGOU A PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO, NOS TERMOS DO VOTO DA RELATORA. JULGADO EM 22.09.2023, NA 2ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DO CSMP-PI DE 2023.**

2.3.8 INQUÉRITO CIVIL Nº 05/2021 (SIMP Nº 000239-240/2017). PROCEDIMENTO ELETRÔNICO. ORIGEM: PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE SÃO MIGUEL DO TAPUIO. ASSUNTO: INVESTIGAR POSSÍVEIS ATOS DE IMPROBIDADE PRATICADOS NOS ANOS DE 2016 E 2017 PELO EX-GESTOR DA PREFEITURA DE SÃO MIGUEL DO TAPUIO, JOSÉ LINCOLN SOBRAL MATOS. PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO. PROMOTORA DE JUSTIÇA: DRA. MIRNA ARAÚJO NAPOLEÃO LIMA. **RELATORA: DRA. MARTHA**

CELINA DE OLIVEIRA NUNES. INQUÉRITO CIVIL. DIREITO ADMINISTRATIVO E OUTRAS MATÉRIAS DE DIREITO PÚBLICO. IMPROBIDADE. NÃO COMPROVAÇÃO DAS IRREGULARIDADES NOTICIADAS. ARQUIVAMENTO. 1. INVESTIGAÇÃO DE ATOS DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA PRATICADOS PELO EX-PREFEITO DE SÃO MIGUEL DO TAPUIO, NOS ANOS DE 2016 E 2017, AS QUAIS DIZEM RESPEITO À CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS ADVOCATÍCIOS PARA A DEFENSA DE PESSOAS SEM NENHUM VÍNCULO EMPREGATÍCIO COM O MUNICÍPIO, À MANUTENÇÃO DE “LARANJAS” NO CARGO DE ASSESSOR ESPECIAL E À CELEBRAÇÃO DE CONVÊNIO FICTÍCIO. 2. NA HIPÓTESE, O NOTICIANTE NÃO APRESENTOU ELEMENTOS DE PROVA OU DE INFORMAÇÕES MÍNIMOS SOBRE A OCORRÊNCIA DAS IRREGULARIDADES, OS QUAIS TAMBÉM NÃO FORAM OBTIDOS PELO ÓRGÃO DE EXECUÇÃO MINISTERIAL MESMO APÓS O TRANSCURSO DE MAIS DE CINCO ANOS DE INVESTIGAÇÃO. 3. ESGOTAMENTO DE TODAS AS POSSIBILIDADES DE DILIGÊNCIAS. 4. INEXISTÊNCIA DE FUNDAMENTO PARA A PROPOSITURA DE AÇÃO CIVIL PÚBLICA. 5. HOMOLOGAÇÃO DA PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO. **EGRÉGIO CONSELHO SUPERIOR, À UNANIMIDADE, HOMOLOGOU A PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO, NOS TERMOS DO VOTO DA RELATORA. JULGADO EM 22.09.2023, NA 2ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DO CSMP-PI DE 2023.**

2.3.9 INQUÉRITO CIVIL Nº 16/2018 (SIMP Nº 001318-105/2017). PROCEDIMENTO ELETRÔNICO. ORIGEM: 2ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE OIRAS. ASSUNTO: APURAR A EFETIVA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DO SERVIDOR EDIVALDO DE OLIVEIRA BORGES NO MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DA VARJOTA. PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO. PROMOTOR DE JUSTIÇA: DR. JOÃO BATISTA DE CASTRO FILHO. **RELATORA: DRA. MARTHA CELINA DE OLIVEIRA NUNES.** INQUÉRITO CIVIL. DIREITO ADMINISTRATIVO E OUTRAS MATÉRIAS DE DIREITO PÚBLICO. AUSÊNCIA DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS. NÃO COMPROVAÇÃO. ARQUIVAMENTO. 1. APURAÇÃO DA EFETIVA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS POR SERVIDOR PÚBLICO DO MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DA VARJOTA. 2. AUTUAÇÃO DO FEITO BASEADA EM REPRESENTAÇÃO ANÔNIMA, A QUAL SE ENCONTRA DESACOMPANHADA DE QUAISQUER ELEMENTOS DE PROVA OU DE INFORMAÇÃO QUE CONFIRMEM MINIMAMENTE A SITUAÇÃO. 3. ELEMENTOS PROBATÓRIOS QUE NÃO FORAM OBTIDOS MESMO NO CURSO DA INVESTIGAÇÃO, INICIADA EM MEADOS DE 2017. 4. ESGOTAMENTO DE TODAS AS POSSIBILIDADES DE DILIGÊNCIAS. 5. INEXISTÊNCIA DE FUNDAMENTO PARA A PROPOSITURA DE AÇÃO CIVIL PÚBLICA. 6. HOMOLOGAÇÃO DA PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO. **EGRÉGIO CONSELHO SUPERIOR, À UNANIMIDADE, HOMOLOGOU A PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO, NOS TERMOS DO VOTO DA RELATORA. JULGADO EM 22.09.2023, NA 2ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DO CSMP-PI DE 2023.**

2.3.10 INQUÉRITO CIVIL Nº 06/2021 (SIMP Nº 000090-274/2020). PROCEDIMENTO ELETRÔNICO. ORIGEM: PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE MANOEL EMÍDIO. ASSUNTO: APURAR A UTILIZAÇÃO DE MÁQUINAS DO PAC, PELO MUNICÍPIO DE MANOEL EMÍDIO, NA RECUPERAÇÃO DA ESTRADA VICINAL DO POVOADO RECREIO QUANDO HÁ UMA EMPRESA LICITADA, CONSTRUTORA BABILÔNIA LTDA. – EPP, PARA EFETUAR A RECUPERAÇÃO. PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO. PROMOTOR DE JUSTIÇA: DR. ESDRAS OLIVEIRA COSTA BELLEZA DO NASCIMENTO. **RELATORA: DRA. MARTHA CELINA DE OLIVEIRA NUNES.** INQUÉRITO CIVIL. DIREITO ADMINISTRATIVO E OUTRAS MATÉRIAS DE DIREITO PÚBLICO. IMPROBIDADE. UTILIZAÇÃO IRREGULAR DE MÁQUINAS DO PAC. NÃO COMPROVAÇÃO. ARQUIVAMENTO. 1. APURAÇÃO DE ATO ÍMPROBO DO EX-PREFEITO DE MANOEL EMÍDIO, O QUAL DECORRERIA DA UTILIZAÇÃO DE MÁQUINAS DO PROGRAMA DE ACELERAÇÃO DE CRESCIMENTO (PAC 2) PARA RECUPERAÇÃO DE ESTRADA VICINAL DO POVOADO RECREIO MESMO DIANTE DA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DO SERVIÇO. 2. INSTRUI OS AUTOS DOCUMENTAÇÃO APTA A COMPROVAR QUE A LICITAÇÃO QUE RESULTOU NA CONTRATAÇÃO DA

EMPRESA FOI ANULADA EM ACATAMENTO A RECOMENDAÇÃO EXPEDIDA NOS AUTOS DE PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO, OU SEJA, ELA SEQUER INICIOU A EXECUÇÃO DO SERVIÇO. 3. UTILIZAÇÃO DO MAQUINÁRIO EM CONFORMIDADE COM A PORTARIA Nº 68/2019, DO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO, QUE HOMOLOGOU A LIBERAÇÃO DOS ENCARGOS ASSUMIDOS PELOS MUNICÍPIOS BENEFICIADOS PELO PAC 2 QUANDO DA DOAÇÃO DE TODOS OS BENS. 4. ESGOTAMENTO DE TODAS AS POSSIBILIDADES DE DILIGÊNCIAS. 5. INEXISTÊNCIA DE FUNDAMENTO PARA A PROPOSITURA DE AÇÃO CIVIL PÚBLICA. 6. HOMOLOGAÇÃO DA PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO. **EGRÉGIO CONSELHO SUPERIOR, À UNANIMIDADE, HOMOLOGOU A PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO, NOS TERMOS DO VOTO DA RELATORA. JULGADO EM 22.09.2023, NA 2ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DO CSMP-PI DE 2023.**

2.3.11 INQUÉRITO CIVIL Nº 20/2019 (SIMP Nº 000052-081/2018). PROCEDIMENTO ELETRÔNICO. ORIGEM: 2ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE BOM JESUS. ASSUNTO: APURAR SUPOSTOS CONTRATOS (POR INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO) FIRMADOS PELA CÂMARA MUNICIPAL DE BOM JESUS COM CARDOSO E VAZ ASSESSORIA CONTÁBIL LTDA. E CARLA SILVEIRA DA SILVA CAVALCANTE, NO ANO DE 2017, PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS CONTÁBEIS. PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO. PROMOTOR DE JUSTIÇA: DR. MÁRCIO GIORGI CARCARÁ ROCHA. **RELATORA: DRA. MARTHA CELINA DE OLIVEIRA NUNES.** INQUÉRITO CIVIL. DIREITO ADMINISTRATIVO E OUTRAS MATÉRIAS DE DIREITO PÚBLICO. SOBREPREGO DE CONTRATOS. NÃO COMPROVAÇÃO. ARQUIVAMENTO. 1. APURAÇÃO DE IRREGULARIDADES (SOBREPREGO) NA CONTRATAÇÃO DE PESSOAS FÍSICA E JURÍDICA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS CONTÁBEIS À CÂMARA MUNICIPAL DE BOM JESUS, NO ANO DE 2017. 2. COM BASE NAS INFORMAÇÕES APRESENTADAS PELO INSTITUTO BRASILEIRO DE ECONOMIA DA FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS (IBRE/FGV), BEM COMO NA DOCUMENTAÇÃO APRESENTADA PELA PRÓPRIA CÂMARA MUNICIPAL, É POSSÍVEL AFERIR A INOCORRÊNCIA DE SOBREPREGO NAS CONTRATAÇÕES FEITAS PELO ENTE LEGISLATIVO, SITUAÇÃO QUE TAMBÉM NÃO FOI CONSTATADA PELO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PIAUÍ (TCE-PI) POR OCASIÃO DO JULGAMENTO DA PRESTAÇÃO DE CONTAS DO MESMO EXERCÍCIO FINANCEIRO, AS QUAIS FORAM JULGADAS REGULARES COM RESSALVAS. 3. ESGOTAMENTO DE TODAS AS POSSIBILIDADES DE DILIGÊNCIAS. 4. INEXISTÊNCIA DE FUNDAMENTO PARA A PROPOSITURA DE AÇÃO CIVIL PÚBLICA. 5. HOMOLOGAÇÃO DA PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO. **EGRÉGIO CONSELHO SUPERIOR, À UNANIMIDADE, HOMOLOGOU A PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO, NOS TERMOS DO VOTO DA RELATORA. JULGADO EM 22.09.2023, NA 2ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DO CSMP-PI DE 2023.**

2.3.12 INQUÉRITO CIVIL Nº 06/2018 (SIMP Nº 000515-076/2018). PROCEDIMENTO ELETRÔNICO. ORIGEM: 3ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE PIRIPIRI. ASSUNTO: APURAR POSSÍVEL PRÁTICA DE ATO DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA EM RAZÃO DA INOBSERVÂNCIA DO ART. 117 DA LEI MUNICIPAL Nº 512/2005 (REGIME JURÍDICO DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE PIRIPIRI). PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO. PROMOTOR DE JUSTIÇA: DR. NIVALDO RIBEIRO. **RELATORA: DRA. MARTHA CELINA DE OLIVEIRA NUNES.** INQUÉRITO CIVIL. DIREITO ADMINISTRATIVO E OUTRAS MATÉRIAS DE DIREITO PÚBLICO. IMPROBIDADE. INOCORRÊNCIA. ARQUIVAMENTO. 1. APURAÇÃO DE ATO ÍMPROBO DECORRENTE DE INOBSERVÂNCIA DO ART. 117 DA LEI MUNICIPAL Nº 512/2005 (REGIME JURÍDICO DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE PIRIPIRI), QUE DISPÕE SER INCOMPATÍVEL A NOVA INVESTIDURA DE SERVIDOR DEMITIDO OU DESTITUÍDO DE CARGO EM COMISSÃO NAS HIPÓTESES E PRAZO NELE DEFINIDAS. 2. INSTRUI OS AUTOS DOCUMENTAÇÃO APTA A COMPROVAR QUE O SERVIDOR INVESTIGADO, QUE EXERCIA CARGO EFETIVO, FOI REINTEGRADO AO QUADRO DE SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS APÓS REVISÃO DO PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR QUE RESULTOU NA SUA DEMISSÃO EM

2013, EM OUTRAS PALAVRAS, ELE NÃO SE ENQUADRARIA NA HIPÓTESE DE INCOMPATIBILIDADE LEGAL. 3. ESGOTAMENTO DE TODAS AS POSSIBILIDADES DE DILIGÊNCIAS. 4. INEXISTÊNCIA DE FUNDAMENTO PARA A PROPOSITURA DE AÇÃO CIVIL PÚBLICA. 5. HOMOLOGAÇÃO DA PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO. **EGRÉGIO CONSELHO SUPERIOR, À UNANIMIDADE, HOMOLOGOU A PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO, NOS TERMOS DO VOTO DA RELATORA. JULGADO EM 22.09.2023, NA 2ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DO CSMP-PI DE 2023.**

2.3.13 INQUÉRITO CIVIL Nº 07/2023 (SIMP Nº 000204-435/2023). PROCEDIMENTO ELETRÔNICO. ORIGEM: 3ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE CAMPO MAIOR. ASSUNTO: APURAR ILEGALIDADE NO CONTRATO CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO DE NOSSA SENHORA DE NAZARÉ, FABIAN CALDERARO DE JESUS FRANCO, ADVOGADO INSCRITO NA OAB/DF Nº 71.023, E BASIFE SERVIÇOS LTDA. , PESSOA JURÍDICA DE DIREITO PRIVADO INSCRITA NO CNPJ Nº 48. 238.029/0001-32, QUE TEM POR OBJETO A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ADVOCATÍCIOS VISANDO O ACOMPANHAMENTO E PATROCÍNIO DO CUMPRIMENTO DE SENTENÇA CONTRA A FAZENDA PÚBLICA Nº 0062101-34. 2016. 4.01. 3400, EM TRÂMITE PERANTE A 2ª VARA FEDERAL CÍVEL DA SEÇÃO JUDICIÁRIA DO DISTRITO FEDERAL, REFERENTE AOS PRECATÓRIOS DO FUNDEF. PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO. PROMOTOR DE JUSTIÇA: DR. MAURÍCIO GOMES DE SOUZA. **RELATORA: DRA. MARTHA CELINA DE OLIVEIRA NUNES.** INQUÉRITO CIVIL. DIREITO ADMINISTRATIVO E OUTRAS MATÉRIAS DE DIREITO PÚBLICO. IRREGULARIDADE EM CONTRATAÇÃO DE ESCRITÓRIO DE ADVOCACIA. INOCORRÊNCIA. ARQUIVAMENTO. 1. APURAÇÃO DE ILEGALIDADE NA CONTRATAÇÃO DE ESCRITÓRIO DE ADVOCACIA PELO MUNICÍPIO DE NOSSA SENHORA DE NAZARÉ PARA ACOMPANHAMENTO E PATROCÍNIO DE AÇÃO DE CUMPRIMENTO DE SENTENÇA DE PRECATÓRIOS DO FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO FUNDAMENTAL E DE VALORIZAÇÃO DO MAGISTÉRIO (FUNDEF), COM REMUNERAÇÃO DE 20% SOBRE O VALOR BRUTO AUFERIDO. 2. OS ELEMENTOS PROBATÓRIOS OBTIDOS PELO ÓRGÃO MINISTERIAL SÃO SUFICIENTEMENTE APTOS A COMPROVAR QUE A FORMALIZAÇÃO DA CONTRATAÇÃO NÃO OCORREU. CONQUANTO PUBLICADO O EXTRATO DO CONTRATO NO DIÁRIO OFICIAL DAS PREFEITURAS, O INVESTIGADO NÃO CHEGOU A ASSINÁ-LO, TAMPOUCO A EXECUTÁ-LO. 3. ESGOTAMENTO DE TODAS AS POSSIBILIDADES DE DILIGÊNCIAS. 4. INEXISTÊNCIA DE FUNDAMENTO PARA A PROPOSITURA DE AÇÃO CIVIL PÚBLICA. 5. HOMOLOGAÇÃO DA PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO. **EGRÉGIO CONSELHO SUPERIOR, À UNANIMIDADE, HOMOLOGOU A PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO, NOS TERMOS DO VOTO DA RELATORA. JULGADO EM 22.09.2023, NA 2ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DO CSMP-PI DE 2023.**

2.3.14 PROCEDIMENTO PREPARATÓRIO Nº 19/2022 (SIMP Nº 000013-182/2022). PROCEDIMENTO ELETRÔNICO. ORIGEM: 2ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE PEDRO II. ASSUNTO: VERIFICAR A REGULARIDADE DO PROCEDIMENTO ADOTADO PELO MUNICÍPIO DE LAGOA DE SÃO FRANCISCO RELATIVAMENTE AO RATEIO DE SOBRES DO FUNDEB, NO EXERCÍCIO DE 2021. PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO. PROMOTOR DE JUSTIÇA: DR. AVELAR MARINHO FORTES DO RÊGO. **RELATORA: DRA. MARTHA CELINA DE OLIVEIRA NUNES.** INQUÉRITO CIVIL. DIREITO ADMINISTRATIVO E OUTRAS MATÉRIAS DE DIREITO PÚBLICO. IMPROBIDADE. INEXISTÊNCIA DE IRREGULARIDADES. ARQUIVAMENTO. 1. VERIFICAR DA REGULARIDADE DO RATEIO DE SOBRES DO FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA E DE VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO (FUNDEB) REALIZADO PELO MUNICÍPIO DE LAGOA DE SÃO FRANCISCO NO EXERCÍCIO DE 2021. 2. OS ELEMENTOS PROBATÓRIOS QUE INSTRUEM OS AUTOS NÃO CONFIRMAM O PAGAMENTO DE NENHUMA PARCELA RELACIONADA AO REFERIDO RATEIO OU ABONO DO FUNDEB AOS SERVIDORES MENCIONADOS NA MANIFESTAÇÃO ENSEJADORA DA INVESTIGAÇÃO. 3. ESGOTAMENTO DE TODAS AS POSSIBILIDADES DE DILIGÊNCIAS. 4. INEXISTÊNCIA

DE FUNDAMENTO PARA A PROPOSITURA DE AÇÃO CIVIL PÚBLICA. 5. HOMOLOGAÇÃO DA PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO. **EGRÉGIO CONSELHO SUPERIOR, À UNANIMIDADE, HOMOLOGOU A PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO, NOS TERMOS DO VOTO DA RELATORA. JULGADO EM 22.09.2023, NA 2ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DO CSMP-PI DE 2023.**

2.3.15 INQUÉRITO CIVIL Nº 04/2014 (SIMP Nº 000366-233/2019). PROCEDIMENTO FÍSICO. ORIGEM: PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE CARACOL. ASSUNTO: APURAR SUPOSTAS IRREGULARIDADES NA CONTRATAÇÃO DE EMPRESAS SEM A CORRESPONDENTE CONTRAPRESTAÇÃO DE SERVIÇOS, BEM COMO O POSSÍVEL SUPERFATURAMENTO DE CONTRATAÇÕES PARA SERVIÇOS DE ROÇO EM ESTRADAS VICINAIS DO MUNICÍPIO, PARA EXECUÇÃO NO PRAZO DE 90 DIAS, REALIZADAS POR PESSOAS FÍSICAS. PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO. PROMOTOR DE JUSTIÇA: DR. JOSÉ MARQUES LAGES NETO. **RELATORA: DRA. MARTHA CELINA DE OLIVEIRA NUNES.** INQUÉRITO CIVIL. DIREITO ADMINISTRATIVO E OUTRAS MATÉRIAS DE DIREITO PÚBLICO. IRREGULARIDADE EM CONTRATAÇÕES. NÃO COMPROVAÇÃO. ARQUIVAMENTO. 1. APURAÇÃO DE IRREGULARIDADES NA CONTRATAÇÃO DE PESSOAS JURÍDICAS SEM A CORRESPONDENTE CONTRAPRESTAÇÃO DE SERVIÇOS, BEM COMO O SUPERFATURAMENTO DE CONTRATAÇÕES DE PESSOAS FÍSICAS PARA SERVIÇOS DE ROÇO EM ESTRADAS VICINAIS DO MUNICÍPIO DE GUARIBAS, NO ANO DE 2014. 2. AUTUAÇÃO DO INQUÉRITO CIVIL BASEADA NO RECEBIMENTO DE REPRESENTAÇÃO APÓCRIFA, A QUAL SE ENCONTRA DESACOMPANHADA DE QUAISQUER ELEMENTOS DE PROVA OU DE INFORMAÇÃO QUE APONTEM, AINDA QUE MINIMAMENTE, A OCORRÊNCIA SITUAÇÃO NOTICIADA, QUE TAMBÉM NÃO FOI COMPROVADA MESMO APÓS NOVE ANOS DE TRAMITAÇÃO. 3. A MANUTENÇÃO DA PRESENTE INVESTIGAÇÃO REVELAR-SE-IA NÃO SOMENTE CONTRAPRODUCENTE E DISPENDIOSA, MAS, FRENTE AOS ELEMENTOS PROBATÓRIOS CONSTANTES NOS AUTOS, TAMBÉM DESPROPORCIONAL. 4. INEXISTÊNCIA DE FUNDAMENTO PARA A PROPOSITURA DE AÇÃO CIVIL PÚBLICA. 5. HOMOLOGAÇÃO DA PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO. **EGRÉGIO CONSELHO SUPERIOR, À UNANIMIDADE, HOMOLOGOU A PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO, NOS TERMOS DO VOTO DA RELATORA. JULGADO EM 22.09.2023, NA 2ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DO CSMP-PI DE 2023.**

2.3.16 INQUÉRITO CIVIL Nº 02/2014 (SIMP Nº 000120-233/2019). PROCEDIMENTO FÍSICO. ORIGEM: PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE CARACOL. ASSUNTO: APURAR AS INFORMAÇÕES ACERCA DE SUPOSTAS IRREGULARIDADES NO ÂMBITO DO PROGRAMA NACIONAL DE APOIO AO TRANSPORTE DO ESCOLAR (PNATE), POR PARTE DA PREFEITURA DE GUARIBAS, ESPECIALMENTE NO QUE SE REFERE À ILEGALIDADE DE CONTRATAÇÃO DE MOTORISTAS DO TRANSPORTE ESCOLAR SEM HABILITAÇÃO E À CONDUÇÃO DE ÔNIBUS DE TRANSPORTE ESCOLAR EM ALTA VELOCIDADE, PROVOCANDO ACIDENTES. PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO. PROMOTOR DE JUSTIÇA: DR. JOSÉ MARQUES LAGES NETO. **RELATORA: DRA. MARTHA CELINA DE OLIVEIRA NUNES.** INQUÉRITO CIVIL. DIREITO ADMINISTRATIVO E OUTRAS MATÉRIAS DE DIREITO PÚBLICO. IRREGULARIDADE EM TRANSPORTE ESCOLAR MUNICIPAL. NÃO COMPROVAÇÃO. ARQUIVAMENTO. 1. APURAÇÃO DE IRREGULARIDADES NA CONTRATAÇÃO DE MOTORISTAS DO TRANSPORTE ESCOLAR PELA PREFEITURA DE GUARIBAS, OS QUAIS NÃO SERIAM HABILITADOS E CONDUZIRIAM OS ÔNIBUS EM ALTA VELOCIDADE, PROVOCANDO ACIDENTES. 2. NO CASO, A PARTE NOTICIANTE NÃO APRESENTOU ELEMENTOS DE PROVA OU DE INFORMAÇÕES MÍNIMOS SOBRE A OCORRÊNCIA DAS IRREGULARIDADES EM COMENTO, OS QUAIS TAMBÉM NÃO FORAM OBTIDOS PELO ÓRGÃO MINISTERIAL MESMO APÓS O TRANSCURSO DE MAIS DE CINCO ANOS DE INVESTIGAÇÃO. 3. AINDA ASSIM, INICIADA A INVESTIGAÇÃO, A PREFEITURA DE GUARIBAS APRESENTOU DOCUMENTAÇÃO SUFICIENTEMENTE APTA A REFUTAR AS ALEGADAS IRREGULARIDADES. 4. ESGOTAMENTO DE

TODAS AS POSSIBILIDADES DE DILIGÊNCIAS. 5. INEXISTÊNCIA DE FUNDAMENTO PARA A PROPOSITURA DE AÇÃO CIVIL PÚBLICA. 6. HOMOLOGAÇÃO DA PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO. **EGRÉGIO CONSELHO SUPERIOR, À UNANIMIDADE, HOMOLOGOU A PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO, NOS TERMOS DO VOTO DA RELATORA. JULGADO EM 22.09.2023, NA 2ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DO CSMP-PI DE 2023.**

2.3.17 INQUÉRITO CIVIL Nº 11/2022 (SIMP Nº 000061-024/2021). PROCEDIMENTO ELETRÔNICO. ORIGEM: 42ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE TERESINA. ASSUNTO: APURAR POSSÍVEIS ATOS DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA PRATICADOS POR S. M. DE S. M. A. NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA ESTADUAL. PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO. PROMOTOR DE JUSTIÇA: DR. FRANCISCO DE JESUS LIMA. **RELATORA: DRA. MARTHA CELINA DE OLIVEIRA NUNES.** INQUÉRITO CIVIL. DIREITO ADMINISTRATIVO E OUTRAS MATÉRIAS DE DIREITO PÚBLICO. ACUMULAÇÃO ILEGAL DE CARGOS. NÃO COMPROVAÇÃO. ARQUIVAMENTO. 1. APURAÇÃO DE ATOS ÍMPROBOS DECORRENTES DA ACUMULAÇÃO ILEGAL DE CARGOS PÚBLICOS NA CÂMARA MUNICIPAL DE TERESINA (CMT) E NA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PIAUÍ (ALEPI). 2. NO CASO, A DOCUMENTAÇÃO ENSEJADORA DA INVESTIGAÇÃO NÃO MENCIONA O NOME DA INVESTIGADA O QUE NOS PERMITE CONCLUIR QUE OS ELEMENTOS APRESENTADOS AO ÓRGÃO DE EXECUÇÃO NÃO SERIAM APTOS A INICIAR A APURAÇÃO. 3. ESGOTAMENTO DE TODAS AS POSSIBILIDADES DE DILIGÊNCIAS. 4. INEXISTÊNCIA DE FUNDAMENTO PARA A PROPOSITURA DE AÇÃO CIVIL PÚBLICA. 5. HOMOLOGAÇÃO DA PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO. **EGRÉGIO CONSELHO SUPERIOR, À UNANIMIDADE, HOMOLOGOU A PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO, NOS TERMOS DO VOTO DA RELATORA. AVERBOU-SE SUSPEITA, POR MOTIVO DE FORO ÍNTIMO, A DRA. CLOTILDES COSTA CARVALHO. JULGADO EM 22.09.2023, NA 2ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DO CSMP-PI DE 2023.**

2.3.18 INQUÉRITO CIVIL Nº 10/2020 (SIMP Nº 000008-107/2020). PROCEDIMENTO ELETRÔNICO. ORIGEM: 2ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE OEIRAS. ASSUNTO: APURAR POSSÍVEL VIOLAÇÃO COLETIVA AO DIREITO DE CONSUMIDORES, NO QUE TANGE AO SERVIÇO ESSENCIAL E CONTÍNUO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO PÚBLICO DE FORNECIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA PELA EMPRESA EQUATORIAL ENERGIA PIAUÍ DISTRIBUIDORA DE ENERGIA ELÉTRICA S/A, DEVIDO ÀS CONSTANTES QUEDAS DE ENERGIA ELÉTRICA, OCASIONANDO SÉRIOS IMPACTOS SOCIAIS, ALÉM DE PREJUÍZOS À POPULAÇÃO, A COMERCIANTES E AO SERVIÇO PÚBLICO EM GERAL, NO MUNICÍPIO DE SÃO FRANCISCO DO PIAUÍ. PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO. PROMOTOR DE JUSTIÇA: DR. JOÃO BATISTA DE CASTRO FILHO. **RELATORA: DRA. MARTHA CELINA DE OLIVEIRA NUNES.** INQUÉRITO CIVIL. DIREITO DO CONSUMIDOR. FALHA NO FORNECIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA. INEXISTÊNCIA DE IRREGULARIDADES. ARQUIVAMENTO. 1. APURAÇÃO DE VIOLAÇÃO COLETIVA AO DIREITO DE CONSUMIDORES DO MUNICÍPIO DE SÃO FRANCISCO DO PIAUÍ QUANTO AO SERVIÇO DE FORNECIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA PELA CONCESSIONÁRIA EQUATORIAL ENERGIA PIAUÍ, DEVIDO A CONSTANTES INTERRUPÇÕES. 2. INSTRUI OS AUTOS DOCUMENTAÇÃO SUFICIENTEMENTE APTA A COMPROVAR QUE OS ÍNDICES DE INTERRUPÇÃO POR UNIDADE CONSUMIDORA SE MANTIVERAM DENTRO DOS PADRÕES FIXADOS PELA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA (ANEEL), BEM COMO QUE A CONCESSIONÁRIA VEM, FACTUALMENTE, PROMOVENDO MELHORAS NA REDE ELÉTRICA LOCAL. 3. ESGOTAMENTO DE TODAS AS POSSIBILIDADES DE DILIGÊNCIAS. 4. INEXISTÊNCIA DE FUNDAMENTO PARA A PROPOSITURA DE AÇÃO CIVIL PÚBLICA. 5. HOMOLOGAÇÃO DA PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO. **EGRÉGIO CONSELHO SUPERIOR, À UNANIMIDADE, HOMOLOGOU A PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO, NOS TERMOS DO VOTO DA RELATORA. JULGADO EM 22.09.2023, NA 2ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DO CSMP-PI DE 2023.**

2.3.19 INQUÉRITO CIVIL Nº 74/2018 (SIMP Nº 000062-107/2018). PROCEDIMENTO ELETRÔNICO. ORIGEM: 2ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE OEIRAS. ASSUNTO: APURAR OS FOCOS DE QUEIMADAS EM TERRENOS BALDIOS DO MUNICÍPIO DE OEIRAS. PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO. PROMOTOR DE JUSTIÇA: DR. JOÃO BATISTA DE CASTRO FILHO. **RELATORA: DRA. MARTHA CELINA DE OLIVEIRA NUNES.** INQUÉRITO CIVIL. MEIO AMBIENTE. NOTÍCIA DE QUEIMADAS. NÃO COMPROVAÇÃO. ARQUIVAMENTO. 1. APURAÇÃO DE QUEIMADAS EM DETERMINADOS TERRENOS BALDIOS DA ZONA URBANA DO MUNICÍPIO DE OEIRAS. 2. NO CASO DOS AUTOS, NENHUM DOCUMENTO APTO A COMPROVAR A SITUAÇÃO NOTICIADA FOI OBTIDO PELO ÓRGÃO DE EXECUÇÃO MINISTERIAL, HAVENDO NOS AUTOS, CONTUDO, COMPROVAÇÃO DE DESCUIDO COM A LIMPEZA TERRENOS, SITUAÇÃO QUE VEM JÁ SENDO FISCALIZADA PELA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL. 3. INCIDÊNCIA DA ORIENTAÇÃO EXPRESSA NO ITEM I DO ENUNCIADO CSMP Nº 04/2019, SEGUNDO A QUAL, MERECE HOMOLOGAÇÃO A PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO DO INQUÉRITO CIVIL OU DO PROCEDIMENTO PREPARATÓRIO SE A NOTÍCIA DE DANO AO MEIO AMBIENTE NÃO É RATIFICADA POR MEIO DE PROVA IDÔNEA, PRODUZIDA NO CURSO DA INVESTIGAÇÃO. 4. INEXISTÊNCIA DE FUNDAMENTO PARA A PROPOSITURA DE AÇÃO CIVIL PÚBLICA. 5. HOMOLOGAÇÃO DA PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO. **EGRÉGIO CONSELHO SUPERIOR, À UNANIMIDADE, HOMOLOGOU A PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO, NOS TERMOS DO VOTO DA RELATORA. JULGADO EM 22.09.2023, NA 2ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DO CSMP-PI DE 2023.**

2.3.20 INQUÉRITO CIVIL Nº 06/2015 (SIMP Nº 000472-212/2017). PROCEDIMENTO ELETRÔNICO. ORIGEM: PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE FRONTEIRAS. ASSUNTO: APURAR SUPOSTAS IRREGULARIDADES NOS ACORDOS FIRMADOS PELOS MUNICÍPIOS PIAUIENSES COM A ELETROBRAS, EM VALORES CALCULADOS DE FORMA ERRÔNEA, EM PREJUÍZO DOS MUNICÍPIOS, POR PROFISSIONAL CONTRATADO PELA ASSOCIAÇÃO PIAUIENSE DOS MUNICÍPIOS (APPM), EM CUJO CONTRATO HÁ CLÁUSULA DE QUE SEUS HONORÁRIOS SERÃO DEVIDOS EM PERCENTUAL DOS CONTRATOS DE PARCELAMENTO. PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO. PROMOTOR DE JUSTIÇA: DR. EDUARDO PALÁCIO ROCHA. **RELATORA: DRA. MARTHA CELINA DE OLIVEIRA NUNES.** INQUÉRITO CIVIL. MEIO AMBIENTE. NOTÍCIA DE QUEIMADAS. NÃO COMPROVAÇÃO. ARQUIVAMENTO. 1. APURAÇÃO DE QUEIMADAS EM DETERMINADOS TERRENOS BALDIOS DA ZONA URBANA DO MUNICÍPIO DE OEIRAS. 2. NO CASO DOS AUTOS, NENHUM DOCUMENTO APTO A COMPROVAR A SITUAÇÃO NOTICIADA FOI OBTIDO PELO ÓRGÃO DE EXECUÇÃO MINISTERIAL, HAVENDO NOS AUTOS, CONTUDO, COMPROVAÇÃO DE DESCUIDO COM A LIMPEZA TERRENOS, SITUAÇÃO QUE VEM JÁ SENDO FISCALIZADA PELA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL. 3. INCIDÊNCIA DA ORIENTAÇÃO EXPRESSA NO ITEM I DO ENUNCIADO CSMP Nº 04/2019, SEGUNDO A QUAL, MERECE HOMOLOGAÇÃO A PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO DO INQUÉRITO CIVIL OU DO PROCEDIMENTO PREPARATÓRIO SE A NOTÍCIA DE DANO AO MEIO AMBIENTE NÃO É RATIFICADA POR MEIO DE PROVA IDÔNEA, PRODUZIDA NO CURSO DA INVESTIGAÇÃO. 4. INEXISTÊNCIA DE FUNDAMENTO PARA A PROPOSITURA DE AÇÃO CIVIL PÚBLICA. 5. HOMOLOGAÇÃO DA PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO. **EGRÉGIO CONSELHO SUPERIOR, À UNANIMIDADE, HOMOLOGOU A PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO, NOS TERMOS DO VOTO DA RELATORA. JULGADO EM 22.09.2023, NA 2ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DO CSMP-PI DE 2023.**

2.3.21 INQUÉRITO CIVIL Nº 09/2022 (SIMP Nº 001079-255/2021). PROCEDIMENTO ELETRÔNICO. ORIGEM: PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE SÃO PEDRO DO PIAUÍ. ASSUNTO: APURAR E TOMAR PROVIDÊNCIAS QUANTO A ACUMULAÇÃO DAS SECRETARIAS DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E EDUCAÇÃO DE SÃO GONÇALO DO PIAUÍ POR LUANA FERREIRA DOS REIS RIBEIRO, INDO DE ENCONTRO AOS

PRINCÍPIOS DA MORALIDADE E EFICIÊNCIA DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA. PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO. PROMOTOR DE JUSTIÇA: DR. NIELSEN SILVA MENDES LIMA. **RELATORA: DRA. MARTHA CELINA DE OLIVEIRA NUNES.** INQUÉRITO CIVIL. DIREITO ADMINISTRATIVO E OUTRAS MATÉRIAS DE DIREITO PÚBLICO. ACÚMULO DE CARGOS. IMPROBIDADE. INOCORRÊNCIA. ARQUIVAMENTO. 1. APURAÇÃO DA ACUMULAÇÃO ILEGAL DE DUAS SECRETARIAS MUNICIPAIS. 2. NÃO COMPROVAÇÃO DE ACÚMULO REMUNERADOS DE CARGOS POLÍTICOS, SITUAÇÃO QUE NÃO SE ENQUADRA NA HIPÓTESE DE VEDAÇÃO PREVISTA NO ART. 37, XVI, DA CONSTITUIÇÃO DE 1988, CONSOANTE MANIFESTAÇÃO DO CENTRO DE APOIO OPERACIONAL DE COMBATE À CORRUPÇÃO E DEFESA DO PATRIMÔNIO PÚBLICO (CACOP). 3. ESGOTAMENTO DE TODAS AS POSSIBILIDADES DE DILIGÊNCIAS. 4. INEXISTÊNCIA DE FUNDAMENTO PARA A PROPOSITURA DE AÇÃO CIVIL PÚBLICA. 5. HOMOLOGAÇÃO DA PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO. **EGRÉGIO CONSELHO SUPERIOR, À UNANIMIDADE, HOMOLOGOU A PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO, NOS TERMOS DO VOTO DA RELATORA. JULGADO EM 22.09.2023, NA 2ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DO CSMP-PI DE 2023.**

2.3.22 INQUÉRITO CIVIL Nº 07/2023 (SIMP Nº 000335-426/2022). PROCEDIMENTO ELETRÔNICO. ORIGEM: 42ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE TERESINA. ASSUNTO: APURAR DENÚNCIA DA CONTRATAÇÃO DE FUNCIONÁRIOS TERCEIRIZADOS EM PRETERIÇÃO À NOMEAÇÃO DE CANDIDATOS APROVADOS EM TESTE SELETIVO REALIZADO PELO GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ – EDITAL SEADPREV Nº 01/2021 – PARA OS MESMOS CARGOS. PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO. PROMOTOR DE JUSTIÇA: DR. RAFAEL MAIA NOGUEIRA. **RELATORA: DRA. MARTHA CELINA DE OLIVEIRA NUNES.** INQUÉRITO CIVIL. DIREITO ADMINISTRATIVO E OUTRAS MATÉRIAS DE DIREITO PÚBLICO. CONTRATAÇÃO ILEGAL. INOCORRÊNCIA. ELUCIDAÇÃO DA SITUAÇÃO. ARQUIVAMENTO. 1. APURAÇÃO DE CONTRATAÇÃO DE FUNCIONÁRIOS TERCEIRIZADOS EM PRETERIÇÃO À NOMEAÇÃO DE CANDIDATOS APROVADOS NO TESTE SELETIVO REGIDO PELO EDITAL SEADPREV Nº 01/2021, REALIZADO PELO GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ 2. OS ELEMENTOS OBTIDOS DEMONSTRAM NÃO SE TRATAR DE CONTRATAÇÃO DE SERVIDORES POR TEMPO DETERMINADO, OU SEJA, PARA ATENDIMENTO DE NECESSIDADE EXCEPCIONAL E TEMPORÁRIA, MAS DE CONTRAÇÃO POR INTERMÉDIO DE EMPRESA INTERPOSTA (TERCEIRIZAÇÃO), PARA EXERCÍCIO DE FUNÇÕES QUE NÃO SE ENCONTRAM PREVISTAS NO PLANO DE CARGOS E CARREIRAS DO ENTE FEDERADO OU DA ENTIDADE DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA INTERESSADO, NÃO HAVENDO QUE SE FALAR EM PRETERIÇÃO. 3. ESGOTAMENTO DE TODAS AS POSSIBILIDADES DE DILIGÊNCIAS. 4. INEXISTÊNCIA DE FUNDAMENTO PARA A PROPOSITURA DE AÇÃO CIVIL PÚBLICA. 5. HOMOLOGAÇÃO DA PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO. **EGRÉGIO CONSELHO SUPERIOR, À UNANIMIDADE, HOMOLOGOU A PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO, NOS TERMOS DO VOTO DA RELATORA. JULGADO EM 22.09.2023, NA 2ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DO CSMP-PI DE 2023.**

2.3.23 INQUÉRITO CIVIL Nº 33/2022 (SIMP Nº 000100-214/2021). PROCEDIMENTO ELETRÔNICO. ORIGEM: 42ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE TERESINA. ASSUNTO: APURAR POSSÍVEL PRÁTICA DE ATO DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA POR AUSÊNCIA DE PRESTAÇÃO DE CONTAS REFERENTE AO TERMO DE FOMENTO Nº 77/2017, FIRMADO ENTRE A SECRETARIA DE ESTADO DE CULTURA E O INSTITUTO PIAUÍ E GESTÃO. PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO. PROMOTOR DE JUSTIÇA: DR. RAFAEL MAIA NOGUEIRA. **RELATORA: DRA. MARTHA CELINA DE OLIVEIRA NUNES.** INQUÉRITO CIVIL. DIREITO ADMINISTRATIVO E OUTRAS MATÉRIAS DE DIREITO PÚBLICO. IMPROBIDADE. INOCORRÊNCIA. ARQUIVAMENTO. 1. APURAÇÃO DE ATO ÍMPROBO DECORRENTE DA AUSÊNCIA DE PRESTAÇÃO DE CONTAS REFERENTE A TERMO DE FOMENTO CELEBRADO ENTRE A SECRETARIA DE ESTADO DE CULTURA DO PIAUÍ (SECULT) E O INSTITUTO PIAUÍ E GESTÃO, NO EXERCÍCIO DE 2017. 2. OS ELEMENTOS PROBATÓRIOS QUE INSTRUEM OS AUTOS DEMONSTRAM QUE O INSTITUTO PIAUÍ

E GESTÃO EFETIVAMENTE ENVIOU À SECULT – EMBORA EXTEMPORANEAMENTE – O RELATÓRIO FINAL REFERENTE À PRESTAÇÃO DE CONTAS, O QUAL, EVIDENTEMENTE, EXPÕE A DESTINAÇÃO DOS RECURSOS PÚBLICOS TRANSFERIDOS PARA REALIZAÇÃO DO EVENTO. 3. AUSÊNCIA DO ELEMENTO SUBJETIVO – DOLO – QUE QUALIFICARIA COMO ÍMPROBA A CONDUTA IRREGULAR DA PARTE INVESTIGADA. 4. ESGOTAMENTO DE TODAS AS POSSIBILIDADES DE DILIGÊNCIAS. 5. INEXISTÊNCIA DE FUNDAMENTO PARA A PROPOSITURA DE AÇÃO CIVIL PÚBLICA. 6. HOMOLOGAÇÃO DA PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO. **EGRÉGIO CONSELHO SUPERIOR, À UNANIMIDADE, HOMOLOGOU A PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO, NOS TERMOS DO VOTO DA RELATORA. JULGADO EM 22.09.2023, NA 2ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DO CSMP-PI DE 2023.**

2.3.24 PROCEDIMENTO PREPARATÓRIO Nº 02/2016 (SIMP Nº 000047-274/2020). PROCEDIMENTO ELETRÔNICO. ORIGEM: PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE MANOEL EMÍDIO. ASSUNTO: ACOMPANHAR E FISCALIZAR O CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE CARGOS EFETIVOS NO QUADRO DE PESSOAL DA CÂMARA MUNICIPAL DE BERTOLÍNIA (EDITAL Nº 01/2016) A CARGO DO INSTITUTO LEGATUS. PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO. PROMOTOR DE JUSTIÇA: DR. REGIS DE MORAES MARINHO. **RELATORA: DRA. MARTHA CELINA DE OLIVEIRA NUNES.** PROCEDIMENTO PREPARATÓRIO. DIREITO ADMINISTRATIVO E OUTRAS MATÉRIAS DE DIREITO PÚBLICO. ACOMPANHAMENTO DE CERTAME. EXAURIMENTO DO OBJETO. ARQUIVAMENTO. 1. ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO DO CONCURSO PÚBLICO REALIZADO PELA CÂMARA MUNICIPAL DE BERTOLÍNIA, NO ANO DE 2016, PARA PROVIMENTO DE CARGOS EFETIVOS NO SEU QUADRO DE PESSOAL. 2. NO CASO CONCRETO, NENHUMA DILIGÊNCIA FRUTÍFERA FOI REALIZADA NO CURSO DESTES PROCEDIMENTOS PREPARATÓRIOS, REVELANDO-SE, ATUALMENTE, CONTRAPRODUCENTE E DISPENDIOSO MANTÊ-LO, JÁ QUE A APLICAÇÃO DAS PROVAS DO CONCURSO PÚBLICO OCORREU AINDA EM 2016 E, INCLUSIVE, O SEU PRAZO DE VALIDADE (DOIS ANOS) JÁ SE ENCONTRA EXPIRADO. 3. INEXISTÊNCIA DE FUNDAMENTO PARA A PROPOSITURA DE AÇÃO CIVIL PÚBLICA. 4. HOMOLOGAÇÃO DA PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO. **EGRÉGIO CONSELHO SUPERIOR, À UNANIMIDADE, HOMOLOGOU A PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO, NOS TERMOS DO VOTO DA RELATORA. JULGADO EM 22.09.2023, NA 2ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DO CSMP-PI DE 2023.**

2.3.25 INQUÉRITO CIVIL (SIMP Nº 001585-369/2021). PROCEDIMENTO ELETRÔNICO. ORIGEM: 1ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE PARNAÍBA. ASSUNTO: ACOMPANHAR A CONCLUSÃO DA OBRA DE RESERVAÇÃO, QUE TRATA DOS RESERVATÓRIOS DE ÁGUA CONSTRUÍDOS NO BAIRRO SÃO VICENTE DE PAULA, NA CIDADE DE PARNAÍBA, COM COMUNICAÇÃO À AGESPISA S/A, PARA RECEBIMENTO DA OBRA E REALIZAÇÃO DAS LIGAÇÕES DOMICILIARES. PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO. PROMOTOR DE JUSTIÇA: DR. ANTENOR FILGUEIRAS LÔBO NETO. **RELATORA: DRA. MARTHA CELINA DE OLIVEIRA NUNES.** INQUÉRITO CIVIL. DIREITO ADMINISTRATIVO E OUTRAS MATÉRIAS DE DIREITO PÚBLICO. ACOMPANHAMENTO DE OBRA. PERDA DO OBJETO. ARQUIVAMENTO. 1. ACOMPANHAMENTO DA CONCLUSÃO DE OBRA DE RESERVAÇÃO EM BAIRRO DA CIDADE DE PARNAÍBA, BEM COMO DO RECEBIMENTO DELA E DAS LIGAÇÕES DOMICILIARES PELA CONCESSIONÁRIA ÁGUAS E ESGOTOS DO PIAUÍ (AGESPISA). 2. APRESENTAÇÃO DE DOCUMENTAÇÃO SUFICIENTEMENTE APTA A COMPROVAR O EFETIVO RECEBIMENTO DOS RESERVATÓRIOS DE ÁGUA E AS LIGAÇÕES DOMICILIARES, O QUE FOI CONFIRMADO PELA AGÊNCIA PARNAIBANA DE REGULAÇÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS (ASERPA). 3. ESGOTAMENTO DE TODAS AS POSSIBILIDADES DE DILIGÊNCIAS. 4. INEXISTÊNCIA DE FUNDAMENTO PARA A PROPOSITURA DE AÇÃO CIVIL PÚBLICA. 5. HOMOLOGAÇÃO DA PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO. **EGRÉGIO CONSELHO SUPERIOR, À UNANIMIDADE, HOMOLOGOU A PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO, NOS**

TERMOS DO VOTO DA RELATORA. JULGADO EM 22.09.2023, NA 2ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DO CSMP-PI DE 2023.

2.3.26 INQUÉRITO CIVIL Nº 58/2020 (SIMP Nº 000616-237/2019). PROCEDIMENTO ELETRÔNICO. ORIGEM: PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE SIMPLÍCIO MENDES. ASSUNTO: ACOMPANHAR O CASO DO MENOR G. M., DIAGNOSTICADO COM UM TUMOR NO CÉREBRO, HAVENDO A NECESSIDADE DE TROCAR O BOTTON, O QUAL, CONFORME REPORTAGEM JUNTADA AOS AUTOS, NÃO SERIA FINANCIADO PELO SUS. PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO. PROMOTORA DE JUSTIÇA: DRA. GIANNY VIEIRA DE CARVALHO. **RELATORA: DRA. MARTHA CELINA DE OLIVEIRA NUNES.** INQUÉRITO CIVIL. DIREITO À SAÚDE. FORNECIMENTO DE SONDA. MORTE DO INTERESSADO. ARQUIVAMENTO. 1. ACOMPANHAMENTO DO CASO DO ADOLESCENTE DIAGNOSTICADO COM TUMOR NO CÉREBRO QUE NECESSITAVA TROCAR SONDA DE GASTROSTOMIA, A QUAL NÃO SERIA FINANCIADA PELO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE (SUS). 2. APESAR DA INTERVENÇÃO MINISTERIAL, COM BASE EM INFORMAÇÕES OBTIDAS NO SINESP INFOSEG, O ÓRGÃO DE EXECUÇÃO TOMOU CONHECIMENTO DO ÓBITO DO ADOLESCENTE INTERESSADO, OCORRIDO EM 2020. 3. ESGOTAMENTO DE TODAS AS POSSIBILIDADES DE DILIGÊNCIAS. 4. INEXISTÊNCIA DE FUNDAMENTO PARA A PROPOSITURA DE AÇÃO CIVIL PÚBLICA. 5. HOMOLOGAÇÃO DA PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO. **EGRÉGIO CONSELHO SUPERIOR, À UNANIMIDADE, HOMOLOGOU A PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO, NOS TERMOS DO VOTO DA RELATORA. JULGADO EM 22.09.2023, NA 2ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DO CSMP-PI DE 2023.**

2.3.27 PROCEDIMENTO PREPARATÓRIO Nº 72/2022 (SIMP Nº 001210-426/2022). PROCEDIMENTO ELETRÔNICO. ORIGEM: 29ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE TERESINA. ASSUNTO: APURAR PEDIDO DE PROVIDÊNCIAS PARA A REALIZAÇÃO DE CONSULTA MÉDICA QUE SE ENCONTRA EM DEMANDA REPRIMIDA. PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO. PROMOTOR DE JUSTIÇA: DR. ENY MARCOS VIEIRA PONTES. **RELATORA: DRA. MARTHA CELINA DE OLIVEIRA NUNES.** INQUÉRITO CIVIL. DEFESA DA SAÚDE PÚBLICA. VIABILIZAÇÃO DE CONSULTA MÉDICA. PERDA DO OBJETO. ARQUIVAMENTO. 1. INQUÉRITO CIVIL QUE OBJETIVA VIABILIZAR CONSULTA MÉDICA A PACIENTE, A QUAL SE ENCONTRAVA EM DEMANDA REPRIMIDA. 2. CONSULTA REALIZADA EM HOSPITAL PARTICULAR, POR OPÇÃO DO PACIENTE, QUE, INCLUSIVE, POR CONTATO TELEFÔNICO, EXTERNOU SUA ANUÊNCIA NO ENCERRAMENTO DA INVESTIGAÇÃO. 3. ESGOTAMENTO DE TODAS AS POSSIBILIDADES DE DILIGÊNCIAS. 4. INEXISTÊNCIA DE FUNDAMENTO PARA A PROPOSITURA DE AÇÃO CIVIL PÚBLICA. 5. HOMOLOGAÇÃO DA PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO. **EGRÉGIO CONSELHO SUPERIOR, À UNANIMIDADE, HOMOLOGOU A PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO, NOS TERMOS DO VOTO DA RELATORA. JULGADO EM 22.09.2023, NA 2ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DO CSMP-PI DE 2023.**

2.3.28 INQUÉRITO CIVIL Nº 04/2020 (SIMP Nº 000494-274/2019). PROCEDIMENTO ELETRÔNICO. ORIGEM: PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE MANOEL EMÍDIO. ASSUNTO: ACOMPANHAR O CUMPRIMENTO DA RECOMENDAÇÃO Nº 21, DE 8 JUNHO DE 2016, DO MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL (MPF) AO MUNICÍPIO DE BERTOLÍNIA. PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO. PROMOTOR DE JUSTIÇA: DR. ESDRAS OLIVEIRA COSTA BELLEZA DO NASCIMENTO. **RELATORA: DRA. MARTHA CELINA DE OLIVEIRA NUNES.** INQUÉRITO CIVIL. DIREITO ADMINISTRATIVO E OUTRAS MATÉRIAS DE DIREITO PÚBLICO. ACOMPANHAMENTO DE RECOMENDAÇÃO MINISTERIAL. PERDA DO OBJETO. ARQUIVAMENTO. 1. ACOMPANHAMENTO DO CUMPRIMENTO DE RECOMENDAÇÃO EXPEDIDA PELA PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO MUNICÍPIO DE FLORIANO AO PREFEITO E AO SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE DE BERTOLÍNIA, VISANDO A REGULARIZAÇÃO DA ALIMENTAÇÃO DA BASE DE

DADOS DO BANCO DE PREÇOS EM SAÚDE. 2. AUTUAÇÃO DO FEITO EM INOBSERVÂNCIA DO ART. 8º, II E IV, DA RESOLUÇÃO CNMP Nº 174/2017, O QUAL DISPÕE QUE O PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO É O INSTRUMENTO PRÓPRIO DA ATIVIDADE-FIM DESTINADO AOS ACOMPANHAMENTOS E FISCALIZAÇÕES. 3. INDEPENDENTEMENTE DISSO, INSTRUI OS AUTOS DOCUMENTAÇÃO COMPROBATÓRIA DO ARQUIVAMENTO DO PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO INSTAURADO PELO MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, DECISÃO FUNDAMENTADA NO ACATAMENTO COMPROVADO DA RECOMENDAÇÃO EM COMENTO PELO MUNICÍPIO DE BERTOLÍNIA E OUTROS. 4. INEXISTÊNCIA DE FUNDAMENTO PARA A PROPOSITURA DE AÇÃO CIVIL PÚBLICA. 5. HOMOLOGAÇÃO DA PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO. **EGRÉGIO CONSELHO SUPERIOR, À UNANIMIDADE, HOMOLOGOU A PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO, NOS TERMOS DO VOTO DA RELATORA. JULGADO EM 22.09.2023, NA 2ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DO CSMP-PI DE 2023.**

2.3.29 INQUÉRITO CIVIL (SIMP Nº 000134-237/2017). PROCEDIMENTO ELETRÔNICO. ORIGEM: PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE SIMPLÍCIO MENDES. ASSUNTO: APURAR POSSÍVEIS ILEGALIDADES COMETIDAS PELO PREFEITO DE RIBEIRA DO PIAUÍ EM RAZÃO DA CONTRATAÇÃO DE PESSOAL TEMPORÁRIO DE MANEIRA ILEGAL, EM SUPOSTA PRÁTICA DE NEPOTISMO. PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO. PROMOTORA DE JUSTIÇA: DRA. MÁRCIA AÍDA DE LIMA SILVA. **RELATORA: DRA. MARTHA CELINA DE OLIVEIRA NUNES.** INQUÉRITO CIVIL. DIREITO ADMINISTRATIVO E OUTRAS MATÉRIAS DE DIREITO PÚBLICO. NEPOTISMO. PERDA DO OBJETO. ARQUIVAMENTO. 1. APURAÇÃO DE CONTRATAÇÃO ILEGAL DE PESSOAL TEMPORÁRIO PELO ENTÃO PREFEITO DE RIBEIRA DO PIAUÍ, INCORRENDO NA PRÁTICA DE NEPOTISMO. 2. APRESENTAÇÃO DAS PORTARIAS DE EXONERAÇÃO DOS SERVIDORES QUE POSSUÍAM PARENTES EM LINHA RETA, COLATERAL OU POR AFINIDADE, ATÉ O TERCEIRO GRAU, EM INOBSERVÂNCIA DA SÚMULA VINCULANTE Nº 13, DE MODO QUE AS IRREGULARIDADES NOTICIADAS FORAM SANADAS. 3. ESGOTAMENTO DE TODAS AS POSSIBILIDADES DE DILIGÊNCIAS. 4. INEXISTÊNCIA DE FUNDAMENTO PARA A PROPOSITURA DE AÇÃO CIVIL PÚBLICA. 5. HOMOLOGAÇÃO DA PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO. **EGRÉGIO CONSELHO SUPERIOR, À UNANIMIDADE, HOMOLOGOU A PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO, NOS TERMOS DO VOTO DA RELATORA. JULGADO EM 22.09.2023, NA 2ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DO CSMP-PI DE 2023.**

2.3.30 INQUÉRITO CIVIL Nº 10/2019 (SIMP Nº 000274-255/2017). PROCEDIMENTO ELETRÔNICO. ORIGEM: PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE SÃO PEDRO DO PIAUÍ. ASSUNTO: APURAR ACUMULAÇÃO ILEGAL DE CARGOS PÚBLICOS NO MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DO PIAUÍ. PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO. PROMOTOR DE JUSTIÇA: DR. NIELSEN SILVA MENDES LIMA. **RELATORA: DRA. MARTHA CELINA DE OLIVEIRA NUNES.** INQUÉRITO CIVIL. DIREITO ADMINISTRATIVO E OUTRAS MATÉRIAS DE DIREITO PÚBLICO. ACUMULAÇÃO ILEGAL DE CARGOS. PERDA DO OBJETO. ARQUIVAMENTO. 1. APURAÇÃO DE ACÚMULO ILEGAL DE CARGOS PÚBLICOS POR DOIS SERVIDORES DO MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DO PIAUÍ. 2. EXPEDIÇÃO E ACATAMENTO DE RECOMENDAÇÃO MINISTERIAL, DE MODO QUE A EXONERAÇÃO DELES DOS CARGOS QUE ACUMULAVAM ILEGALMENTE É FATO INCONTROVERSO NOS AUTOS, INEXISTINDO INDÍCIOS DE DANO AO ERÁRIO OU DE ENRIQUECIMENTO ILÍCITO. 3. RECOMENDAÇÃO MANEJADA ANTERIOR E PREFERENCIALMENTE À AÇÃO JUDICIAL, NA FORMA DA RESOLUÇÃO CNMP Nº 164/2017, OCASIONANDO O EXAURIMENTO DO OBJETO DA INVESTIGAÇÃO. 4. INEXISTÊNCIA DE FUNDAMENTO PARA A PROPOSITURA DE AÇÃO CIVIL PÚBLICA. 5. HOMOLOGAÇÃO DA PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO. **EGRÉGIO CONSELHO SUPERIOR, À UNANIMIDADE, HOMOLOGOU A PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO, NOS TERMOS DO VOTO DA RELATORA. JULGADO EM 22.09.2023, NA 2ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DO CSMP-PI DE 2023.**

2.3.31 INQUÉRITO CIVIL Nº 03/2022 (SIMP Nº 000181-325/2022). PROCEDIMENTO ELETRÔNICO. ORIGEM: PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE BARRO DURO. ASSUNTO: ADOPTAR AS PROVIDÊNCIAS PARA A ERRADICAÇÃO DO LIXÃO NO MUNICÍPIO DE PASSAGEM FRANCA DO PIAUÍ E, EM SEGUIDA, AS RELACIONADAS À RECUPERAÇÃO DA ÁREA DEGRADADA E INSTALAÇÃO E OPERAÇÃO DAS ATIVIDADES DE DISPOSIÇÃO FINAL AMBIENTALMENTE ADEQUADA EM OUTRO LOCAL DEVIDAMENTE LICENCIADA. PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO. PROMOTOR DE JUSTIÇA: DR. ARI MARTINS ALVES FILHO. **RELATORA: DRA. MARTHA CELINA DE OLIVEIRA NUNES.** INQUÉRITO CIVIL. DEFESA DO MEIO AMBIENTE. ERRADICAÇÃO DE LIXÃO. CELEBRAÇÃO DE TAC. EXAURIMENTO DO OBJETO. ARQUIVAMENTO. 1. ADOTAÇÃO DE PROVIDÊNCIAS VOLTADAS À ERRADICAÇÃO DO LIXÃO NO MUNICÍPIO DE PASSAGEM FRANCA DO PIAUÍ E, EM SEGUIDA, AS RELACIONADAS À RECUPERAÇÃO DA ÁREA DEGRADADA E INSTALAÇÃO E OPERAÇÃO DAS ATIVIDADES DE DISPOSIÇÃO FINAL AMBIENTALMENTE ADEQUADA EM OUTRO LOCAL DEVIDAMENTE LICENCIADO. 2. NO CASO CONCRETO, DIANTE DA POSSIBILIDADE DE RESOLUÇÃO CONSENSUAL DA IRREGULARIDADE CONSTATADA, O ÓRGÃO MINISTERIAL CELEBROU TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA (TAC) COM O GESTOR MUNICIPAL, CUJA AS OBRIGAÇÕES PACTUADAS RESULTAM CERTAS, LÍQUIDAS E EXIGÍVEIS, COM CLÁUSULA PENAL EM CASO DE DESCUMPRIMENTO. 3. PERDA SUPERVENIENTE DO OBJETO, CARACTERIZADA PELA AUTOCOMPOSIÇÃO. 4. NECESSIDADE DE FISCALIZAÇÃO, POR MEIO DE PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO PRÓPRIO, DO CUMPRIMENTO DAS CLÁUSULAS DO REFERIDO TAC. 5. ESGOTAMENTO DE TODAS AS POSSIBILIDADES DE DILIGÊNCIAS. 6. INEXISTÊNCIA DE FUNDAMENTO PARA A PROPOSITURA DE AÇÃO CIVIL PÚBLICA. 7. HOMOLOGAÇÃO DA PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO. **EGRÉGIO CONSELHO SUPERIOR, À UNANIMIDADE, HOMOLOGOU A PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO, NOS TERMOS DO VOTO DA RELATORA. JULGADO EM 22.09.2023, NA 2ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DO CSMP-PI DE 2023.**

2.3.32 INQUÉRITO CIVIL (SIMP Nº 000409-284/2022). PROCEDIMENTO ELETRÔNICO. ORIGEM: PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE BURITI DOS LOPES. ASSUNTO: ADOPTAR PROVIDÊNCIAS PARA A ERRADICAÇÃO DE LIXÃO NO MUNICÍPIO DE MURICI DOS PORTELAS E, EM SEGUIDA, AS RELACIONADAS À RECUPERAÇÃO DA ÁREA DEGRADADA E INSTALAÇÃO E OPERAÇÃO DAS ATIVIDADES DE DISPOSIÇÃO FINAL AMBIENTALMENTE ADEQUADA EM OUTRO LOCAL DEVIDAMENTE LICENCIADO. PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO. PROMOTORA DE JUSTIÇA: DRA. FRANCINEIDE DE SOUSA SILVA. **RELATORA: DRA. MARTHA CELINA DE OLIVEIRA NUNES.** INQUÉRITO CIVIL. MEIO AMBIENTE. ERRADICAÇÃO DE LIXÃO. CELEBRAÇÃO DE TAC. PERDA DO OBJETO. ARQUIVAMENTO. 1. ADOTAÇÃO DE PROVIDÊNCIAS VOLTADAS À ERRADICAÇÃO DO LIXÃO NO MUNICÍPIO DE MURICI DOS PORTELAS E, EM SEGUIDA, AS RELACIONADAS À RECUPERAÇÃO DA ÁREA DEGRADADA E INSTALAÇÃO E OPERAÇÃO DAS ATIVIDADES DE DISPOSIÇÃO FINAL AMBIENTALMENTE ADEQUADA EM OUTRO LOCAL DEVIDAMENTE LICENCIADO. 2. NO CASO CONCRETO, DIANTE DA POSSIBILIDADE DE RESOLUÇÃO CONSENSUAL DA IRREGULARIDADE CONSTATADA, O ÓRGÃO MINISTERIAL CELEBROU TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA (TAC) COM A PREFEITA DE MUNICÍPIO DE MURICI DOS PORTELAS, AVENÇA CUJA AS OBRIGAÇÕES PACTUADAS RESULTAM CERTAS, LÍQUIDAS E EXIGÍVEIS, COM CLÁUSULA PENAL EM CASO DE DESCUMPRIMENTO. 3. PERDA SUPERVENIENTE DO OBJETO, CARACTERIZADA PELA AUTOCOMPOSIÇÃO. 4. NECESSIDADE DE FISCALIZAÇÃO, POR MEIO DE PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO PRÓPRIO, DO CUMPRIMENTO DAS CLÁUSULAS DO REFERIDO TAC. 5. ESGOTAMENTO DE TODAS AS POSSIBILIDADES DE DILIGÊNCIAS. 6. INEXISTÊNCIA DE FUNDAMENTO PARA A PROPOSITURA DE AÇÃO CIVIL PÚBLICA. 7. HOMOLOGAÇÃO DA PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO. **EGRÉGIO CONSELHO SUPERIOR, À UNANIMIDADE, HOMOLOGOU A**

PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO, NOS TERMOS DO VOTO DA RELATORA. JULGADO EM 22.09.2023, NA 2ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DO CSMP-PI DE 2023.

2.3.33 INQUÉRITO CIVIL Nº 10/2020 (SIMP Nº 000056-308/2019). PROCEDIMENTO ELETRÔNICO. ORIGEM: 3ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE CAMPO MAIOR. ASSUNTO: APURAR IRREGULARIDADE ADMINISTRATIVA EM CEMITÉRIO PÚBLICO MUNICIPAL. PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO. PROMOTOR DE JUSTIÇA: DR. MAURÍCIO GOMES SOUZA. **RELATORA: DRA. MARTHA CELINA DE OLIVEIRA NUNES.** INQUÉRITO CIVIL. DIREITO ADMINISTRATIVO E OUTRAS MATÉRIAS DE DIREITO PÚBLICO. IRREGULARIDADE EM CEMITÉRIO. CELEBRAÇÃO DE TAC. EXAURIMENTO DO OBJETO. ARQUIVAMENTO. 1. APURAÇÃO DE IRREGULARIDADE ADMINISTRATIVA EM CEMITÉRIO PÚBLICO MUNICIPAL SÃO JOÃO, EM CAMPO MAIOR. 2. NO CASO CONCRETO, DIANTE DA POSSIBILIDADE DE RESOLUÇÃO CONSENSUAL DA IRREGULARIDADE CONSTATADA, O ÓRGÃO MINISTERIAL CELEBROU TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA (TAC) COM O GESTOR MUNICIPAL, CUJA AS OBRIGAÇÕES PACTUADAS RESULTAM CERTAS, LÍQUIDAS E EXIGÍVEIS, COM CLÁUSULA PENAL EM CASO DE DESCUMPRIMENTO. 3. PERDA SUPERVENIENTE DO OBJETO, CARACTERIZADA PELA AUTOCOMPOSIÇÃO. 4. NECESSIDADE DE FISCALIZAÇÃO, POR MEIO DE PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO PRÓPRIO, DO CUMPRIMENTO DAS CLÁUSULAS DO REFERIDO TAC. 5. ESGOTAMENTO DE TODAS AS POSSIBILIDADES DE DILIGÊNCIAS. 6. INEXISTÊNCIA DE FUNDAMENTO PARA A PROPOSITURA DE AÇÃO CIVIL PÚBLICA. 7. HOMOLOGAÇÃO DA PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO. **EGRÉGIO CONSELHO SUPERIOR, À UNANIMIDADE, HOMOLOGOU A PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO, NOS TERMOS DO VOTO DA RELATORA. JULGADO EM 22.09.2023, NA 2ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DO CSMP-PI DE 2023.**

2.3.34 INQUÉRITO CIVIL Nº 18/2015 (SIMP Nº 000119-283/2018). PROCEDIMENTO ELETRÔNICO. ORIGEM: PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE BARRO DURO. ASSUNTO: APURAR SUPOSTAS IRREGULARIDADES NA APLICAÇÃO DE RECURSOS FEDERAIS ORIUNDOS DO MINISTÉRIO DO TURISMO E DO MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL DESTINADOS À ESTRUTURAÇÃO DA PRAÇA E DO PÁTIO DA IGREJA, ASSIM COMO URBANIZAÇÃO DA ORLA E IMPLANTAÇÃO DE ÁGUA NA ZONA RURAL DO MUNICÍPIO DE SANTA CRUZ DOS MILAGRES. PROMOÇÃO DE DECLÍNIO DE ATRIBUIÇÕES. PROMOTOR DE JUSTIÇA: DR. ARI MARTINS ALVES FILHO. **RELATORA: DRA. MARTHA CELINA DE OLIVEIRA NUNES.** INQUÉRITO CIVIL. DIREITO ADMINISTRATIVO E OUTRAS MATÉRIAS DE DIREITO PÚBLICO. IMPROBIDADE. APLICAÇÃO DE RECURSOS FEDERAIS. DECLÍNIO DE ATRIBUIÇÕES. 1. APURAÇÃO DE IRREGULARIDADES NA APLICAÇÃO DE RECURSOS FEDERAIS ORIUNDOS DOS MINISTÉRIOS DO TURISMO, DA INTEGRAÇÃO NACIONAL E DA EDUCAÇÃO AO MUNICÍPIO DE SANTA CRUZ DOS MILAGRES. 2. OS RECURSOS EM COMENTO FORAM REPASSADOS AO MUNICÍPIO PELA UNIÃO, A QUAL POSSUI INTERESSE NAS CORRETAS DESTINAÇÃO E APLICAÇÃO DELES. A PROPÓSITO, O INTERESSE DA UNIÃO ATRAIRIA A COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA FEDERAL PARA PROCESSAR E JULGAR EVENTUAL AÇÃO CIVIL CONTRA O(S) INVESTIGADO(S). 3. ADEMAIS, CONSOANTE ORIENTAÇÃO DA SÚMULA CSMP Nº 06, EM CASO DE INDÍCIOS DE MALVERSAÇÃO (DESVIO) DE VERBAS DO FUNDEB, SE HOUVER COMPLEMENTAÇÃO PELA UNIÃO, E DEMAIS VERBAS FEDERAIS, NA SEARA CÍVEL OU CRIMINAL, OS AUTOS SERÃO ENVIADOS AO MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL”. 4. HOMOLOGAÇÃO DA PROMOÇÃO DE DECLÍNIO DE ATRIBUIÇÕES. **EGRÉGIO CONSELHO SUPERIOR, À UNANIMIDADE, HOMOLOGOU O DECLÍNIO DE ATRIBUIÇÕES AO MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, NOS TERMOS DO VOTO DA RELATORA. JULGADO EM 22.09.2023, NA 2ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DO CSMP-PI DE 2023.**

2.3.35 PROCEDIMENTO INVESTIGATÓRIO CRIMINAL Nº 06/2019 (SIMP Nº 000100-216/2019). PROCEDIMENTO ELETRÔNICO. ORIGEM: GRUPO DE ATUAÇÃO ESPECIALIZADO DE COMBATE AO CRIME ORGANIZADO (GAECO). ASSUNTO: APURAR A PRÁTICA DE CRIMES NO MUNICÍPIO DE CORRENTE. PROMOÇÃO DE DECLÍNIO DE ATRIBUIÇÕES. PROMOTOR DE JUSTIÇA: DR. CLÁUDIO ROBERTO PEREIRA SOEIRO. **RELATORA: DRA. MARTHA CELINA DE OLIVEIRA NUNES.** PROCEDIMENTO INVESTIGATÓRIO CRIMINAL. ATUAÇÃO DE ORCRIM. DESVIO DE RECURSOS FEDERAIS. INTERESSE DA UNIÃO. DECLÍNIO DE ATRIBUIÇÃO. 1. APURAÇÃO DA PRÁTICA DE DIVERSOS CRIMES EM MUNICÍPIO PIAUIENSE. 2. INSTRUEM OS AUTOS DOCUMENTAÇÃO QUE EVIDENCIA CONDUTAS CRIMINOSAS EM DETRIMENTO DE BENS, SERVIÇOS OU INTERESSE DA UNIÃO. 3. EM SE TRATANDO DE ATRIBUIÇÃO, CABE OBSERVAR, NO CASO, POR COROLÁRIO, A NORMA DO ART. 109, VI, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL, QUE DISPÕE SOBRE COMPETÊNCIA PENAL DA JUSTIÇA FEDERAL, ESPECIFICAMENTE PARA PROCESSAMENTO E JULGAMENTO DE AÇÕES QUE ENVOLVAM CRIMES PRATICADOS EM DETRIMENTO DE BENS, SERVIÇOS OU INTERESSE DA UNIÃO, ENTIDADES AUTÁRQUICAS OU EMPRESAS PÚBLICAS. 4. COM BASE NISSO, O SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA (STJ) ENTENDE QUE, PARA RECONHECIMENTO DA COMPETÊNCIA, EM REGRA, BASTA O SIMPLES INTERESSE DA UNIÃO. 5. HOMOLOGAÇÃO DA PROMOÇÃO DE DECLÍNIO DE ATRIBUIÇÃO AO MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL. **EGRÉGIO CONSELHO SUPERIOR, À UNANIMIDADE, HOMOLOGOU O DECLÍNIO DE ATRIBUIÇÕES AO MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, NOS TERMOS DO VOTO DA RELATORA. JULGADO EM 22.09.2023, NA 2ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DO CSMP-PI DE 2023.**

2.3.36 PROCEDIMENTO INVESTIGATÓRIO CRIMINAL Nº 03/2018 (SIMP Nº 000255-163/2018). PROCEDIMENTO ELETRÔNICO. ORIGEM: PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE BATALHA. ASSUNTO: APURAR NOTÍCIA DE IRREGULARIDADES NA PRESTAÇÃO DE CONTAS POR PARTE DA EX-PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE BATALHA, PATRÍCIA VASCONCELOS LIMA. PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO. PROMOTORA DE JUSTIÇA: DRA. LIA RAQUEL PRADO BURGOS RIBEIRO MARTINS. **RELATORA: DRA. MARTHA CELINA DE OLIVEIRA NUNES.** PROCEDIMENTO INVESTIGATÓRIO CRIMINAL. CRIME DA LEI DE LICITAÇÕES. ABOLITIO CRIMINIS. ARQUIVAMENTO. 1. APURAÇÃO DA PRÁTICA DO CRIME PREVISTO NO ART. 89 DA LEI Nº 8.666/1993 PELA EX-PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE BATALHA, TENDO EM VISTA AS IRREGULARIDADES CONSTATADAS NA PRESTAÇÃO DE CONTAS DO EXERCÍCIO DE 2012. 2. REVOGAÇÃO DO DISPOSITIVO INCRIMINADOR PELA LEI Nº 14.133/2021. 3. UMA VEZ CARACTERIZADA A ABOLIÇÃO DO CRIME PELA RETROATIVIDADE DE LEI QUE NÃO MAIS CONSIDERE O FATO COMO CRIMINOSO, RESTA EXTINTA A PUNIBILIDADE DO AGENTE. 4. INEXISTÊNCIA DE FUNDAMENTO PARA A PROPOSITURA DE AÇÃO CIVIL PÚBLICA. 5. HOMOLOGAÇÃO DA PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO. **EGRÉGIO CONSELHO SUPERIOR, À UNANIMIDADE, HOMOLOGOU A PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO, NOS TERMOS DO VOTO DA RELATORA. JULGADO EM 22.09.2023, NA 2ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DO CSMP-PI DE 2023.**

2.3.37 PROCEDIMENTO INVESTIGATÓRIO CRIMINAL Nº 01/2021 (SIMP Nº 001237-255/2020). PROCEDIMENTO ELETRÔNICO. ORIGEM: PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE SÃO PEDRO DO PIAUÍ. ASSUNTO: APURAR E TOMAR PROVIDÊNCIAS QUANTO À INFORMAÇÃO COLHIDA DO PORTAL GP1, APRESENTANDO VÍDEO NO QUAL MAURÍCIO ALVES, ASSESSOR DO PREFEITO DE AGRICOLÂNDIA, EXIBE ARMAS QUE, EM TESE, CONFORME ÁUDIO DISTRIBUÍDO EM GRUPO DO WHASTAPP, SÃO DE PROPRIEDADE DO COMANDANTE DO GPM DE AGRICOLÂNDIA, SUB. TEN. GEAILSON LIMA MARTINS. PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO. PROMOTOR DE JUSTIÇA: DR. NIELSEN SILVA MENDES LIMA. **RELATORA: DRA. MARTHA CELINA DE OLIVEIRA NUNES.** PROCEDIMENTO DE INVESTIGAÇÃO CRIMINAL. CRIME DE POSSE OU PORTE ILEGAL DE ARMA DE FOGO DE USO RESTRITO.

INSTAURAÇÃO DE INQUÉRITO POLICIAL. COEXISTÊNCIA DE INVESTIGAÇÕES COM O MESMO OBJETO. ARQUIVAMENTO. 1. APURAÇÃO E ADOÇÃO DE PROVIDÊNCIAS QUANTO À EXIBIÇÃO DE ARMAS DE FOGO PELO ASSESSOR DO PREFEITO DE AGRICOLÂNDIA, NO ANO DE 2020, AS QUAIS SERIAM DE PROPRIEDADE DO COMANDANTE DO GRUPAMENTO DA POLÍCIA MILITAR DE AGRICOLÂNDIA. 2. REQUISIÇÃO E INSTAURAÇÃO DE INQUÉRITO POLICIAL PELA DELEGACIA DE POLÍCIA CIVIL DE SÃO PEDRO DO PIAUÍ, SITUAÇÃO QUE ENSEJA O ENCERRAMENTO DA INVESTIGAÇÃO CRIMINAL MINISTERIAL, CONSOANTES DIVERSOS PRECEDENTES DESTES CONSELHO SUPERIOR. 3. ADEMAIS, É POSSÍVEL VERIFICAR NO SISTEMA RESPECTIVO QUE, APRESENTADA DENÚNCIA, O JUÍZO, COM FUNDAMENTO NO PRINCÍPIO DO DIREITO PENAL MÍNIMO, A JULGOU IMPROCEDENTE, ABSOLVENDO O ENTÃO ACUSADO. 4. INEXISTÊNCIA DE FUNDAMENTO PARA A PROPOSITURA DE AÇÃO CIVIL PÚBLICA. 5. HOMOLOGAÇÃO DA PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO. **EGRÉGIO CONSELHO SUPERIOR, À UNANIMIDADE, HOMOLOGOU A PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO, NOS TERMOS DO VOTO DA RELATORA. JULGADO EM 22.09.2023, NA 2ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DO CSMP-PI DE 2023.**

2.3.38 INQUÉRITO CIVIL Nº 04/2021 (SIMP Nº 000026-214/2020). PROCEDIMENTO ELETRÔNICO. ORIGEM: 2ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE CORRENTE. ASSUNTO: APURAR SUPOSTAS IRREGULARIDADES PRATICADAS POR REIDAN KLEBER MAIA DE OLIVEIRA, PREFEITO DE CURIMATÁ À ÉPOCA DOS FATOS (2015). PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO. PROMOTORA DE JUSTIÇA: DRA. GILVÂNIA ALVES VIANA. **RELATORA: DRA. MARTHA CELINA DE OLIVEIRA NUNES.** INQUÉRITO CIVIL. DIREITO ADMINISTRATIVO E OUTRAS MATÉRIAS DE DIREITO PÚBLICO. IMPROBIDADE. PRESCRIÇÃO. DANO AO ERÁRIO. INOCORRÊNCIA. ARQUIVAMENTO. 1. APURAÇÃO DE IRREGULARIDADES PRATICADAS PELO EX-PREFEITO DE CURIMATÁ NO ANO DE 2015, TENDO EM VISTA DOCUMENTAÇÃO ENCAMINHADA PELO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PIAUÍ (TCE-PI). 2. RETORNO DOS AUTOS APÓS DELIBERAÇÃO PELO PROSSEGUIMENTO DA INVESTIGAÇÃO. 3. CARACTERIZAÇÃO DA PRESCRIÇÃO DA PRETENSÃO PUNITIVA, PORQUANTO DECORRIDO O QUINQUÊNIO LEGAL (ART. 23, I, DA LEI Nº 8.429/1992). 4. DANO AO ERÁRIO NÃO IDENTIFICADO PELOS RELATÓRIOS TÉCNICOS DA DIRETORIA DE FISCALIZAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL (DFAM), O QUE DISPENSA A ADOÇÃO DE MEDIDAS RESSARCITÓRIAS PELO ÓRGÃO DE EXECUÇÃO MINISTERIAL, CONFORME ORIENTAÇÃO DA SÚMULA CSMP Nº 05. 5. ESGOTAMENTO DE TODAS AS POSSIBILIDADES DE DILIGÊNCIAS. 6. HOMOLOGAÇÃO DA PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO. **EGRÉGIO CONSELHO SUPERIOR, À UNANIMIDADE, HOMOLOGOU A PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO, NOS TERMOS DO VOTO DA RELATORA. JULGADO EM 22.09.2023, NA 2ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DO CSMP-PI DE 2023.**

2.3.39 INQUÉRITO CIVIL Nº 26/2016 (SIMP Nº 000370-184/2016). PROCEDIMENTO ELETRÔNICO. ORIGEM: PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE CASTELO DO PIAUÍ. ASSUNTO: APURAR DENÚNCIA RECEBIDA POR MEIO DE REPRESENTAÇÃO FORMULADA PELOS ENTÃO VEREADORES RAIMUNDO NONATO DA SILVA MINEIRO E MARCELO MINEIRO, RELATANDO GASTO COM PESSOAL ACIMA DO LIMITE LEGAL NO MUNICÍPIO DE CASTELO DO PIAUÍ NO ANO DE 2016. PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO. PROMOTOR DE JUSTIÇA: DR. RICARDO LÚCIO FREIRE TRIGUEIRO. **RELATORA: DRA. MARTHA CELINA DE OLIVEIRA NUNES.** INQUÉRITO CIVIL. DIREITO ADMINISTRATIVO E OUTRAS MATÉRIAS DE DIREITO PÚBLICO. IMPROBIDADE. PRESCRIÇÃO. ARQUIVAMENTO. 1. APURAÇÃO DE GASTO COM PESSOAL ACIMA DO LIMITE LEGAL, E DENTRO DO PRAZO DE 180 DIAS ANTES DO FIM DO MANDATO, PELO PREFEITO INTERINO DO MUNICÍPIO DE CASTELO DO PIAUÍ, RAIMUNDO SOARES DO NASCIMENTO JÚNIOR, NO ANO DE 2016, ATITUDE VEDADA PELA LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL (LRF). 2. PRESCRIÇÃO DA PRETENSÃO PUNITIVA, CONSIDERANDO QUE

O TÉRMINO DO EXERCÍCIO DO MANDATO DE PREFEITO OCORREU EM 2016, OU SEJA, HÁ MAIS DE 5 ANOS, PRAZO PARA PROPOR AS AÇÕES DESTINADAS A LEVAR A EFEITOS AS SANÇÕES PREVISTAS NA LEI Nº 8.429/1992. 3. ARQUIVAMENTO RECOMENDADO PELO CENTRO DE APOIO OPERACIONAL DE COMBATE À CORRUPÇÃO E DEFESA DO PATRIMÔNIO PÚBLICO (CACOP) EM DOIS PARECERES. 4. ESGOTAMENTO DE TODAS AS POSSIBILIDADES DE DILIGÊNCIAS. 5. INEXISTÊNCIA DE FUNDAMENTO PARA A PROPOSITURA DE AÇÃO CIVIL PÚBLICA. 6. HOMOLOGAÇÃO DA PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO. **EGRÉGIO CONSELHO SUPERIOR, À UNANIMIDADE, HOMOLOGOU A PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO, NOS TERMOS DO VOTO DA RELATORA. JULGADO EM 22.09.2023, NA 2ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DO CSMP-PI DE 2023.**

2.3.40 INQUÉRITO CIVIL Nº 28/2018 (SIMP Nº 000054-274/2018). PROCEDIMENTO ELETRÔNICO. ORIGEM: PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE MANOEL EMÍDIO. ASSUNTO: APURAR FATOS CONSTANTE EM REPRESENTAÇÃO PROTOCOLADA PELO MUNICÍPIO DE COLÔNIA DO GURGUEIA EM FACE DA EX-PREFEITA MUNICIPAL, LISIANE FRANCO ROCHA ARAÚJO, E SEUS SECRETÁRIOS MUNICIPAIS, EM REFERÊNCIA A ATOS PRATICADOS DURANTE A GESTÃO 2013-2016. PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO. PROMOTOR DE JUSTIÇA: DR. RÉGIS DE MORAES MARINHO. **RELATORA: DRA. MARTHA CELINA DE OLIVEIRA NUNES.** INQUÉRITO CIVIL. DIREITO ADMINISTRATIVO E OUTRAS MATÉRIAS DE DIREITO PÚBLICO. IMPROBIDADE. PRESCRIÇÃO. DANO AO ERÁRIO. AUSÊNCIA DE INDÍCIOS MÍNIMOS. ARQUIVAMENTO. 1. APURAÇÃO DE ATOS DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA DA EX-PREFEITA DE COLÔNIA DO GURGUEIA, E DE SEUS SECRETÁRIOS MUNICIPAIS, DURANTE A GESTÃO MUNICIPAL 2013/2016. 2. CARACTERIZAÇÃO DA PRESCRIÇÃO DA PRETENSÃO PUNITIVA, TENDO EM VISTA QUE TÉRMINO DO EXERCÍCIO DE MANDATO, DE CARGO EM COMISSÃO OU DE FUNÇÃO DE CONFIANÇA OCORREU EM 2016, OU SEJA, HÁ MAIS DE CINCO ANOS, PRAZO LEGAL PARA A PROPOSITURA DAS AÇÕES DESTINADAS A LEVAR A EFEITOS AS SANÇÕES PREVISTAS NA LEI Nº 8.429/1992. 3. AUSÊNCIA DE ELEMENTOS DE PROVA OU DE INFORMAÇÃO MÍNIMOS DA OCORRÊNCIA DE EFETIVO DANO AO ERÁRIO MUNICIPAL. 4. INEXISTÊNCIA DE FUNDAMENTO PARA A PROPOSITURA DE AÇÃO CIVIL PÚBLICA. 5. HOMOLOGAÇÃO DA PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO. **EGRÉGIO CONSELHO SUPERIOR, À UNANIMIDADE, HOMOLOGOU A PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO, NOS TERMOS DO VOTO DA RELATORA. JULGADO EM 22.09.2023, NA 2ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DO CSMP-PI DE 2023.**

2.3.41 INQUÉRITO CIVIL Nº 15/2014 (SIMP Nº 000289-233/2019). PROCEDIMENTO ELETRÔNICO. ORIGEM: PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE CARACOL. ASSUNTO: APURAR POSSÍVEIS FALHAS/IRREGULARIDADES RELATIVAS À AUDITORIA REALIZADA NO ESF DO MUNICÍPIO DE ANÍSIO DE ABREU, EXERCÍCIO DE 2011, PELO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PIAUÍ (PROCESSO TC-E Nº 28. 261/12). PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO. PROMOTOR DE JUSTIÇA: DR. JOSÉ MARQUES LAGES NETO. **RELATORA: DRA. MARTHA CELINA DE OLIVEIRA NUNES.** INQUÉRITO CIVIL. DIREITO ADMINISTRATIVO E OUTRAS MATÉRIAS DE DIREITO PÚBLICO. IMPROBIDADE. PRESCRIÇÃO. ARQUIVAMENTO. 1. APURAÇÃO DE FALHAS/IRREGULARIDADES VERIFICADAS EM AUDITORIA REALIZADA PELO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PIAUÍ (TCE-PI) NA ESTRATÉGIA SAÚDE DA FAMÍLIA (ESF) DO MUNICÍPIO DE ANÍSIO DE ABREU, NO EXERCÍCIO DE 2011. 2. PRESCRIÇÃO DA PRETENSÃO PUNITIVA, CONSIDERANDO QUE O TÉRMINO DO EXERCÍCIO DO MANDATO DE PREFEITO OCORREU EM 2012, OU SEJA, HÁ MUITO MAIS DE 5 ANOS, PRAZO PARA PROPOR AS AÇÕES DESTINADAS A LEVAR A EFEITOS AS SANÇÕES PREVISTAS NA LEI Nº 8.429/1992. 3. INEXISTÊNCIA DE INDÍCIOS MÍNIMOS DE DANO AO ERÁRIO MUNICIPAL OU DE ENRIQUECIMENTO ILÍCITO. 4. ESGOTAMENTO DE TODAS AS POSSIBILIDADES DE DILIGÊNCIAS. 5. INEXISTÊNCIA DE FUNDAMENTO PARA A PROPOSITURA DE AÇÃO CIVIL PÚBLICA. 6. HOMOLOGAÇÃO DA PROMOÇÃO

DE ARQUIVAMENTO. **EGRÉGIO CONSELHO SUPERIOR, À UNANIMIDADE, HOMOLOGOU A PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO, NOS TERMOS DO VOTO DA RELATORA. JULGADO EM 22.09.2023, NA 2ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DO CSMP-PI DE 2023.**

2.3.42 NOTÍCIA DE FATO Nº 02/2022 (SIMP Nº 000001-082/2022). PROCEDIMENTO ELETRÔNICO. ORIGEM: PROMOTORIA DE JUSTIÇA REGIONAL DE BOM JESUS. ASSUNTO: NOTÍCIA DE AMEAÇAS SOFRIDAS POR COORDENADOR DE TERRITÓRIO RURAL. RECURSO CONTRA DECISÃO DE ARQUIVAMENTO. PROMOTOR DE JUSTIÇA: DR. MÁRCIO GIORGI CARCARÁ ROCHA. **RELATORA: DRA. MARTHA CELINA DE OLIVEIRA NUNES.** NOTÍCIA DE AMEAÇAS SOFRIDAS POR COORDENADOR DE TERRITÓRIO RURAL. RECURSO CONTRA A DECISÃO DE ARQUIVAMENTO. INÉRCIA DO INTERESSADO. DECISÃO ACERTADA. CONHECIMENTO E NÃO PROVIMENTO. 1. NO CASO, A DECISÃO DE ARQUIVAMENTO DESTA NOTÍCIA DE FATO FUNDAMENTA-SE NO ART. 4º, III, DA RESOLUÇÃO CNMP Nº 174/2017, PORQUANTO O INTERESSADO NÃO APRESENTOU AO MEMBRO MINISTERIAL AS INFORMAÇÕES SOLICITADAS POR ELE DURANTE AUDIÊNCIA EXTRAJUDICIAL. 2. DEMONSTRAÇÃO INEQUÍVOCA DE INÉRCIA, INCLUSIVE DIANTE DE REITERAÇÃO DA SOLICITAÇÃO EM COMENTO, RESTANDO OS AUTOS DESPROVIDOS DE ELEMENTOS DE PROVA OU DE INFORMAÇÃO MÍNIMOS PARA O INÍCIO DE UMA APURAÇÃO. 3. CONHECIMENTO E NÃO PROVIMENTO DO RECURSO. 4. MANUTENÇÃO DA DECISÃO RECORRIDA. **EGRÉGIO CONSELHO SUPERIOR, À UNANIMIDADE, CONHECEU DO RECURSO E, NO MÉRITO, NEGOU-LHE PROVIMENTO, NOS TERMOS DO VOTO DA RELATORA. JULGADO EM 22.09.2023, NA 2ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DO CSMP-PI DE 2023.**

2.3.43 NOTÍCIA DE FATO Nº 57/2022 (SIMP Nº 001431-435/2022). PROCEDIMENTO ELETRÔNICO. ORIGEM: 3ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE CAMPO MAIOR. ASSUNTO: NOTÍCIA DE SUPOSTA OMISSÃO DA PREFEITURA DE JATOBÁ DO PIAUÍ NO ABASTECIMENTO DE ÁGUA NA LOCALIDADE BAIXA DO FERRO. RECURSO CONTRA DECISÃO DE ARQUIVAMENTO. PROMOTOR DE JUSTIÇA: DR. MAURÍCIO GOMES DE SOUZA. **RELATORA: DRA. MARTHA CELINA DE OLIVEIRA NUNES.** NOTÍCIA DE DESABASTECIMENTO DE ÁGUA EM LOCALIDADE. RECURSO CONTRA A DECISÃO DE ARQUIVAMENTO. SITUAÇÃO QUE ABRANGE MAIS DE UMA ÁREA DE ATUAÇÃO MINISTERIAL. COMPROVAÇÃO DE ENCAMINHAMENTO DE CÓPIA DOS AUTOS AO ÓRGÃO DE EXECUÇÃO. DECISÃO ACERTADA. CONHECIMENTO E NÃO PROVIMENTO. 1. NO CASO DOS AUTOS, A PROBLEMÁTICA EM QUESTÃO REPERCUTE EM, PELO MENOS, DUAS ÁREAS DE ATUAÇÃO MINISTERIAL, QUAIS SEJAM, DA CIDADANIA E DIREITOS HUMANOS E DA PROIBIDADE ADMINISTRATIVA. 2. ENCAMINHADA ORIGINALMENTE A 3ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE CAMPO MAIOR, COM ATRIBUIÇÃO PARA ATUAR – NÃO SOMENTE, MAS TAMBÉM – NA ÁREA DA PROIBIDADE ADMINISTRATIVA, RESTOU VERIFICADO QUE EVENTUAIS ATOS OMISSIVOS DO GESTOR MUNICIPAL NÃO MAIS CARACTERIZARIAM COMO ÍMPROBOS, LEVANDO EM CONTA AS ALTERAÇÕES PROMOVIDAS PELA LEI Nº 14.230/2021 NA LEI Nº 8.429/1992. 3. COMPROVAÇÃO DE REMESSA DE CÓPIA INTEGRAL DOS AUTOS A 2ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE CAMPO MAIOR, COM ATRIBUIÇÃO PARA ATUAR NA ÁREA DA CIDADANIA E DIREITOS HUMANOS, PARA DESLINDE DA SITUAÇÃO NOTICIADA. 4. CONHECIMENTO E NÃO PROVIMENTO DO RECURSO. 5. MANUTENÇA DA DECISÃO RECORRIDA, QUE SE ENCONTRA EM CONFORMIDADE COM O ART. 4º DA RESOLUÇÃO CPJ/PI Nº 03/2018. **EGRÉGIO CONSELHO SUPERIOR, À UNANIMIDADE, CONHECEU DO RECURSO E, NO MÉRITO, NEGOU-LHE PROVIMENTO, NOS TERMOS DO VOTO DA RELATORA. JULGADO EM 22.09.2023, NA 2ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DO CSMP-PI DE 2023.**

2.3.44 NOTÍCIA DE FATO (SIMP Nº 003910-361/2022). PROCEDIMENTO ELETRÔNICO. ORIGEM: 4ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE PICOS. ASSUNTO: NOTÍCIA DA PRÁTICA DO CRIME DE ESTUPRO DE VULNERÁVEL. RECURSO CONTRA DECISÃO DE ARQUIVAMENTO. PROMOTOR DE JUSTIÇA: DR. GERSON GOMES PEREIRA. **RELATORA: DRA. MARTHA CELINA DE OLIVEIRA NUNES.** NOTÍCIA DA PRÁTICA DO CRIME DE ESTUPRO DE VULNERÁVEL. RECURSO CONTRA O ARQUIVAMENTO. DECISÃO EM INOBSERVÂNCIA DOS DITAMES DA RESOLUÇÃO CNMP Nº 174/2017. CARACTERIZAÇÃO DA HIPÓTESE DE DECLÍNIO DE ATRIBUIÇÃO. CONHECIMENTO E PROVIMENTO. 1. AUTUAÇÃO DO FEITO BASEADA NO RECEBIMENTO DE CÓPIA DE PROCEDIMENTO EXTRAJUDICIAL QUE TRAMITA NO ÂMBITO DA 2ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE PICOS, PARA QUE FOSSE PLEITEADA A APLICAÇÃO DE MEDIDA PROTETIVA EM FAVOR DA VÍTIMA. 2. DECISÃO RECORRIDA FUNDAMENTADA NA AUSÊNCIA DE ATRIBUIÇÃO DA 4ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE PICOS PARA ATUAR NOS PROCEDIMENTOS EXTRAJUDICIAIS DE MATÉRIA RELATIVA A VIOLÊNCIA DOMÉSTICA. 3. ARQUIVAMENTO EM INOBSERVÂNCIA DO ART. 1º, § 2º, DA RESOLUÇÃO CNMP Nº 174/2017, O QUAL DISPÕE, CLARA E OBJETIVAMENTE, QUE “SE AQUELE A QUEM FOR ENCAMINHADA A NOTÍCIA DE FATO ENTENDER QUE A ATRIBUIÇÃO PARA APRECIÁ-LA É DE OUTRO ÓRGÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO, PROMOVERÁ SUA REMESSA A ESTE”. 4. CONHECIMENTO E PROVIMENTO DO RECURSO. 5. DECISÃO DE ARQUIVAMENTO REFORMADA. **EGRÉGIO CONSELHO SUPERIOR, À UNANIMIDADE, CONHECEU DO RECURSO E, NO MÉRITO, CONCEDEU PROVIMENTO, NOS TERMOS DO VOTO DA RELATORA. JULGADO EM 22.09.2023, NA 2ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DO CSMP-PI DE 2023.**

2.3.45 INQUÉRITO CIVIL Nº 85/2022 (SIMP Nº 000052-035/2022). PROCEDIMENTO ELETRÔNICO. ORIGEM: 45ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE TERESINA. ASSUNTO: APURAR DE ENTREGA IRREGULAR DE CRIANÇA PELA CASA DE ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL LAR DA CRIANÇA MARIA JOÃO DE DEUS. PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO. PROMOTOR DE JUSTIÇA: DR. TIAGO BERCHIOR CARGNIN. **RELATORA: DRA. MARTHA CELINA DE OLIVEIRA NUNES.** INQUÉRITO CIVIL. DEFESA DA INFÂNCIA E JUVENTUDE. EXPEDIÇÃO DE RECOMENDAÇÃO. PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO. REJEIÇÃO. CARÊNCIA DE APURAÇÃO DO ATENDIMENTO DAS MEDIDAS RECOMENDADAS. PROSSEGUIMENTO DO FEITO. 1. APURAÇÃO DE ENTREGA IRREGULAR DE CRIANÇA EM SITUAÇÃO DE EMINENTE RISCO PESSOAL E SOCIAL ACOLHIDA PELA CASA DE ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL LAR DA CRIANÇA MARIA JOÃO DE DEUS. 2. PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO FUNDAMENTADA NA EXPEDIÇÃO DE RECOMENDAÇÃO. 3. INOBSERVÂNCIA DO PARÁGRAFO ÚNICO DO ART. 8º DA RESOLUÇÃO CNMP Nº 164/2017, O QUAL ESTABELECE A NECESSIDADE DE ACOMPANHAMENTO DO ATENDIMENTO À RECOMENDAÇÃO, O QUE NÃO OCORREU NO CASO CONCRETO. 4. NÃO HOMOLOGAÇÃO DA PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO. 5. DELIBERAÇÃO PELO PROSSEGUIMENTO DO INQUÉRITO CIVIL, COM A DESIGNAÇÃO DE OUTRO MEMBRO MINISTERIAL PARA ATUAÇÃO. **EGRÉGIO CONSELHO SUPERIOR, À UNANIMIDADE, NÃO HOMOLOGOU A PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO E DETERMINOU O PROSSEGUIMENTO DO INQUÉRITO CIVIL COM A DESIGNAÇÃO DE OUTRO MEMBRO MINISTERIAL, NOS TERMOS DO VOTO DA RELATORA. JULGADO EM 22.09.2023, NA 2ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DO CSMP-PI DE 2023.**

2.3.46 INQUÉRITO CIVIL Nº 12/2019 (SIMP Nº 000149-088/2018). PROCEDIMENTO ELETRÔNICO. ORIGEM: 1ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE PICOS. ASSUNTO: AVERIGUAR SUPOSTAS FRAUDES NO PROCEDIMENTO LICITATÓRIO QUE VISA A CONTRATAÇÃO DE JOELSON ROCHA GONÇALVES PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS AO MUNICÍPIO DE SANTA CRUZ DO PIAUÍ. PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO. PROMOTORA DE JUSTIÇA: DRA. MICHELINE RAMALHO SEREJO DA SILVA. **RELATORA: DRA. MARTHA CELINA DE OLIVEIRA NUNES.** INQUÉRITO CIVIL. DIREITO

ADMINISTRATIVO E OUTRAS MATÉRIAS DE DIREITO PÚBLICO. IMPROBIDADE. OCORRÊNCIA DE PRESCRIÇÃO DA PRETENSÃO PUNITIVA. IMPRESCRITIBILIDADE DA PRETENSÃO RESSARCITÓRIA. CONTINUIDADE DA INVESTIGAÇÃO. 1. APURAÇÃO DE FRAUDES NA CONTRATAÇÃO DE PESSOA FÍSICA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS AO MUNICÍPIO DE SANTA CRUZ DO PIAUÍ. 2. PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO FUNDAMENTADA NA PRESCRIÇÃO DAS PRETENSÕES PUNITIVA E RESSARCITÓRIA, ESTA ÚLTIMA SOB O ARGUMENTO DE QUE A IMPRESCRITIBILIDADE SOMENTE SURTIRIA APÓS O TRÂNSITO EM JULGADO DE DECISÃO QUE ATESTASSE A OCORRÊNCIA DE ATOS DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA. 3. NO ENTANTO, A PRETENSÃO RESSARCITÓRIA É CONSTITUCIONALMENTE IMPRESCRITÍVEL (ART. 35, § 7º, CF), SENDO O DOLO A ÚNICA CONDIÇÃO PARA A IMPRESCRITIBILIDADE, CONSOANTE TESE VINCULANTE FIRMADA PELO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL EM SEDE DE REPERCUSSÃO GERAL (TEMA Nº 897). 4. ALÉM DISSO, A TESE FIRMADA PELA PRIMEIRA SEÇÃO DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA, SOB A SISTEMÁTICA DOS RECURSOS ESPECIAIS REPETITIVOS (TEMA Nº 1.089), É NO SENTIDO DE QUE, NA AÇÃO CIVIL PÚBLICA POR ATO ÍMPROBO, É POSSÍVEL O PROSSEGUIMENTO DA DEMANDA PARA PLEITEAR O RESSARCIMENTO DO DANO AO ERÁRIO, AINDA QUE SEJAM DECLARADAS PRESCRITAS AS DEMAIS SANÇÕES PREVISTAS NA LEI Nº 8.429/1992. 5. NA HIPÓTESE DOS AUTOS, O ÓRGÃO DE EXECUÇÃO REGISTRA NA SUA DECISÃO A EXISTÊNCIA DE ELEMENTOS DE INFORMAÇÃO QUE INDICAM A OCORRÊNCIA DE DANO AO ERÁRIO MUNICIPAL. 6. NÃO HOMOLOGAÇÃO DA PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO. 7. DELIBERAÇÃO PELO PROSSEGUIMENTO DO INQUÉRITO CIVIL, COM A DESIGNAÇÃO DE OUTRO MEMBRO MINISTERIAL PARA ATUAÇÃO. **EGRÉGIO CONSELHO SUPERIOR, À UNANIMIDADE, NÃO HOMOLOGOU A PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO E DETERMINOU O PROSSEGUIMENTO DO INQUÉRITO CIVIL COM A DESIGNAÇÃO DE OUTRO MEMBRO MINISTERIAL, NOS TERMOS DO VOTO DA RELATORA. JULGADO EM 22.09.2023, NA 2ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DO CSMP-PI DE 2023.**

2.3.47 INQUÉRITO CIVIL Nº 32/2022 (SIMP Nº 000130-237/2021). PROCEDIMENTO ELETRÔNICO. ORIGEM: PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE SIMPLÍCIO MENDES. ASSUNTO: APURAR SUPOSTO ATO DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA, CONSISTENTE NO DESRESPEITO A PRIORIDADE DE VACINA CONTRA A COVID-19 NO MUNICÍPIO DE SIMPLÍCIO MENDES. PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO. PROMOTORA DE JUSTIÇA: DRA. MÁRCIA AÍDA DE LIMA SILVA. **RELATORA: DRA. MARTHA CELINA DE OLIVEIRA NUNES.** INQUÉRITO CIVIL. DIREITO ADMINISTRATIVO E OUTRAS MATÉRIAS DE DIREITO PÚBLICO. IMPROBIDADE. IRREGULARIDADE NA IMUNIZAÇÃO DE GRUPOS PRIORITÁRIOS CONTRA A COVID-19. NECESSIDADE DE MELHOR ELUCIDAÇÃO DA SITUAÇÃO NOTICIADA. CONTINUIDADE DA INVESTIGAÇÃO. 1. APURAÇÃO DA PRÁTICA DE ATO DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA DECORRENTE DO DESRESPEITO À ORDEM PRIORITÁRIA DE IMUNIZAÇÃO CONTRA A COVID-19 NO MUNICÍPIO DE SIMPLÍCIO MENDES. 2. PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO FUNDAMENTADA NO EXAURIMENTO DO OBJETO. 3. INOCORRÊNCIA DE FATO SUPERVENIENTE AO INÍCIO DA INVESTIGAÇÃO QUE TENHA, DE QUALQUER FORMA, IMPEDIDO OU DESCARACTERIZADO A SITUAÇÃO NOTICIADA, TAMPOUCO REPARADO EVENTUAIS DANOS OU PREJUÍZOS POR ELA CAUSADOS. 4. ALÉM DISSO, INSTRUI OS AUTOS PARECER NO QUAL O CENTRO DE APOIO OPERACIONAL DE COMBATE À CORRUPÇÃO E DEFESA DO PATRIMÔNIO PÚBLICO (CACOP) EXPÕE SER ESSENCIAL AFERIR SE OS INVESTIGADOS ERAM, OU NÃO, DO GRUPO PRIORITÁRIO DEFINIDOS NOS PLANOS NACIONAL E MUNICIPAL DE IMUNIZAÇÃO PARA CONCLUIR SE HOUVE, OU NÃO, ILÍCITO NA SEARA ADMINISTRATIVA, QUANDO SE TRATAR DE SERVIDOR PÚBLICO, BEM ASSIM, NA SEARA PENAL. 5. NÃO HOMOLOGAÇÃO DA PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO. 6. DELIBERAÇÃO PELO PROSSEGUIMENTO DO INQUÉRITO CIVIL, COM A DESIGNAÇÃO DE OUTRO MEMBRO MINISTERIAL PARA ATUAÇÃO. **EGRÉGIO CONSELHO SUPERIOR, À UNANIMIDADE, NÃO**

HOMOLOGOU A PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO E DETERMINOU O PROSSEGUIMENTO DO INQUÉRITO CIVIL COM A DESIGNAÇÃO DE OUTRO MEMBRO MINISTERIAL, NOS TERMOS DO VOTO DA RELATORA. JULGADO EM 22.09.2023, NA 2ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DO CSMP-PI DE 2023.

2.3.48 PROCEDIMENTO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA (SEI Nº 19.21.0126.0022628/2023-86). PROCEDIMENTO ELETRÔNICO. ORIGEM: 42ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE TERESINA. ASSUNTO: REVISÃO DA PRORROGAÇÃO DE PRAZO DO INQUÉRITO CIVIL REGISTRADO NO SIMP Nº 000039-024/2021. PROMOTOR DE JUSTIÇA: DR. RAFAEL MAIA NOGUEIRA. **RELATORA: DRA. MARTHA CELINA DE OLIVEIRA NUNES.** PROCEDIMENTO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA. REVISÃO DA PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE CONCLUSÃO DE INQUÉRITO CIVIL QUE APURA IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA. HOMOLOGAÇÃO. 1. REVISÃO, EX OFFICIO, DA PRORROGAÇÃO DE PRAZO DO INQUÉRITO CIVIL QUE APURA IRREGULARIDADES EM CONTRATOS FIRMADOS PELA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PIAUÍ (ALEPI) PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DESEMPENHADOS POR PROFISSIONAIS TERCEIRIZADOS. 2. RECEBIMENTO DA DECISÃO SEM EFEITO SUSPENSIVO, VIABILIZANDO O PROSSEGUIMENTO DA INVESTIGAÇÃO, NA ORIGEM. 3. NO CASO DOS AUTOS, TRATA-SE DA PRIMEIRA DILAÇÃO DO PRAZO APÓS O ADVENTO DA LEI Nº 14.230/2021, PORQUANTO IMPRESCINDÍVEL A REALIZAÇÃO DAS DILIGÊNCIAS ESPECIFICADAS PELO PRESIDENTE DO FEITO EM SEU ATO, EM CONFORMIDADE COM O ART. 23, § 2º, DA LEI Nº 8.429/1992. 4. HOMOLOGAÇÃO DA PRORROGAÇÃO DO PRAZO POR MAIS 365 DIAS CORRIDOS, COM COMUNICAÇÃO AO PLENÁRIO DO CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO, NA FORMA REGIMENTAL. **EGRÉGIO CONSELHO SUPERIOR TOMOU CONHECIMENTO DA DECISÃO MONOCRÁTICA PROFERIDA.**

2.3.49 PROCEDIMENTO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA (SEI Nº 19.21.0349.0026500/2023-61). PROCEDIMENTO ELETRÔNICO. ORIGEM: PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE SIMPLÍCIO MENDES. ASSUNTO: REVISÃO DA PRORROGAÇÃO DE PRAZO DO INQUÉRITO CIVIL REGISTRADO NO SIMP Nº 000521-237/2019. PROMOTORA DE JUSTIÇA: DRA. EMMANUELLE MARTINS NEIVA DANTAS RODRIGUES BELO. **RELATORA: DRA. MARTHA CELINA DE OLIVEIRA NUNES.** PROCEDIMENTO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA. REVISÃO DA PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE CONCLUSÃO DE INQUÉRITO CIVIL QUE APURA IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA. HOMOLOGAÇÃO. 1. REVISÃO, EX OFFICIO, DA PRORROGAÇÃO DE PRAZO DO INQUÉRITO CIVIL QUE APURA O USO IRREGULAR DE MÁQUINAS DO PROGRAMA DE ACELERAÇÃO DE CRESCIMENTO (PAC) NA REALIZAÇÃO DE OBRAS PÚBLICAS LICITADAS PARA EMPRESA NO MUNICÍPIO DE SOCORRO DO PIAUÍ. 2. RECEBIMENTO DA DECISÃO SEM EFEITO SUSPENSIVO, VIABILIZANDO O PROSSEGUIMENTO DA INVESTIGAÇÃO, NA ORIGEM. 3. NO CASO DOS AUTOS, TRATA-SE DA PRIMEIRA DILAÇÃO APÓS O ADVENTO DA LEI Nº 14.230/2021, PORQUANTO IMPRESCINDÍVEL A REALIZAÇÃO DAS DILIGÊNCIAS ESPECIFICADAS PELO PRESIDENTE DO FEITO EM SEU ATO, EM CONFORMIDADE COM O ART. 23, § 2º, DA LEI Nº 8.429/1992. 4. HOMOLOGAÇÃO DA PRORROGAÇÃO DO PRAZO POR MAIS 365 DIAS CORRIDOS, COM COMUNICAÇÃO AO PLENÁRIO DO CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO, NA FORMA REGIMENTAL. **EGRÉGIO CONSELHO SUPERIOR TOMOU CONHECIMENTO DA DECISÃO MONOCRÁTICA PROFERIDA.**

2.3.50 PROCEDIMENTO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA (SEI Nº 19.21.0349.0026833/2023-91). PROCEDIMENTO ELETRÔNICO. ORIGEM: PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE SIMPLÍCIO MENDES. ASSUNTO: REVISÃO DA PRORROGAÇÃO DE PRAZO DO INQUÉRITO CIVIL REGISTRADO NO SIMP Nº 000564-237/2017. PROMOTORA DE JUSTIÇA: DRA. EMMANUELLE MARTINS NEIVA DANTAS

RODRIGUES BELO. **RELATORA: DRA. MARTHA CELINA DE OLIVEIRA NUNES.** PROCEDIMENTO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA. REVISÃO DA PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE CONCLUSÃO DE INQUÉRITO CIVIL QUE APURA IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA. HOMOLOGAÇÃO. 1. REVISÃO, EX OFFICIO, DA PRORROGAÇÃO DE PRAZO DO INQUÉRITO CIVIL QUE APURA IRREGULARIDADES NA PRESTAÇÃO DE CONTAS, BEM COMO NA EXECUÇÃO DAS OBRAS QUE TÊM COMO OBJETO O CONVÊNIO Nº 009/2008, CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO DE SIMPLÍCIO MENDES E A SECRETARIA DE ESTADO DA INFRAESTRUTURA (SEINFRA) PARA CONSTRUÇÃO DO MATADOURO PÚBLICO. 2. RECEBIMENTO DA DECISÃO SEM EFEITO SUSPENSIVO, VIABILIZANDO O PROSSEGUIMENTO DA INVESTIGAÇÃO, NA ORIGEM. 3. NO CASO DOS AUTOS, TRATA-SE DA PRIMEIRA DILAÇÃO APÓS O ADVENTO DA LEI Nº 14.230/2021, PORQUANTO IMPRESCINDÍVEL A REALIZAÇÃO DAS DILIGÊNCIAS ESPECIFICADAS PELO PRESIDENTE DO FEITO EM SEU ATO, EM CONFORMIDADE COM O ART. 23, § 2º, DA LEI Nº 8.429/1992. 4. HOMOLOGAÇÃO DA PRORROGAÇÃO DO PRAZO POR MAIS 365 DIAS CORRIDOS, COM COMUNICAÇÃO AO PLENÁRIO DO CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO, NA FORMA REGIMENTAL. **EGRÉGIO CONSELHO SUPERIOR TOMOU CONHECIMENTO DA DECISÃO MONOCRÁTICA PROFERIDA.**

2.3.51 PROCEDIMENTO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA (SEI Nº 19.21.0707.0027422/2023-61). PROCEDIMENTO ELETRÔNICO. ORIGEM: 2ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE OEIRAS. ASSUNTO: REVISÃO DA PRORROGAÇÃO DE PRAZO DO INQUÉRITO CIVIL REGISTRADO NO SIMP Nº 000086-107/2022. PROMOTOR DE JUSTIÇA: DR. JOÃO BATISTA DE CASTRO FILHO. **RELATORA: DRA. MARTHA CELINA DE OLIVEIRA NUNES.** PROCEDIMENTO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA. REVISÃO DA PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE CONCLUSÃO DE INQUÉRITO CIVIL QUE APURA IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA. HOMOLOGAÇÃO. 1. REVISÃO, EX OFFICIO, DA PRORROGAÇÃO DE PRAZO DO INQUÉRITO CIVIL QUE APURA IRREGULARIDADE NA NOMEAÇÃO DO CONTROLADOR-GERAL DO MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO FIDALGO, TENDO EM VISTA A AUSÊNCIA DE QUALIFICAÇÃO TÉCNICA DO NOMEADO. 2. RECEBIMENTO DA DECISÃO SEM EFEITO SUSPENSIVO, VIABILIZANDO O PROSSEGUIMENTO DA INVESTIGAÇÃO, NA ORIGEM. 3. NO CASO DOS AUTOS, TRATA-SE DA PRIMEIRA DILAÇÃO APÓS O ADVENTO DA LEI Nº 14.230/2021, PORQUANTO IMPRESCINDÍVEL A REALIZAÇÃO DAS DILIGÊNCIAS ESPECIFICADAS PELO PRESIDENTE DO FEITO EM SEU ATO, EM CONFORMIDADE COM O ART. 23, § 2º, DA LEI Nº 8.429/1992. 4. HOMOLOGAÇÃO DA PRORROGAÇÃO DO PRAZO POR MAIS 365 DIAS CORRIDOS, COM COMUNICAÇÃO AO PLENÁRIO DO CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO, NA FORMA REGIMENTAL. **EGRÉGIO CONSELHO SUPERIOR TOMOU CONHECIMENTO DA DECISÃO MONOCRÁTICA PROFERIDA.**

2.3.52 PROCEDIMENTO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA (SEI Nº 19.21.0707.0027907/2023-61). PROCEDIMENTO ELETRÔNICO. ORIGEM: 2ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE OEIRAS. ASSUNTO: REVISÃO DA PRORROGAÇÃO DE PRAZO DO INQUÉRITO CIVIL REGISTRADO NO SIMP Nº 000072-107/2022. PROMOTOR DE JUSTIÇA: DR. JOÃO BATISTA DE CASTRO FILHO. **RELATORA: DRA. MARTHA CELINA DE OLIVEIRA NUNES.** PROCEDIMENTO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA. REVISÃO DA PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE CONCLUSÃO DE INQUÉRITO CIVIL QUE APURA IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA. HOMOLOGAÇÃO. 1. REVISÃO, EX OFFICIO, DA PRORROGAÇÃO DE PRAZO DO INQUÉRITO CIVIL QUE APURA IRREGULARIDADE NO MATADOURO PÚBLICO DO MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO FIDALGO. 2. RECEBIMENTO DA DECISÃO SEM EFEITO SUSPENSIVO, VIABILIZANDO O PROSSEGUIMENTO DA INVESTIGAÇÃO, NA ORIGEM. 3. NO CASO DOS AUTOS, TRATA-SE DA PRIMEIRA DILAÇÃO APÓS O ADVENTO DA LEI Nº 14.230/2021, PORQUANTO IMPRESCINDÍVEL A REALIZAÇÃO DAS DILIGÊNCIAS ESPECIFICADAS PELO PRESIDENTE DO FEITO EM SEU ATO, EM CONFORMIDADE COM O ART. 23, § 2º, DA LEI Nº 8.429/1992. 4. HOMOLOGAÇÃO DA

PRORROGAÇÃO DO PRAZO POR MAIS 365 DIAS CORRIDOS, COM COMUNICAÇÃO AO PLENÁRIO DO CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO, NA FORMA REGIMENTAL. **EGRÉGIO CONSELHO SUPERIOR TOMOU CONHECIMENTO DA DECISÃO MONOCRÁTICA PROFERIDA.**

2.3.53 PROCEDIMENTO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA (SEI Nº 19.21.0815.0021799/2023-09). PROCEDIMENTO ELETRÔNICO. ORIGEM: PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE PAULISTANA. ASSUNTO: REVISÃO DA PRORROGAÇÃO DE PRAZO DO INQUÉRITO CIVIL REGISTRADO NO SIMP Nº 000721-188/2020. PROMOTOR DE JUSTIÇA: DR. JORGE LUIZ DA COSTA PESSOA. **RELATORA: DRA. MARTHA CELINA DE OLIVEIRA NUNES.** PROCEDIMENTO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA. REVISÃO DA PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE CONCLUSÃO DE INQUÉRITO CIVIL QUE APURA IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA. HOMOLOGAÇÃO. 1. REVISÃO, EX OFFICIO, DA PRORROGAÇÃO DE PRAZO DO INQUÉRITO CIVIL QUE APURA IRREGULARIDADES EM PROCEDIMENTOS LICITATÓRIOS FIRMADOS ENTRE A PREFEITURA DE PAULISTANA E A EMPRESA LÍDER MÓVEIS TRANSPORTES E SERVIÇOS LTDA. 2. RECEBIMENTO DA DECISÃO SEM EFEITO SUSPENSIVO, VIABILIZANDO O PROSSEGUIMENTO DA INVESTIGAÇÃO, NA ORIGEM. 3. NO CASO DOS AUTOS, TRATA-SE DA PRIMEIRA DILAÇÃO APÓS O ADVENTO DA LEI Nº 14.230/2021, PORQUANTO IMPRESCINDÍVEL A REALIZAÇÃO DAS DILIGÊNCIAS ESPECIFICADAS PELO PRESIDENTE DO FEITO EM SEU ATO, EM CONFORMIDADE COM O ART. 23, § 2º, DA LEI Nº 8.429/1992. 4. HOMOLOGAÇÃO DA PRORROGAÇÃO DO PRAZO POR MAIS 365 DIAS CORRIDOS, COM COMUNICAÇÃO AO PLENÁRIO DO CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO, NA FORMA REGIMENTAL. **EGRÉGIO CONSELHO SUPERIOR TOMOU CONHECIMENTO DA DECISÃO MONOCRÁTICA PROFERIDA.**

2.3.54 PROCEDIMENTO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA (SEI Nº 19.21.0349.0029187/2023-68). PROCEDIMENTO ELETRÔNICO. ORIGEM: PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE SIMPLÍCIO MENDES. ASSUNTO: REVISÃO DA PRORROGAÇÃO DE PRAZO DO INQUÉRITO CIVIL REGISTRADO NO SIMP Nº 000256-237/2020. PROMOTORA DE JUSTIÇA: DRA. EMMANUELLE MARTINS NEIVA DANTAS RODRIGUES BELO. **RELATORA: DRA. MARTHA CELINA DE OLIVEIRA NUNES.** PROCEDIMENTO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA. REVISÃO DA PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE CONCLUSÃO DE INQUÉRITO CIVIL QUE APURA IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA. HOMOLOGAÇÃO. 1. REVISÃO, EX OFFICIO, DA PRORROGAÇÃO DE PRAZO DO INQUÉRITO CIVIL QUE APURA DENÚNCIA CONTRA O MUNICÍPIO DE CAMPINAS DO PIAUÍ, REFERENTE A AUSÊNCIA DE TRANSPORTE ESCOLAR PARA OS ESTUDANTES DA ZONA RURAL. 2. RECEBIMENTO DA DECISÃO SEM EFEITO SUSPENSIVO, VIABILIZANDO O PROSSEGUIMENTO DA INVESTIGAÇÃO, NA ORIGEM. 3. NO CASO DOS AUTOS, TRATA-SE DA PRIMEIRA DILAÇÃO APÓS O ADVENTO DA LEI Nº 14.230/2021, PORQUANTO IMPRESCINDÍVEL A REALIZAÇÃO DAS DILIGÊNCIAS ESPECIFICADAS PELO PRESIDENTE DO FEITO EM SEU ATO, EM CONFORMIDADE COM O ART. 23, § 2º, DA LEI Nº 8.429/1992. 4. HOMOLOGAÇÃO DA PRORROGAÇÃO DO PRAZO POR MAIS 365 DIAS CORRIDOS, COM COMUNICAÇÃO AO PLENÁRIO DO CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO, NA FORMA REGIMENTAL. **EGRÉGIO CONSELHO SUPERIOR TOMOU CONHECIMENTO DA DECISÃO MONOCRÁTICA PROFERIDA.**

2.3.55 PROCEDIMENTO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA (SEI Nº 19.21.0349.00279312023-30). PROCEDIMENTO ELETRÔNICO. ORIGEM: PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE SIMPLÍCIO MENDES. ASSUNTO: REVISÃO DA PRORROGAÇÃO DE PRAZO DO INQUÉRITO CIVIL REGISTRADO NO SIMP Nº 000233-276/2017. PROMOTORA DE JUSTIÇA: DRA. EMMANUELLE MARTINS NEIVA DANTAS RODRIGUES BELO. **RELATORA: DRA. MARTHA CELINA DE OLIVEIRA NUNES.** PROCEDIMENTO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA. REVISÃO DA PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE CONCLUSÃO DE INQUÉRITO CIVIL QUE APURA IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA. HOMOLOGAÇÃO. 1. REVISÃO, EX OFFICIO, DA

PRORROGAÇÃO DE PRAZO DO INQUÉRITO CIVIL QUE APURA ABANDONO DE BENS PÚBLICOS NO MUNICÍPIO DE SÃO FRANCISCO DE ASSIS DO PIAUÍ, ESPECIFICAMENTE AS CONDIÇÕES ESTRUTURAIS DOS PRÉDIOS PÚBLICOS QUE ABRIGAM O MATADOURO, A UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE E O GINÁSIO ESPORTIVO NA LOCALIDADE CAROÁ. 2. RECEBIMENTO DA DECISÃO SEM EFEITO SUSPENSIVO, VIABILIZANDO O PROSSEGUIMENTO DA INVESTIGAÇÃO, NA ORIGEM. 3. NO CASO DOS AUTOS, TRATA-SE DA PRIMEIRA DILAÇÃO APÓS O ADVENTO DA LEI Nº 14.230/2021, PORQUANTO IMPRESCINDÍVEL A REALIZAÇÃO DAS DILIGÊNCIAS ESPECIFICADAS PELO PRESIDENTE DO FEITO EM SEU ATO, EM CONFORMIDADE COM O ART. 23, § 2º, DA LEI Nº 8.429/1992. 4. HOMOLOGAÇÃO DA PRORROGAÇÃO DO PRAZO POR MAIS 365 DIAS CORRIDOS, COM COMUNICAÇÃO AO PLENÁRIO DO CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO, NA FORMA REGIMENTAL. **EGRÉGIO CONSELHO SUPERIOR TOMOU CONHECIMENTO DA DECISÃO MONOCRÁTICA PROFERIDA.**

2.3.56 PROCEDIMENTO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA (SEI Nº 19.21.0349.0025299/2023-90). PROCEDIMENTO ELETRÔNICO. ORIGEM: PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE SIMPLÍCIO MENDES. ASSUNTO: REVISÃO DA PRORROGAÇÃO DE PRAZO DO INQUÉRITO CIVIL REGISTRADO NO SIMP Nº 000041-342/2018. PROMOTORA DE JUSTIÇA: DRA. EMMANUELLE MARTINS NEIVA DANTAS RODRIGUES BELO. **RELATORA: DRA. MARTHA CELINA DE OLIVEIRA NUNES.** PROCEDIMENTO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA. REVISÃO DA PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE CONCLUSÃO DE INQUÉRITO CIVIL QUE APURA IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA. NÃO HOMOLOGAÇÃO. 1. REVISÃO, EX OFFICIO, DA PRORROGAÇÃO DE PRAZO DO INQUÉRITO CIVIL QUE APURA A EXISTÊNCIA DA LEI QUE CRIOU O CARGO COMISSIONADO DE CHEFE DE ALMOXARIFADO DA CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPINAS DO PIAUÍ. 2. NO CASO DOS AUTOS, TRATA-SE DA SEGUNDA DILAÇÃO APÓS O ADVENTO DA LEI Nº 14.230/2021, O QUE ENCONTRA ÓBICE NO ART. 23, § 2º, DA LEI Nº 8.429/1992. 4. NÃO HOMOLOGAÇÃO DA PRORROGAÇÃO DO PRAZO, COM COMUNICAÇÃO AO PLENÁRIO DO CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO, NA FORMA REGIMENTAL. 5. DEVOLUÇÃO DOS AUTOS À ORIGEM, PARA QUE SEJA AVALIADA A POSSIBILIDADE DE PROPOSITURA DA AÇÃO CIVIL PÚBLICA OU DE PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO. **EGRÉGIO CONSELHO SUPERIOR TOMOU CONHECIMENTO DA DECISÃO MONOCRÁTICA PROFERIDA.**

2.3.57 PROCEDIMENTO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA (SEI Nº 19.21.0706.00261452023-23). PROCEDIMENTO ELETRÔNICO. ORIGEM: 1ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE PARNAÍBA. ASSUNTO: REVISÃO DA PRORROGAÇÃO DE PRAZO DO INQUÉRITO CIVIL REGISTRADO NO SIMP Nº 000487-369/2019. PROMOTOR DE JUSTIÇA: DR. ANTENOR FILGUEIRAS LÔBO NETO. **RELATORA: DRA. MARTHA CELINA DE OLIVEIRA NUNES.** PROCEDIMENTO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA. REVISÃO DA PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE CONCLUSÃO DE INQUÉRITO CIVIL QUE APURA IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA. NÃO HOMOLOGAÇÃO. 1. REVISÃO, EX OFFICIO, DA PRORROGAÇÃO DE PRAZO DO INQUÉRITO CIVIL QUE APURA IRREGULARIDADES NA PARALISAÇÃO DA PAVIMENTAÇÃO DO CALÇAMENTO DO TRECHO ALTO DO POVOADO CÉU, SUSPENSA HÁ MAIS DE UM ANO, NO MUNICÍPIO DE PARNAÍBA. 2. NO CASO DOS AUTOS, TRATA-SE DA SEGUNDA DILAÇÃO APÓS O ADVENTO DA LEI Nº 14.230/2021, O QUE ENCONTRA ÓBICE NO ART. 23, § 2º, DA LEI Nº 8.429/1992. 4. NÃO HOMOLOGAÇÃO DA PRORROGAÇÃO DO PRAZO, COM COMUNICAÇÃO AO PLENÁRIO DO CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO, NA FORMA REGIMENTAL. 5. DEVOLUÇÃO DOS AUTOS À ORIGEM, PARA QUE SEJA AVALIADA A POSSIBILIDADE DE PROPOSITURA DA AÇÃO CIVIL PÚBLICA OU DE PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO. **EGRÉGIO CONSELHO SUPERIOR TOMOU CONHECIMENTO DA DECISÃO MONOCRÁTICA PROFERIDA.**

2.3.58 INQUÉRITO CIVIL Nº 01/2022 (SIMP Nº 003076-361/2021). PROCEDIMENTO ELETRÔNICO. ORIGEM: 7ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE PICOS. ASSUNTO: APURAR INDÍCIOS DE ACUMULAÇÃO IRREGULAR DE CARGOS PÚBLICOS E VERIFICAR SE HOUE LESÃO AO ERÁRIO POR DESCUMPRIMENTO DE CARGA HORÁRIA LABORAL DO MÉDICO HÉSIO JOSÉ DE MOURA DOS ANJOS, DURANTE OS ANOS DE 2018 E 2019, QUANDO DE SUA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO PARA O MUNICÍPIO DE PAULISTANA E NO HOSPITAL REGIONAL JUSTINO LUZ, EM PICOS. PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO. PROMOTOR DE JUSTIÇA: DR. PAULO MAURÍCIO ARAÚJO GUSMÃO. **RELATORA: DRA. MARTHA CELINA DE OLIVEIRA NUNES.** INQUÉRITO CIVIL. DIREITO ADMINISTRATIVO E OUTRAS MATÉRIAS DE DIREITO PÚBLICO. ACÚMULO DE CARGOS. NECESSIDADE DE MELHOR ELUCIDAÇÃO DA SITUAÇÃO. 1. APURAÇÃO DE ACUMULAÇÃO IRREGULAR DE CARGOS PÚBLICOS E DE LESÃO AO ERÁRIO POR DESCUMPRIMENTO DE CARGA HORÁRIA LABORAL POR MÉDICO. 2. NO CASO, INSTRUEM OS AUTOS ESCALAS DE PLANTÕES DAS QUAIS NÃO É POSSÍVEL EXTRAIR, INEQUIVOCAMENTE, A HABITUALIDADE NECESSÁRIA À COMPROVAÇÃO DA EFETIVA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS PELO INVESTIGADO NO MUNICÍPIO DE PICOS, NÃO SENDO ESGOTADAS, ASSIM, TODAS AS POSSIBILIDADES DE DILIGÊNCIAS. 3. DETERMINAÇÃO DE DILIGÊNCIAS COMPLEMENTARES, COM COMUNICAÇÃO AO PLENÁRIO, NA FORMA REGIMENTAL. **EGRÉGIO CONSELHO SUPERIOR TOMOU CONHECIMENTO DA DECISÃO MONOCRÁTICA PROFERIDA.**

2.3.59 INQUÉRITO CIVIL Nº 121/2017 (SIMP Nº 000116-025/2017). PROCEDIMENTO ELETRÔNICO. ORIGEM: 34ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE TERESINA. ASSUNTO: APURAR POSSÍVEIS IRREGULARIDADES NO CONTRATO FIRMADO ENTRE A AGESPISA E A SOCIEDADE EMPRESÁRIA TOTVS PIAUÍ PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO MENSAL E ATUALIZAÇÃO DE VERSÃO E SUPORTE TELEFÔNICO DOS SISTEMAS CORPORE RM, DE MANUTENÇÃO DE SOFTWARE DE: FOLHA DE PAGAMENTO RM – LABORE, RECURSOS HUMANOS RM – VITAE, ESCRITURAÇÃO CONTÁBIL RM – NÚCLEOS, CONTAS A PAGAR/A RECEBER RM – FLUXUS, MÓDULO DE AUDITORIA QUE ACOMPANHA CADA SUBSISTEMA DA AGESPISA, NO ESTADO DO PIAUÍ. PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO. PROMOTOR DE JUSTIÇA: DR. JORGE LUIZ DA COSTA PESSOA. **RELATORA: DRA. MARTHA CELINA DE OLIVEIRA NUNES.** INQUÉRITO CIVIL. DIREITO ADMINISTRATIVO E OUTRAS MATÉRIAS DE DIREITO PÚBLICO. IMPROBIDADE. POSSÍVEL PRESCRIÇÃO DA PRETENSÃO PUNITIVA. NECESSIDADE DE MELHOR ELUCIDAÇÃO DA SITUAÇÃO. DILIGÊNCIAS COMPLEMENTARES. 1. APURAÇÃO DE IRREGULARIDADES EM CONTRATO FIRMADO ENTRE A AGESPISA E A SOCIEDADE EMPRESÁRIA TOTVS S/A PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO MENSAL E ATUALIZAÇÃO DE VERSÃO E SUPORTE TELEFÔNICO DOS SISTEMAS DE MANUTENÇÃO DE SOFTWARES. 2. PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO FUNDAMENTADA NA PRESCRIÇÃO DA PRETENSÃO PUNITIVA, CONSIDERANDO, CONTUDO, O NOVO DE PRAZO DE OITO ANOS DO ART. 23, CAPUT, DA LEI Nº 8.429/1992, EM DISSONÂNCIA COM AS TESES DEFINIDAS PELO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL (STF) POR OCASIÃO DO JULGAMENTO DO ARE 843.989, EM QUE SE RECONHECEU REPERCUSSÃO GERAL (TEMA Nº 1.199). 3. NECESSIDADE DE SE OBTER A DATA EXATA DO TÉRMINO DO EXERCÍCIO DO MANDATO, DE CARGO EM COMISSÃO OU DE FUNÇÃO DE CONFIANÇA DOS INVESTIGADOS PARA A CORRETA AVALIAÇÃO DA PRESCRIÇÃO. 4. DETERMINAÇÃO DE DILIGÊNCIAS COMPLEMENTARES, COM COMUNICAÇÃO AO PLENÁRIO, NA FORMA DO ART. 17, XIV, DO RICSMP. **EGRÉGIO CONSELHO SUPERIOR TOMOU CONHECIMENTO DA DECISÃO MONOCRÁTICA PROFERIDA.**

2.3.60 INQUÉRITO CIVIL (SIMP Nº 000140-376/2021). PROCEDIMENTO ELETRÔNICO. ORIGEM: 4ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE SÃO RAIMUNDO NONATO. ASSUNTO: APURAR A EXISTÊNCIA, REGULAMENTAÇÃO E ALIMENTAÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO

ADOLESCENTE DE CORONEL JOSÉ DIAS. PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO. PROMOTORA DE JUSTIÇA: DRA. GABRIELA ALMEIDA DE SANTANA. **RELATORA: DRA. MARTHA CELINA DE OLIVEIRA NUNES.** INQUÉRITO CIVIL. DIREITOS DA INFÂNCIA E JUVENTUDE. REGULARIDADE DE FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE. NECESSIDADE DE MELHOR ELUCIDAÇÃO DA SITUAÇÃO. 1. APURAÇÃO DA EXISTÊNCIA, REGULAMENTAÇÃO E ALIMENTAÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE (OU FUNDO DA INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA – FIA) DE CORONEL JOSÉ DIAS. 2. CONSOANTES ORIENTAÇÕES DA CARTILHA DO CENTRO DE APOIO OPERACIONAL DE DEFESA DA INFÂNCIA E JUVENTUDE (CAODIJ) A EFETIVA IMPLEMENTAÇÃO DO FIA EXIGE: (I) EXISTÊNCIA DE CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE (CMDCA) EM FUNCIONAMENTO; (II) CRIAÇÃO POR LEI MUNICIPAL; (III) REGULAMENTAÇÃO POR DECRETO; (IV) CRIAÇÃO DO CNPJ NA RECEITA FEDERAL; (V) ABERTURA DA CONTA BANCÁRIA; E (VI) CADASTRAMENTO PELO MINISTÉRIO DA CIDADANIA. 3. NO CASO CONCRETO, CONTUDO, O MUNICÍPIO DE CORONEL JOSÉ DIAS COMPROVOU, TÃO SOMENTE, A CRIAÇÃO DO FIA POR LEI MUNICIPAL, CRIAÇÃO DO CNPJ E A ABERTURA DA CONTA BANCÁRIA, SENDO INCERTO NOS AUTOS OS DEMAIS PONTOS, INCLUSIVE A EXISTÊNCIA DO CMDCA. 4. DETERMINAÇÃO DE DILIGÊNCIAS COMPLEMENTARES, COM COMUNICAÇÃO AO PLENÁRIO, NA FORMA REGIMENTAL. **EGRÉGIO CONSELHO SUPERIOR TOMOU CONHECIMENTO DA DECISÃO MONOCRÁTICA PROFERIDA.**

2.4 RELATORA: DRA. CLOTILDES COSTA CARVALHO.

2.4.1 PROCEDIMENTO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA (SEI Nº 19.21.0142.0026597/2023-62). PROCEDIMENTO ELETRÔNICO. INTERESSADO: DRA. MARIA DO AMPARO DE SOUSA PAZ. ASSUNTO: PRORROGAÇÃO DE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE. **RELATORA: DRA. CLOTILDES COSTA CARVALHO.** PEDIDO DE PRORROGAÇÃO DA CONCESSÃO DE LICENÇA MÉDICA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE SUPERIOR A QUINZE DIAS FORMULADO PELA PROMOTORA DE JUSTIÇA DRA. MARIA DO AMPARO DE SOUSA PAZ – O LAUDO PERICIAL ELABORADO PELA COORDENADORIA DE PERÍCIAS MÉDICAS DO CENTRO INTEGRADO DE ATENÇÃO AO SERVIDOR PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ (CIASPI) É CONCLUSIVO PELA NECESSIDADE DE AFASTAMENTO DA PROMOTORA DE JUSTIÇA DE SUAS ATIVIDADES PELO PERÍODO DE 10 (DEZ) DIAS PARA CONTINUIDADE DO TRATAMENTO, COMPREENDIDO DE 02/08/2023 ATÉ 11/08/2023 – REQUISITOS ESTABELECIDOS NA CSMP RESOLUÇÃO Nº 06/2018 DEVIDAMENTE SATISFEITOS – DEFERIMENTO DO PEDIDO FORMULADO COM ESTEIO NOS ARTS. 23, INCISO XIV E 104 DA LEI COMPLEMENTAR ESTADUAL Nº 12/93 E DOS ARTS. 3º E 9º DA RESOLUÇÃO CSMP Nº 06/2018. **EGRÉGIO CONSELHO SUPERIOR, À UNANIMIDADE, DEFERIU O PEDIDO DE LICENÇA PARA TRATAMENTO DA PRÓPRIA SAÚDE, NOS TERMOS DO VOTO DA RELATORA. JULGADO EM 22.09.2023, NA 2ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DO CSMP-PI DE 2023.**

2.4.2 PROCEDIMENTO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA (SEI Nº 19.21.0726.0022278/2023-51). PROCEDIMENTO ELETRÔNICO. ORIGEM: 1ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE PADRE MARCOS – PI. ASSUNTO: APURAR IRREGULARIDADES SUPOSTAS IRREGULARIDADES NO PROGRAMA PREVINE BRASIL NO MUNICÍPIO DE FRANCISCO MACEDO. DECLÍNIO DE ATRIBUIÇÕES AO MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL. PROMOTORA DE JUSTIÇA: DRA. TALLITA LUZIA BEZERRA ARAÚJO. **RELATORA: DRA. CLOTILDES COSTA CARVALHO.** APURAR A AUSÊNCIA DE PAGAMENTO DA GRATIFICAÇÃO POR DESEMPENHO E QUALIDADE DOS SERVIÇOS DE SAÚDE (INCENTIVO VARIÁVEL POR DESEMPENHO E QUALIDADE DOS SERVIÇOS DE SAÚDE) REFERENTE AO PROGRAMA PREVINE BRASIL AOS FUNCIONÁRIOS DA SAÚDE DO MUNICÍPIO DE FRANCISCO MACEDO/PI. CUMPRIMENTO DE DESPACHO REF. PROCESSO

CNMP Nº 1.01192/2022-76 – DECISÃO DECLINANDO DAS ATRIBUIÇÕES EM FAVOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL– DECISÃO NÃO HOMOLOGADA – REMESSA DOS AUTOS À PROMOTORIA DE ORIGEM PARA AS PROVIDÊNCIAS CABÍVEIS. **EGRÉGIO CONSELHO SUPERIOR, À UNANIMIDADE, NÃO HOMOLOGOU O DECLÍNIO DE ATRIBUIÇÕES AO MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL E DETERMINOU A REMESSA DOS AUTOS À PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE ORIGEM PARA AS PROVIDÊNCIAS CABÍVEIS, NOS TERMOS DO VOTO DA RELATORA. JULGADO EM 22.09.2023, NA 2ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DO CSMP-PI DE 2023.**

2.4.3 NOTÍCIA DE FATO – SIMP Nº 000358-426/2023. PROCESSO ELETRÔNICO. ORIGEM: 3ª PROMOTORIA DE CAMPO MAIOR – PI. ASSUNTO: INVESTIGAR SUPOSTA NEGATIVA DE ACESSO À INFORMAÇÃO POR PARTE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SIGEFREDO PACHECO/PI. RECURSO DO INTERESSADO. PROMOTOR DE JUSTIÇA: DR. MAURÍCIO GOMES DE SOUZA. **RELATORA: DRA. CLOTILDES COSTA CARVALHO.** NOTÍCIA DE FATO – INVESTIGAR SUPOSTA NEGATIVA DE ACESSO À INFORMAÇÃO POR PARTE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SIGEFREDO PACHECO/PI – RECURSO DO INTERESSADO – CONHECIMENTO E IMPROVIMENTO DO RECURSO – AUSÊNCIA DE ELEMENTOS QUE JUSTIFIQUEM A REFORMA DA DECISÃO ATACADA. **EGRÉGIO CONSELHO SUPERIOR, À UNANIMIDADE, CONHECEU DO RECURSO E, NO MÉRITO, NEGOU-LHE PROVIMENTO, NOS TERMOS DO VOTO DA RELATORA. JULGADO EM 22.09.2023, NA 2ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DO CSMP-PI DE 2023.**

2.4.4 PROCEDIMENTO PREPARATÓRIO – SIMP Nº 000123-240/2021. PROCESSO ELETRÔNICO. ORIGEM: PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE SÃO MIGUEL DO TAPUIO – PI. ASSUNTO: APURAR REPRESENTAÇÃO FORMULADA PELO PREFEITO DE SÃO MIGUEL DO TAPUIO-PI, POMPÍLIO EVARISTO CARDOSO FILHO, EM FACE DO EX-GESTOR MUNICIPAL, O SR. JOSÉ LINCOLN SOBRAL MATOS, QUE TRATA ACERCA DA AUSÊNCIA DE PRESTAÇÃO DE CONTAS DO CONVÊNIO Nº 083/2016 TF, FIRMADO PELO MUNICÍPIO COM A SECRETARIA DE CULTURA DO ESTADO DO PIAUÍ. PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO. PROMOTOR DE JUSTIÇA: DRA. MIRNA ARAÚJO NAPOLEÃO LIMA. **RELATORA: DRA. CLOTILDES COSTA CARVALHO.** REPRESENTAÇÃO FORMULADA PELO PREFEITO DE SÃO MIGUEL DO TAPUIO-PI, POMPÍLIO EVARISTO CARDOSO FILHO, EM FACE DO EX-GESTOR MUNICIPAL, O SR. JOSÉ LINCOLN SOBRAL MATOS, QUE TRATA ACERCA DA AUSÊNCIA DE PRESTAÇÃO DE CONTAS DO CONVÊNIO Nº 083/2016 TF, FIRMADO PELO MUNICÍPIO COM A SECRETARIA DE CULTURA DO ESTADO DO PIAUÍ – MATÉRIA JUDICIALIZADA – APLICAÇÃO DA SÚMULA Nº 03 DO CSMP – PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO – RECEBIMENTO COMO COMUNICAÇÃO. **EGRÉGIO CONSELHO SUPERIOR, À UNANIMIDADE, NÃO HOMOLOGOU A PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO E RECEBEU A DECISÃO APENAS COMO COMUNICAÇÃO, NOS TERMOS DO VOTO DA RELATORA. JULGADO EM 22.09.2023, NA 2ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DO CSMP-PI DE 2023.**

2.4.5 INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO – SIMP Nº 000645-230/2018. PROCESSO ELETRÔNICO. ORIGEM: 1ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE INHUMA-PI. ASSUNTO: APURAR SUPOSTA SITUAÇÃO DE ATENDIMENTO INADEQUADO A ESTUDANTE PORTADOR DE DEFICIÊNCIA NA REDE DE ENSINO. PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO. PROMOTOR DE JUSTIÇA: DR. SINOBILINO PINHEIRO DA SILVA JÚNIOR. **RELATORA: DRA. CLOTILDES COSTA CARVALHO.** SUPOSTA SITUAÇÃO DE ATENDIMENTO INADEQUADO A ESTUDANTE PORTADOR DE DEFICIÊNCIA NA REDE DE ENSINO – PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO– INSTAURADO PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO Nº 09/2023 SIMP Nº 000063-230/2023 – DECISÃO HOMOLOGADA COM BASE NO ART. 10, § 2º DA RESOLUÇÃO Nº 23/2007, DO CNMP, C/C O ART. 15, INCISO XV, DO RICSMPP. **EGRÉGIO CONSELHO SUPERIOR, À**

UNANIMIDADE, HOMOLOGOU A PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO, NOS TERMOS DO VOTO DA RELATORA. JULGADO EM 22.09.2023, NA 2ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DO CSMP-PI DE 2023.

2.4.6 INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO – SIMP Nº 000025-029/2017. PROCESSO ELETRÔNICO. ORIGEM: 28ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA COMARCA DE TERESINA – PI. ASSUNTO: APURAR SUPOSTA FALTA DE ACESSIBILIDADE NAS INSTALAÇÕES DA TV MEIO NORTE. PROMOTORA DE JUSTIÇA: DRA. MARLÚCIA GOMES EVARISTO ALMEIDA. PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO. **RELATORA: DRA. CLOTILDES COSTA CARVALHO.** SUPOSTA FALTA DE ACESSIBILIDADE NAS INSTALAÇÕES DA TV MEIO NORTE. TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA FIRMADO – NECESSIDADE DE INSTAURAÇÃO DE PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO PARA ACOMPANHAR CLÁUSULAS DO TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA – APLICAÇÃO DA SÚMULA Nº 02 DO CSMPPI – PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO – HOMOLOGADO – RETORNO DOS AUTOS À ORIGEM PARA INSTAURAÇÃO DO PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO DE ACOMPANHAMENTO DO TAC. **EGRÉGIO CONSELHO SUPERIOR, À UNANIMIDADE, HOMOLOGOU A PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO, BEM COMO DETERMINOU A INSTAURAÇÃO DE PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO PARA ACOMPANHAMENTO DAS CLÁUSULAS FIRMADAS NO TAC, NOS TERMOS DO VOTO DA RELATORA. JULGADO EM 22.09.2023, NA 2ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DO CSMP-PI DE 2023.**

2.4.7 INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO – SIMP Nº 000185-325/2022. PROCESSO ELETRÔNICO. ORIGEM: PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE BARRO DURO– PI. ASSUNTO: ADOTAR AS PROVIDÊNCIAS PARA A ERRADICAÇÃO DO LIXÃO NO MUNICÍPIO DE SANTO CRUZ DOS MILAGRES/PI, BEM COMO DA ÁREA DEGRADADA E INSTALAÇÃO E OPERAÇÃO DAS ATIVIDADES DE DISPOSIÇÃO FINAL AMBIENTALMENTE ADEQUADA EM OUTRO LADO DEVIDAMENTE LICENCIADO. PROMOTOR DE JUSTIÇA: DR. ARI MARTINS ALVES FILHO. PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO. **RELATORA: DRA. CLOTILDES COSTA CARVALHO.** PROVIDÊNCIAS PARA A ERRADICAÇÃO DO LIXÃO NO MUNICÍPIO DE SANTO CRUZ DOS MILAGRES/PI, BEM COMO DA ÁREA DEGRADADA E INSTALAÇÃO E OPERAÇÃO DAS ATIVIDADES DE DISPOSIÇÃO FINAL AMBIENTALMENTE ADEQUADA EM OUTRO LADO DEVIDAMENTE LICENCIADO. – TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA FIRMADO – INSTAURADO PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO PELO PARQUET PARA ACOMPANHAR AS CLÁUSULAS DO TAC FIRMADO – APLICAÇÃO DA SÚMULA Nº 02 DO CSMPPI – PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO – HOMOLOGADO. **EGRÉGIO CONSELHO SUPERIOR, À UNANIMIDADE, HOMOLOGOU A PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO, NOS TERMOS DO VOTO DA RELATORA. JULGADO EM 22.09.2023, NA 2ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DO CSMP-PI DE 2023.**

2.4.8 INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO – SIMP Nº 000410-284/2022. PROCESSO ELETRÔNICO. ORIGEM: PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE BURITI DOS LOPES – PI. ASSUNTO: ADOTAR AS PROVIDÊNCIAS CABÍVEIS PARA A ERRADICAÇÃO DO LIXÃO EM CÉU ABERTO NO MUNICÍPIO DE CARAÚBAS DO PIAUÍ E, TAMBÉM, AS RELACIONADAS À RECUPERAÇÃO DA ÁREA DEGRADADA E INSTALAÇÃO E OPERAÇÃO DAS ATIVIDADES DE DISPOSIÇÃO FINAL AMBIENTALMENTE ADEQUADA EM OUTRO LUGAR DEVIDAMENTE LICENCIADO. PROMOTORA DE JUSTIÇA: DRA. FRANCINEIDE DE SOUSA SILVA. PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO. **RELATORA: DRA. CLOTILDES COSTA CARVALHO.** PROVIDÊNCIAS CABÍVEIS PARA A ERRADICAÇÃO DO LIXÃO EM CÉU ABERTO NO MUNICÍPIO DE CARAÚBAS DO PIAUÍ E, TAMBÉM, AS RELACIONADAS À RECUPERAÇÃO DA ÁREA DEGRADADA E INSTALAÇÃO E OPERAÇÃO DAS ATIVIDADES DE DISPOSIÇÃO FINAL AMBIENTALMENTE ADEQUADA EM OUTRO LUGAR DEVIDAMENTE LICENCIADO - TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA FIRMADO – NECESSIDADE DE INSTAURAÇÃO DE PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO PARA ACOMPANHAR CLÁUSULAS DO TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA – APLICAÇÃO DA SÚMULA

Nº 02 DO CSMPPI – PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO – HOMOLOGADO – RETORNO DOS AUTOS À ORIGEM PARA INSTAURAÇÃO DO PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO DE ACOMPANHAMENTO DO TAC. **EGRÉGIO CONSELHO SUPERIOR, À UNANIMIDADE, HOMOLOGOU A PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO, BEM COMO DETERMINOU A INSTAURAÇÃO DE PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO PARA ACOMPANHAMENTO DAS CLÁUSULAS FIRMADAS NO TAC, NOS TERMOS DO VOTO DA RELATORA. JULGADO EM 22.09.2023, NA 2ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DO CSMP-PI DE 2023.**

2.4.9 INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO – SIMP Nº 000076-344/2021. PROCESSO ELETRÔNICO. ORIGEM: 42ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA COMARCA DE TERESINA – PI. ASSUNTO: APURAR POSSÍVEL AUSÊNCIA DE PAGAMENTO DO PISO NACIONAL DO MAGISTÉRIO AOS PROFESSORES TEMPORÁRIOS DO ESTADO DO PIAUÍ. PROMOTOR DE JUSTIÇA: DR. RAFAEL MAIA NOGUEIRA. PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO. **RELATORA: DRA. CLOTILDES COSTA CARVALHO.** POSSÍVEL AUSÊNCIA DE PAGAMENTO DO PISO NACIONAL DO MAGISTÉRIO AOS PROFESSORES TEMPORÁRIOS DO ESTADO DO PIAUÍ – AUSÊNCIA DE ELEMENTOS SUFICIENTES QUE CARACTERIZEM ATO IMPROBO – DECISÃO HOMOLOGADA COM BASE NO ART. 10, § 2º DA RESOLUÇÃO Nº 23/2007, DO CNMP, C/C O ART. 15, INCISO XV, DO RICSMPPI. **EGRÉGIO CONSELHO SUPERIOR, À UNANIMIDADE, HOMOLOGOU A PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO, NOS TERMOS DO VOTO DA RELATORA. JULGADO EM 22.09.2023, NA 2ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DO CSMP-PI DE 2023.**

2.4.10 INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO – SIMP Nº 000211-107/2020. PROCESSO ELETRÔNICO. ORIGEM: 2ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE OEIRAS – PI. ASSUNTO: APURAR POSSÍVEL IRREGULARIDADE PRATICADA PELO MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DA VARJOTA/PI, NA GESTÃO DE HÉLIO NERI MENDES RÊGO, CONSISTENTE EM PAGAMENTOS INDEVIDOS AO SR. ELIETE FERREIRA LOPES PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DIVERSOS NO MUNICÍPIO, AFRONTANDO OS PRINCÍPIOS NORTEADORES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA COMO LEGALIDADE, MORALIDADE E EFICIÊNCIA, BEM COMO A PRÁTICA DE NEPOTISMO, CONSIDERANDO O CONTRATADO/BENEFICIÁRIO SER GENITOR DE SAMUEL DOS SANTOS LOPES, VEREADOR DO REFERIDO MUNICÍPIO. PROMOTOR DE JUSTIÇA: DR. JOÃO BATISTA DE CASTRO FILHO. PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO. **RELATORA: DRA. CLOTILDES COSTA CARVALHO.** POSSÍVEL IRREGULARIDADE PRATICADA PELO MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DA VARJOTA/PI, NA GESTÃO DE HÉLIO NERI MENDES RÊGO, CONSISTENTE EM PAGAMENTOS INDEVIDOS AO SR. ELIETE FERREIRA LOPES PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DIVERSOS NO MUNICÍPIO, AFRONTANDO OS PRINCÍPIOS NORTEADORES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA COMO LEGALIDADE, MORALIDADE E EFICIÊNCIA, BEM COMO A PRÁTICA DE NEPOTISMO, CONSIDERANDO O CONTRATADO/BENEFICIÁRIO SER GENITOR DE SAMUEL DOS SANTOS LOPES, VEREADOR DO REFERIDO MUNICÍPIO– AUSÊNCIA DE DOLO ESPECÍFICO PARA A IMPUTAÇÃO DE ATO DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA – DECISÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA COM BASE NO ART. 10, § 2º DA RESOLUÇÃO Nº 23/2007, DO CNMP, C/C O ART. 15, INCISO XX, DO RICSMPPI. **EGRÉGIO CONSELHO SUPERIOR, À UNANIMIDADE, HOMOLOGOU A PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO, NOS TERMOS DO VOTO DA RELATORA. JULGADO EM 22.09.2023, NA 2ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DO CSMP-PI DE 2023.**

2.4.11 INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO – SIMP Nº 000067-230/2017. PROCESSO ELETRÔNICO. ORIGEM: 1ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE INHUMA– PI. ASSUNTO: APURAR SUPOSTA IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA CARACTERIZADA PELA CONTRATAÇÃO DE SERVIDORES PÚBLICOS SEM CONCURSO PÚBLICO PELO MUNICÍPIO DE INHUMA/PI. PROMOTOR DE JUSTIÇA: DR. SINOBILINO PINHEIRO DA

SILVA JÚNIOR. PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO. **RELATORA: DRA. CLOTILDES COSTA CARVALHO.** SUPOSTA IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA CARATERIZADA PELA CONTRATAÇÃO DE SERVIDORES PÚBLICOS SEM CONCURSO PÚBLICO PELO MUNICÍPIO DE INHUMA/PI. AUSÊNCIA DE ELEMENTOS SUFICIENTES QUE CARACTERIZEM ATO IMPROBO – DECISÃO HOMOLOGADA COM BASE NO ART. 10, § 2º DA RESOLUÇÃO Nº 23/2007, DO CNMP, C/C O ART. 15, INCISO XV, DO RICSMPPPI. **EGRÉGIO CONSELHO SUPERIOR, À UNANIMIDADE, HOMOLOGOU A PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO, NOS TERMOS DO VOTO DA RELATORA. JULGADO EM 22.09.2023, NA 2ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DO CSMP-PI DE 2023.**

2.4.12 INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO – SIMP Nº 000104-158/2018. PROCESSO ELETRÔNICO. ORIGEM: PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE ALTO LONGÁ-PI. ASSUNTO: APURAR IRREGULARIDADE NA LICITAÇÃO PARA CONSTRUÇÃO DAS PONTES SOBRE OS RIOS CANUDOS, TAMANDUÁ E AÇUDE VERIFICADA POR OCASIÃO DO JULGAMENTO DAS CONTAS DO EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2014 NO MUNICÍPIO DE NOVO SANTO ANTÔNIO-PI. PROMOTORA DE JUSTIÇA: DRA. LUÍSA CYNOBELLINA A. LACERDA ANDRADE. PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO. **RELATORA: DRA. CLOTILDES COSTA CARVALHO.** IRREGULARIDADE NA LICITAÇÃO PARA CONSTRUÇÃO DAS PONTES SOBRE OS RIOS CANUDOS, TAMANDUÁ E AÇUDE VERIFICADA POR OCASIÃO DO JULGAMENTO DAS CONTAS DO EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2014 NO MUNICÍPIO DE NOVO SANTO ANTÔNIO - PI – AUSÊNCIA DE ELEMENTOS SUFICIENTES QUE CARACTERIZEM ATO DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA – DECISÃO HOMOLOGADA COM BASE NO ART. 10, § 2º DA RESOLUÇÃO Nº 23/2007, DO CNMP, C/C O ART. 15, INCISO XV, DO RICSMPPPI. **EGRÉGIO CONSELHO SUPERIOR, À UNANIMIDADE, HOMOLOGOU A PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO, NOS TERMOS DO VOTO DA RELATORA. JULGADO EM 22.09.2023, NA 2ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DO CSMP-PI DE 2023.**

2.4.13 INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO – SIMP Nº 000067-035/2016. ORIGEM: PROMOTORIA DE JUSTIÇA DEMERVAL LOBÃO – PI. ASSUNTO: APURAR A EXISTÊNCIA DE IRREGULARIDADES OBSERVADAS NA SEDE DO CONSELHO TUTELAR DE NAZÁRIA - PI. PROMOTORA DE JUSTIÇA: DRA. RITA DE CÁSSIA DE CARVALHO ROCHA GOMES DE SOUZA. **RELATORA: DRA. CLOTILDES COSTA CARVALHO.** EXISTÊNCIA DE IRREGULARIDADES OBSERVADAS NA SEDE DO CONSELHO TUTELAR DE NAZÁRIA/PI – PERDA DO OBJETO – PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO – DECISÃO HOMOLOGADA COM BASE NO ART. 10, § 2º DA RESOLUÇÃO Nº 23/2007, DO CNMP, C/C O ART. 15, INCISO XV, DO RICSMPPPI. **EGRÉGIO CONSELHO SUPERIOR, À UNANIMIDADE, HOMOLOGOU A PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO, NOS TERMOS DO VOTO DA RELATORA. JULGADO EM 22.09.2023, NA 2ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DO CSMP-PI DE 2023.**

2.4.14 INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO – SIMP Nº 000050-029/2020. PROCESSO ELETRÔNICO. ORIGEM: 28ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE TERESINA– PI. ASSUNTO: APURAR AUSÊNCIA DE VAGAS RESERVADAS ÀS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA E PESSOAS IDOSAS NO ESTACIONAMENTO DO BANCO DO NORDESTE DO BRASIL S. A”. PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO. PROMOTORA DE JUSTIÇA: DRA. MARLÚCIA GOMES EVARISTO ALMEIDA. **RELATORA: DRA. CLOTILDES COSTA CARVALHO.** AUSÊNCIA DE VAGAS RESERVADAS ÀS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA E PESSOAS IDOSAS NO ESTACIONAMENTO DO BANCO DO NORDESTE DO BRASIL S.A” – PERDA DO OBJETO – PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO – DECISÃO HOMOLOGADA COM BASE NO ART. 10, § 2º DA RESOLUÇÃO Nº 23/2007, DO CNMP, C/C O ART. 15, INCISO XV, DO RICSMPPPI. **EGRÉGIO CONSELHO SUPERIOR, À UNANIMIDADE, HOMOLOGOU A PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO, NOS TERMOS DO VOTO DA RELATORA. JULGADO EM 22.09.2023, NA 2ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DO CSMP-PI DE 2023.**

2.4.15 INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO – SIMP Nº 000174-027/2018. PROCESSO ELETRÔNICO. ORIGEM: 12ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE TERESINA– PI. ASSUNTO: VIABILIZAR A REALIZAÇÃO DE CIRURGIA DE VESICOSTOMIA E DE URETEROSTOMIA À CRIANÇA D C N C DA S, NO HOSPITAL INFANTIL LUCÍDIO PORTELLA. PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO. PROMOTOR DE JUSTIÇA: DR. ENY MARCOS VIEIRA PONTES. **RELATORA: DRA. CLOTILDES COSTA CARVALHO.** REALIZAÇÃO DE CIRURGIA DE VESICOSTOMIA E DE URETEROSTOMIA À CRIANÇA D C N C DA S, NO HOSPITAL INFANTIL LUCÍDIO PORTELLA – PERDA DO OBJETO – PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO – DECISÃO HOMOLOGADA COM BASE NO ART. 10, § 2º DA RESOLUÇÃO Nº 23/2007, DO CNMP, C/C O ART. 15, INCISO XV, DO RICSMPPPI. **EGRÉGIO CONSELHO SUPERIOR, À UNANIMIDADE, HOMOLOGOU A PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO, NOS TERMOS DO VOTO DA RELATORA. JULGADO EM 22.09.2023, NA 2ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DO CSMP-PI DE 2023.**

2.4.16 INQUÉRITO CIVIL – SIMP Nº 000239-172/2020. PROCESSO ELETRÔNICO. ORIGEM: 24ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE TERESINA – PI. ASSUNTO: APURAR EVENTUAIS IRREGULARIDADES AMBIENTAIS SOBRE A INSTALAÇÃO DO MUSEU DE PALEONTOLOGIA, LOCALIZADO NA AV. MARGINAL POTI SUL, ZONA SUL DE TERESINA/PI. PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO. PROMOTORA DE JUSTIÇA: DRA. CARMELINA MARIA MENDES DE MOURA. **RELATORA: DRA. CLOTILDES COSTA CARVALHO.** EVENTUAIS IRREGULARIDADES AMBIENTAIS SOBRE A INSTALAÇÃO DO MUSEU DE PALEONTOLOGIA, LOCALIZADO NA AV. MARGINAL POTI SUL, ZONA SUL DE TERESINA/PI –PERDA DO OBJETO – PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO – DECISÃO HOMOLOGADA COM BASE NO ART. 10, § 2º DA RESOLUÇÃO Nº 23/2007, DO CNMP, C/C O ART. 15, INCISO XV, DO RICSMPPPI. **EGRÉGIO CONSELHO SUPERIOR, À UNANIMIDADE, HOMOLOGOU A PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO, NOS TERMOS DO VOTO DA RELATORA. JULGADO EM 22.09.2023, NA 2ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DO CSMP-PI DE 2023.**

2.4.17 INQUÉRITO CIVIL – SIMP Nº 000228-284/2018. PROCESSO ELETRÔNICO. ORIGEM: PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE BURITI DOS LOPES– PI. ASSUNTO: APURAR A SITUAÇÃO DE MÁ CONSERVAÇÃO DOS ÔNIBUS ESCOLARES QUE FAZEM O TRANSPORTE DOS ALUNOS DA REDE ESTADUAL DE ENSINO NO MESMO MUNICÍPIO, MAIS PRECISAMENTE DO VEÍCULO QUE FAZ O TRANSPORTE DOS ALUNOS DA COMUNIDADE ESTREITO E SÃO DOMINGOS PARA A UNIDADE ESCOLAR FRANCISCA TRINDADE. PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO. PROMOTORA DE JUSTIÇA: DRA. FRANCINEIDE DE SOUSA SILVA. **RELATORA: DRA. CLOTILDES COSTA CARVALHO.** MÁ CONSERVAÇÃO DOS ÔNIBUS ESCOLARES QUE FAZEM O TRANSPORTE DOS ALUNOS DA REDE ESTADUAL DE ENSINO NO MESMO MUNICÍPIO, MAIS PRECISAMENTE DO VEÍCULO QUE FAZ O TRANSPORTE DOS ALUNOS DA COMUNIDADE ESTREITO E SÃO DOMINGOS PARA A UNIDADE ESCOLAR FRANCISCA TRINDADE –PERDA DO OBJETO – PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO – DECISÃO HOMOLOGADA COM BASE NO ART. 10, § 2º DA RESOLUÇÃO Nº 23/2007, DO CNMP, C/C O ART. 15, INCISO XV, DO RICSMPPPI. **EGRÉGIO CONSELHO SUPERIOR, À UNANIMIDADE, HOMOLOGOU A PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO, NOS TERMOS DO VOTO DA RELATORA. JULGADO EM 22.09.2023, NA 2ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DO CSMP-PI DE 2023.**

2.4.18 INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO – SIMP Nº 000672-426/2022. PROCESSO ELETRÔNICO. ORIGEM: 29ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE TERESINA-PI. ASSUNTO: APURAR IRREGULARIDADES CONCERNENTES À DEMORA NA REALIZAÇÃO DE CIRURGIA DE RETIRADA DE PEDRA NA VESÍCULA EM PACIENTE IDOSO. PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO. PROMOTOR DE JUSTIÇA: DR. ENY MARCOS VIEIRA PONTES. **RELATORA: DRA. CLOTILDES COSTA CARVALHO.** IRREGULARIDADES CONCERNENTES À DEMORA NA REALIZAÇÃO DE CIRURGIA DE RETIRADA DE PEDRA NA VESÍCULA EM PACIENTE IDOSO

- CIRURGIA REALIZADA – PERDA DO OBJETO – PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO – DECISÃO HOMOLOGADA COM BASE NO ART. 10, § 2º DA RESOLUÇÃO Nº 23/2007, DO CNMP, C/C O ART. 15, INCISO XV, DO RICSMPPPI. **EGRÉGIO CONSELHO SUPERIOR, À UNANIMIDADE, HOMOLOGOU A PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO, NOS TERMOS DO VOTO DA RELATORA. JULGADO EM 22.09.2023, NA 2ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DO CSMP-PI DE 2023.**

2.4.19 INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO – SIMP Nº 000015-342/2018. PROCESSO ELETRÔNICO. ORIGEM: PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE SIMPLÍCIO MENDES – PI. ASSUNTO: APURAR CONTRATAÇÃO IRREGULAR E AUSÊNCIA DE CONCURSO PÚBLICO PELO MUNICÍPIO DE SANTO INÁCIO DO PIAUÍ, NO ANO DE 2018. PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO. PROMOTORA DE JUSTIÇA: DRA. EMMANUELLE MARTINS NEIVA DANTAS RODRIGUES BELO. **RELATORA: DRA. CLOTILDES COSTA CARVALHO.** CONTRATAÇÃO IRREGULAR E AUSÊNCIA DE CONCURSO PÚBLICO PELO MUNICÍPIO DE SANTO INÁCIO DO PIAUÍ, NO ANO DE 2018 –PERDA DO OBJETO – PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO – DECISÃO HOMOLOGADA COM BASE NO ART. 10, § 2º DA RESOLUÇÃO Nº 23/2007, DO CNMP, C/C O ART. 15, INCISO XV, DO RICSMPPPI. **EGRÉGIO CONSELHO SUPERIOR, À UNANIMIDADE, HOMOLOGOU A PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO, NOS TERMOS DO VOTO DA RELATORA. JULGADO EM 22.09.2023, NA 2ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DO CSMP-PI DE 2023.**

2.4.20 INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO – SIMP Nº 000709-168/2018. PROCESSO ELETRÔNICO. ORIGEM: PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE ELESBÃO VELOSO – PI. ASSUNTO: ACOMPANHAR A ELABORAÇÃO DO PLANO MUNICIPAL DE ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO DO MUNICÍPIO DE VÁRZEA GRANDE. PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO. PROMOTOR DE JUSTIÇA: DR. JOSÉ WILLIAM PEREIRA LUZ. **RELATORA: DRA. CLOTILDES COSTA CARVALHO.** ELABORAÇÃO DO PLANO MUNICIPAL DE ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO DO MUNICÍPIO DE VÁRZEA GRANDE/PI, EM CONSONÂNCIA COM AS DIRETRIZES DO SISTEMA NACIONAL DE ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO (SINASE) – PLANO ELABORADO PELA MUNICIPALIDADE – PERDA DO OBJETO – PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO – DECISÃO HOMOLOGADA COM BASE NO ART. 10, § 2º DA RESOLUÇÃO Nº 23/2007, DO CNMP, C/C O ART. 15, INCISO XV, DO RICSMPPPI – RETORNO DOS AUTOS À ORIGEM PARA INSTAURAÇÃO DE PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO DE ACOMPANHAMENTO DO REFERIDO PLANO MUNICIPAL. **EGRÉGIO CONSELHO SUPERIOR, À UNANIMIDADE, HOMOLOGOU A PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO E DETERMINOU O RETORNO DOS AUTOS À ORIGEM PARA INSTAURAÇÃO DE PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO DE ACOMPANHAMENTO DO REFERIDO PLANO MUNICIPAL, NOS TERMOS DO VOTO DA RELATORA. JULGADO EM 22.09.2023, NA 2ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DO CSMP-PI DE 2023.**

2.4.21 INQUÉRITO CIVIL – SIMP Nº 000003-068/2023. PROCESSO ELETRÔNICO. ORIGEM: 9ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE PARNAÍBA – PI. ASSUNTO: APURAR POSSÍVEL VIOLAÇÃO AO MEIO AMBIENTE URBANO, À ACESSIBILIDADE, HAJA VISTA O RISCO À INTEGRIDADE FÍSICA DAS PESSOAS IDOSAS E COM DEFICIÊNCIA, CONSISTENTE NA INSTALAÇÃO DE UMA PONTEIRA DE CANO PVC (COM TAMPA) ACIMA DO NIVELAMENTO DA CALÇADA, CRIANDO OBSTÁCULO AOS TRANSEUNTES NO TRECHO ENTRE A AVENIDA SÃO SEBASTIÃO E A RUA RAMIRO SANTOS, EM DIREÇÃO AO ESTACIONAMENTO DA REFERIDA ACADEMIA. PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO. PROMOTORA DE JUSTIÇA: DR. VANDO DA SILVA MARQUES. **RELATORA: DRA. CLOTILDES COSTA CARVALHO.** VIOLAÇÃO AO MEIO AMBIENTE URBANO, À ACESSIBILIDADE, HAJA VISTA O RISCO À INTEGRIDADE FÍSICA DAS PESSOAS IDOSAS E COM DEFICIÊNCIA, CONSISTENTE NA INSTALAÇÃO DE UMA PONTEIRA DE CANO PVC (COM TAMPA) ACIMA DO NIVELAMENTO DA CALÇADA, CRIANDO OBSTÁCULO AOS TRANSEUNTES NO TRECHO ENTRE A AVENIDA SÃO SEBASTIÃO E A RUA RAMIRO SANTOS, EM DIREÇÃO AO ESTACIONAMENTO DA REFERIDA ACADEMIA –PERDA DO OBJETO – PROMOÇÃO DE ARQUIVA-

MENTO – DECISÃO HOMOLOGADA COM BASE NO ART. 10, § 2º DA RESOLUÇÃO Nº 23/2007, DO CNMP, C/C O ART. 15, INCISO XV, DO RICSMPP. **EGRÉGIO CONSELHO SUPERIOR, À UNANIMIDADE, HOMOLOGOU A PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO, NOS TERMOS DO VOTO DA RELATORA. JULGADO EM 22.09.2023, NA 2ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DO CSMP-PI DE 2023.**

2.4.22 INQUÉRITO CIVIL – SIMP Nº 001369-369/2021. PROCESSO ELETRÔNICO. ORIGEM: 1ª PROMOTORA DE JUSTIÇA DE PARNAÍBA – PI. ASSUNTO: APURAR POSSÍVEL PROPAGAÇÃO DE PESSOAS EM UM EVENTO DENOMINADO “DIA INTERNACIONAL DA FAMÍLIA”, A SER REALIZADO EM 15 DE MAIO DE 2021, COM CONCENTRAÇÃO NO BALÃO DA GUARITA ÀS 15H00MIN. PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO. PROMOTORA DE JUSTIÇA: DR. ANTENOR FILGUEIRAS LÔBO NETO. **RELATORA: DRA. CLOTILDES COSTA CARVALHO.** POSSÍVEL PROPAGAÇÃO DE PESSOAS EM UM EVENTO DENOMINADO “DIA INTERNACIONAL DA FAMÍLIA”, A SER REALIZADO EM 15 DE MAIO DE 2021, COM CONCENTRAÇÃO NO BALÃO DA GUARITA ÀS 15H00MIN –PERDA DO OBJETO – PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO – DECISÃO HOMOLOGADA COM BASE NO ART. 10, § 2º DA RESOLUÇÃO Nº 23/2007, DO CNMP, C/C O ART. 15, INCISO XV, DO RICSMPP. **EGRÉGIO CONSELHO SUPERIOR, À UNANIMIDADE, HOMOLOGOU A PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO, NOS TERMOS DO VOTO DA RELATORA. JULGADO EM 22.09.2023, NA 2ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DO CSMP-PI DE 2023.**

2.4.23 INQUÉRITO CIVIL – SIMP Nº 000635-083/2022. PROCESSO ELETRÔNICO. ORIGEM: 2ª PROMOTORA DE JUSTIÇA DE CORRENTE – PI. ASSUNTO: AVERIGUAR POSSÍVEL AUSÊNCIA DE OUTORGA PARA CAPTAÇÃO DE ÁGUA DO RIO CORRENTE/PI PELA EMPRESA VIA CONSTRUTORA, CNPJ 12.045.758/0001-25, RESPONSÁVEL PELA OBRA DA ESTRADA ESTADUAL QUE LIGA O MUNICÍPIO DE CORRENTE/PI AO SEBASTIÃO BARROS/PI JUNTO AO DER/PI. PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO. PROMOTORA DE JUSTIÇA: DRA. GILVÂNIA ALVES VIANA. **RELATORA: DRA. CLOTILDES COSTA CARVALHO.** AUSÊNCIA DE OUTORGA PARA CAPTAÇÃO DE ÁGUA DO RIO CORRENTE/PI PELA EMPRESA VIA CONSTRUTORA, CNPJ 12.045.758/0001-25, RESPONSÁVEL PELA OBRA DA ESTRADA ESTADUAL QUE LIGA O MUNICÍPIO DE CORRENTE/PI AO SEBASTIÃO BARROS/PI JUNTO AO DER/PI –PERDA DO OBJETO – PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO – DECISÃO HOMOLOGADA COM BASE NO ART. 10, § 2º DA RESOLUÇÃO Nº 23/2007, DO CNMP, C/C O ART. 15, INCISO XV, DO RICSMPP. **EGRÉGIO CONSELHO SUPERIOR, À UNANIMIDADE, HOMOLOGOU A PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO, NOS TERMOS DO VOTO DA RELATORA. JULGADO EM 22.09.2023, NA 2ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DO CSMP-PI DE 2023.**

2.4.24 INQUÉRITO CIVIL – SIMP Nº 000127-030/2021. PROCESSO ELETRÔNICO. ORIGEM: 29ª PROMOTORA DE JUSTIÇA DE TERESINA – PI. ASSUNTO: AVERIGUAR O ATENDIMENTO DA SOLICITAÇÃO DE PARECER E ANÁLISE DO TERMO DE RESPONSABILIDADE DE ALTA A PEDIDO, PARA IMPLANTAÇÃO DE DOCUMENTO NO HOSPITAL DE URGÊNCIA DE TERESINA. PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO. PROMOTORA DE JUSTIÇA: DR. ENY MARCOS VIEIRA PONTES. **RELATORA: DRA. CLOTILDES COSTA CARVALHO.** ATENDIMENTO DA SOLICITAÇÃO DE PARECER E ANÁLISE DO TERMO DE RESPONSABILIDADE DE ALTA A PEDIDO, PARA IMPLANTAÇÃO DE DOCUMENTO NO HOSPITAL DE URGÊNCIA DE TERESINA – PERDA DO OBJETO – PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO – DECISÃO HOMOLOGADA COM BASE NO ART. 10, § 2º DA RESOLUÇÃO Nº 23/2007, DO CNMP, C/C O ART. 15, INCISO XV, DO RICSMPP. **EGRÉGIO CONSELHO SUPERIOR, À UNANIMIDADE, HOMOLOGOU A PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO, NOS TERMOS DO VOTO DA RELATORA. JULGADO EM 22.09.2023, NA 2ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DO CSMP-PI DE 2023.**

2.4.25 INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO – SIMP Nº 000198-107/2020. PROCESSO ELETRÔNICO. ORIGEM: 2ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE OEIRAS-PI. ASSUNTO: APURAR POSSÍVEIS IRREGULARIDADES PRATICADAS PELA PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA ROSA DO PIAUÍ RELATIVAS À UTILIZAÇÃO IRREGULAR DAS MÁQUINAS DO PAC E/OU BENS INTEGRANTES OU PERTENCENTES À ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL, BEM COMO DE MÃO DE OBRA DE SERVIDORES OU CONTRATADOS DO MUNICÍPIO EM TRATO, SUPOSTAMENTE A FIM DE FAVORECER ELEITORES E/OU APOIADORES POLÍTICOS NO ATUAL CENÁRIO DE ELEIÇÕES MUNICIPAIS DO ANO DE 2020, PARA REALIZAÇÃO DE SERVIÇOS DE TERRAPLANAGEM, DESMATAMENTO DE ÁREAS RURAIS, FUNDAÇÃO DE AÇUDES, DENTRE OUTRAS AÇÕES IRREGULARES. PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO. PROMOTOR DE JUSTIÇA: DR. JOÃO BATISTA DE CASTRO FILHO. **RELATORA: DRA. CLOTILDES COSTA CARVALHO.** POSSÍVEIS IRREGULARIDADES PRATICADAS PELA PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA ROSA DO PIAUÍ RELATIVAS À UTILIZAÇÃO IRREGULAR DAS MÁQUINAS DO PAC E/OU BENS INTEGRANTES OU PERTENCENTES À ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL, BEM COMO DE MÃO DE OBRA DE SERVIDORES OU CONTRATADOS DO MUNICÍPIO EM TRATO, SUPOSTAMENTE A FIM DE FAVORECER ELEITORES E/OU APOIADORES POLÍTICOS NO ATUAL CENÁRIO DE ELEIÇÕES MUNICIPAIS, EXERCÍCIO 2020, PARA REALIZAÇÃO DE SERVIÇOS DE TERRAPLANAGEM, DESMATAMENTO DE ÁREAS RURAIS, FUNDAÇÃO DE AÇUDES, DENTRE OUTRAS AÇÕES IRREGULARES – CONJUNTO PROBATÓRIO EVIDENCIOU A AUSÊNCIA E IRREGULARIDADES – INEXISTÊNCIA DE FUNDAMENTOS PARA PROSSEGUIMENTO DA INVESTIGAÇÃO – PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO – HOMOLOGADO. ART. 10º, §1º DA RESOLUÇÃO Nº 23 DE 2007 DO CNMP. **EGRÉGIO CONSELHO SUPERIOR, À UNANIMIDADE, HOMOLOGOU A PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO, NOS TERMOS DO VOTO DA RELATORA. JULGADO EM 22.09.2023, NA 2ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DO CSMP-PI DE 2023.**

2.4.26 INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO – SIMP Nº 000387-161/2020. PROCESSO ELETRÔNICO. ORIGEM: 2ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE ESPERANTINA – PI. ASSUNTO: APURAR SUPOSTA IRREGULARIDADE NA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE PUBLICIDADE E PROPAGANDA PELO MUNICÍPIO DO MORRO DO CHAPÉU - PI, TENDO EM VISTA QUE A EMPRESA CONTRATADA, NILDENE RAMOS RODRIGUES CAVALCANTE, AGÊNCIA DE PUBLICIDADE E PROPAGANDA, POSSUI CAPITAL SOCIAL MENOR QUE O OBJETO DO CONTRATO, SENDO INCAPAZ DE FORNECER O SERVIÇO CONTRATADO. ADEMAIS, CONFORME A DENÚNCIA, NÃO SE OBSERVA NO MUNICÍPIO DO MORRO DO CHAPÉU - PI EFEITOS POSITIVOS DECORRENTES DESTA CONTRATAÇÃO E A PRÓPRIA POPULAÇÃO DESCONHECE DESSE SERVIÇO EM PROL DA COLETIVIDADE. PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO. PROMOTOR DE JUSTIÇA: DR ADRIANO FONTENELE SANTOS. **RELATORA: DRA. CLOTILDES COSTA CARVALHO.** SUPOSTA IRREGULARIDADE NA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE PUBLICIDADE E PROPAGANDA PELO MUNICÍPIO DO MORRO DO CHAPÉU - PI, TENDO EM VISTA QUE A EMPRESA CONTRATADA, NILDENE RAMOS RODRIGUES CAVALCANTE, AGÊNCIA DE PUBLICIDADE E PROPAGANDA, POSSUI CAPITAL SOCIAL MENOR QUE O OBJETO DO CONTRATO, SENDO INCAPAZ DE FORNECER O SERVIÇO CONTRATADO. ADEMAIS, CONFORME A DENÚNCIA, NÃO SE OBSERVA NO MUNICÍPIO DO MORRO DO CHAPÉU - PI EFEITOS POSITIVOS DECORRENTES DESTA CONTRATAÇÃO E A PRÓPRIA POPULAÇÃO DESCONHECE DESSE SERVIÇO EM PROL DA COLETIVIDADE – CONJUNTO PROBATÓRIO EVIDENCIOU A AUSÊNCIA DE IRREGULARIDADES – INEXISTÊNCIA DE FUNDAMENTOS PARA PROSSEGUIMENTO DA INVESTIGAÇÃO – PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO – HOMOLOGADO. ART. 10º, §1º DA RESOLUÇÃO Nº 23 DE 2007 DO CNMP. **EGRÉGIO CONSELHO SUPERIOR, À UNANIMIDADE, HOMOLOGOU A PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO, NOS TERMOS DO VOTO DA RELATORA. JULGADO EM 22.09.2023, NA 2ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DO CSMP-PI DE 2023.**

2.4.27 INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO– SIMP Nº 000037-027/2022. PROCESSO ELETRÔNICO. ORIGEM: 12ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE TERESINA – PI. ASSUNTO: APURAR POSSÍVEIS IRREGULARIDADES SANITÁRIAS NA CLÍNICA ORTOPÉDICA DO HOSPITAL GETÚLIO VARGAS. PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO. PROMOTOR DE JUSTIÇA: DR. ENY MARCOS VIEIRA PONTES. **RELATORA: DRA. CLOTILDES COSTA CARVALHO.** IRREGULARIDADES SANITÁRIAS NA CLÍNICA ORTOPÉDICA DO HOSPITAL GETÚLIO VARGAS –AUSÊNCIA DE IRREGULARIDADES – PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO – DECISÃO HOMOLOGADA COM BASE NO ART. 10, § 2º DA RESOLUÇÃO Nº 23/2007, DO CNMP, C/C O ART. 15, INCISO XV, DO RICSMPPPI. **EGRÉGIO CONSELHO SUPERIOR, À UNANIMIDADE, HOMOLOGOU A PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO, NOS TERMOS DO VOTO DA RELATORA. JULGADO EM 22.09.2023, NA 2ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DO CSMP-PI DE 2023.**

2.4.28 INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO– SIMP Nº 002121-361/2021. PROCESSO ELETRÔNICO. ORIGEM: 7ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE PICOS – PI. ASSUNTO: APURAR SE HÁ FORNECIMENTO DE ÁGUA, EM CONDIÇÕES INSALUBRES, NO BAIRRO BELA VISTA, NA CIDADE DE BOCAINA – PI. PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO. PROMOTOR DE JUSTIÇA: DR. PAULO MAURÍCIO ARAÚJO GUSMÃO. **RELATORA: DRA. CLOTILDES COSTA CARVALHO.** FORNECIMENTO DE ÁGUA, EM CONDIÇÕES INSALUBRES, NO BAIRRO BELA VISTA, NA CIDADE DE BOCAINA – PI –AUSÊNCIA DE IRREGULARIDADES – PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO – DECISÃO HOMOLOGADA COM BASE NO ART. 10, § 2º DA RESOLUÇÃO Nº 23/2007, DO CNMP, C/C O ART. 15, INCISO XV, DO RICSMPPPI. **EGRÉGIO CONSELHO SUPERIOR, À UNANIMIDADE, HOMOLOGOU A PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO, NOS TERMOS DO VOTO DA RELATORA. JULGADO EM 22.09.2023, NA 2ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DO CSMP-PI DE 2023.**

2.4.29 INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO – SIMP Nº 000619-161/2021. PROCESSO ELETRÔNICO. ORIGEM: 2ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE ESPERANTINA – PI. ASSUNTO: INVESTIGAR POSSÍVEIS IRREGULARIDADES NO BOJO DE PROCEDIMENTO LICITATÓRIO PROMOVIDO PELO MUNICÍPIO DE ESPERANTINA/PI PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE ENGENHARIA PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE COLETA, TRANSPORTE E DESTINAÇÃO FINAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS DOMICILIARES, COMERCIAIS E PÚBLICOS, BEM COMO SERVIÇOS AFINS, INCLUINDO VARRIÇÃO E REMOÇÃO DE ENTULHOS, CAPINA COM LIMPEZA DE TERRENOS E PODA DE ÁRVORES. PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO. PROMOTOR DE JUSTIÇA: DR. ADRIANO FONTENELE SANTOS. **RELATORA: DRA. CLOTILDES COSTA CARVALHO.** IRREGULARIDADES NO BOJO DE PROCEDIMENTO LICITATÓRIO PROMOVIDO PELO MUNICÍPIO DE ESPERANTINA/PI PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE ENGENHARIA PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE COLETA, TRANSPORTE E DESTINAÇÃO FINAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS DOMICILIARES, COMERCIAIS E PÚBLICOS, BEM COMO SERVIÇOS AFINS, INCLUINDO VARRIÇÃO E REMOÇÃO DE ENTULHOS, CAPINA COM LIMPEZA DE TERRENOS E PODA DE ÁRVORES. – AUSÊNCIA DE IRREGULARIDADES – PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO – DECISÃO HOMOLOGADA COM BASE NO ART. 10, § 2º DA RESOLUÇÃO Nº 23/2007, DO CNMP, C/C O ART. 15, INCISO XV, DO RICSMPPPI. **EGRÉGIO CONSELHO SUPERIOR, À UNANIMIDADE, HOMOLOGOU A PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO, NOS TERMOS DO VOTO DA RELATORA. JULGADO EM 22.09.2023, NA 2ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DO CSMP-PI DE 2023.**

2.4.30 INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO – SIMP Nº 000056-172/2021. PROCESSO ELETRÔNICO. ORIGEM: 24ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE TERESINA – PI. ASSUNTO: APURAR DENÚNCIA DE OCUPAÇÃO EM ÁREA DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE (APP) NA REGIÃO DO BAIRRO GURUPI, MAIS PRECISAMENTE NO LOTEAMENTO PARQUE GURUPI. PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO. PROMOTORA DE JUSTIÇA: DRA. CARMELINA MARIA MENDES DE MOURA. **RELATORA: DRA. CLOTILDES COSTA CARVALHO.** OCUPAÇÃO EM ÁREA DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE (APP) NA REGIÃO DO BAIRRO GURUPI,

MAIS PRECISAMENTE NO LOTEAMENTO PARQUE GURUPI – AUSÊNCIA DE IRREGULARIDADES – PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO – DECISÃO HOMOLOGADA COM BASE NO ART. 10, § 2º DA RESOLUÇÃO Nº 23/2007, DO CNMP, C/C O ART. 15, INCISO XV, DO RICSMPPPI. **EGRÉGIO CONSELHO SUPERIOR, À UNANIMIDADE, HOMOLOGOU A PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO, NOS TERMOS DO VOTO DA RELATORA. JULGADO EM 22.09.2023, NA 2ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DO CSMP-PI DE 2023.**

2.4.31 INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO– SIMP Nº 000060-027/2018. PROCESSO ELETRÔNICO. ORIGEM: 12ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE TERESINA – PI. ASSUNTO: APURAR AS MEDIDAS ADOTADAS PELO ESTADO DO PIAUÍ DIANTE DA DEMANDA REPRIMIDA POR CIRURGIA DE CATARATA NO HOSPITAL GETÚLIO VARGAS. PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO. PROMOTOR DE JUSTIÇA: DR. ENY MARCOS VIEIRA PONTES. **RELATORA: DRA. CLOTILDES COSTA CARVALHO.** MEDIDAS ADOTADAS PELO ESTADO DO PIAUÍ DIANTE DA DEMANDA REPRIMIDA POR CIRURGIA DE CATARATA NO HOSPITAL GETÚLIO VARGAS – AUSÊNCIA DE IRREGULARIDADES – PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO – DECISÃO HOMOLOGADA COM BASE NO ART. 10, § 2º DA RESOLUÇÃO Nº 23/2007, DO CNMP, C/C O ART. 15, INCISO XV, DO RICSMPPPI. **EGRÉGIO CONSELHO SUPERIOR, À UNANIMIDADE, HOMOLOGOU A PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO, NOS TERMOS DO VOTO DA RELATORA. JULGADO EM 22.09.2023, NA 2ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DO CSMP-PI DE 2023.**

2.4.32 PROCEDIMENTO DE INVESTIGAÇÃO CRIMINAL– SIMP Nº 000136-195/2019. PROCESSO ELETRÔNICO. ORIGEM: 1ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE ITAUEIRA-PI. ASSUNTO: APURAR A POSSÍVEIS ILEGALIDADES DOS CONTRATOS DECORRENTES DOS PROCESSOS LICITATÓRIOS PREGÃO PRESENCIAL Nº 003/2015; PREGÃO PRESENCIAL Nº 0072015; TOMADA DE PREÇOS Nº 001/2015; E, TOMADA DE PREÇOS Nº 003/2015, REALIZADOS NA CIDADE DE RIO GRANDE DO PIAUÍ E DOS PAGAMENTOS CORRESPONDENTES, BEM COMO VERIFICAR SE OS SERVIÇOS EFETIVAMENTE FORAM PRESTADOS. PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO. PROMOTOR DE JUSTIÇA: DR. JOSÉ WILLIAM PEREIRA LUZ. **RELATORA: DRA. CLOTILDES COSTA CARVALHO.** POSSÍVEIS ILEGALIDADES DOS CONTRATOS DECORRENTES DOS PROCESSOS LICITATÓRIOS PREGÃO PRESENCIAL Nº 003/2015; PREGÃO PRESENCIAL Nº 0072015; TOMADA DE PREÇOS Nº 001/2015; E, TOMADA DE PREÇOS Nº 003/2015, REALIZADOS NA CIDADE DE RIO GRANDE DO PIAUÍ E DOS PAGAMENTOS CORRESPONDENTES, BEM COMO VERIFICAR SE OS SERVIÇOS EFETIVAMENTE FORAM PRESTADOS – CONJUNTO PROBATÓRIO EVIDENCIOU A AUSÊNCIA E IRREGULARIDADES – INEXISTÊNCIA DE FUNDAMENTOS PARA PROSSEGUIMENTO DA INVESTIGAÇÃO – PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO – HOMOLOGADO. ART. 10º, §1º DA RESOLUÇÃO Nº 23 DE 2007 DO CNMP. **EGRÉGIO CONSELHO SUPERIOR, À UNANIMIDADE, HOMOLOGOU A PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO, NOS TERMOS DO VOTO DA RELATORA. JULGADO EM 22.09.2023, NA 2ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DO CSMP-PI DE 2023.**

2.4.33 INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO– SIMP Nº 000797-237/2020. PROCESSO ELETRÔNICO. ORIGEM: PROMOTORIA DE SIMPLÍCIO MENDES – PI. ASSUNTO: APURAR IRREGULARIDADES NA CONTRATAÇÃO DE PROFISSIONAIS DE SAÚDE COM MAIS DE DOIS VÍNCULOS EMPREGATÍCIOS – FMS, APONTADAS PELO TCE NA ANÁLISE DA PRESTAÇÃO DE CONTAS DO MUNICÍPIO DE FLORESTA DO PIAUÍ – EXERCÍCIO DE 2010. PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO. PROMOTORA DE JUSTIÇA: DRA. EMMANUELLE MARTINS NEIVA DANTAS RODRIGUES BELO. **RELATORA: DRA. CLOTILDES COSTA CARVALHO.** IRREGULARIDADES NA CONTRATAÇÃO DE PROFISSIONAIS DE SAÚDE COM MAIS DE DOIS VÍNCULOS EMPREGATÍCIOS – FMS, APONTADAS PELO TCE NA ANÁLISE DA PRESTAÇÃO DE CONTAS DO MUNICÍPIO DE FLORESTA DO PIAUÍ – EXERCÍCIO DE 2010 – PRESCRIÇÃO DA PRETENSÃO PUNITIVA – PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO – DECISÃO HOMOLOGADA COM BASE NO ART. 10, § 2º DA RESOLU-

ÇÃO Nº 23/2007, DO CNMP, C/C O ART. 15, INCISO XV, DO RICSMPPI. **EGRÉGIO CONSELHO SUPERIOR, À UNANIMIDADE, HOMOLOGOU A PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO, NOS TERMOS DO VOTO DA RELATORA. JULGADO EM 22.09.2023, NA 2ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DO CSMP-PI DE 2023.**

2.4.34 PROCEDIMENTO INVESTIGATÓRIO CRIMINAL – SIMP Nº 000308-208/2018. PROCESSO ELETRÔNICO. ORIGEM: PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE BOM JESUS – PI. ASSUNTO: APURAR POSSÍVEIS CRIMES DE FALSIDADE IDEOLÓGICA E FALSIFICAÇÃO DE DOCUMENTOS CONSTATADOS QUANDO DO PROCESSAMENTO DO PROCESSO Nº 000033-23. 1999. 8. 18.0042 QUE TRAMITA NA VARA AGRÁRIA DE BOM JESUS, FATOS OCORRIDOS EM 1994. PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO. PROMOTOR DE JUSTIÇA: DR. MÁRCIO GIORGI CARCARÁ ROCHA. **RELATORA: DRA. CLOTILDES COSTA CARVALHO.** FALSIDADE IDEOLÓGICA E FALSIFICAÇÃO DE DOCUMENTOS CONSTATADOS QUANDO DO PROCESSAMENTO DO PROCESSO Nº 000033-23.1999.8.18.0042 QUE TRAMITA NA VARA AGRÁRIA DE BOM JESUS/PI – PRESCRIÇÃO – PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO – HOMOLOGADO. **EGRÉGIO CONSELHO SUPERIOR, À UNANIMIDADE, HOMOLOGOU A PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO, NOS TERMOS DO VOTO DA RELATORA. JULGADO EM 22.09.2023, NA 2ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DO CSMP-PI DE 2023.**

2.4.35 INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO – SIMP Nº 000111-237/2022. PROCESSO ELETRÔNICO. ORIGEM: PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE SIMPLÍCIO MENDES– PI. ASSUNTO: APURAR O FRACIONAMENTO DE DESPESAS: PAGAMENTO DE ENCARGOS MORATÓRIOS, INICIADOS NO ANO DE 2012, PELA PREFEITURA DE SANTO INÁCIO DO PIAUÍ – EXERCÍCIO 2012, GESTOR PEDRO NOLASCO BATISTA, ATRAVÉS DE PEÇAS ENCAMINHADAS PELO TCE-PI. PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO. PROMOTOR DE JUSTIÇA: DR. CARLOS ROGÉRIO BESERRA DA SILVA. **RELATORA: CLOTILDES COSTA CARVALHO.** PAGAMENTO DE ENCARGOS MORATÓRIOS, INICIADOS NO ANO DE 2012, PELA PREFEITURA DE SANTO INÁCIO DO PIAUÍ – EXERCÍCIO 2012, GESTOR PEDRO NOLASCO BATISTA, ATRAVÉS DE PEÇAS ENCAMINHADAS PELO TCE-PI.- PRESCRIÇÃO DA PRETENSÃO PUNITIVA - VALOR DE DANO AO ERÁRIO INSIGNIFICANTE PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO – DECISÃO HOMOLOGADA COM BASE NO ART. 10, § 2º DA RESOLUÇÃO Nº 23/2007, DO CNMP, C/C O ART. 15, INCISO XV, DO RICSMPPI. **EGRÉGIO CONSELHO SUPERIOR, À UNANIMIDADE, HOMOLOGOU A PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO, NOS TERMOS DO VOTO DA RELATORA. JULGADO EM 22.09.2023, NA 2ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DO CSMP-PI DE 2023.**

2.4.36 INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO– SIMP Nº 000101-237/2019. PROCESSO ELETRÔNICO. ORIGEM: PROMOTORIA DE SIMPLÍCIO MENDES – PI. ASSUNTO: APURAR IRREGULARIDADES NA APLICAÇÃO DE RECURSOS PÚBLICOS ESTADUAIS REPASSADOS PELA FUNDESPI À PREFEITURA DE RIBEIRA DO PIAUÍ, NO ANO DE 2008. PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO. PROMOTORA DE JUSTIÇA: DRA. EMMA-NUELLE MARTINS NEIVA DANTAS RODRIGUES BELO. **RELATORA: DRA. CLOTILDES COSTA CARVALHO.** PAGAMENTO DE ENCARGOS MORATÓRIOS, INICIADOS NO ANO DE 2012, PELA PREFEITURA DE SANTO INÁCIO DO PIAUÍ – EXERCÍCIO 2012, GESTOR PEDRO NOLASCO BATISTA, ATRAVÉS DE PEÇAS ENCAMINHADAS PELO TCE-PI.- PRESCRIÇÃO DA PRETENSÃO PUNITIVA - VALOR DE DANO AO ERÁRIO INSIGNIFICANTE PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO – DECISÃO HOMOLOGADA COM BASE NO ART. 10, § 2º DA RESOLUÇÃO Nº 23/2007, DO CNMP, C/C O ART. 15, INCISO XV, DO RICSMPPI. **EGRÉGIO CONSELHO SUPERIOR, À UNANIMIDADE, HOMOLOGOU A PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO, NOS TERMOS DO VOTO DA RELATORA. JULGADO EM 22.09.2023, NA 2ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DO CSMP-PI DE 2023.**

2.4.37 PROCEDIMENTO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA (SEI Nº 19.21.0349.0027929/2023-84). PROCEDIMENTO ELETRÔNICO. ORIGEM: PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE SIMPLÍCIO MENDES-PI. ASSUNTO: REVISÃO DA PRORROGAÇÃO DE PRAZO DO INQUÉRITO CIVIL REGISTRADO NO SIMP Nº 000121-237/2022. PROMOTORA DE JUSTIÇA: DRA. EMMANUELLE MARTINS NEIVA DANTAS RODRIGUES BELO. **RELATORA: DRA. CLOTILDES COSTA CARVALHO.** CUIDA-SE DE REVISÃO EX OFFICIO DE PRORROGAÇÃO DE PRAZO EM INQUÉRITO CIVIL QUE APURA IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA, CONFORME PREVISTO NO ART. 23, § 2º, DA LEI Nº 8.429/92, COM REDAÇÃO DADA PELA LEI Nº 14.230/2021. ESTA É A PRIMEIRA PRORROGAÇÃO DE PRAZO PARA CONCLUSÃO DO PROCEDIMENTO INVESTIGATÓRIO, APÓS O ADVENTO DA LEI 14.230/2021. EM CONSONÂNCIA COM O DISPOSTO NO ART. 995 DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL, APLICÁVEL SUPLETIVAMENTE AOS RITOS ADMINISTRATIVOS, CONFORME PREVISTO NO ART. 15 DA MESMA NORMA, RECEBO A REVISÃO SEM EFEITO SUSPENSIVO, DE MANEIRA QUE O ÓRGÃO DE EXECUÇÃO PODE PROSSEGUIR COM SUAS INVESTIGAÇÕES ATÉ A APRECIÇÃO DE MÉRITO DA REVISÃO OU ATÉ O FIM DO PRAZO DA PRORROGAÇÃO. COMUNIQUE-SE AO ÓRGÃO DE EXECUÇÃO. HAVENDO DILIGÊNCIAS PENDENTES E SENDO VIÁVEL O SEGUIMENTO DAS INVESTIGAÇÕES, HOMOLOGO A PRORROGAÇÃO DO PRAZO DO INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO POR MAIS 365 (TREZENTOS E SESENTA E CINCO) DIAS. **EGRÉGIO CONSELHO SUPERIOR TOMOU CONHECIMENTO DA DECISÃO MONOCRÁTICA PROFERIDA.**

2.4.38 PROCEDIMENTO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA (SEI Nº 19.21.0733.0027471/2023-94). PROCEDIMENTO ELETRÔNICO. ORIGEM: PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE BOM JESUS-PI. ASSUNTO: REVISÃO DA PRORROGAÇÃO DE PRAZO DO INQUÉRITO CIVIL REGISTRADO NO SIMP Nº 000069-434/2022. PROMOTOR DE JUSTIÇA: DR. MÁRCIO GIORGI CARCARÁ ROCHA. **RELATORA: DRA. CLOTILDES COSTA CARVALHO.** CUIDA-SE DE REVISÃO EX OFFICIO DE PRORROGAÇÃO DE PRAZO EM INQUÉRITO CIVIL QUE APURA IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA, CONFORME PREVISTO NO ART. 23, § 2º, DA LEI Nº 8.429/92, COM REDAÇÃO DADA PELA LEI Nº 14.230/2021. ESTA É A PRIMEIRA PRORROGAÇÃO DE PRAZO PARA CONCLUSÃO DO PROCEDIMENTO INVESTIGATÓRIO, APÓS O ADVENTO DA LEI 14.230/2021. EM CONSONÂNCIA COM O DISPOSTO NO ART. 995 DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL, APLICÁVEL SUPLETIVAMENTE AOS RITOS ADMINISTRATIVOS, CONFORME PREVISTO NO ART. 15 DA MESMA NORMA, RECEBO A REVISÃO SEM EFEITO SUSPENSIVO, DE MANEIRA QUE O ÓRGÃO DE EXECUÇÃO PODE PROSSEGUIR COM SUAS INVESTIGAÇÕES ATÉ A APRECIÇÃO DE MÉRITO DA REVISÃO OU ATÉ O FIM DO PRAZO DA PRORROGAÇÃO. COMUNIQUE-SE AO ÓRGÃO DE EXECUÇÃO. HAVENDO DILIGÊNCIAS PENDENTES E SENDO VIÁVEL O SEGUIMENTO DAS INVESTIGAÇÕES, HOMOLOGO A PRORROGAÇÃO DO PRAZO DO INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO POR MAIS 365 (TREZENTOS E SESENTA E CINCO) DIAS. **EGRÉGIO CONSELHO SUPERIOR TOMOU CONHECIMENTO DA DECISÃO MONOCRÁTICA PROFERIDA.**

2.4.39 PROCEDIMENTO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA (SEI Nº 19.21.0815.0024261/2023-77). PROCEDIMENTO ELETRÔNICO. ORIGEM: PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE PAULISTANA-PI. ASSUNTO: REVISÃO DA PRORROGAÇÃO DE PRAZO DO INQUÉRITO CIVIL REGISTRADO NO SIMP Nº 000114-189/2018. PROMOTOR DE JUSTIÇA: DR. JORGE LUIZ DA COSTA PESSOA. **RELATORA: DRA. CLOTILDES COSTA CARVALHO.** CUIDA-SE DE REVISÃO EX OFFICIO DE PRORROGAÇÃO DE PRAZO EM INQUÉRITO CIVIL QUE APURA IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA, CONFORME PREVISTO NO ART. 23, § 2º, DA LEI Nº 8.429/92, COM REDAÇÃO DADA PELA LEI Nº 14.230/2021. ESTA É A PRIMEIRA PRORROGAÇÃO DE PRAZO PARA CONCLUSÃO DO PROCEDIMENTO INVESTIGATÓRIO, APÓS O ADVENTO DA LEI 14.230/2021. EM CONSONÂNCIA COM O DISPOSTO NO ART. 995 DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL, APLICÁVEL SUPLETIVAMENTE AOS RITOS ADMINISTRATIVOS, CONFORME

PREVISTO NO ART. 15 DA MESMA NORMA, RECEBO A REVISÃO SEM EFEITO SUSPENSIVO, DE MANEIRA QUE O ÓRGÃO DE EXECUÇÃO PODE PROSSEGUIR COM SUAS INVESTIGAÇÕES ATÉ A APRECIÇÃO DE MÉRITO DA REVISÃO OU ATÉ O FIM DO PRAZO DA PRORROGAÇÃO. COMUNIQUE-SE AO ÓRGÃO DE EXECUÇÃO. HAVENDO DILIGÊNCIAS PENDENTES E SENDO VIÁVEL O SEGUIMENTO DAS INVESTIGAÇÕES, HOMOLOGO A PRORROGAÇÃO DO PRAZO DO INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO POR MAIS 365 (TREZENTOS E SESENTA E CINCO) DIAS. **EGRÉGIO CONSELHO SUPERIOR TOMOU CONHECIMENTO DA DECISÃO MONOCRÁTICA PROFERIDA.**

2.4.40 PROCEDIMENTO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA (SEI Nº 19.21.0349.0028010/2023-31). PROCEDIMENTO ELETRÔNICO. ORIGEM: 1ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE SIMPLÍCIO MENDES – PI. ASSUNTO: REVISÃO DA PRORROGAÇÃO DE PRAZO DO INQUÉRITO CIVIL REGISTRADO NO SIMP Nº 000907-237/2020. PROMOTOR DE JUSTIÇA: DRA. EMMANUELLE MARTINS NEIVA DANTAS RODRIGUES BELO. **RELATORA: DRA. CLOTILDES COSTA CARVALHO.** CUIDA-SE, NA ESPÉCIE, DE PEDIDO DE PRORROGAÇÃO DE PRAZO PARA A CONCLUSÃO DO INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO (SIMP Nº 000907-237/2020 SOLICITADO, EM 21 DE AGOSTO DE 2023, PELO PROMOTORA DE JUSTIÇA EMMANUELLE MARTINS NEIVA DANTAS RODRIGUES BELO, RESPONSÁVEL PELA PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE PARNAÍBA – PI, CONFORME PREVISTO NO ART. 23, § 2º, DA LEI Nº 8.429/92, COM A REDAÇÃO DADA PELA LEI Nº 14.230/2021. O INQUISITÓRIO TEM POR OBJETO APURAR RESPONSABILIDADE POR VIOLAÇÃO AOS PRINCÍPIOS ADMINISTRATIVOS, CONCERNENTE APURAR POSSÍVEL ATO DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA NA MALVERSAÇÃO DE RECURSOS PÚBLICOS DESTINADOS À SAÚDE NO MUNICÍPIO DE CAMPINAS DO PIAUÍ. EXTRAÍ-SE DOS AUTOS QUE O PRESIDENTE DO FEITO PRORROGOU O PRAZO DE CONCLUSÃO DO PROCEDIMENTO POR MAIS 365 (TREZENTOS E SESENTA E CINCO) DIAS, COM BASE NO QUE ESTABELECE O ART. 23, § 2º, DA LEI Nº 8.429/92, COM A REDAÇÃO DADA PELA LEI Nº 14.230/2021, EM RAZÃO DA NECESSIDADE DE REALIZAÇÃO DE NOVAS DILIGÊNCIAS PARA INSTRUIR O FEITO. EM SEGUIDA, SUBMETEU O ATO DECISÓRIO À HOMOLOGAÇÃO DO CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO, EM ATENDIMENTO AO DISPOSTO NO ART. 23, § 2º, DA LEI Nº 8.429/92, COM A REDAÇÃO DADA PELA LEI Nº 14.230/2021. O PROCEDIMENTO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA FOI DISTRIBUÍDO A ESTA RELATORA EM 15 DE JUNHO DE 2023, POR INTERMÉDIO DO GEDOC Nº 000267-226/2023. A LEI Nº 8.429/92, COM REDAÇÃO DADA PELA LEI Nº 14.230/2021, DISCIPLINA QUE O INQUÉRITO CIVIL INSTAURADO PARA APURAÇÃO DE ATO DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA SERÁ CONCLUÍDO NO PRAZO DE 365 (TREZENTOS E SESENTA E CINCO) DIAS, ADMITINDO-SE UMA ÚNICA PRORROGAÇÃO POR IGUAL PERÍODO, A SER FEITA MEDIANTE ATO FUNDAMENTADO. VEJAMOS: ART. 23. A AÇÃO PARA A APLICAÇÃO DAS SANÇÕES PREVISTAS NESTA LEI PRESCREVE EM 8 (OITO) ANOS, CONTADOS A PARTIR DA OCORRÊNCIA DO FATO OU, NO CASO DE INFRAÇÕES PERMANENTES, DO DIA EM QUE CESSOU A PERMANÊNCIA. (...) § 2º O INQUÉRITO CIVIL PARA APURAÇÃO DO ATO DE IMPROBIDADE SERÁ CONCLUÍDO NO PRAZO DE 365 (TREZENTOS E SESENTA E CINCO) DIAS CORRIDOS, PRORROGÁVEL UMA ÚNICA VEZ POR IGUAL PERÍODO, MEDIANTE ATO FUNDAMENTADO SUBMETIDO À REVISÃO DA INSTÂNCIA COMPETENTE DO ÓRGÃO MINISTERIAL, CONFORME DISPUSER A RESPECTIVA LEI ORGÂNICA. O CENTRO OPERACIONAL DE COMBATE À CORRUPÇÃO E DEFESA DO PATRIMÔNIO PÚBLICO, POR INTERMÉDIO DO OFÍCIO CIRCULAR Nº 10/2022/CACOP, DE 24 DE OUTUBRO DE 2022, CONSIGNOU QUE AS DETERMINAÇÕES CONTIDAS NO DISPOSITIVO SUPRATRASCrito DEVEM SER APLICADAS DESDE A DATA EM QUE A LEI Nº 14.230/2021 ENTROU EM VIGOR, OU SEJA, A PARTIR DE 25 DE OUTUBRO DE 2021. NESSES TERMOS, A PARTIR DA REFERIDA DATA, O INQUÉRITO CIVIL DESTINADO À APURAÇÃO DE ATO DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA SOMENTE PODERÁ SER PRORROGADO UMA ÚNICA VEZ – ART. 23, § 2º, DA LEI Nº 8.429/92, COM AS ALTERAÇÕES INTRODUZIDAS PELA

LEI Nº 14.230/2021. ELUCIDANDO O DISPOSTO, TRANSCREVE-SE O SEGUINTE TRECHO DO OFÍCIO SOBREDITO: “DE INÍCIO, HÁ DE SE ESCLARECER QUE, APÓS O ADVENTO DA NLIA, SÓ SERÁ POSSÍVEL UMA ÚNICA PRORROGAÇÃO DE PRAZO PARA CONCLUSÃO DO ICP (ART. 23, § 2º, NLIA). FRISE-SE QUE, CASO TENHA OCORRIDO PRORROGAÇÃO DE PRAZO ANTES DA NLIA, NÃO HÁ IMPEDIMENTO PARA UMA ÚNICA PRORROGAÇÃO, APÓS O ADVENTO DA LEI 14.230/21.” (GRIFOS ORIGINAIS) COMPULSANDO OS FÓLIOS DO INQUÉRITO CIVIL (SIMP Nº 000907-237/2020), VERIFICA-SE QUE, EM 16 DE AGOSTO DE 2022, O PRESIDENTE DO FEITO, TENDO EM VISTA A NECESSIDADE DE REALIZAÇÃO DE DILIGÊNCIAS COMPLEMENTARES, PRORROGOU O PRAZO DE CONCLUSÃO DO PRESENTE PROCEDIMENTO POR MAIS UM ANO. VEJAMOS (ID 54172438): (...) CONSIDERANDO QUE O FEITO AINDA NÃO FOI PRORROGADO A CRITÉRIO DE SEU PRESIDENTE; CONTUDO, PASSADO MAIS DE 01(UM) ANO DESDE SUA INSTAURAÇÃO, NÃO SE ENCONTRA PROBATORIAMENTE MADURO, CARECENDO DE MAIORES PROVIDÊNCIAS MINISTERIAIS; (...) RESOLVE: PRORROGAR O PRAZO PARA CONCLUSÃO DA PRESENTE INVESTIGAÇÃO POR MAIS 01(UM) ANO, POIS INDISPENSÁVEIS MAIORES ELEMENTOS DE PROVA PARA A FORMAÇÃO DA CONVICÇÃO DESTE ÓRGÃO DE EXECUÇÃO. VERIFICA-SE QUE, TENDO SIDO EFETIVADA UMA PRORROGAÇÃO DE PRAZO DO PRESENTE INQUISITÓRIO APÓS A VIGÊNCIA DA LEI Nº 14.230/2021, RESTA INVIABILIZADA A REITERAÇÃO DA PROVIDÊNCIA, POR EXPRESSA VEDAÇÃO LEGAL. ASSIM, FAZ-SE NECESSÁRIO QUE O PRESIDENTE DO FEITO, SE ASSIM ENTENDER CABÍVEL, PROPONHA AÇÃO CIVIL PÚBLICA PARA PROMOVER A RESPONSABILIZAÇÃO DEVIDA PELO ATO DE IMPROBIDADE PRATICADO, CASO EXISTAM FUNDAMENTOS BASTANTES PARA ISSO, OU, CASO CONTRÁRIO, PROMOVA O ARQUIVAMENTO DO PROCEDIMENTO. NESSES TERMOS, NÃO HOMOLOGO O PRESENTE PEDIDO DE PRORROGAÇÃO DE PRAZO, EM ATENÇÃO AO PRINCÍPIO DA CELERIDADE PROCESSUAL, PREVISTO NO ART. 5º, INCISO LXXVIII, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988, E AO DISPOSTO NO ART. 23, § 2º, DA LEI Nº 8.429/92, COM A REDAÇÃO DADA PELA LEI Nº 14.230/2021, E O FAÇO AD REFERENDUM DO CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO, NOS TERMOS DO ART. 17, INCISO XIV, DO RICSMP (RESOLUÇÃO CSMP Nº 03/2017). **EGRÉGIO CONSELHO SUPERIOR, À UNANIMIDADE, REFERENDOU A DECISÃO MONOCRÁTICA PROFERIDA.**

2.4.41 PROCEDIMENTO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA (SEI Nº 19.21.0349.0026135/2023-22). PROCEDIMENTO ELETRÔNICO. ORIGEM: 1ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE SIMPLÍCIO MENDES – PI. ASSUNTO: REVISÃO DA PRORROGAÇÃO DE PRAZO DO INQUÉRITO CIVIL REGISTRADO NO SIMP Nº 000130-276/2017. PROMOTOR DE JUSTIÇA: DRA. EMMANUELLE MARTINS NEIVA DANTAS RODRIGUES BELO. **RELATORA: DRA. CLOTILDES COSTA CARVALHO.** CUIDA-SE, NA ESPÉCIE, DE PEDIDO DE PRORROGAÇÃO DE PRAZO PARA A CONCLUSÃO DO INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO (SIMP Nº 000130-276/2017) SOLICITADO, EM 21 DE AGOSTO DE 2023, PELA PROMOTORA DE JUSTIÇA EMMANUELLE MARTINS NEIVA DANTAS RODRIGUES BELO, RESPONSÁVEL PELA PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE PARNAÍBA – PI, CONFORME PREVISTO NO ART. 23, § 2º, DA LEI Nº 8.429/92, COM A REDAÇÃO DADA PELA LEI Nº 14.230/2021. O INQUISITÓRIO TEM POR OBJETO APURAR RESPONSABILIDADE POR VIOLAÇÃO AOS PRINCÍPIOS ADMINISTRATIVOS, CONCERNENTE APURAR POSSÍVEL ATO DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA NA MALVERSAÇÃO DE RECURSOS PÚBLICOS DESTINADOS À SAÚDE NO MUNICÍPIO DE CAMPINAS DO PIAUÍ. EXTRAÍ-SE DOS AUTOS QUE O PRESIDENTE DO FEITO PRORROGOU O PRAZO DE CONCLUSÃO DO PROCEDIMENTO POR MAIS 365 (TREZENTOS E SESENTA E CINCO) DIAS, COM BASE NO QUE ESTABELECE O ART. 23, § 2º, DA LEI Nº 8.429/92, COM A REDAÇÃO DADA PELA LEI Nº 14.230/2021, EM RAZÃO DA NECESSIDADE DE REALIZAÇÃO DE NOVAS DILIGÊNCIAS PARA INSTRUIR O FEITO. EM SEGUIDA, SUBMETEU O ATO DECISÓRIO À HOMOLOGAÇÃO DO CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO, EM ATENDIMENTO AO DISPOSTO NO ART. 23, § 2º, DA LEI Nº 8.429/92, COM A REDAÇÃO DADA PELA

LEI Nº 14.230/2021. O PROCEDIMENTO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA FOI DISTRIBUÍDO A ESTA RELATORA EM 23 DE AGOSTO DE 2023, POR INTERMÉDIO DO GEDOC Nº 000287-226/2023. A LEI Nº 8.429/92, COM REDAÇÃO DADA PELA LEI Nº 14.230/2021, DISCIPLINA QUE O INQUÉRITO CIVIL INSTAURADO PARA APURAÇÃO DE ATO DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA SERÁ CONCLUÍDO NO PRAZO DE 365 (TREZENTOS E SESENTA E CINCO) DIAS, ADMITINDO-SE UMA ÚNICA PRORROGAÇÃO POR IGUAL PERÍODO, A SER FEITA MEDIANTE ATO FUNDAMENTADO. VEJAMOS: ART. 23. A AÇÃO PARA A APLICAÇÃO DAS SANÇÕES PREVISTAS NESTA LEI PRESCREVE EM 8 (OITO) ANOS, CONTADOS A PARTIR DA OCORRÊNCIA DO FATO OU, NO CASO DE INFRAÇÕES PERMANENTES, DO DIA EM QUE CESSOU A PERMANÊNCIA. (...) § 2º O INQUÉRITO CIVIL PARA APURAÇÃO DO ATO DE IMPROBIDADE SERÁ CONCLUÍDO NO PRAZO DE 365 (TREZENTOS E SESENTA E CINCO) DIAS CORRIDOS, PRORROGÁVEL UMA ÚNICA VEZ POR IGUAL PERÍODO, MEDIANTE ATO FUNDAMENTADO SUBMETIDO À REVISÃO DA INSTÂNCIA COMPETENTE DO ÓRGÃO MINISTERIAL, CONFORME DISPUSER A RESPECTIVA LEI ORGÂNICA. O CENTRO OPERACIONAL DE COMBATE À CORRUPÇÃO E DEFESA DO PATRIMÔNIO PÚBLICO, POR INTERMÉDIO DO OFÍCIO CIRCULAR Nº 10/2022/CACOP, DE 24 DE OUTUBRO DE 2022, CONSIGNOU QUE AS DETERMINAÇÕES CONTIDAS NO DISPOSITIVO SUPRATRASCrito DEVEM SER APLICADAS DESDE A DATA EM QUE A LEI Nº 14.230/2021 ENTROU EM VIGOR, OU SEJA, A PARTIR DE 25 DE OUTUBRO DE 2021. NESSES TERMOS, A PARTIR DA REFERIDA DATA, O INQUÉRITO CIVIL DESTINADO À APURAÇÃO DE ATO DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA SOMENTE PODERÁ SER PRORROGADO UMA ÚNICA VEZ – ART. 23, § 2º, DA LEI Nº 8.429/92, COM AS ALTERAÇÕES INTRODUZIDAS PELA LEI Nº 14.230/2021. ELUCIDANDO O DISPOSTO, TRANSCREVE-SE O SEGUINTE TRECHO DO OFÍCIO SOBREDITO: “DE INÍCIO, HÁ DE SE ESCLARECER QUE, APÓS O ADVENTO DA NLIA, SÓ SERÁ POSSÍVEL UMA ÚNICA PRORROGAÇÃO DE PRAZO PARA CONCLUSÃO DO ICP (ART. 23, § 2º, NLIA). FRISE-SE QUE, CASO TENHA OCORRIDO PRORROGAÇÃO DE PRAZO ANTES DA NLIA, NÃO HÁ IMPEDIMENTO PARA UMA ÚNICA PRORROGAÇÃO, APÓS O ADVENTO DA LEI 14.230/21.” (GRIFOS ORIGINAIS) COMPULSANDO OS FÓLIOS DO INQUÉRITO CIVIL (SIMP Nº 000130-276/2017), VERIFICA-SE QUE, EM 29 DE JULHO DE 2022, O PRESIDENTE DO FEITO, TENDO EM VISTA A NECESSIDADE DE REALIZAÇÃO DE DILIGÊNCIAS COMPLEMENTARES, PRORROGOU O PRAZO DE CONCLUSÃO DO PRESENTE PROCEDIMENTO POR MAIS UM ANO. VEJAMOS (ID 54066240): (...) CONSIDERANDO QUE O FEITO AINDA NÃO FOI PRORROGADO A CRITÉRIO DE SEU PRESIDENTE; CONTUDO, PASSADO MAIS DE 01(UM) ANO DESDE SUA INSTAURAÇÃO, NÃO SE ENCONTRA PROBATORIAMENTE MADURO, CARECENDO DE MAIORES PROVIDÊNCIAS MINISTERIAIS; (...) RESOLVE: PRORROGAR O PRAZO PARA CONCLUSÃO DA PRESENTE INVESTIGAÇÃO POR MAIS 01(UM) ANO, POIS INDISPENSÁVEIS MAIORES ELEMENTOS DE PROVA PARA A FORMAÇÃO DA CONVICÇÃO DESTA ÓRGÃO DE EXECUÇÃO. VERIFICA-SE QUE, TENDO SIDO EFETIVADA UMA PRORROGAÇÃO DE PRAZO DO PRESENTE INQUISITÓRIO APÓS A VIGÊNCIA DA LEI Nº 14.230/2021, RESTA INVIABILIZADA A REITERAÇÃO DA PROVIDÊNCIA, POR EXPRESSA VEDAÇÃO LEGAL. ASSIM, FAZ-SE NECESSÁRIO QUE O PRESIDENTE DO FEITO, SE ASSIM ENTENDER CABÍVEL, PROPONHA AÇÃO CIVIL PÚBLICA PARA PROMOVER A RESPONSABILIZAÇÃO DEVIDA PELO ATO DE IMPROBIDADE PRATICADO, CASO EXISTAM FUNDAMENTOS BASTANTES PARA ISSO, OU, CASO CONTRÁRIO, PROMOVA O ARQUIVAMENTO DO PROCEDIMENTO. NESSES TERMOS, NÃO HOMOLOGO O PRESENTE PEDIDO DE PRORROGAÇÃO DE PRAZO, EM ATENÇÃO AO PRINCÍPIO DA CELERIDADE PROCESSUAL, PREVISTO NO ART. 5º, INCISO LXXVIII, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988, E AO DISPOSTO NO ART. 23, § 2º, DA LEI Nº 8.429/92, COM A REDAÇÃO DADA PELA LEI Nº 14.230/2021, E O FAÇO AD REFERENDUM DO CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO, NOS TERMOS DO ART. 17, INCISO XIV, DO RICSMP (RESOLUÇÃO CSMP Nº 03/2017). **EGRÉGIO CONSELHO SUPERIOR, À UNANIMIDADE, REFERENDOU A DECISÃO MONOCRÁTICA PROFERIDA.**

2.4.42 PROCEDIMENTO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA (SEI Nº 19.21.0349.0026791/2023-61). PROCEDIMENTO ELETRÔNICO. ORIGEM: 1ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE SIMPLÍCIO MENDES – PI. ASSUNTO: REVISÃO DA PRORROGAÇÃO DE PRAZO DO INQUÉRITO CIVIL REGISTRADO NO SIMP Nº 000009-295/2021. PROMOTOR DE JUSTIÇA: DRA. EMMANUELLE MARTINS NEIVA DANTAS RODRIGUES BELO. **RELATORA: DRA. CLOTILDES COSTA CARVALHO.** CUIDA-SE, NA ESPÉCIE, DE PEDIDO DE PRORROGAÇÃO DE PRAZO PARA A CONCLUSÃO DO INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO (SIMP Nº 000009-295/2021) SOLICITADO, EM 02 DE AGOSTO DE 2023, PELA PROMOTORA DE JUSTIÇA EMMANUELLE MARTINS NEIVA DANTAS RODRIGUES BELO, RESPONSÁVEL PELA PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE SIMPLÍCIO MENDES – PI, CONFORME PREVISTO NO ART. 23, § 2º, DA LEI Nº 8.429/92, COM A REDAÇÃO DADA PELA LEI Nº 14.230/2021. O INQUISITÓRIO TEM POR OBJETO DE APURAR SUPOSTO ATO DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA, EM RAZÃO DO SR. GUTEMBERG MOURA DE ARAÚJO, EX-GESTOR DO MUNICÍPIO DE PAES LANDIM NÃO TER REALIZADO REPASSES REFERENTES AO 13º SALÁRIO DOS MEMBROS DO REFERIDO CONSELHO, RELATIVO AO ANO DE 2020. EXTRAI-SE DOS AUTOS QUE O PRESIDENTE DO FEITO PRORROGOU O PRAZO DE CONCLUSÃO DO PROCEDIMENTO POR MAIS 365 (TREZENTOS E SESENTA E CINCO) DIAS, COM BASE NO QUE ESTABELECE O ART. 23, § 2º, DA LEI Nº 8.429/92, COM A REDAÇÃO DADA PELA LEI Nº 14.230/2021, EM RAZÃO DA NECESSIDADE DE REALIZAÇÃO DE NOVAS DILIGÊNCIAS PARA INSTRUIR O FEITO. EM SEGUIDA, SUBMETEU O ATO DECISÓRIO À HOMOLOGAÇÃO DO CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO, EM ATENDIMENTO AO DISPOSTO NO ART. 23, § 2º, DA LEI Nº 8.429/92, COM A REDAÇÃO DADA PELA LEI Nº 14.230/2021. O PROCEDIMENTO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA FOI DISTRIBUÍDO A ESTA RELATORA EM 15 DE JUNHO DE 2023, POR INTERMÉDIO DO GEDOC Nº 000277-226/2023. A LEI Nº 8.429/92, COM REDAÇÃO DADA PELA LEI Nº 14.230/2021, DISCIPLINA QUE O INQUÉRITO CIVIL INSTAURADO PARA APURAÇÃO DE ATO DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA SERÁ CONCLUÍDO NO PRAZO DE 365 (TREZENTOS E SESENTA E CINCO) DIAS, ADMITINDO-SE UMA ÚNICA PRORROGAÇÃO POR IGUAL PERÍODO, A SER FEITA MEDIANTE ATO FUNDAMENTADO. VEJAMOS: ART. 23. A AÇÃO PARA A APLICAÇÃO DAS SANÇÕES PREVISTAS NESTA LEI PRESCREVE EM 8 (OITO) ANOS, CONTADOS A PARTIR DA OCORRÊNCIA DO FATO OU, NO CASO DE INFRAÇÕES PERMANENTES, DO DIA EM QUE CESSOU A PERMANÊNCIA. (...) § 2º O INQUÉRITO CIVIL PARA APURAÇÃO DO ATO DE IMPROBIDADE SERÁ CONCLUÍDO NO PRAZO DE 365 (TREZENTOS E SESENTA E CINCO) DIAS CORRIDOS, PRORROGÁVEL UMA ÚNICA VEZ POR IGUAL PERÍODO, MEDIANTE ATO FUNDAMENTADO SUBMETIDO À REVISÃO DA INSTÂNCIA COMPETENTE DO ÓRGÃO MINISTERIAL, CONFORME DISPUSER A RESPECTIVA LEI ORGÂNICA. O CENTRO OPERACIONAL DE COMBATE À CORRUPÇÃO E DEFESA DO PATRIMÔNIO PÚBLICO, POR INTERMÉDIO DO OFÍCIO CIRCULAR Nº 10/2022/CACOP, DE 24 DE OUTUBRO DE 2022, CONSIGNOU QUE AS DETERMINAÇÕES CONTIDAS NO DISPOSITIVO SUPRATRASCrito DEVEM SER APLICADAS DESDE A DATA EM QUE A LEI Nº 14.230/2021 ENTROU EM VIGOR, OU SEJA, A PARTIR DE 25 DE OUTUBRO DE 2021. NESSES TERMOS, A PARTIR DA REFERIDA DATA, O INQUÉRITO CIVIL DESTINADO À APURAÇÃO DE ATO DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA SOMENTE PODERÁ SER PRORROGADO UMA ÚNICA VEZ – ART. 23, § 2º, DA LEI Nº 8.429/92, COM AS ALTERAÇÕES INTRODUZIDAS PELA LEI Nº 14.230/2021. ELUCIDANDO O DISPOSTO, TRANSCREVE-SE O SEGUINTE TRECHO DO OFÍCIO SOBREDITO: “DE INÍCIO, HÁ DE SE ESCLARECER QUE, APÓS O ADVENTO DA NLIA, SÓ SERÁ POSSÍVEL UMA ÚNICA PRORROGAÇÃO DE PRAZO PARA CONCLUSÃO DO ICP (ART. 23, § 2º, NLIA). FRISE-SE QUE, CASO TENHA OCORRIDO PRORROGAÇÃO DE PRAZO ANTES DA NLIA, NÃO HÁ IMPEDIMENTO PARA UMA ÚNICA PRORROGAÇÃO, APÓS O ADVENTO DA LEI 14.230/21.” (GRIFOS ORIGINAIS) COMPULSANDO OS FÓLIOS DO INQUÉRITO CIVIL (SIMP Nº 000009-295/2021), VERIFICA-SE QUE, EM 28 DE JULHO DE 2022, O PRESIDENTE DO FEITO, TENDO EM VISTA A

NECESSIDADE DE REALIZAÇÃO DE DILIGÊNCIAS COMPLEMENTARES, PRORROGOU O PRAZO DE CONCLUSÃO DO PRESENTE PROCEDIMENTO POR MAIS UM ANO. VEJAMOS (ID 54059890): (...) CONSIDERANDO QUE O FEITO AINDA NÃO FOI PRORROGADO A CRITÉRIO DE SEU PRESIDENTE; CONTUDO, PASSADO MAIS DE 01(UM) ANO DESDE SUA INSTAURAÇÃO, NÃO SE ENCONTRA PROBATORIAMENTE MADURO, CARECENDO DE MAIORES PROVIDÊNCIAS MINISTERIAIS; (....) RESOLVE: PRORROGAR O PRAZO PARA CONCLUSÃO DA PRESENTE INVESTIGAÇÃO POR MAIS 01(UM) ANO, POIS INDISPENSÁVEIS MAIORES ELEMENTOS DE PROVA PARA A FORMAÇÃO DA CONVICÇÃO DESTE ÓRGÃO DE EXECUÇÃO. VERIFICA-SE QUE, TENDO SIDO EFETIVADA UMA PRORROGAÇÃO DE PRAZO DO PRESENTE INQUISITÓRIO APÓS A VIGÊNCIA DA LEI Nº 14.230/2021, RESTA INVIABILIZADA A REITERAÇÃO DA PROVIDÊNCIA, POR EXPRESSA VEDAÇÃO LEGAL. ASSIM, FAZ-SE NECESSÁRIO QUE O PRESIDENTE DO FEITO, SE ASSIM ENTENDER CABÍVEL, PROPONHA AÇÃO CIVIL PÚBLICA PARA PROMOVER A RESPONSABILIZAÇÃO DEVIDA PELO ATO DE IMPROBIDADE PRATICADO, CASO EXISTAM FUNDAMENTOS BASTANTES PARA ISSO, OU, CASO CONTRÁRIO, PROMOVA O ARQUIVAMENTO DO PROCEDIMENTO. NESSES TERMOS, NÃO HOMOLOGO O PRESENTE PEDIDO DE PRORROGAÇÃO DE PRAZO, EM ATENÇÃO AO PRINCÍPIO DA CELERIDADE PROCESSUAL, PREVISTO NO ART. 5º, INCISO LXXVIII, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988, E AO DISPOSTO NO ART. 23, § 2º, DA LEI Nº 8.429/92, COM A REDAÇÃO DADA PELA LEI Nº 14.230/2021, E O FAÇO AD REFERENDUM DO CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO, NOS TERMOS DO ART. 17, INCISO XIV, DO RICSMP (RESOLUÇÃO CSMP Nº 03/2017). **EGRÉGIO CONSELHO SUPERIOR, À UNANIMIDADE, REFERENDOU A DECISÃO MONOCRÁTICA PROFERIDA.**

2.5 RELATOR: DR. HUGO DE SOUSA CARDOSO.

2.5.1 INQUÉRITO CIVIL (SIMP Nº 000035-082/2017). PROCEDIMENTO ELETRÔNICO ORIGEM: PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE BOM JESUS. ASSUNTO: APURAR DENÚNCIA DE POSSÍVEL APROPRIAÇÃO INDEVIDA OU IRREGULAR DE TERRAS PÚBLICAS ATRAVÉS DE FRAUDE/GRILAGEM DE TERRAS NA DATA TAQUARI, NOS MUNICÍPIOS DE ALVORADA DO GURGUEIA/PI, MANOEL EMÍDIO/PI E PALMEIRA DO PIAUÍ/PI. PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO. PROMOTOR DE JUSTIÇA: MÁRCIO GIORGI CARCARÁ ROCHA. **RELATOR: DR. HUGO DE SOUSA CARDOSO.** INQUÉRITO CIVIL-APURAR DENÚNCIA DE POSSÍVEL APROPRIAÇÃO INDEVIDA OU IRREGULAR DE TERRAS PÚBLICAS ATRAVÉS DE FRAUDE/GRILAGEM DE TERRAS NA DATA TAQUARI, NOS MUNICÍPIOS DE ALVORADA DO GURGUEIA/PI, MANOEL EMÍDIO/PI E PALMEIRA DO PIAUÍ/PI JUDICIALIZAÇÃO DO OBJETO INVESTIGADO. DESPICIENDA A REMESSA DOS AUTOS DE INQUÉRITO CIVIL OU DO PROCEDIMENTO INVESTIGATIVO PRELIMINAR AO CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO, QUANDO TAIS PROCEDIMENTOS ENSEJAREM O AJUIZAMENTO DE AÇÃO JUDICIAL, DEVENDO O MEMBRO COMUNICAR POR OFÍCIO A ESTE ÓRGÃO COLEGIADO, INSTRUÍDO COM DOCUMENTOS COMPROBATÓRIOS MATÉRIA JUDICIALIZADA – APLICAÇÃO DA SÚMULA Nº 03 DO CSMP. NÃO HOMOLOGAÇÃO DA PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO. RECEBIMENTO DA DECISÃO COMO COMUNICAÇÃO. **EGRÉGIO CONSELHO SUPERIOR, À UNANIMIDADE, NÃO HOMOLOGOU A PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO E RECEBEU A DECISÃO COMO COMUNICAÇÃO, NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR. JULGADO EM 22.09.2023, NA 2ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DO CSMP-PI DE 2023.**

2.5.2 INQUÉRITO CIVIL (SIMP Nº 000825-059/2019). PROCEDIMENTO ELETRÔNICO ORIGEM: 2ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE JOSÉ DE FREITAS ASSUNTO: APURAR A CONTRATAÇÃO DOS “PROCURADORES MUNICIPAIS”. PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO. PROMOTOR DE JUSTIÇA: FLÁVIO TEIXEIRA DE ABREU JÚNIOR. **RELATOR: DR. HUGO DE SOUSA CARDOSO.** INQUÉRITO CIVIL -

APURAR A CONTRATAÇÃO DOS “PROCURADORES MUNICIPAIS” JUDICIALIZAÇÃO DO OBJETO INVESTIGADO. DESPICIENDA A REMESSA DOS AUTOS DE INQUÉRITO CIVIL OU DO PROCEDIMENTO INVESTIGATIVO PRELIMINAR AO CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO, QUANDO TAIS PROCEDIMENTOS ENSEJAREM O AJUIZAMENTO DE AÇÃO JUDICIAL, DEVENDO O MEMBRO COMUNICAR POR OFÍCIO A ESTE ÓRGÃO COLEGIADO, INSTRUÍDO COM DOCUMENTOS COMPROBATÓRIOS MATÉRIA JUDICIALIZADA – APLICAÇÃO DA SÚMULA Nº 03 DO CSMP. NÃO HOMOLOGAÇÃO DA PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO. RECEBIMENTO DA DECISÃO COMO COMUNICAÇÃO. **EGRÉGIO CONSELHO SUPERIOR, À UNANIMIDADE, NÃO HOMOLOGOU A PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO E RECEBEU A DECISÃO COMO COMUNICAÇÃO, NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR. JULGADO EM 22.09.2023, NA 2ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DO CSMP-PI DE 2023.**

2.5.3 INQUÉRITO CIVIL (SIMP Nº 000142-376/2021). PROCEDIMENTO ELETRÔNICO. ORIGEM: 4ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE SÃO RAIMUNDO NONATO. ASSUNTO: APURAR A EXISTÊNCIA, REGULAMENTAÇÃO E ALIMENTAÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE SÃO LOURENÇO/PI. PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO. PROMOTOR DE JUSTIÇA: GABRIELA ALMEIDA DE SANTANA. **RELATOR: DR. HUGO DE SOUSA CARDOSO.** INQUÉRITO CIVIL – APURAR A EXISTÊNCIA, REGULAMENTAÇÃO E ALIMENTAÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE SÃO LOURENÇO/PI. APÓS REGULAR INSTRUÇÃO CONSTATOU QUE MUNICIPALIDADE DE SÃO LOURENÇO ESTÁ EM PROCESSO DE IMPLEMENTAÇÃO E COLOCAÇÃO EM FUNCIONAMENTO DO FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE. EXAURIMENTO SUPERVENIENTE DO OBJETO. AUSÊNCIA DE ELEMENTOS DE CONVICÇÃO QUE DEMONSTREM POSSÍVEL IRREGULARIDADE E JUSTIFIQUEM O PROSSEGUIMENTO DO PRESENTE FEITO. HOMOLOGAÇÃO DA PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO. **EGRÉGIO CONSELHO SUPERIOR, À UNANIMIDADE, HOMOLOGOU A PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO, NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR. JULGADO EM 22.09.2023, NA 2ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DO CSMP-PI DE 2023.**

2.5.4 INQUÉRITO CIVIL (SIMP Nº 000013-088/2016). PROCEDIMENTO ELETRÔNICO ORIGEM: 2ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE PICOS ASSUNTO: AVERIGUAR E ACOMPANHAR AS CONDIÇÕES DE TRABALHO E ESTRUTURAÇÃO DO CONSELHO TUTELAR DE PICOS-PI. PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO. PROMOTORA DE JUSTIÇA: ITANIELI ROTONDO SÁ. **RELATOR: DR. HUGO DE SOUSA CARDOSO.** INQUÉRITO CIVIL– AVERIGUAR E ACOMPANHAR AS CONDIÇÕES DE TRABALHO E ESTRUTURAÇÃO DO CONSELHO TUTELAR DE PICOS-PI. APÓS A INTERVENÇÃO MINISTERIAL FORAM SANADAS TODAS AS IRREGULARIDADES, NO QUE SE REFERE AS CONDIÇÕES DE TRABALHO E ESTRUTURAÇÃO DO CONSELHO TUTELAR DE PICOS-PI. RECOMENDAÇÃO ADMINISTRATIVA CUMPRIDA EM SUA INTEGRALIDADE. EXAURIMENTO SUPERVENIENTE DO OBJETO. NÃO SE VISLUMBRAM FUNDAMENTOS OU JUSTA CAUSA PARA O PROSSEGUIMENTO DO PRESENTE PROCEDIMENTO. DESNECESSIDADE DE NOVAS DILIGÊNCIAS, EX VI ART. 9º, CAPUT, DA LEI 7.347/85. HOMOLOGAÇÃO DA PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO. **EGRÉGIO CONSELHO SUPERIOR, À UNANIMIDADE, HOMOLOGOU A PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO, NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR. JULGADO EM 22.09.2023, NA 2ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DO CSMP-PI DE 2023.**

2.5.5 INQUÉRITO CIVIL (SIMP Nº 000076-383/2021). PROCEDIMENTO ELETRÔNICO ORIGEM: 29ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE TERESINA. ASSUNTO: APURAR AS CONDIÇÕES EM QUE OCORREU O CONCURSO DA POLÍCIA FEDERAL, QUANTO AO CUMPRIMENTO DA LEGISLAÇÃO SANITÁRIA. PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO. PROMOTOR DE JUSTIÇA: ENY MARCOS VIEIRA PONTES **RELATOR:**

DR. HUGO DE SOUSA CARDOSO. INQUÉRITO CIVIL–APURAR AS CONDIÇÕES EM QUE OCORREU O CONCURSO DA POLÍCIA FEDERAL, QUANTO AO CUMPRIMENTO DA LEGISLAÇÃO SANITÁRIA. APÓS REGULAR INSTRUÇÃO, CONSTATOU-SE QUE FORAM TOMADAS AS DEVIDAS PROVIDÊNCIAS E QUE NÃO FOI POSSÍVEL A INTERVENÇÃO DA GEVISA/FMS NA REALIZAÇÃO DO CONCURSO DA POLÍCIA FEDERAL, EM RAZÃO DE NÃO TER TOMADO CONHECIMENTO ANTES DA REALIZAÇÃO DAS PROVAS. ADEMAIS, FORAM DIVULGADOS DECRETOS COM MEDIDAS PREVENTIVAS À PROPAGAÇÃO DA COVID-19. EXAURIMENTO SUPERVENIENTE DO OBJETO. NÃO SE VISLUMBRAM FUNDAMENTOS OU JUSTA CAUSA PARA O PROSSEGUIMENTO DO PRESENTE PROCEDIMENTO, DESNECESSIDADE DE NOVAS DILIGÊNCIAS, EX VI ART. 9º, CAPUT, DA LEI 7.347/85. HOMOLOGAÇÃO DA PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO. **EGRÉGIO CONSELHO SUPERIOR, À UNANIMIDADE, HOMOLOGOU A PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO, NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR. JULGADO EM 22.09.2023, NA 2ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DO CSMP-PI DE 2023.**

2.5.6 INQUÉRITO CIVIL (SIMP Nº 000125-172/2019). PROCEDIMENTO ELETRÔNICO ORIGEM: 24ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE TERESINA. ASSUNTO: APURAR A SITUAÇÃO IRREGULAR DE CONSTRUÇÃO DE MURO EXISTENTE NO CRUZAMENTO DA AVENIDA MIGUEL ROSA, Nº 7295, COM A BR 316, NA LATERAL DO ELEVADO (VIATUDUTO) QUE DIFICULTA O ACESSO À AVENIDA MIGUEL ROSA. PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO. PROMOTOR DE JUSTIÇA: CARMELINA MARIA MENDES DE MOURA. **RELATOR: DR. HUGO DE SOUSA CARDOSO.** INQUÉRITO CIVIL – APURAR A SITUAÇÃO IRREGULAR DE CONSTRUÇÃO DE MURO EXISTENTE NO CRUZAMENTO DA AVENIDA MIGUEL ROSA, Nº 7295, COM A BR 316, NA LATERAL DO ELEVADO (VIATUDUTO) QUE DIFICULTA O ACESSO À AVENIDA MIGUEL ROSA, COLOCANDO EM RISCO QUEM TRAFEGA NO LOCAL, VISANDO BUSCAR RESOLUTIVIDADE DA DEMANDA. A DOCUMENTAÇÃO OBTIDA PELO ÓRGÃO MINISTERIAL EVIDENCIA A RESOLUTIVIDADE DA DEMANDA, HAJA VISTA A DEMOLIÇÃO DO MURO, POR CONSEGUINTE, RESULTOU NO PLENO ACESSO DO TRÁFEGO DE VEÍCULOS E TRANSEUNTES NA VIA EM QUESTÃO. EXAURIMENTO SUPERVENIENTE DO OBJETO. DESNECESSIDADE DE NOVAS DILIGÊNCIAS, EX VI ART. 9º, CAPUT, DA LEI 7.347/85. HOMOLOGAÇÃO DA PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO. **EGRÉGIO CONSELHO SUPERIOR, À UNANIMIDADE, HOMOLOGOU A PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO, NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR. JULGADO EM 22.09.2023, NA 2ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DO CSMP-PI DE 2023.**

2.5.7 INQUÉRITO CIVIL (SIMP Nº 000056-189/2015). PROCEDIMENTO ELETRÔNICO ORIGEM: 3ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE SÃO RAIMUNDO NONATO/PI. ASSUNTO: ACOMPANHAR O CUMPRIMENTO, POR PARTE DO MUNICÍPIO DE JACOBINA DO PIAUÍ – PI, AO DISPOSTO NA LEI MUNICIPAL Nº 133/2009, NO QUE TOCA À CARGA MÍNIMA DE 1/3 DA JORNADA PARA O DESEMPENHO DE ATIVIDADES DESTINADAS À PREPARAÇÃO E À AVALIAÇÃO DE TRABALHO DIDÁTICO NA ESCOL. PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO. PROMOTOR DE JUSTIÇA: JORGE LUIZ DA COSTA PESSOA. **RELATOR: DR. HUGO DE SOUSA CARDOSO.** INQUÉRITO CIVIL- ACOMPANHAR O CUMPRIMENTO, POR PARTE DO MUNICÍPIO DE JACOBINA DO PIAUÍ – PI, AO DISPOSTO NA LEI MUNICIPAL Nº 133/2009, NO QUE TOCA À CARGA MÍNIMA DE 1/3 DA JORNADA PARA O DESEMPENHO DE ATIVIDADES DESTINADAS À PREPARAÇÃO E À AVALIAÇÃO DE TRABALHO DIDÁTICO NA ESCOLA. O BOJO FÁTICO-PROBATÓRIO DOS AUTOS EVIDENCIA QUE AS IRREGULARIDADES FORAM SANADAS, VEZ QUE A MUNICIPALIDADE VEM CUMPRINDO O INTEGRAL CUMPRIMENTO DA CARGA HORÁRIA MÍNIMA DE 1/3(UM TERÇO) PREVISTA NA LEI Nº 133/2009. NÃO VISLUMBRADOS ELEMENTOS DE CONVICÇÃO MÍNIMOS QUE JUSTIFIQUEM O PROSSEGUIMENTO DO PRESENTE PROCEDIMENTO. HOMOLOGAÇÃO DA PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO. **EGRÉGIO CONSELHO SUPERIOR, À UNANIMIDADE, HOMOLOGOU A**

PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO, NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR. JULGADO EM 22.09.2023, NA 2ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DO CSMP-PI DE 2023.

2.5.8 PROCEDIMENTO PREPARATÓRIO (SIMP Nº 000045-027/2022). PROCEDIMENTO ELETRÔNICO ORIGEM: 12ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE TERESINA. ASSUNTO: APURAR A SUSPENSÃO DAS CIRURGIAS BARIÁTRICAS NO HOSPITAL GETÚLIO VARGAS. PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO. PROMOTOR DE JUSTIÇA: ENY MARCOS VIEIRA PONTES **RELATOR: DR. HUGO DE SOUSA CARDOSO.** PROCEDIMENTO PREPARATÓRIO– APURAR A SUSPENSÃO DAS CIRURGIAS BARIÁTRICAS NO HOSPITAL GETÚLIO VARGAS. APÓS REGULAR INSTRUÇÃO, CONSTATOU-SE QUE AS CIRURGIAS BARIÁTRICAS FORAM RETOMADAS NO HOSPITAL GETÚLIO VARGAS. EXAURIMENTO SUPERVENIENTE DO OBJETO. NÃO SE VISLUMBRAM FUNDAMENTOS OU JUSTA CAUSA PARA O PROSSEGUIMENTO DO PRESENTE PROCEDIMENTO, DESNECESSIDADE DE NOVAS DILIGÊNCIAS, EX VI ART. 9º, CAPUT, DA LEI 7.347/85. **HOMOLOGAÇÃO DA PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO. EGRÉGIO CONSELHO SUPERIOR, À UNANIMIDADE, HOMOLOGOU A PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO, NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR. JULGADO EM 22.09.2023, NA 2ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DO CSMP-PI DE 2023.**

2.5.9 PROCEDIMENTO PREPARATÓRIO (SIMP Nº 000163-426/2023). PROCEDIMENTO ELETRÔNICO ORIGEM: 12ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE TERESINA. ASSUNTO: APURAR A DEMORA NA REALIZAÇÃO DE CIRURGIA DE HÉRNIA INGUINAL NO HOSPITAL DA POLÍCIA MILITAR NECESSÁRIA AO RECLAMANTE. PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO. PROMOTOR DE JUSTIÇA: ENY MARCOS VIEIRA PONTES. **RELATOR: DR. HUGO DE SOUSA CARDOSO.** PROCEDIMENTO PREPARATÓRIO– VIABILIZAR EXAME DE ULTRASSOM DO OLHO, BEM COMO A DEMORA NA REALIZAÇÃO DE CIRURGIA DE HÉRNIA INGUINAL NO HOSPITAL DA POLICIA MILITAR QUE O SR. COSME HERMÍNIO CHAVES NECESSITA. APÓS ANÁLISE DETIDA DOS AUTOS, CONSTATOU-SE QUE O NOTICIANTE REALIZOU A CIRURGIA DE HERNIA INGUINAL NO HOSPITAL DA POLÍCIA MILITAR, BEM COMO FORA REALIZADO O EXAME DE ULTRASSOM DO OLHO, RESTANDO SOLUCIONADA A PRESENTE DEMANDA. EXAURIMENTO SUPERVENIENTE DO OBJETO. NÃO SE VISLUMBRAM FUNDAMENTOS OU JUSTA CAUSA PARA O PROSSEGUIMENTO DO PRESENTE PROCEDIMENTO. DESNECESSIDADE DE NOVAS DILIGÊNCIAS, EX VI ART. 9º, CAPUT, DA LEI 7.347/85. **HOMOLOGAÇÃO DA PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO. EGRÉGIO CONSELHO SUPERIOR, À UNANIMIDADE, HOMOLOGOU A PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO, NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR. JULGADO EM 22.09.2023, NA 2ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DO CSMP-PI DE 2023.**

2.5.10 INQUÉRITO CIVIL (SIMP Nº 000491-230/2019). PROCEDIMENTO ELETRÔNICO ORIGEM: PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE INHUMA. ASSUNTO: APURAR SUPOSTAS IRREGULARIDADES NO PROCESSO DE ABASTECIMENTO E FORNECIMENTO DE ÁGUA AOS MORADORES DA LOCALIDADE ALMESQUEIRA, ZONA RURAL DO MUNICÍPIO DE INHUMA-PI. PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO. PROMOTORA DE JUSTIÇA: EMMANUELLE MARTINS NEIVA DANTAS RODRIGUES BELO. **RELATOR: DR. HUGO DE SOUSA CARDOSO.** INQUÉRITO CIVIL - APURAR SUPOSTAS IRREGULARIDADES NO PROCESSO DE ABASTECIMENTO E FORNECIMENTO DE ÁGUA AOS MORADORES DA LOCALIDADE ALMESQUEIRA, ZONA RURAL DO MUNICÍPIO DE INHUMA-PI. O BOJO FÁTICO PROBATÓRIO EVIDENCIA QUE NÃO HÁ MAIS DESVIOS IRREGULARES DE CANALIZAÇÃO, POR CONSEGUINTE, O ABASTECIMENTO DE ÁGUA PASSOU A FUNCIONAR NORMALMENTE. NÃO VISLUMBRADOS ELEMENTOS DE CONVICÇÃO MÍNIMOS QUE DEMONSTREM POSSÍVEL IMPROBIDADE. **HOMOLOGAÇÃO DA PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO. EGRÉGIO CONSELHO SUPERIOR, À**

UNANIMIDADE, HOMOLOGOU A PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO, NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR. JULGADO EM 22.09.2023, NA 2ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DO CSMP-PI DE 2023.

2.5.11 INQUÉRITO CIVIL (SIMP Nº 000188-027/2019). PROCEDIMENTO ELETRÔNICO ORIGEM: 12ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE TERESINA. ASSUNTO: APURAR IRREGULARIDADES NA NOVA CENTRAL DE MATERIAL DE ESTERILIZAÇÃO DO HOSPITAL INFANTIL LUCÍDIO PORTELLA. PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO. PROMOTOR DE JUSTIÇA: ENY MARCOS VIEIRA PONTES **RELATOR: DR. HUGO DE SOUSA CARDOSO.** INQUÉRITO CIVIL– APURAR IRREGULARIDADES NA NOVA CENTRAL DE MATERIAL DE ESTERILIZAÇÃO DO HOSPITAL INFANTIL LUCÍDIO PORTELLA. O BOJO FÁTICO-PROBATÓRIO DOS AUTOS EVIDENCIA QUE FORAM ADOTADAS TODAS AS MEDIDAS NECESSÁRIAS PARA A REGULARIZAÇÃO DA NOVA CENTRAL DE MATERIAL DE ESTERILIZAÇÃO DO HOSPITAL INFANTIL LUCÍDIO PORTELLA, VEZ QUE FORAM REALIZADAS MANUTENÇÕES CORRETIVAS NOS EQUIPAMENTOS DO SETOR E HÁ A QUANTIDADE ADEQUADA DE PROFISSIONAIS TÉCNICOS DE ENFERMAGEM E ENFERMEIROS NA CME. EXAURIMENTO SUPERVENIENTE DO OBJETO. NÃO SE VISLUMBRAM FUNDAMENTOS OU JUSTA CAUSA PARA O PROSSEGUIMENTO DO PRESENTE PROCEDIMENTO, DESNECESSIDADE DE NOVAS DILIGÊNCIAS, EX VI ART. 9º, CAPUT, DA LEI 7.347/85. 5. HOMOLOGAÇÃO DA PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO. **EGRÉGIO CONSELHO SUPERIOR, À UNANIMIDADE, HOMOLOGOU A PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO, NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR. JULGADO EM 22.09.2023, NA 2ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DO CSMP-PI DE 2023.**

2.5.12 INQUÉRITO CIVIL (SIMP Nº 000084-214/2021). PROCEDIMENTO ELETRÔNICO ORIGEM: PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE SIMPLÍCIO MENDES. ASSUNTO: APURAR A PRESTAÇÃO DE CONTAS, EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2015, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SIMPLÍCIO MENDES/PI, GESTORA MARIA DO CEO DAMASCENO MOURA FÉ, ATRAVÉS DE PEÇAS ENCAMINHADAS PELO TCE-PI. PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO. PROMOTOR DE JUSTIÇA: CARLOS ROGÉRIO BESERRA DA SILVA **RELATOR: DR. HUGO DE SOUSA CARDOSO.** INQUÉRITO CIVIL – APURAR A PRESTAÇÃO DE CONTAS, EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2015, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SIMPLÍCIO MENDES/PI, GESTORA MARIA DO CEO DAMASCENO MOURA FÉ, ATRAVÉS DE PEÇAS ENCAMINHADAS PELO TCE-PI. O BOJO FÁTICO-PROBATÓRIO DOS AUTOS EVIDENCIA INEXISTÊNCIA DE IRREGULARIDADES E DANO AO ERÁRIO. HIPÓTESE DE INCIDÊNCIA DA ORIENTAÇÃO DA SÚMULA CSMPPI Nº 05 QUE AUTORIZA O ARQUIVAMENTO QUANDO NÃO IDENTIFICADO DANO AO ERÁRIO PELAS DIRETORIAS DE FISCALIZAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL (DFAM) OU DE FISCALIZAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO ESTADUAL (DFAE) DO TCE-PI. ESGOTAMENTO DE TODAS AS POSSIBILIDADES DE DILIGÊNCIAS. AUSÊNCIA DE JUSTA CAUSA PARA PROPOSITURA DE AÇÃO CIVIL PÚBLICA. HOMOLOGAÇÃO DA PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO. **EGRÉGIO CONSELHO SUPERIOR, À UNANIMIDADE, HOMOLOGOU A PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO, NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR. JULGADO EM 22.09.2023, NA 2ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DO CSMP-PI DE 2023.**

2.5.13 INQUÉRITO CIVIL (SIMP Nº 000025-342/2018). PROCEDIMENTO ELETRÔNICO ORIGEM: PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE SIMPLÍCIO MENDES. ASSUNTO: APURAR POSSÍVEIS IRREGULARIDADES QUANTO A FRAUDES EM LICITAÇÕES REALIZADAS PELA PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SANTO INÁCIO DO PIAUÍ, NO ANO DE 2013. PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO. PROMOTORA DE JUSTIÇA: EMMANUELLE MARTINS NEIVA DANTAS RODRIGUES BELO. **RELATOR: DR. HUGO DE SOUSA CARDOSO.** INQUÉRITO CIVIL – APURAR POSSÍVEIS IRREGULARIDADES QUANTO A FRAUDES EM LICITAÇÕES REALIZADAS PELA PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SANTO INÁCIO DO PIAUÍ, NO ANO DE 2013. O BOJO FÁTICO-PROBATÓRIO DOS AUTOS EVIDENCIA INEXISTÊNCIA DE IRREGULARIDADES E DANO AO ERÁRIO. HIPÓTESE DE INCIDÊNCIA DA

ORIENTAÇÃO DA SÚMULA CSMPI Nº 05 QUE AUTORIZA O ARQUIVAMENTO QUANDO NÃO IDENTIFICADO DANO AO ERÁRIO PELAS DIRETORIAS DE FISCALIZAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL (DFAM) OU DE FISCALIZAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO ESTADUAL (DFAE) DO TCE-PI. ESGOTAMENTO DE TODAS AS POSSIBILIDADES DE DILIGÊNCIAS. AUSÊNCIA DE JUSTA CAUSA PARA PROPOSITURA DE AÇÃO CIVIL PÚBLICA. HOMOLOGAÇÃO DA PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO. **EGRÉGIO CONSELHO SUPERIOR, À UNANIMIDADE, HOMOLOGOU A PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO, NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR. JULGADO EM 22.09.2023, NA 2ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DO CSMP-PI DE 2023.**

2.5.14 INQUÉRITO CIVIL (SIMP Nº 000455-237/2019). PROCEDIMENTO ELETRÔNICO ORIGEM: PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE SIMPLÍCIO MENDES. ASSUNTO: APURAR SUPOSTO ATO DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA CONSISTENTE NO SUPERFATURAMENTO DE PREÇOS E QUANTITATIVOS NA AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEIS PARA A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA NO EXERCÍCIO DE 2018 PELO MUNICÍPIO DE RIBEIRA DO PIAUÍ/PI. PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO. PROMOTORA DE JUSTIÇA: EMMANUELLE MARTINS NEIVA DANTAS RODRIGUES BELO. **RELATOR: DR. HUGO DE SOUSA CARDOSO.** INQUÉRITO CIVIL –APURAR SUPOSTO ATO DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA CONSISTENTE NO SUPERFATURAMENTO DE PREÇOS E QUANTITATIVOS NA AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEIS PARA A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA NO EXERCÍCIO DE 2018 PELO MUNICÍPIO DE RIBEIRA DO PIAUÍ/PI. O BOJO FÁTICO-PROBATÓRIO DOS AUTOS EVIDENCIA INEXISTÊNCIA DE IRREGULARIDADES E DANO AO ERÁRIO. HIPÓTESE DE INCIDÊNCIA DA ORIENTAÇÃO DA SÚMULA CSMPI Nº 05 QUE AUTORIZA O ARQUIVAMENTO QUANDO NÃO IDENTIFICADO DANO AO ERÁRIO PELAS DIRETORIAS DE FISCALIZAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL (DFAM) OU DE FISCALIZAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO ESTADUAL (DFAE) DO TCE-PI. ESGOTAMENTO DE TODAS AS POSSIBILIDADES DE DILIGÊNCIAS. AUSÊNCIA DE JUSTA CAUSA PARA PROPOSITURA DE AÇÃO CIVIL PÚBLICA. HOMOLOGAÇÃO DA PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO. **EGRÉGIO CONSELHO SUPERIOR, À UNANIMIDADE, HOMOLOGOU A PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO, NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR. JULGADO EM 22.09.2023, NA 2ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DO CSMP-PI DE 2023.**

2.5.15 INQUÉRITO CIVIL (SIMP Nº 000124-095/2020). PROCEDIMENTO ELETRÔNICO ORIGEM: 2ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE SÃO RAIMUNDO NONATO ASSUNTO: INVESTIGAR AS IRREGULARIDADES APONTADAS PELO TCE-PI (TC/003062/2016) NAS CONTAS DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE SÃO BRAZ DO PIAUÍ, EXERCÍCIO DE 2016, DE RESPONSABILIDADE DO ENTÃO PREFEITO PERIVALDO CAMPOS BRAGA E DA GESTORA DE FUNDOS, JUÇARA PAES LANDIM BRAGA PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO. PROMOTOR DE JUSTIÇA: GABRIELA ALMEIDA DE SANTANA. **RELATOR: DR. HUGO DE SOUSA CARDOSO.** INQUÉRITO CIVIL – INVESTIGAR AS IRREGULARIDADES APONTADAS PELO TCE-PI (TC/003062/2016) NAS CONTAS DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE SÃO BRAZ DO PIAUÍ, EXERCÍCIO DE 2016, DE RESPONSABILIDADE DO ENTÃO PREFEITO PERIVALDO CAMPOS BRAGA E DA GESTORA DE FUNDOS, JUÇARA PAES LANDIM BRAGA. AUSÊNCIA DE ATOS QUE CONFIGUREM IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA. EM RELAÇÃO AO DANO AO ERÁRIO, CONSTATADO DANO MANIFESTAMENTE INSIGNIFICANTE. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 08 DO E. CSMP. O ÓRGÃO DO MPE FICA DISPENSADO DE ADOTAR MEDIDAS RESSARCITÓRIAS QUANDO O VALOR ESTIMADO DO DANO AO ERÁRIO, CORRIGIDO MONETARIAMENTE, NÃO ULTRAPASSE 2.000 UFR. NÃO VISLUMBRADOS ELEMENTOS DE CONVICÇÃO MÍNIMOS QUE JUSTIFIQUEM O PROSSEGUIMENTO DO PRESENTE PROCEDIMENTO. HOMOLOGAÇÃO DA PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO. **EGRÉGIO CONSELHO SUPERIOR, À**

UNANIMIDADE, HOMOLOGOU A PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO, NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR. JULGADO EM 22.09.2023, NA 2ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DO CSMP-PI DE 2023.

2.5.16 INQUÉRITO CIVIL (SIMP Nº 000099-344/2022). PROCEDIMENTO ELETRÔNICO ORIGEM: 36ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE TERESINA. ASSUNTO: APURAR A PRESTAÇÃO DE CONTAS DE GESTÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS PARA MULHERES (SMPPM) – TERESINA/PI, EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2019, CUJAS CONTAS FORAM JULGADAS IRREGULARES PELO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PIAUÍ NO BOJO DO PROCESSO TC/022557/2019, POR MEIO DO QUAL FOI PROFERIDO O ACÓRDÃO Nº 261/2022 – SSC. PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO. PROMOTOR DE JUSTIÇA: EDILSON FARIAS. **RELATOR: DR. HUGO DE SOUSA CARDOSO.** INQUÉRITO CIVIL – APURAR A PRESTAÇÃO DE CONTAS DE GESTÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS PARA MULHERES (SMPPM) – TERESINA/PI, EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2019, CUJAS CONTAS FORAM JULGADAS IRREGULARES PELO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PIAUÍ NO BOJO DO PROCESSO TC/022557/2019, POR MEIO DO QUAL FOI PROFERIDO O ACÓRDÃO Nº 261/2022 – SSC. O BOJO FÁTICO-PROBATÓRIO DOS AUTOS EVIDENCIA INEXISTÊNCIA DE IRREGULARIDADES E DANO AO ERÁRIO. HIPÓTESE DE INCIDÊNCIA DA ORIENTAÇÃO DA SÚMULA CSMPPI Nº 05 QUE AUTORIZA O ARQUIVAMENTO QUANDO NÃO IDENTIFICADO DANO AO ERÁRIO PELAS DIRETORIAS DE FISCALIZAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL (DFAM) OU DE FISCALIZAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO ESTADUAL (DFAE) DO TCE-PI. ESGOTAMENTO DE TODAS AS POSSIBILIDADES DE DILIGÊNCIAS. AUSÊNCIA DE JUSTA CAUSA PARA PROPOSITURA DE AÇÃO CIVIL PÚBLICA. HOMOLOGAÇÃO DA PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO. **EGRÉGIO CONSELHO SUPERIOR, À UNANIMIDADE, HOMOLOGOU A PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO, NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR. JULGADO EM 22.09.2023, NA 2ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DO CSMP-PI DE 2023.**

2.5.17 INQUÉRITO CIVIL (SIMP Nº 000094-344/2021). PROCEDIMENTO ELETRÔNICO ORIGEM: 42ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE TERESINA. ASSUNTO: APURAR POSSÍVEL PRETERIÇÃO NA NOMEAÇÃO DE APROVADOS NO CONCURSO PÚBLICO DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PIAUÍ (ALEPI), REGIDO PELO EDITAL Nº 01/2019, EM RAZÃO DE CONTRATAÇÃO DE MÃO DE OBRA TERCEIRIZADA. PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO. PROMOTOR DE JUSTIÇA: RAFAEL MAIA NOGUEIRA. **RELATOR: DR. HUGO DE SOUSA CARDOSO.** INQUÉRITO CIVIL- APURAR POSSÍVEL PRETERIÇÃO NA NOMEAÇÃO DE APROVADOS NO CONCURSO PÚBLICO DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PIAUÍ (ALEPI), REGIDO PELO EDITAL Nº 01/2019, EM RAZÃO DE CONTRATAÇÃO DE MÃO DE OBRA TERCEIRIZADA. AUSÊNCIA DE ELEMENTOS CAPAZES DE SUBSIDIAR A CARACTERIZAÇÃO DE ATO DE IMPROBIDADE. NÃO RESTOU EVIDENCIADA A PRETERIÇÃO AO DIREITO PÚBLICO SUBJETIVO DOS APROVADOS NO CONCURSO DE SEREM NOMEADOS. NÃO VISLUMBRADOS ELEMENTOS DE CONVICÇÃO MÍNIMOS QUE JUSTIFIQUEM O PROSSEGUIMENTO DO PRESENTE PROCEDIMENTO. HOMOLOGAÇÃO DA PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO. **EGRÉGIO CONSELHO SUPERIOR, À UNANIMIDADE, HOMOLOGOU A PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO, NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR. JULGADO EM 22.09.2023, NA 2ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DO CSMP-PI DE 2023.**

2.5.18 INQUÉRITO CIVIL (SIMP Nº 000129-233/2019). PROCEDIMENTO ELETRÔNICO. ORIGEM: PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE CARACOL. ASSUNTO: APURAR POSSÍVEIS EMPRÉSTIMOS CONSIGNADOS JUNTO AO BANCO DO BRASIL E A CAIXA ECONÔMICA FEDERAL INCOMPATÍVEIS COM SEUS VENCIMENTOS, EXTRAPOLANDO A MARGEM CONSIGNÁVEL, À ÉPOCA DA DENÚNCIA. PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO. PROMOTOR DE JUSTIÇA: JOSÉ MARQUES LAGES NETO. **RELATOR: DR. HUGO DE SOUSA CARDOSO.** INQUÉRITO CIVIL. APURAR POSSÍVEIS EMPRÉSTIMOS

CONSIGNADOS JUNTO AO BANCO DO BRASIL E A CAIXA ECONÔMICA FEDERAL INCOMPATÍVEIS COM SEUS VENCIMENTOS, EXTRAPOLANDO A MARGEM CONSIGNÁVEL, À ÉPOCA DA DENÚNCIA. APÓS REGULAR INSTRUÇÃO, VERIFICOU-SE AUSÊNCIA DE QUALQUER IRREGULARIDADE. NÃO VISLUMBRADOS ELEMENTOS DE CONVICÇÃO MÍNIMOS QUE DEMONSTREM POSSÍVEL IMPROBIDADE. HOMOLOGAÇÃO DA PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO. **EGRÉGIO CONSELHO SUPERIOR, À UNANIMIDADE, HOMOLOGOU A PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO, NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR. JULGADO EM 22.09.2023, NA 2ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DO CSMP-PI DE 2023.**

2.5.19 INQUÉRITO CIVIL (SIMP Nº 000957-426/2022). PROCEDIMENTO ELETRÔNICO ORIGEM: 3ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE CAMPO MAIOR. ASSUNTO: APURAR POSSÍVEL AUSÊNCIA DE REGULAMENTO, PELO MUNICÍPIO DE CAMPO MAIOR, PARA AUTORIZAÇÃO DE USO DE SEUS BENS PÚBLICOS. PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO. PROMOTOR DE JUSTIÇA: MAURÍCIO GOMES DE SOUZA. **RELATOR: DR. HUGO DE SOUSA CARDOSO.** INQUÉRITO CIVIL – APURAR POSSÍVEL AUSÊNCIA DE REGULAMENTO, PELO MUNICÍPIO DE CAMPO MAIOR, PARA AUTORIZAÇÃO DE USO DE SEUS BENS PÚBLICOS. APÓS INTERVENÇÃO MINISTERIAL, VERIFICOU-SE QUE O MUNICÍPIO POSSUI REGULAMENTAÇÃO ESPECÍFICA, QUAL SEJA, LEI MUNICIPAL Nº 006/2017, A QUAL REGULAMENTA A PERMISSÃO DE USO DOS ESPAÇOS PÚBLICOS PERTENCENTES DO MUNICÍPIO DE CAMPO MAIOR, BEM COMO NÃO EXTRAPOLOU OS VALORES PREVISTOS NO DECRETO MUNICIPAL Nº 043/2023. NÃO SE VISLUMBRAM FUNDAMENTOS OU JUSTA CAUSA PARA O PROSSEGUIMENTO DO PRESENTE PROCEDIMENTO, DESNECESSIDADE DE NOVAS DILIGÊNCIAS, EX VI ART. 9º, CAPUT, DA LEI 7.347/85. HOMOLOGAÇÃO DA PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO. **EGRÉGIO CONSELHO SUPERIOR, À UNANIMIDADE, HOMOLOGOU A PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO, NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR. JULGADO EM 22.09.2023, NA 2ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DO CSMP-PI DE 2023.**

2.5.20 PROCEDIMENTO PREPARATÓRIO (SIMP Nº 000285-426/2021). PROCEDIMENTO ELETRÔNICO ORIGEM: 42ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE TERESINA. ASSUNTO: AVERIGUAR POSSÍVEIS IRREGULARIDADES NA DEMORA NA HOMOLOGAÇÃO DOS CADASTROS REALIZADOS NO SISTEMA DE CONTROLE E MONITORAMENTO DE CRIAÇÃO AMADORA DE PÁSSAROS (SIPASS) JUNTO À SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS DO PIAUÍ (SEMA). PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO. PROMOTOR DE JUSTIÇA: RAFAEL MAIA NOGUEIRA. **RELATOR: DR. HUGO DE SOUSA CARDOSO.** INQUÉRITO CIVIL – AVERIGUAR POSSÍVEIS IRREGULARIDADES NA DEMORA NA HOMOLOGAÇÃO DOS CADASTROS REALIZADOS NO SISTEMA DE CONTROLE E MONITORAMENTO DE CRIAÇÃO AMADORA DE PÁSSAROS (SIPASS) JUNTO À SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS DO PIAUÍ (SEMA) AUSENTE A DEMONSTRAÇÃO DE DOLO, ESPECÍFICO REQUISITO INDISPENSÁVEL PARA A PRÁTICA DE ATO DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA. NÃO VISLUMBRADOS ELEMENTOS DE CONVICÇÃO MÍNIMOS QUE DEMONSTREM POSSÍVEL IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA E JUSTIFIQUEM O PROSSEGUIMENTO DO PRESENTE PROCEDIMENTO. HOMOLOGAÇÃO DA PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO. **EGRÉGIO CONSELHO SUPERIOR, À UNANIMIDADE, HOMOLOGOU A PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO, NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR. JULGADO EM 22.09.2023, NA 2ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DO CSMP-PI DE 2023.**

2.5.21 INQUÉRITO CIVIL (SIMP Nº 000046-189/2016). PROCEDIMENTO ELETRÔNICO ORIGEM: PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE PAULISTANA. ASSUNTO: APURAR SUPOSTAS IRREGULARIDADES PRATICADAS PELO MUNICÍPIO DE BETÂNIA DO PIAUÍ-PI, QUE AFRONTARIAM OS PRINCÍPIOS DA

LEGALIDADE, MORALIDADE E IMPESSOALIDADE. PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO. PROMOTOR DE JUSTIÇA: JORGE LUIZ DA COSTA PESSOA. **RELATOR: DR. HUGO DE SOUSA CARDOSO.** INQUÉRITO CIVIL - APURAR SUPOSTAS IRREGULARIDADES PRATICADAS PELO MUNICÍPIO DE BETÂNIA DO PIAUÍ-PI, QUE AFRONTARIAM OS PRINCÍPIOS DA LEGALIDADE, MORALIDADE E IMPESSOALIDADE. O BOJO FÁTICO-PROBATÓRIO DOS AUTOS EVIDENCIA AUSÊNCIA DE ELEMENTOS CAPAZES DE SUBSIDIAR A CARACTERIZAÇÃO DE ATO DE IMPROBIDADE. AUSÊNCIA DE DEMONSTRAÇÃO DE IRREGULARIDADES. NÃO VISLUMBRADOS ELEMENTOS DE CONVICÇÃO MÍNIMOS QUE JUSTIFIQUEM O PROSSEGUIMENTO DO PRESENTE PROCEDIMENTO. HOMOLOGAÇÃO DA PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO. **EGRÉGIO CONSELHO SUPERIOR, À UNANIMIDADE, HOMOLOGOU A PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO, NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR. JULGADO EM 22.09.2023, NA 2ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DO CSMP-PI DE 2023.**

2.5.22 INQUÉRITO CIVIL (SIMP Nº 000637-201/2020). PROCEDIMENTO ELETRÔNICO ORIGEM: 1ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE CRISTINO CASTRO. ASSUNTO: APURAR POSSÍVEL CONTRATAÇÃO DE LOCAÇÃO DE VEÍCULO, POR MEIO DO INSTRUMENTO PÚBLICO Nº 2204202001/2020, PARA USO DAS EQUIPES DE SAÚDE E VIGILÂNCIA SANITÁRIA NO COMBATE AO COVID-19 E RASTREAMENTO DE CASOS SUSPEITOS. PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO. PROMOTOR DE JUSTIÇA: ROBERTO MONTEIRO CARVALHO. **RELATOR: DR. HUGO DE SOUSA CARDOSO.** INQUÉRITO CIVIL – APURAR POSSÍVEL CONTRATAÇÃO DE LOCAÇÃO DE VEÍCULO, POR MEIO DO INSTRUMENTO PÚBLICO Nº 2204202001/2020, PARA USO DAS EQUIPES DE SAÚDE E VIGILÂNCIA SANITÁRIA NO COMBATE AO COVID-19 E RASTREAMENTO DE CASOS SUSPEITOS. APÓS REGULAR INSTRUÇÃO, CONSTATOU-SE AUSÊNCIA DE QUALQUER IRREGULARIDADE, VEZ QUE O CONTRATO Nº 2204202001/2020 OBEDECEU AO DISPOSTO NO ART. 4º DA LEI Nº 13.979/20, VEZ QUE SE TRATOU DE UMA CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA, COM PRAZO DE VIGÊNCIA DE 03 (TRÊS) MESES. NÃO VISLUMBRADOS ELEMENTOS DE CONVICÇÃO MÍNIMOS QUE DEMONSTREM POSSÍVEL IMPROBIDADE. HOMOLOGAÇÃO DA PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO. **EGRÉGIO CONSELHO SUPERIOR, À UNANIMIDADE, HOMOLOGOU A PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO, NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR. JULGADO EM 22.09.2023, NA 2ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DO CSMP-PI DE 2023.**

2.5.23 INQUÉRITO CIVIL (SIMP Nº 000522-188/2020). PROCEDIMENTO ELETRÔNICO ORIGEM: PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE PAULISTANA. ASSUNTO: APURAR SUPOSTAS IRREGULARIDADES NA UTILIZAÇÃO DE BENS E FUNCIONÁRIO PÚBLICO. PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO. PROMOTOR DE JUSTIÇA: JORGE LUIZ DA COSTA PESSOA **RELATOR: DR. HUGO DE SOUSA CARDOSO.** INQUÉRITO CIVIL – APURAR SUPOSTAS IRREGULARIDADES NA UTILIZAÇÃO DE BENS E FUNCIONÁRIO PÚBLICO. AUSÊNCIA DE ELEMENTOS CAPAZES DE SUBSIDIAR A CARACTERIZAÇÃO DE ATO DE IMPROBIDADE. NÃO HÁ INDÍCIOS NOS AUTOS QUE CORROBOREM COM A EXISTÊNCIA DE CONDUTA DOLOSA, DE MODO QUE A AUSÊNCIA DESSE ELEMENTO SUBJETIVO, DESNATURA O ELEMENTO DO TIPO EM QUESTÃO. INEXISTÊNCIA DE ELEMENTOS DE CONVICÇÃO MÍNIMOS QUE JUSTIFIQUEM O PROSSEGUIMENTO DO PRESENTE PROCEDIMENTO. HOMOLOGAÇÃO DA PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO. **EGRÉGIO CONSELHO SUPERIOR, À UNANIMIDADE, HOMOLOGOU A PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO, NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR. JULGADO EM 22.09.2023, NA 2ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DO CSMP-PI DE 2023.**

2.5.24 INQUÉRITO CIVIL (SIMP Nº 000135-203/2021). PROCEDIMENTO ELETRÔNICO ORIGEM: PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE JERUMENHA. ASSUNTO: APURAR SUPOSTO ATO DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA E DANOS AO ERÁRIO PRATICADO PELO GESTOR DO MUNICÍPIO DE CANAVIEIRA,

JOAN DE ALBUQUERQUE ROCHA, BEM COMO PELA SECRETÁRIA DE EDUCAÇÃO, SRA. LUÍSA MARIA DE ALBUQUERQUE ROCHA FONSECA E PARTICULARES FERNANDO SILVA MARTINS, GILDETE VIEIRA DOS SANTOS, CLENILSON SOUSA OLIVEIRA, POSTO MAXX 4 LTDA ME E POSTO SAN MATHEUS LTDA. PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO. PROMOTOR DE JUSTIÇA: REGIS DE MORAES MARINHO. **RELATOR: DR. HUGO DE SOUSA CARDOSO.** INQUÉRITO CIVIL – APURAR SUPOSTO ATO DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA E DANOS AO ERÁRIO PRATICADO PELO GESTOR DO MUNICÍPIO DE CANAVIEIRA, JOAN DE ALBUQUERQUE ROCHA, BEM COMO PELA SECRETÁRIA DE EDUCAÇÃO, SRA. LUÍSA MARIA DE ALBUQUERQUE ROCHA FONSECA E PARTICULARES FERNANDO SILVA MARTINS, GILDETE VIEIRA DOS SANTOS, CLENILSON SOUSA OLIVEIRA, POSTO MAXX 4 LTDA ME E POSTO SAN MATHEUS LTDA. AUSÊNCIA DE PROVAS DE ATO DE IMPROBIDADE E DANO AO ERÁRIO. NÃO SE VISLUMBRARAM FUNDAMENTOS OU ELEMENTOS MÍNIMOS QUE JUSTIFIQUEM O PROSSEGUIMENTO DESTES FEITOS, BEM COMO A PROPOSITURA DE POSSÍVEL AÇÃO CIVIL PÚBLICA. ESGOTAMENTO DE TODAS AS POSSIBILIDADES DE DILIGÊNCIAS. HOMOLOGAÇÃO DA PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO. **EGRÉGIO CONSELHO SUPERIOR, À UNANIMIDADE, HOMOLOGOU A PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO, NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR. JULGADO EM 22.09.2023, NA 2ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DO CSMP-PI DE 2023.**

2.5.25 INQUÉRITO CIVIL (SIMP Nº 000165-344/2021). PROCEDIMENTO ELETRÔNICO ORIGEM: 2ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE ESPERANTINA/PI. ASSUNTO: INVESTIGAR SUPOSTA CUMULAÇÃO INDEVIDA DE CARGOS PÚBLICOS DE DIRETOR DE UNIDADE ESCOLAR FRANCISCA MARLUCE NUNES QUEIROZ – SEDUC/PI, COM CARGA HORÁRIA DE 40H, PROFESSOR DO MUNICÍPIO DE SÃO BERNARDO/MA, COM CARGA HORÁRIA DE 20H E COORDENADOR DO POLO UAPI DE MORRO DO CHAPÉU DO PIAUÍ, COM CARGA HORÁRIA DE 40H PELO SR. COSME RODRIGUES DE SOUSA. DECLÍNIO DE ATRIBUIÇÃO. PROMOTOR DE JUSTIÇA: ADRIANO FONTENELE SANTOS. **RELATOR: DR. HUGO DE SOUSA CARDOSO. RETIRADO DE PAUTA.**

2.5.26 INQUÉRITO CIVIL (SIMP Nº 000245-096/2017). PROCEDIMENTO ELETRÔNICO ORIGEM: 2ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE SÃO RAIMUNDO NONATO/PI. ASSUNTO: INVESTIGAR IRREGULARIDADES NA EXECUÇÃO DO CONTRATO N.002-C/2014, CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO DE SÃO BRAZ DO PIAUÍ E A CONSTRUTORA JURANDIR DE MAGALHÃES DEUSDARÁ-ME. DECLÍNIO DE ATRIBUIÇÃO. PROMOTOR DE JUSTIÇA: GABRIELA ALMEIDA DE SANTANA. **RELATOR: DR. HUGO DE SOUSA CARDOSO.** INQUÉRITO CIVIL– INVESTIGAR IRREGULARIDADES NA EXECUÇÃO DO CONTRATO N. 002-C/2014, CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO DE SÃO BRAZ DO PIAUÍ E A CONSTRUTORA JURANDIR DE MAGALHÃES DEUSDARÁ - ME VERBAS REPASSADAS POR FORÇA DE CONVÊNIO CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO EM REFERÊNCIA E UM FUNDO FEDERAL. INTERESSE DA UNIÃO IMPLICITAMENTE CARACTERIZADO. SÚMULA Nº 208 DO STJ. COMPETE À JUSTIÇA FEDERAL PROCESSAR E JULGAR PREFEITO MUNICIPAL, POR DESVIO DE VERBA SUJEITA A PRESTAÇÃO DE CONTAS PERANTE ÓRGÃO FEDERAL. HOMOLOGAÇÃO DO DECLÍNIO DE ATRIBUIÇÃO, NOS TERMOS DO ART. 9-A DA RESOLUÇÃO Nº 23/2007 DO CNMP. REMESSA DOS AUTOS AO MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL. **EGRÉGIO CONSELHO SUPERIOR, À UNANIMIDADE, HOMOLOGOU O DECLÍNIO DE ATRIBUIÇÕES AO MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR. JULGADO EM 22.09.2023, NA 2ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DO CSMP-PI DE 2023.**

2.5.27 INQUÉRITO CIVIL (SIMP Nº 000083-089/2021). PROCEDIMENTO ELETRÔNICO ORIGEM: 2ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE PICOS ASSUNTO: APURAR A REGULAMENTAÇÃO E ALIMENTAÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE DOM EXPEDIDO LOPES.

PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO. PROMOTORA DE JUSTIÇA: ITANIELI ROTONDO SÁ. **RELATOR: DR. HUGO DE SOUSA CARDOSO.** INQUÉRITO CIVIL –APURAR A REGULAMENTAÇÃO E ALIMENTAÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE DOM EXPEDIDO LOPES. CELEBRAÇÃO DE TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA COM O MUNICÍPIO DE DOM EXPEDIDO LOPES. PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO JÁ INSTAURADO PARA ACOMPANHAR O CUMPRIMENTO DAS CLÁUSULAS DO REFERIDO TAC. PERDA OBJETO DO INQUISITÓRIO, EM VIRTUDE AUTOCOMPOSIÇÃO. INEXISTINDO, ASSIM, FUNDAMENTO PARA A PROPOSITURA DE AÇÃO CIVIL PÚBLICA. HOMOLOGAÇÃO DA PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO. **EGRÉGIO CONSELHO SUPERIOR, À UNANIMIDADE, HOMOLOGOU A PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO, NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR. JULGADO EM 22.09.2023, NA 2ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DO CSMP-PI DE 2023.**

2.5.28 INQUÉRITO CIVIL (SIMP Nº 000407-284/2022). PROCEDIMENTO ELETRÔNICO ORIGEM: 1ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE BURITI DOS LOPES ASSUNTO: ADOTARAS PROVIDÊNCIAS CABÍVEIS PARA A ERRADICAÇÃO DO LIXÃO EM CÉU ABERTO NO MUNICÍPIO DE BURITI DOS LOPES E, TAMBÉM, AS RELACIONADAS À RECUPERAÇÃO DA ÁREA DEGRADADA E INSTALAÇÃO E OPERAÇÃO DAS ATIVIDADES DE DISPOSIÇÃO FINAL AMBIENTALMENTE ADEQUADA EM OUTRO LUGAR DEVIDAMENTE LICENCIADO. PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO. PROMOTOR DE JUSTIÇA: BELA. FRANCINEIDE DE SOUSA SILVA. **RELATOR: DR. HUGO DE SOUSA CARDOSO.** INQUÉRITO CIVIL – ADOTAR AS PROVIDÊNCIAS CABÍVEIS PARA A ERRADICAÇÃO DO LIXÃO EM CÉU ABERTO NO MUNICÍPIO DE BURITI DOS LOPES E, TAMBÉM, AS RELACIONADAS À RECUPERAÇÃO DA ÁREA DEGRADADA E INSTALAÇÃO E OPERAÇÃO DAS ATIVIDADES DE DISPOSIÇÃO FINAL AMBIENTALMENTE ADEQUADA EM OUTRO LUGAR DEVIDAMENTE LICENCIADO. CELEBRAÇÃO DE TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA COM O INVESTIGADO. ACOMPANHAMENTO DO TAC. SÚMULA Nº 02 CSMP/PI. NECESSIDADE DE ACOMPANHAMENTO DO CUMPRIMENTO DO REFERIDO TAC, MEDIANTE INSTAURAÇÃO DE PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO PRÓPRIO, CONFORME ART. 8º, INCISO I, DA RESOLUÇÃO 174/2017 CNMP. PERDA SUPERVENIENTE DO OBJETO DO INQUISITÓRIO. HOMOLOGAÇÃO DA PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO. **EGRÉGIO CONSELHO SUPERIOR, À UNANIMIDADE, HOMOLOGOU A PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO, BEM COMO DETERMINOU A INSTAURAÇÃO DE PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO PRÓPRIO PARA ACOMPANHAMENTO DO CUMPRIMENTO DAS CLÁUSULAS DO TAC CELEBRADO, NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR. JULGADO EM 22.09.2023, NA 2ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DO CSMP-PI DE 2023.**

2.5.29 INQUÉRITO CIVIL (SIMP Nº 001279-435/2022). PROCEDIMENTO ELETRÔNICO ORIGEM: 2ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE CAMPO MAIOR. ASSUNTO: REGULARIZAR VÍNCULOS PÚBLICOS DE PROFISSIONAIS NUTRICIONISTAS COM O MUNICÍPIO DE CAMPO MAIOR. PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO. PROMOTOR DE JUSTIÇA: MAURÍCIO GOMES DE SOUZA. **RELATOR: DR. HUGO DE SOUSA CARDOSO.** INQUÉRITO CIVIL – REGULARIZAR VÍNCULOS PÚBLICOS DE PROFISSIONAIS NUTRICIONISTAS COM O MUNICÍPIO DE CAMPO MAIOR. CELEBRAÇÃO DE TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA COM O INVESTIGADO. ACOMPANHAMENTO DO TAC. SÚMULA Nº 02 CSMP/PI. NECESSIDADE DE ACOMPANHAMENTO DO CUMPRIMENTO DO REFERIDO TAC, MEDIANTE INSTAURAÇÃO DE PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO PRÓPRIO, CONFORME ART. 8º, INCISO I, DA RESOLUÇÃO 174/2017 CNMP. HOMOLOGAÇÃO DA PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO. **EGRÉGIO CONSELHO SUPERIOR, À UNANIMIDADE, HOMOLOGOU A PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO, BEM COMO DETERMINOU A INSTAURAÇÃO DE PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO PRÓPRIO PARA ACOMPANHAMENTO DO CUMPRIMENTO DAS CLÁUSULAS DO**

TAC CELEBRADO, NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR. JULGADO EM 22.09.2023, NA 2ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DO CSMP-PI DE 2023.

2.5.30 NOTÍCIA DE FATO (SIMP Nº 000513-284/2022). PROCEDIMENTO ELETRÔNICO. ORIGEM: 1ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE BURITI DOS LOPES /PI. ASSUNTO: APURAR SUPOSTO EXERCÍCIO ILEGAL DA PROFISSÃO DE EDUCADOR FÍSICO NA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DO MUNICÍPIO DE CAXINGÓ – PI. RECURSO CONTRA A DECISÃO DE ARQUIVAMENTO. PROMOTOR DE JUSTIÇA: BELA. FRANCINEIDE DE SOUSA SILVA. **RELATOR: DR. HUGO DE SOUSA CARDOSO.** NOTÍCIA DE FATO – APURAR SUPOSTO EXERCÍCIO ILEGAL DA PROFISSÃO DE EDUCADOR FÍSICO NA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DO MUNICÍPIO DE CAXINGÓ – PI. AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE PROPOSTA PELA PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA EM FACE DA LEI ESTADUAL Nº 7.098/2018 (PROCESSO Nº 0757536-52.2020.8.18.0000) – O AJUIZAMENTO DE AÇÃO JUDICIAL PARA DISCUTIR A MATÉRIA OBJETO DA NOTÍCIA DE FATO É MOTIVO SUFICIENTE PARA O SEU ARQUIVAMENTO, CONFORME PRECEDENTES DO CSMP – MATÉRIA JUDICIALIZADA – INTELIGÊNCIA DA SÚMULA 03 DO CSMP – CONHECIMENTO DO RECURSO E, NO MÉRITO, NEGOU-LHE PROVIMENTO. MANUTENÇÃO DA DECISÃO DE ARQUIVAMENTO EM TODOS OS SEUS TERMOS. **EGRÉGIO CONSELHO SUPERIOR, À UNANIMIDADE, CONHECEU DO RECURSO E, NO MÉRITO, NEGOU-LHE PROVIMENTO, NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR. JULGADO EM 22.09.2023, NA 2ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DO CSMP-PI DE 2023.**

2.5.31 NOTÍCIA DE FATO (SIMP Nº 000431-205/2020). PROCEDIMENTO ELETRÔNICO. ORIGEM: 1ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE URUÇUÍ /PI. ASSUNTO: APURAR POSSÍVEL PRÁTICA DO DELITO DE FURTO COMETIDO POR LUÍS FERNANDO SANTOS JACINTO PENHA, EX-COMPANHEIRO DE MAYANNE MOTA GUIMARÃES. RECURSO CONTRA A DECISÃO DE ARQUIVAMENTO. PROMOTOR DE JUSTIÇA: EDGAR DOS SANTOS BANDEIRA FILHO. **RELATOR: DR. HUGO DE SOUSA CARDOSO.** NOTÍCIA DE FATO – APURAR POSSÍVEL PRÁTICA DO DELITO DE FURTO COMETIDO POR L. F. S. J. P., EX-COMPANHEIRO DE M. M. G. PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO, SOB O ARGUMENTO DE AUSÊNCIA DE JUSTA CAUSA PARA A PROMOÇÃO DA AÇÃO PENAL PÚBLICA E CONSIDERANDO QUE O CERNE DA QUESTÃO RESVALA SOBRE A DIVISÃO DOS BENS, ASSIM COMO ALIMENTOS GRAVÍDICOS E QUE AMBOS DEVEM SER RESOLVIDOS EM SEARA DIVERSA DA CRIMINAL. RAZÕES RECURSAIS INCAPAZES DE ENSEJAR A REFORMA DA DECISÃO DE ARQUIVAMENTO, CONHECIMENTO DO RECURSO E, NO MÉRITO, NEGOU-LHE PROVIMENTO. MANUTENÇÃO DA DECISÃO DE ARQUIVAMENTO EM TODOS OS SEUS TERMOS. **EGRÉGIO CONSELHO SUPERIOR, À UNANIMIDADE, CONHECEU DO RECURSO E, NO MÉRITO, NEGOU-LHE PROVIMENTO, NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR. JULGADO EM 22.09.2023, NA 2ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DO CSMP-PI DE 2023.**

2.5.32 NOTÍCIA DE FATO (SIMP Nº 000476-426/2023). PROCEDIMENTO ELETRÔNICO. ORIGEM: 1ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE ÁGUA BRANCA /PI. ASSUNTO: APURAÇÃO DE IRREGULARIDADES APONTADAS POR SERVIDORES/FUNCIÓNÁRIOS DO HOSPITAL MUNICIPAL SENADOR DIRCEU MENDES ARCOVERDE, POR DESCUMPRINDO DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL AOS PROFISSIONAIS DAS TÉCNICAS RADIOLÓGICAS NO QUE DIZ RESPEITO AO PAGAMENTO DE SALÁRIOS E DE INSALUBRIDADE. RECURSO CONTRA A DECISÃO DE ARQUIVAMENTO. PROMOTOR DE JUSTIÇA: NIELSEN SILVA MENDES LIMA. **RELATOR: DR. HUGO DE SOUSA CARDOSO.** NOTÍCIA DE FATO – APURAÇÃO DE IRREGULARIDADES APONTADAS POR SERVIDORES/FUNCIÓNÁRIOS DO HOSPITAL MUNICIPAL SENADOR DIRCEU MENDES ARCOVERDE, POR DESCUMPRINDO DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL AOS PROFISSIONAIS DAS TÉCNICAS RADIOLÓGICAS NO QUE DIZ RESPEITO AO

PAGAMENTO DE SALÁRIOS E DE INSALUBRIDADE. PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO, SOB O ARGUMENTO DE NO CASO EM APREÇO, A DEMANDA ESTÁ RELACIONADA A REAJUSTES SALARIAIS DE CATEGORIAS PROFISSIONAIS, NÃO POSSUINDO REPERCUSSÃO SOCIAL, POR NÃO SE VISLUMBRAR INTERESSE SOCIAL, COLETIVO OU INDIVIDUAL INDISPONÍVEL, QUE JUSTIFIQUE A INTERVENÇÃO MINISTERIAL, VEZ QUE SE TRATA DE MATÉRIA DE INTERESSE INDIVIDUAL DISPONÍVEL DE CLASSES PROFISSIONAIS, COM REPERCUSSÕES EMINENTEMENTE PECUNIÁRIA. RAZÕES RECURSAIS INCAPAZES DE ENSEJAR A REFORMA DA DECISÃO DE ARQUIVAMENTO, VEZ QUE A DEMANDA ESTÁ RELACIONADA A REAJUSTES SALARIAIS DE CATEGORIAS PROFISSIONAIS, MATÉRIA DE INTERESSE INDIVIDUAL DISPONÍVEL DE CLASSES PROFISSIONAIS. CONHECIMENTO DO RECURSO E, NO MÉRITO, NEGOU-LHE PROVIMENTO. MANUTENÇÃO DA DECISÃO DE ARQUIVAMENTO EM TODOS OS SEUS TERMOS. **EGRÉGIO CONSELHO SUPERIOR, POR MAIORIA, CONHECEU DO RECURSO E, NO MÉRITO, NEGOU-LHE PROVIMENTO, NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR. VENCIDO O VOTO DA CONSELHEIRA DRA. CLOTILDES COSTA CARVALHO, QUE ENTENDEU PELO CONHECIMENTO DO RECURSO E, NO MÉRITO, CONCEDER PROVIMENTO NO QUE DIZ RESPEITO AO PAGAMENTO DE ADICIONAL DE INSALUBRIDADE. JULGADO EM 22.09.2023, NA 2ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DO CSMP-PI DE 2023.**

2.5.33 PROCEDIMENTO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA (SEI Nº 19.21.0349.0025112/2023-95). PROCEDIMENTO ELETRÔNICO. ORIGEM: 1ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE SIMPLÍCIO MENDES-PI. ASSUNTO: REVISÃO DA PRORROGAÇÃO DE PRAZO DO INQUÉRITO CIVIL REGISTRADO NO SIMP Nº 000028-342/2018 PROMOTOR DE JUSTIÇA: EMMANUELLE MARTINS NEIVA DANTAS RODRIGUES BELO. **RELATOR: DR. HUGO DE SOUSA CARDOSO.** CUIDA-SE, NA ESPÉCIE, DE PEDIDO DE PRORROGAÇÃO DE PRAZO PARA A CONCLUSÃO DO INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO (SIMP Nº 000028-342/2018 SOLICITADO, EM 30 DE MAIO DE 2023, PELA PROMOTORA DE JUSTIÇA EMMANUELLE MARTINS NEIVA DANTAS RODRIGUES BELO – TITULAR DA PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE SIMPLÍCIO MENDES– PI, CONFORME PREVISTO NO ART. 23, § 2º, DA LEI Nº 8.429/92, COM A REDAÇÃO DADA PELA LEI Nº 14.230/2021. O INQUISITÓRIO TEM POR OBJETO APURAR A CONTRATAÇÃO SEM LICITAÇÃO DA EMPRESA FLORESCER, PELO MUNICÍPIO DE CAMPINAS DO PIAUÍ-PI EXTRAÍ-SE DOS AUTOS QUE A PRESIDENTE DO FEITO PRORROGOU O PRAZO DE CONCLUSÃO DO PROCEDIMENTO POR MAIS 365 (TREZENTOS E SESENTA E CINCO) DIAS, COM BASE NO QUE ESTABELECE O ART. 23, § 2º, DA LEI Nº 8.429/92, COM A REDAÇÃO DADA PELA LEI Nº 14.230/2021, EM RAZÃO DA NECESSIDADE DE REALIZAÇÃO DE NOVAS DILIGÊNCIAS PARA INSTRUIR O FEITO (DOCUMENTO ID: 54081136). O PROCEDIMENTO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA FOI DISTRIBUÍDO A ESTE RELATOR EM 23 DE AGOSTO DE 2023, POR INTERMÉDIO DO GEDOC Nº 000269-226/2023. A LEI Nº 8.429/92, COM REDAÇÃO DADA PELA LEI Nº 14.230/2021, DISCIPLINA QUE O INQUÉRITO CIVIL INSTAURADO PARA APURAÇÃO DE ATO DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA SERÁ CONCLUÍDO NO PRAZO DE 365 (TREZENTOS E SESENTA E CINCO) DIAS, ADMITINDO-SE UMA ÚNICA PRORROGAÇÃO POR IGUAL PERÍODO, A SER FEITA MEDIANTE ATO FUNDAMENTADO. VEJAMOS: ART. 23. A AÇÃO PARA A APLICAÇÃO DAS SANÇÕES PREVISTAS NESTA LEI PRESCREVE EM 8 (OITO) ANOS, CONTADOS A PARTIR DA OCORRÊNCIA DO FATO OU, NO CASO DE INFRAÇÕES PERMANENTES, DO DIA EM QUE CESSOU A PERMANÊNCIA. (...) § 2º O INQUÉRITO CIVIL PARA APURAÇÃO DO ATO DE IMPROBIDADE SERÁ CONCLUÍDO NO PRAZO DE 365 (TREZENTOS E SESENTA E CINCO) DIAS CORRIDOS, PRORROGÁVEL UMA ÚNICA VEZ POR IGUAL PERÍODO, MEDIANTE ATO FUNDAMENTADO SUBMETIDO À REVISÃO DA INSTÂNCIA COMPETENTE DO ÓRGÃO MINISTERIAL, CONFORME DISPUSER A RESPECTIVA LEI ORGÂNICA. O CENTRO OPERACIONAL DE COMBATE À CORRUPÇÃO E DEFESA DO PATRIMÔNIO PÚBLICO, POR INTERMÉDIO DO OFÍCIO CIRCULAR Nº 10/2022/CACOP, DE 24 DE OUTUBRO DE 2022, CONSIGNOU QUE AS DETERMINAÇÕES CONTIDAS NO DISPOSITIVO

SUPRATRASCRIPTO DEVEM SER APLICADAS DESDE A DATA EM QUE A LEI Nº 14.230/2021 ENTROU EM VIGOR, OU SEJA, A PARTIR DE 25 DE OUTUBRO DE 2021. NESSES TERMOS, A PARTIR DA REFERIDA DATA, O INQUÉRITO CIVIL DESTINADO À APURAÇÃO DE ATO DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA SOMENTE PODERÁ SER PRORROGADO UMA ÚNICA VEZ – ART. 23, § 2º, DA LEI Nº 8.429/92, COM AS ALTERAÇÕES INTRODUZIDAS PELA LEI Nº 14.230/2021. ELUCIDANDO O DISPOSTO, TRANSCREVE-SE O SEGUINTE TRECHO DO OFÍCIO SOBREDITO: “DE INÍCIO, HÁ DE SE ESCLARECER QUE, APÓS O ADVENTO DA NLIA, SÓ SERÁ POSSÍVEL UMA ÚNICA PRORROGAÇÃO DE PRAZO PARA CONCLUSÃO DO ICP (ART. 23, § 2º, NLIA). FRISE-SE QUE, CASO TENHA OCORRIDO PRORROGAÇÃO DE PRAZO ANTES DA NLIA, NÃO HÁ IMPEDIMENTO PARA UMA ÚNICA PRORROGAÇÃO, APÓS O ADVENTO DA LEI 14.230/21.” (GRIFOS ORIGINAIS) COMPULSANDO OS FÓLIOS DO PRESENTE INQUÉRITO CIVIL, VERIFICA-SE QUE, EM 28 DE JULHO DE 2022, A PRESIDENTE DO FEITO, TENDO EM VISTA A NECESSIDADE DE REALIZAÇÃO DE DILIGÊNCIAS COMPLEMENTARES, PRORROGOU O PRAZO DE CONCLUSÃO DO PRESENTE PROCEDIMENTO POR MAIS UM ANO. VERIFICA-SE QUE, TENDO SIDO EFETIVADA UMA PRORROGAÇÃO DE PRAZO DO PRESENTE INQUISITÓRIO APÓS A VIGÊNCIA DA LEI Nº 14.230/2021, RESTA INVIABILIZADA A REITERAÇÃO DA PROVIDÊNCIA, POR EXPRESSA VEDAÇÃO LEGAL. ASSIM, FAZ-SE NECESSÁRIO QUE A PRESIDENTE DO FEITO, SE ASSIM ENTENDER CABÍVEL, PROPONHA AÇÃO CIVIL PÚBLICA PARA PROMOVER A RESPONSABILIZAÇÃO DEVIDA PELO ATO DE IMPROBIDADE PRATICADO, CASO EXISTAM FUNDAMENTOS BASTANTES PARA ISSO, OU, CASO CONTRÁRIO, PROMOVA O ARQUIVAMENTO DO PROCEDIMENTO. NESSES TERMOS, NÃO HOMOLOGO O PRESENTE PEDIDO DE PRORROGAÇÃO DE PRAZO, EM ATENÇÃO AO PRINCÍPIO DA CELERIDADE PROCESSUAL, PREVISTO NO ART. 5º, INCISO LXXVIII, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988, E AO DISPOSTO NO ART. 23, §2º, DA LEI Nº 8.429/92, COM A REDAÇÃO DADA PELA LEI Nº 14.230/2021, E O FAÇO AD REFERENDUM DO CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO, NOS TERMOS DO ART. 17, INCISO XIV, DO RICSMP (RESOLUÇÃO CSMP Nº 03/2017). **EGRÉGIO CONSELHO SUPERIOR, À UNANIMIDADE, REFERENDOU A DECISÃO MONOCRÁTICA PROFERIDA.**

2.5.34 PROCEDIMENTO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA (SEI Nº 19.21.0349.0026305/2023-88). PROCEDIMENTO ELETRÔNICO. ORIGEM: 1ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE SIMPLÍCIO MENDES-PI. ASSUNTO: REVISÃO DA PRORROGAÇÃO DE PRAZO DO INQUÉRITO CIVIL REGISTRADO NO SIMP Nº 000455-237/2019. PROMOTORA DE JUSTIÇA: EMMANUELLE MARTINS NEIVA DANTAS RODRIGUES BELO. **RELATOR: DR. HUGO DE SOUSA CARDOSO.** CUIDA-SE, NA ESPÉCIE, DE PEDIDO DE PRORROGAÇÃO DE PRAZO PARA A CONCLUSÃO DO INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO (SIMP Nº 000455-237/2019 SOLICITADO, EM 02 DE AGOSTO DE 2023, PELA PROMOTORA DE JUSTIÇA EMMANUELLE MARTINS NEIVA DANTAS RODRIGUES BELO – TITULAR DA PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE SIMPLÍCIO MENDES– PI, CONFORME PREVISTO NO ART. 23, § 2º, DA LEI Nº 8.429/92, COM A REDAÇÃO DADA PELA LEI Nº 14.230/2021. O INQUISITÓRIO TEM POR OBJETO APURAR DENÚNCIA DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA ENCAMINHADA PELOS VEREADORES SENHORA SYLANA MARIA AGUIAR SILVA, JOSÉ DOMINGOS VIEIRA TELES EM FACE DO SR. ARNALDO ARAÚJO PEREIRA DA COSTA, 504.332.533-04, PREFEITO MUNICIPAL DE RIBEIRA/PI E SR. LUIZAEL DE SOUSA MAIA, CPF: 000.782.143-35, SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE, PELA UTILIZAÇÃO DE BENS PÚBLICO EM PROVEITO PRÓPRIO E AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEL EM EXCESSO DE FORMA IRREGULAR E COM PREÇOS DIFERENCIADOS NO MESMO PERÍODO, CONDUTAS QUE PODEM SE ADEQUAR AO ART. 10, I E VIII E ART. 11,V, DA NLIA. EXTRAI-SE DOS AUTOS QUE A PRESIDENTE DO FEITO PRORROGOU O PRAZO DE CONCLUSÃO DO PROCEDIMENTO POR MAIS 365 (TREZENTOS E SESENTA E CINCO) DIAS, COM BASE NO QUE ESTABELECE O ART. 23, § 2º, DA LEI Nº 8.429/92, COM A REDAÇÃO DADA PELA LEI Nº 14.230/2021, EM RAZÃO DA NECESSIDADE DE REALIZAÇÃO DE NOVAS DILIGÊNCIAS

PARA INSTRUIR O FEITO (DOCUMENTO ID: 34134719/76) O PROCEDIMENTO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA FOI DISTRIBUÍDO A ESTE RELATOR EM 23 DE AGOSTO DE 2023, POR INTERMÉDIO DO GEDOC Nº 000284-226/2023) A LEI Nº 8.429/92, COM REDAÇÃO DADA PELA LEI Nº 14.230/2021, DISCIPLINA QUE O INQUÉRITO CIVIL INSTAURADO PARA APURAÇÃO DE ATO DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA SERÁ CONCLUÍDO NO PRAZO DE 365 (TREZENTOS E SESENTA E CINCO) DIAS, ADMITINDO-SE UMA ÚNICA PRORROGAÇÃO POR IGUAL PERÍODO, A SER FEITA MEDIANTE ATO FUNDAMENTADO. VEJAMOS: ART. 23. A AÇÃO PARA A APLICAÇÃO DAS SANÇÕES PREVISTAS NESTA LEI PRESCREVE EM 8 (OITO) ANOS, CONTADOS A PARTIR DA OCORRÊNCIA DO FATO OU, NO CASO DE INFRAÇÕES PERMANENTES, DO DIA EM QUE CESSOU A PERMANÊNCIA. (...) § 2º O INQUÉRITO CIVIL PARA APURAÇÃO DO ATO DE IMPROBIDADE SERÁ CONCLUÍDO NO PRAZO DE 365 (TREZENTOS E SESENTA E CINCO) DIAS CORRIDOS, PRORROGÁVEL UMA ÚNICA VEZ POR IGUAL PERÍODO, MEDIANTE ATO FUNDAMENTADO SUBMETIDO À REVISÃO DA INSTÂNCIA COMPETENTE DO ÓRGÃO MINISTERIAL, CONFORME DISPUSER A RESPECTIVA LEI ORGÂNICA. O CENTRO OPERACIONAL DE COMBATE À CORRUPÇÃO E DEFESA DO PATRIMÔNIO PÚBLICO, POR INTERMÉDIO DO OFÍCIO CIRCULAR Nº 10/2022/CACOP, DE 24 DE OUTUBRO DE 2022, CONSIGNOU QUE AS DETERMINAÇÕES CONTIDAS NO DISPOSITIVO SUPRATRASCrito DEVEM SER APLICADAS DESDE A DATA EM QUE A LEI Nº 14.230/2021 ENTROU EM VIGOR, OU SEJA, A PARTIR DE 25 DE OUTUBRO DE 2021. NESSES TERMOS, A PARTIR DA REFERIDA DATA, O INQUÉRITO CIVIL DESTINADO À APURAÇÃO DE ATO DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA SOMENTE PODERÁ SER PRORROGADO UMA ÚNICA VEZ – ART. 23, § 2º, DA LEI Nº 8.429/92, COM AS ALTERAÇÕES INTRODUZIDAS PELA LEI Nº 14.230/2021. ELUCIDANDO O DISPOSTO, TRANSCREVE-SE O SEGUINTE TRECHO DO OFÍCIO SOBREDITO: “DE INÍCIO, HÁ DE SE ESCLARECER QUE, APÓS O ADVENTO DA NLIA, SÓ SERÁ POSSÍVEL UMA ÚNICA PRORROGAÇÃO DE PRAZO PARA CONCLUSÃO DO ICP (ART. 23, § 2º, NLIA). FRISE-SE QUE, CASO TENHA OCORRIDO PRORROGAÇÃO DE PRAZO ANTES DA NLIA, NÃO HÁ IMPEDIMENTO PARA UMA ÚNICA PRORROGAÇÃO, APÓS O ADVENTO DA LEI 14.230/21.” (GRIFOS ORIGINAIS) COMPULSANDO OS FÓLIOS DO PRESENTE INQUÉRITO CIVIL, VERIFICA-SE QUE, EM 29 DE OUTUBRO DE 2021, A PRESIDENTE DO FEITO, TENDO EM VISTA A NECESSIDADE DE REALIZAÇÃO DE DILIGÊNCIAS COMPLEMENTARES, PRORROGOU O PRAZO DE CONCLUSÃO DO PRESENTE PROCEDIMENTO POR MAIS UM ANO.(ID: 34066592) VERIFICA-SE QUE, TENDO SIDO EFETIVADA UMA PRORROGAÇÃO DE PRAZO DO PRESENTE INQUISITÓRIO APÓS A VIGÊNCIA DA LEI Nº 14.230/2021, RESTA INVIABILIZADA A REITERAÇÃO DA PROVIDÊNCIA, POR EXPRESSA VEDAÇÃO LEGAL. ASSIM, FAZ-SE NECESSÁRIO QUE A PRESIDENTE DO FEITO, SE ASSIM ENTENDER CABÍVEL, PROPONHA AÇÃO CIVIL PÚBLICA PARA PROMOVER A RESPONSABILIZAÇÃO DEVIDA PELO ATO DE IMPROBIDADE PRATICADO, CASO EXISTAM FUNDAMENTOS BASTANTES PARA ISSO, OU, CASO CONTRÁRIO, PROMOVA O ARQUIVAMENTO DO PROCEDIMENTO. NESSES TERMOS, NÃO HOMOLOGO O PRESENTE PEDIDO DE PRORROGAÇÃO DE PRAZO, EM ATENÇÃO AO PRINCÍPIO DA CELERIDADE PROCESSUAL, PREVISTO NO ART. 5º, INCISO LXXVIII, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988, E AO DISPOSTO NO ART. 23, § 2º, DA LEI Nº 8.429/92, COM A REDAÇÃO DADA PELA LEI Nº 14.230/2021, E O FAÇO AD REFERENDUM DO CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO, NOS TERMOS DO ART. 17, INCISO XIV, DO RICSMP (RESOLUÇÃO CSMP Nº 03/2017). **EGRÉGIO CONSELHO SUPERIOR, À UNANIMIDADE, REFERENDOU A DECISÃO MONOCRÁTICA PROFERIDA.**

2.5.35 PROCEDIMENTO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA (SEI Nº 19.21.0349.0027949/2023-29). PROCEDIMENTO ELETRÔNICO. ORIGEM: 1ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE SIMPLÍCIO MENDES-PI. ASSUNTO: REVISÃO DA PRORROGAÇÃO DE PRAZO DO INQUÉRITO CIVIL REGISTRADO NO SIMP Nº 000469-237/2020. PROMOTORA DE JUSTIÇA: EMMANUELLE MARTINS NEIVA DANTAS RODRIGUES BELO. **RELATOR: DR. HUGO DE SOUSA CARDOSO.** CUIDA-SE, NA ESPÉCIE, DE PEDIDO DE

PRORROGAÇÃO DE PRAZO PARA A CONCLUSÃO DO INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO (SIMP Nº 000469-237/2020 SOLICITADO, EM 18 DE AGOSTO DE 2023, PELA PROMOTORA DE JUSTIÇA EMMANUELLE MARTINS NEIVA DANTAS RODRIGUES BELO – TITULAR DA PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE SIMPLÍCIO MENDES– PI, CONFORME PREVISTO NO ART. 23, § 2º, DA LEI Nº 8.429/92, COM A REDAÇÃO DADA PELA LEI Nº 14.230/2021. O INQUISITÓRIO TEM POR OBJETO APURAR SUPOSTA ILEGALIDADE COMETIDA PELA PREFEITURA DE CONCEIÇÃO DO CANINDÉ/PI NA DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 05/2020 E 010/2020 – PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS EXTRAI-SE DOS AUTOS QUE A PRESIDENTE DO FEITO PRORROGOU O PRAZO DE CONCLUSÃO DO PROCEDIMENTO POR MAIS 365 (TREZENTOS E SESSENTA E CINCO) DIAS, COM BASE NO QUE ESTABELECE O ART. 23, § 2º, DA LEI Nº 8.429/92, COM A REDAÇÃO DADA PELA LEI Nº 14.230/2021, EM RAZÃO DA NECESSIDADE DE REALIZAÇÃO DE NOVAS DILIGÊNCIAS PARA INSTRUIR O FEITO (DOCUMENTO ID: 34135588/84) O PROCEDIMENTO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA FOI DISTRIBUÍDO A ESTE RELATOR EM 24 DE AGOSTO DE 2023, POR INTERMÉDIO DO GEDOC Nº 000294-226/2023. A LEI Nº 8.429/92, COM REDAÇÃO DADA PELA LEI Nº 14.230/2021, DISCIPLINA QUE O INQUÉRITO CIVIL INSTAURADO PARA APURAÇÃO DE ATO DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA SERÁ CONCLUÍDO NO PRAZO DE 365 (TREZENTOS E SESSENTA E CINCO) DIAS, ADMITINDO-SE UMA ÚNICA PRORROGAÇÃO POR IGUAL PERÍODO, A SER FEITA MEDIANTE ATO FUNDAMENTADO. VEJAMOS: ART. 23. A AÇÃO PARA A APLICAÇÃO DAS SANÇÕES PREVISTAS NESTA LEI PRESCREVE EM 8 (OITO) ANOS, CONTADOS A PARTIR DA OCORRÊNCIA DO FATO OU, NO CASO DE INFRAÇÕES PERMANENTES, DO DIA EM QUE CESSOU A PERMANÊNCIA. (...) § 2º O INQUÉRITO CIVIL PARA APURAÇÃO DO ATO DE IMPROBIDADE SERÁ CONCLUÍDO NO PRAZO DE 365 (TREZENTOS E SESSENTA E CINCO) DIAS CORRIDOS, PRORROGÁVEL UMA ÚNICA VEZ POR IGUAL PERÍODO, MEDIANTE ATO FUNDAMENTADO SUBMETIDO À REVISÃO DA INSTÂNCIA COMPETENTE DO ÓRGÃO MINISTERIAL, CONFORME DISPUSER A RESPECTIVA LEI ORGÂNICA. O CENTRO OPERACIONAL DE COMBATE À CORRUPÇÃO E DEFESA DO PATRIMÔNIO PÚBLICO, POR INTERMÉDIO DO OFÍCIO CIRCULAR Nº 10/2022/CACOP, DE 24 DE OUTUBRO DE 2022, CONSIGNOU QUE AS DETERMINAÇÕES CONTIDAS NO DISPOSITIVO SUPRATRASCRIPTO DEVEM SER APLICADAS DESDE A DATA EM QUE A LEI Nº 14.230/2021 ENTROU EM VIGOR, OU SEJA, A PARTIR DE 25 DE OUTUBRO DE 2021. NESSES TERMOS, A PARTIR DA REFERIDA DATA, O INQUÉRITO CIVIL DESTINADO À APURAÇÃO DE ATO DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA SOMENTE PODERÁ SER PRORROGADO UMA ÚNICA VEZ – ART. 23, § 2º, DA LEI Nº 8.429/92, COM AS ALTERAÇÕES INTRODUZIDAS PELA LEI Nº 14.230/2021. ELUCIDANDO O DISPOSTO, TRANSCREVE-SE O SEGUINTE TRECHO DO OFÍCIO SOBREDITO: “DE INÍCIO, HÁ DE SE ESCLARECER QUE, APÓS O ADVENTO DA NLIA, SÓ SERÁ POSSÍVEL UMA ÚNICA PRORROGAÇÃO DE PRAZO PARA CONCLUSÃO DO ICP (ART. 23, § 2º, NLIA). FRISE-SE QUE, CASO TENHA OCORRIDO PRORROGAÇÃO DE PRAZO ANTES DA NLIA, NÃO HÁ IMPEDIMENTO PARA UMA ÚNICA PRORROGAÇÃO, APÓS O ADVENTO DA LEI 14.230/21.” (GRIFOS ORIGINAIS) COMPULSANDO OS FÓLIOS DO PRESENTE INQUÉRITO CIVIL, VERIFICA-SE QUE, EM 08 DE NOVEMBRO DE 2021, A PRESIDENTE DO FEITO, TENDO EM VISTA A NECESSIDADE DE REALIZAÇÃO DE DILIGÊNCIAS COMPLEMENTARES, PRORROGOU O PRAZO DE CONCLUSÃO DO PRESENTE PROCEDIMENTO POR MAIS UM ANO. (ID: 34124416) VERIFICA-SE QUE, TENDO SIDO EFETIVADA UMA PRORROGAÇÃO DE PRAZO DO PRESENTE INQUISITÓRIO APÓS A VIGÊNCIA DA LEI Nº 14.230/2021, RESTA INVIABILIZADA A REITERAÇÃO DA PROVIDÊNCIA, POR EXPRESSA VEDAÇÃO LEGAL. ASSIM, FAZ-SE NECESSÁRIO QUE A PRESIDENTE DO FEITO, SE ASSIM ENTENDER CABÍVEL, PROPONHA AÇÃO CIVIL PÚBLICA PARA PROMOVER A RESPONSABILIZAÇÃO DEVIDA PELO ATO DE IMPROBIDADE PRATICADO, CASO EXISTAM FUNDAMENTOS BASTANTES PARA ISSO, OU, CASO CONTRÁRIO, PROMOVA O ARQUIVAMENTO DO PROCEDIMENTO. NESSES TERMOS, NÃO HOMOLOGO O PRESENTE PEDIDO DE PRORROGAÇÃO DE PRAZO, EM ATENÇÃO AO PRINCÍPIO DA CELERIDADE PROCESSUAL, PREVISTO NO ART. 5º, INCISO LXXVIII, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE

1988, E AO DISPOSTO NO ART. 23, § 2º, DA LEI Nº 8.429/92, COM A REDAÇÃO DADA PELA LEI Nº 14.230/2021, E O FAÇO AD REFERENDUM DO CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO, NOS TERMOS DO ART. 17, INCISO XIV, DO RICSMP (RESOLUÇÃO CSMP Nº 03/2017). **EGRÉGIO CONSELHO SUPERIOR, À UNANIMIDADE, REFERENDOU A DECISÃO MONOCRÁTICA PROFERIDA.**

2.5.36 PROCEDIMENTO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA (SEI Nº 19.21.0349.0028215/2023-25). PROCEDIMENTO ELETRÔNICO. ORIGEM: 1ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE SIMPLÍCIO MENDES-PI. ASSUNTO: REVISÃO DA PRORROGAÇÃO DE PRAZO DO INQUÉRITO CIVIL REGISTRADO NO SIMP Nº 000358-237/2019 PROMOTORA DE JUSTIÇA: EMMANUELLE MARTINS NEIVA DANTAS RODRIGUES BELO. **RELATOR: DR. HUGO DE SOUSA CARDOSO.** CUIDA-SE, NA ESPÉCIE, DE PEDIDO DE PRORROGAÇÃO DE PRAZO PARA A CONCLUSÃO DO INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO – SIMP Nº 000358-237/2019 SOLICITADO EM 26 DE OUTUBRO DE 2022, PELA PROMOTORA DE JUSTIÇA EMMANUELLE MARTINS NEIVA DANTAS RODRIGUES BELO – 1ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA COMARCA DE SIMPLÍCIO MENDES PI, CONFORME PREVISTO NO ART. 23, §2º, DA LEI Nº 8.429/92, COM A REDAÇÃO DADA PELA LEI Nº 14.230/2021. O INQUISITÓRIO TEM POR OBJETO APURAR POSSÍVEIS IRREGULARIDADES ENCONTRADAS PELO TCE/PI QUANDO DA ANÁLISE DA PRESTAÇÃO DE CONTAS DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO FRANCISCO DE ASSIS DO PIAUÍ, EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2016, SOB A RESPONSABILIDADE DO SR. ADAILTON VIEIRA DE SÁ, CONDUTAS QUE PODEM SE ADEQUAR AO ART. 10, CAPUT, E ART. 11,V, DA NLIA. EXTRAÍ-SE DOS AUTOS QUE A PRESIDENTE DO FEITO PRORROGOU O PRAZO DE CONCLUSÃO DO PROCEDIMENTO POR MAIS 365 (TREZENTOS E SESENTA E CINCO) DIAS, COM BASE NO QUE ESTABELECE O ART. 23, § 2º, DA LEI Nº 8.429/92, COM A REDAÇÃO DADA PELA LEI Nº 14.230/2021, EM RAZÃO DA NECESSIDADE DE REALIZAÇÃO DE NOVAS DILIGÊNCIAS PARA INSTRUIR O FEITO (DOCUMENTO ID: 54260732) O PROCEDIMENTO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA FOI DISTRIBUÍDO A ESTE RELATOR EM 24 DE AGOSTO DE 2023, POR INTERMÉDIO DO GEDOC Nº 000304-226/2023 A LEI Nº 8.429/92, COM REDAÇÃO DADA PELA LEI Nº 14.230/2021, DISCIPLINA QUE O INQUÉRITO CIVIL INSTAURADO PARA APURAÇÃO DE ATO DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA SERÁ CONCLUÍDO NO PRAZO DE 365 (TREZENTOS E SESENTA E CINCO) DIAS, ADMITINDO-SE UMA ÚNICA PRORROGAÇÃO POR IGUAL PERÍODO, A SER FEITA MEDIANTE ATO FUNDAMENTADO. VEJAMOS: ART. 23. A AÇÃO PARA A APLICAÇÃO DAS SANÇÕES PREVISTAS NESTA LEI PRESCREVE EM 8 (OITO) ANOS, CONTADOS A PARTIR DA OCORRÊNCIA DO FATO OU, NO CASO DE INFRAÇÕES PERMANENTES, DO DIA EM QUE CESSOU A PERMANÊNCIA. (...) § 2º O INQUÉRITO CIVIL PARA APURAÇÃO DO ATO DE IMPROBIDADE SERÁ CONCLUÍDO NO PRAZO DE 365 (TREZENTOS E SESENTA E CINCO) DIAS CORRIDOS, PRORROGÁVEL UMA ÚNICA VEZ POR IGUAL PERÍODO, MEDIANTE ATO FUNDAMENTADO SUBMETIDO À REVISÃO DA INSTÂNCIA COMPETENTE DO ÓRGÃO MINISTERIAL, CONFORME DISPUSER A RESPECTIVA LEI ORGÂNICA. O CENTRO OPERACIONAL DE COMBATE À CORRUPÇÃO E DEFESA DO PATRIMÔNIO PÚBLICO, POR INTERMÉDIO DO OFÍCIO CIRCULAR Nº 10/2022/CACOP, DE 24 DE OUTUBRO DE 2022, CONSIGNOU QUE AS DETERMINAÇÕES CONTIDAS NO DISPOSITIVO SUPRATRASCrito DEVEM SER APLICADAS DESDE A DATA EM QUE A LEI Nº 14.230/2021 ENTROU EM VIGOR, OU SEJA, A PARTIR DE 25 DE OUTUBRO DE 2021. NESSES TERMOS, A PARTIR DA REFERIDA DATA, O INQUÉRITO CIVIL DESTINADO À APURAÇÃO DE ATO DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA SOMENTE PODERÁ SER PRORROGADO UMA ÚNICA VEZ – ART. 23, § 2º, DA LEI Nº 8.429/92, COM AS ALTERAÇÕES INTRODUZIDAS PELA LEI Nº 14.230/2021. ELUCIDANDO O DISPOSTO, TRANSCREVE-SE O SEGUINTE TRECHO DO OFÍCIO SOBREDITO: “DE INÍCIO, HÁ DE SE ESCLARECER QUE, APÓS O ADVENTO DA NLIA, SÓ SERÁ POSSÍVEL UMA ÚNICA PRORROGAÇÃO DE PRAZO PARA CONCLUSÃO DO ICP (ART. 23, § 2º, NLIA). FRISE-SE QUE, CASO TENHA OCORRIDO PRORROGAÇÃO DE PRAZO ANTES DA NLIA, NÃO HÁ IMPEDIMENTO PARA UMA ÚNICA

PRORROGAÇÃO, APÓS O ADVENTO DA LEI 14.230/21.” (GRIFOS ORIGINAIS). COMPULSANDO OS FÓLIOS DO PRESENTE INQUÉRITO CIVIL, VERIFICA-SE QUE, EM 26 DE AGOSTO DE 2022, A PRESIDENTE DO FEITO, TENDO EM VISTA A NECESSIDADE DE REALIZAÇÃO DE DILIGÊNCIAS COMPLEMENTARES, PRORROGOU O PRAZO DE CONCLUSÃO DO PRESENTE PROCEDIMENTO POR MAIS UM ANO.(ID: 54253284) VERIFICA-SE QUE, TENDO SIDO EFETIVADA UMA PRORROGAÇÃO DE PRAZO DO PRESENTE INQUISITÓRIO, APÓS A VIGÊNCIA DA LEI Nº 14.230/2021, RESTA INVIABILIZADA A REITERAÇÃO DA PROVIDÊNCIA, POR EXPRESSA VEDAÇÃO LEGAL. ASSIM, FAZ-SE NECESSÁRIO QUE A PRESIDENTE DO FEITO, SE ASSIM ENTENDER CABÍVEL, PROPONHA AÇÃO CIVIL PÚBLICA PARA PROMOVER A RESPONSABILIZAÇÃO DEVIDA PELO ATO DE IMPROBIDADE PRATICADO, CASO EXISTAM FUNDAMENTOS BASTANTES PARA ISSO, OU, CASO CONTRÁRIO, PROMOVA O ARQUIVAMENTO DO PROCEDIMENTO. NESSES TERMOS, NÃO HOMOLOGO O PRESENTE PEDIDO DE PRORROGAÇÃO DE PRAZO, EM ATENÇÃO AO PRINCÍPIO DA CELERIDADE PROCESSUAL, PREVISTO NO ART. 5º, INCISO LXXVIII, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988, E AO DISPOSTO NO ART. 23, § 2º, DA LEI Nº 8.429/92, COM A REDAÇÃO DADA PELA LEI Nº 14.230/2021, E O FAÇO AD REFERENDUM DO CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO, NOS TERMOS DO ART. 17, INCISO XIV, DO RICSMP (RESOLUÇÃO CSMP Nº 03/2017). **EGRÉGIO CONSELHO SUPERIOR, À UNANIMIDADE, REFERENDOU A DECISÃO MONOCRÁTICA PROFERIDA.**

2.5.37 PROCEDIMENTO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA (SEI Nº 19.21.0349.0029708/2023-66). PROCEDIMENTO ELETRÔNICO. ORIGEM: 1ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE SIMPLÍCIO MENDES-PI. ASSUNTO: REVISÃO DA PRORROGAÇÃO DE PRAZO DO INQUÉRITO CIVIL REGISTRADO NO SIMP Nº 000490-237/2020 PROMOTORA DE JUSTIÇA: EMMANUELLE MARTINS NEIVA DANTAS RODRIGUES BELO. **RELATOR: DR. HUGO DE SOUSA CARDOSO.** CUIDA-SE, NA ESPÉCIE, DE PEDIDO DE PRORROGAÇÃO DE PRAZO PARA A CONCLUSÃO DO INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO (SIMP Nº SOLICITADO, EM 04 DE AGOSTO DE 2023, PELA PROMOTORA DE JUSTIÇA EMMANUELLE MARTINS NEIVA DANTAS RODRIGUES BELO – TITULAR DA PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE SIMPLÍCIO MENDES–PI, CONFORME PREVISTO NO ART. 23, § 2º, DA LEI Nº 8.429/92, COM A REDAÇÃO DADA PELA LEI Nº 14.230/2021. O INQUÉRITO TEM POR OBJETO APURAR SUPOSTO ATO DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA PRATICADOS NA GESTÃO DE ARNALDO ARAÚJO PEREIRA DA COSTA, PREFEITO MUNICIPAL DE RIBEIRA DO PIAUÍ-PI, LUIZAELE DE SOUSA MAIA, SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE, ANTÔNIO LUÍS DE ARAÚJO COSTA NETO, SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PAULO AUGUSTO CARVALHO BASTOS JÚNIOR, CONTROLADOR GERAL DO MUNICÍPIO DE RIBEIRA DO PIAUÍ, NO ANO DE 2017 EXTRAI-SE DOS AUTOS QUE A PRESIDENTE DO FEITO PRORROGOU O PRAZO DE CONCLUSÃO DO PROCEDIMENTO POR MAIS 365 (TREZENTOS E SESENTA E CINCO) DIAS, COM BASE NO QUE ESTABELECE O ART. 23, § 2º, DA LEI Nº 8.429/92, COM A REDAÇÃO DADA PELA LEI Nº 14.230/2021, EM RAZÃO DA NECESSIDADE DE REALIZAÇÃO DE NOVAS DILIGÊNCIAS PARA INSTRUIR O FEITO (DOCUMENTO ID: 34134719/76) O PROCEDIMENTO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA FOI DISTRIBUÍDO A ESTE RELATOR EM 04 DE SETEMBRO DE 2023, POR INTERMÉDIO DO GEDOC Nº 000315-226/2023 A LEI Nº 8.429/92, COM REDAÇÃO DADA PELA LEI Nº 14.230/2021, DISCIPLINA QUE O INQUÉRITO CIVIL INSTAURADO PARA APURAÇÃO DE ATO DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA SERÁ CONCLUÍDO NO PRAZO DE 365 (TREZENTOS E SESENTA E CINCO) DIAS, ADMITINDO-SE UMA ÚNICA PRORROGAÇÃO POR IGUAL PERÍODO, A SER FEITA MEDIANTE ATO FUNDAMENTADO. VEJAMOS: ART. 23. A AÇÃO PARA A APLICAÇÃO DAS SANÇÕES PREVISTAS NESTA LEI PRESCREVE EM 8 (OITO) ANOS, CONTADOS A PARTIR DA OCORRÊNCIA DO FATO OU, NO CASO DE INFRAÇÕES PERMANENTES, DO DIA EM QUE CESSOU A PERMANÊNCIA. (...) § 2º O INQUÉRITO CIVIL PARA APURAÇÃO DO ATO DE IMPROBIDADE SERÁ CONCLUÍDO NO PRAZO DE 365 (TREZENTOS E SESENTA E CINCO) DIAS CORRIDOS, PRORROGÁVEL UMA ÚNICA VEZ POR

IGUAL PERÍODO, MEDIANTE ATO FUNDAMENTADO SUBMETIDO À REVISÃO DA INSTÂNCIA COMPETENTE DO ÓRGÃO MINISTERIAL, CONFORME DISPUSER A RESPECTIVA LEI ORGÂNICA. O CENTRO OPERACIONAL DE COMBATE À CORRUPÇÃO E DEFESA DO PATRIMÔNIO PÚBLICO, POR INTERMÉDIO DO OFÍCIO CIRCULAR Nº 10/2022/CACOP, DE 24 DE OUTUBRO DE 2022, CONSIGNOU QUE AS DETERMINAÇÕES CONTIDAS NO DISPOSITIVO SUPRATRASCrito DEVEM SER APLICADAS DESDE A DATA EM QUE A LEI Nº 14.230/2021 ENTROU EM VIGOR, OU SEJA, A PARTIR DE 25 DE OUTUBRO DE 2021. NESSES TERMOS, A PARTIR DA REFERIDA DATA, O INQUÉRITO CIVIL DESTINADO À APURAÇÃO DE ATO DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA SOMENTE PODERÁ SER PRORROGADO UMA ÚNICA VEZ – ART. 23, § 2º, DA LEI Nº 8.429/92, COM AS ALTERAÇÕES INTRODUZIDAS PELA LEI Nº 14.230/2021. ELUCIDANDO O DISPOSTO, TRANSCREVE-SE O SEGUINTE TRECHO DO OFÍCIO SOBREDITO: “DE INÍCIO, HÁ DE SE ESCLARECER QUE, APÓS O ADVENTO DA NLIA, SÓ SERÁ POSSÍVEL UMA ÚNICA PRORROGAÇÃO DE PRAZO PARA CONCLUSÃO DO ICP (ART. 23, § 2º, NLIA). FRISE-SE QUE, CASO TENHA OCORRIDO PRORROGAÇÃO DE PRAZO ANTES DA NLIA, NÃO HÁ IMPEDIMENTO PARA UMA ÚNICA PRORROGAÇÃO, APÓS O ADVENTO DA LEI 14.230/21.” (GRIFOS ORIGINAIS) COMPULSANDO OS FÓLIOS DO PRESENTE INQUÉRITO CIVIL, VERIFICA-SE QUE, EM 25 DE FEVEREIRO DE 2022, A PRESIDENTE DO FEITO, TENDO EM VISTA A NECESSIDADE DE REALIZAÇÃO DE DILIGÊNCIAS COMPLEMENTARES, PRORROGOU O PRAZO DE CONCLUSÃO DO PRESENTE PROCEDIMENTO POR MAIS UM ANO. (ID: 53192613) VERIFICA-SE QUE, TENDO SIDO EFETIVADA UMA PRORROGAÇÃO DE PRAZO DO PRESENTE INQUISITÓRIO APÓS A VIGÊNCIA DA LEI Nº 14.230/2021, RESTA INVIABILIZADA A REITERAÇÃO DA PROVIDÊNCIA, POR EXPRESSA VEDAÇÃO LEGAL. ASSIM, FAZ-SE NECESSÁRIO QUE A PRESIDENTE DO FEITO, SE ASSIM ENTENDER CABÍVEL, PROPONHA AÇÃO CIVIL PÚBLICA PARA PROMOVER A RESPONSABILIZAÇÃO DEVIDA PELO ATO DE IMPROBIDADE PRATICADO, CASO EXISTAM FUNDAMENTOS BASTANTES PARA ISSO, OU, CASO CONTRÁRIO, PROMOVA O ARQUIVAMENTO DO PROCEDIMENTO. NESSES TERMOS, NÃO HOMOLOGO O PRESENTE PEDIDO DE PRORROGAÇÃO DE PRAZO, EM ATENÇÃO AO PRINCÍPIO DA CELERIDADE PROCESSUAL, PREVISTO NO ART. 5º, INCISO LXXVIII, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988, E AO DISPOSTO NO ART. 23, § 2º, DA LEI Nº 8.429/92, COM A REDAÇÃO DADA PELA LEI Nº 14.230/2021, E O FAÇO AD REFERENDUM DO CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO, NOS TERMOS DO ART. 17, INCISO XIV, DO RICSMP (RESOLUÇÃO CSMP Nº 03/2017). **EGRÉGIO CONSELHO SUPERIOR, À UNANIMIDADE, REFERENDOU A DECISÃO MONOCRÁTICA PROFERIDA.**

2.5.38 PROCEDIMENTO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA (SEI Nº 19.21.0349.0026620/2023-22). PROCEDIMENTO ELETRÔNICO. ORIGEM: 1ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE SIMPLÍCIO MENDES-PI. ASSUNTO: REVISÃO DA PRORROGAÇÃO DE PRAZO DO INQUÉRITO CIVIL REGISTRADO NO SIMP Nº 000531-237/2019. PROMOTORA DE JUSTIÇA: EMMANUELLE MARTINS NEIVA DANTAS RODRIGUES BELO. **RELATOR: DR. HUGO DE SOUSA CARDOSO.** CUIDA-SE, NA ESPÉCIE, DE PEDIDO DE PRORROGAÇÃO DE PRAZO PARA A CONCLUSÃO DO INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO – SIMP Nº 000531-237/2019 SOLICITADO EM 04 DE AGOSTO DE 2023, PELA PROMOTORA DE JUSTIÇA EMMANUELLE MARTINS NEIVA DANTAS RODRIGUES BELO – TITULAR DA PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE SIMPLÍCIO MENDES– PI, CONFORME PREVISTO NO ART. 23, § 2º, DA LEI Nº 8.429/92, COM A REDAÇÃO DADA PELA LEI Nº 14.230/2021. O INQUISITÓRIO TEM POR OBJETO APURAR SUPOSTO ATO DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA COMETIDO PELO PREFEITO DE SIMPLÍCIO MENDES, QUANTO À ADMISSÃO DE TRABALHADORES NÃO CONCURSADOS NOS QUADROS MUNICIPAIS EXTRAÍ-SE DOS AUTOS QUE A PRESIDENTE DO FEITO PRORROGOU O PRAZO DE CONCLUSÃO DO PROCEDIMENTO POR MAIS 365 (TREZENTOS E SESENTA E CINCO) DIAS, COM BASE NO QUE ESTABELECE O ART. 23, §2º, DA LEI Nº 8.429/92, COM A REDAÇÃO DADA PELA LEI Nº 14.230/2021, EM RAZÃO DA NECESSIDADE DE REALIZAÇÃO DE NOVAS DILIGÊNCIAS PARA INSTRUIR O FEITO. RESSALTA-SE QUE

ESTA É A PRIMEIRA PRORROGAÇÃO DE PRAZO DETERMINADA PELO PRESIDENTE DO PROCEDIMENTO, APÓS O ADVENTO DA LEI 14.230/2021. ASSIM, EM ATENÇÃO AO PRINCÍPIO DA CELERIDADE PROCESSUAL, PREVISTO NO ART. 5º, INCISO LXXVIII, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988, HOMOLOGO O PRESENTE PEDIDO DE PRORROGAÇÃO DE PRAZO, AD REFERENDUM DO CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO, DE MODO QUE O ÓRGÃO DE EXECUÇÃO, À VISTA DOS AUTOS ORIGINÁRIOS QUE PERMANECERAM NA PROMOTORIA DE ORIGEM, POSSA PROSSEGUIR COM SUAS INVESTIGAÇÕES, ADOTANDO AS MEDIDAS LEGAIS CABÍVEIS, E O FAÇO COM BASE NO ARTIGO 17, INCISO XIV, DO RICSMP (RESOLUÇÃO CSMP Nº 03/2017). **EGRÉGIO CONSELHO SUPERIOR, À UNANIMIDADE, REFERENDOU A DECISÃO MONOCRÁTICA PROFERIDA.**

2.5.39 PROCEDIMENTO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA (SEI Nº 19.21.0349.0030992/2023-27). PROCEDIMENTO ELETRÔNICO. ORIGEM: 1ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE SIMPLÍCIO MENDES-PI. ASSUNTO: REVISÃO DA PRORROGAÇÃO DE PRAZO DO INQUÉRITO CIVIL REGISTRADO NO SIMP Nº 000690-237/2021 PROMOTORA DE JUSTIÇA: EMMANUELLE MARTINS NEIVA DANTAS RODRIGUES BELO. **RELATOR: DR. HUGO DE SOUSA CARDOSO.** CUIDA-SE, NA ESPÉCIE, DE PEDIDO DE PRORROGAÇÃO DE PRAZO PARA A CONCLUSÃO DO INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO – SIMP Nº 000690-237/2021 SOLICITADO EM 13 DE SETEMBRO DE 2023, PELA PROMOTORA DE JUSTIÇA EMMANUELLE MARTINS NEIVA DANTAS RODRIGUES BELO – TITULAR DA PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE SIMPLÍCIO MENDES– PI, CONFORME PREVISTO NO ART. 23, § 2º, DA LEI Nº 8.429/92, COM A REDAÇÃO DADA PELA LEI Nº 14.230/2021. O INQUISITÓRIO TEM POR OBJETO APURAR POSSÍVEL ATO DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA PRATICADO PELO ATUAL PREFEITO DO MUNICÍPIO DE SIMPLÍCIO MENDES, O QUAL ESTARIA SE UTILIZANDO DE OBRA PÚBLICA PARA PROMOVER A SUA IMAGEM PESSOAL NA REDE SOCIAL OFICIAL DA PREFEITURA EXTRAI-SE DOS AUTOS QUE A PRESIDENTE DO FEITO PRORROGOU O PRAZO DE CONCLUSÃO DO PROCEDIMENTO POR MAIS 365 (TREZENTOS E SESSENTA E CINCO) DIAS, COM BASE NO QUE ESTABELECE O ART. 23, §2º, DA LEI Nº 8.429/92, COM A REDAÇÃO DADA PELA LEI Nº 14.230/2021, EM RAZÃO DA NECESSIDADE DE REALIZAÇÃO DE NOVAS DILIGÊNCIAS PARA INSTRUIR O FEITO. RESSALTA-SE QUE ESTA É A PRIMEIRA PRORROGAÇÃO DE PRAZO DETERMINADA PELO PRESIDENTE DO PROCEDIMENTO, APÓS O ADVENTO DA LEI 14.230/2021. ASSIM, EM ATENÇÃO AO PRINCÍPIO DA CELERIDADE PROCESSUAL, PREVISTO NO ART. 5º, INCISO LXXVIII, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988, HOMOLOGO O PRESENTE PEDIDO DE PRORROGAÇÃO DE PRAZO, AD REFERENDUM DO CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO, DE MODO QUE O ÓRGÃO DE EXECUÇÃO, À VISTA DOS AUTOS ORIGINÁRIOS QUE PERMANECERAM NA PROMOTORIA DE ORIGEM, POSSA PROSSEGUIR COM SUAS INVESTIGAÇÕES, ADOTANDO AS MEDIDAS LEGAIS CABÍVEIS, E O FAÇO COM BASE NO ARTIGO 17, INCISO XIV, DO RICSMP (RESOLUÇÃO CSMP Nº 03/2017). **EGRÉGIO CONSELHO SUPERIOR, À UNANIMIDADE, REFERENDOU A DECISÃO MONOCRÁTICA PROFERIDA.**

2.5.40 PROCEDIMENTO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA (SEI Nº 19.21.0349.0027252/2023-30). PROCEDIMENTO ELETRÔNICO. ORIGEM: 1ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE SIMPLÍCIO MENDES-PI. ASSUNTO: REVISÃO DA PRORROGAÇÃO DE PRAZO DO INQUÉRITO CIVIL REGISTRADO NO SIMP Nº 000823-237/2020. PROMOTORA DE JUSTIÇA: EMMANUELLE MARTINS NEIVA DANTAS RODRIGUES BELO. **RELATOR: DR. HUGO DE SOUSA CARDOSO.** CUIDA-SE, NA ESPÉCIE, DE PEDIDO DE PRORROGAÇÃO DE PRAZO PARA A CONCLUSÃO DO INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO – SIMP Nº 000823-237/2020 SOLICITADO EM 26 DE OUTUBRO DE 2022, PELA PROMOTORA DE JUSTIÇA EMMANUELLE MARTINS NEIVA DANTAS RODRIGUES BELO – TITULAR DA PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE SIMPLÍCIO MENDES– PI, CONFORME PREVISTO NO ART. 23, § 2º, DA LEI Nº 8.429/92, COM A REDAÇÃO DADA PELA LEI Nº 14.230/2021. O INQUISITÓRIO TEM POR OBJETO APURAR POSSÍVEIS

IRREGULARIDADES ENCONTRADAS PELO TCE/PI QUANDO DA ANÁLISE DA PRESTAÇÃO DE CONTAS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCEIÇÃO DO CANINDÉ, EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2009, SOB A RESPONSABILIDADE DO SR. ADRIANO VELOSO DOS PASSOS, MAIS PRECISAMENTE AUSÊNCIA DE RETENÇÃO E RECOLHIMENTO DA CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA, CONDUTAS QUE PODEM SE ADEQUAR AO ART. 10, CAPUT, DA NLIA EXTRAI-SE DOS AUTOS QUE A PRESIDENTE DO FEITO PRORROGOU O PRAZO DE CONCLUSÃO DO PROCEDIMENTO POR MAIS 365 (TREZENTOS E SESENTA E CINCO) DIAS, COM BASE NO QUE ESTABELECE O ART. 23, §2º, DA LEI Nº 8.429/92, COM A REDAÇÃO DADA PELA LEI Nº 14.230/2021, EM RAZÃO DA NECESSIDADE DE REALIZAÇÃO DE NOVAS DILIGÊNCIAS PARA INSTRUIR O FEITO. RESSALTA-SE QUE ESTA É A PRIMEIRA PRORROGAÇÃO DE PRAZO DETERMINADA PELO PRESIDENTE DO PROCEDIMENTO, APÓS O ADVENTO DA LEI 14.230/2021. ASSIM, EM ATENÇÃO AO PRINCÍPIO DA CELERIDADE PROCESSUAL, PREVISTO NO ART. 5º, INCISO LXXVIII, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988, HOMOLOGO O PRESENTE PEDIDO DE PRORROGAÇÃO DE PRAZO, AD REFERENDUM DO CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO, DE MODO QUE O ÓRGÃO DE EXECUÇÃO, À VISTA DOS AUTOS ORIGINÁRIOS QUE PERMANECERAM NA PROMOTORIA DE ORIGEM, POSSA PROSSEGUIR COM SUAS INVESTIGAÇÕES, ADOTANDO AS MEDIDAS LEGAIS CABÍVEIS, E O FAÇO COM BASE NO ARTIGO 17, INCISO XIV, DO RICSMP (RESOLUÇÃO CSMP Nº 03/2017). **EGRÉGIO CONSELHO SUPERIOR, À UNANIMIDADE, REFERENDOU A DECISÃO MONOCRÁTICA PROFERIDA.**

2.5.41 PROCEDIMENTO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA (SEI Nº 19.21.0349.0025711/2023-24). PROCEDIMENTO ELETRÔNICO. ORIGEM: 1ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE SIMPLÍCIO MENDES-PI. ASSUNTO: REVISÃO DA PRORROGAÇÃO DE PRAZO DO INQUÉRITO CIVIL REGISTRADO NO SIMP Nº 000063-237/2021. PROMOTOR DE JUSTIÇA: EMMANUELLE MARTINS NEIVA DANTAS RODRIGUES BELO. **RELATOR: DR. HUGO DE SOUSA CARDOSO.** CUIDA-SE, NA ESPÉCIE, DE PEDIDO DE PRORROGAÇÃO DE PRAZO PARA A CONCLUSÃO DO INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO – SIMP Nº 000063-237/2021 SOLICITADO EM 28 DE JULHO DE 2023, PELA PROMOTORA DE JUSTIÇA EMMANUELLE MARTINS NEIVA DANTAS RODRIGUES BELO – TITULAR DA PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE SIMPLÍCIO MENDES– PI, CONFORME PREVISTO NO ART. 23, § 2º, DA LEI Nº 8.429/92, COM A REDAÇÃO DADA PELA LEI Nº 14.230/2021. O INQUISITÓRIO TEM POR OBJETO APURAR POSSÍVEL IRREGULARIDADE EM CONTRATAÇÕES REALIZADAS PELA PREFEITURA DE RIBEIRA DO PIAUÍ NO ANO DE 2021 SEM A REALIZAÇÃO DE CONCURSO PÚBLICO E TESTE SELETIVO EXTRAI-SE DOS AUTOS QUE A PRESIDENTE DO FEITO PRORROGOU O PRAZO DE CONCLUSÃO DO PROCEDIMENTO POR MAIS 365 (TREZENTOS E SESENTA E CINCO) DIAS, COM BASE NO QUE ESTABELECE O ART. 23, §2º, DA LEI Nº 8.429/92, COM A REDAÇÃO DADA PELA LEI Nº 14.230/2021, EM RAZÃO DA NECESSIDADE DE REALIZAÇÃO DE NOVAS DILIGÊNCIAS PARA INSTRUIR O FEITO. RESSALTA-SE QUE ESTA É A PRIMEIRA PRORROGAÇÃO DE PRAZO DETERMINADA PELO PRESIDENTE DO PROCEDIMENTO, APÓS O ADVENTO DA LEI 14.230/2021. ASSIM, EM ATENÇÃO AO PRINCÍPIO DA CELERIDADE PROCESSUAL, PREVISTO NO ART. 5º, INCISO LXXVIII, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988, HOMOLOGO O PRESENTE PEDIDO DE PRORROGAÇÃO DE PRAZO, AD REFERENDUM DO CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO, DE MODO QUE O ÓRGÃO DE EXECUÇÃO, À VISTA DOS AUTOS ORIGINÁRIOS QUE PERMANECERAM NA PROMOTORIA DE ORIGEM, POSSA PROSSEGUIR COM SUAS INVESTIGAÇÕES, ADOTANDO AS MEDIDAS LEGAIS CABÍVEIS, E O FAÇO COM BASE NO ARTIGO 17, INCISO XIV, DO RICSMP (RESOLUÇÃO CSMP Nº 03/2017). **EGRÉGIO CONSELHO SUPERIOR, À UNANIMIDADE, REFERENDOU A DECISÃO MONOCRÁTICA PROFERIDA.**

2.5.42 PROCEDIMENTO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA (SEI Nº 19.21.0123.0025576/2023-75). PROCEDIMENTO ELETRÔNICO. ORIGEM: 2ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE PEDRO II-PI. ASSUNTO:

REVISÃO DA PRORROGAÇÃO DE PRAZO DO INQUÉRITO CIVIL REGISTRADO NO SIMP Nº 000581-182/2020 PROMOTOR DE JUSTIÇA: TIAGO BERCHIOR CARGNIN. **RELATOR: DR. HUGO DE SOUSA CARDOSO.** CUIDA-SE, NA ESPÉCIE, DE PEDIDO DE PRORROGAÇÃO DE PRAZO PARA A CONCLUSÃO DO INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO – SIMP Nº 000581-182/2020 SOLICITADO EM 27 DE JULHO DE 2023, PELO PROMOTOR DE JUSTIÇA TIAGO BERCHIOR CARGNIN – RESPONDENDO PELA 2ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA COMARCA DE PEDRO II - PI, CONFORME PREVISTO NO ART. 23, §2º, DA LEI Nº 8.429/92, COM A REDAÇÃO DADA PELA LEI Nº 14.230/2021. O INQUISITÓRIO TEM POR OBJETO APURAR SUPOSTOS PAGAMENTOS IRREGULARES REALIZADOS NO ÂMBITO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE DOMINGOS MOURÃO. EXTRAI-SE DOS AUTOS QUE O PRESIDENTE DO FEITO PRORROGOU O PRAZO DE CONCLUSÃO DO PROCEDIMENTO POR MAIS 365 (TREZENTOS E SESENTA E CINCO) DIAS, COM BASE NO QUE ESTABELECE O ART. 23, §2º, DA LEI Nº 8.429/92, COM A REDAÇÃO DADA PELA LEI Nº 14.230/2021, EM RAZÃO DA NECESSIDADE DE REALIZAÇÃO DE NOVAS DILIGÊNCIAS PARA INSTRUIR O FEITO. RESSALTA-SE QUE ESTA É A PRIMEIRA PRORROGAÇÃO DE PRAZO DETERMINADA PELO PRESIDENTE DO PROCEDIMENTO, APÓS O ADVENTO DA LEI 14.230/2021. ASSIM, EM ATENÇÃO AO PRINCÍPIO DA CELERIDADE PROCESSUAL, PREVISTO NO ART. 5º, INCISO LXXVIII, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988, HOMOLOGO O PRESENTE PEDIDO DE PRORROGAÇÃO DE PRAZO, AD REFERENDUM DO CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO, DE MODO QUE O ÓRGÃO DE EXECUÇÃO, À VISTA DOS AUTOS ORIGINÁRIOS QUE PERMANECERAM NA PROMOTORIA DE ORIGEM, POSSA PROSSEGUIR COM SUAS INVESTIGAÇÕES, ADOTANDO AS MEDIDAS LEGAIS CABÍVEIS, E O FAÇO COM BASE NO ARTIGO 17, INCISO XIV, DO RICSMP (RESOLUÇÃO CSMP Nº 03/2017). **EGRÉGIO CONSELHO SUPERIOR, À UNANIMIDADE, REFERENDOU A DECISÃO MONOCRÁTICA PROFERIDA.**

2.5.43 PROCEDIMENTO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA (SEI Nº 19.21.0349.0022449.2023-22). PROCEDIMENTO ELETRÔNICO. ORIGEM: 1ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE SIMPLÍCIO MENDES-PI. ASSUNTO: REVISÃO DA PRORROGAÇÃO DE PRAZO DO INQUÉRITO CIVIL REGISTRADO NO SIMP Nº 000868-237/2020. PROMOTOR DE JUSTIÇA: CARLOS ROGÉRIO BESERRA DA SILVA. **RELATOR: DR. HUGO DE SOUSA CARDOSO.** CUIDA-SE, NA ESPÉCIE, DE PEDIDO DE PRORROGAÇÃO DE PRAZO PARA A CONCLUSÃO DO INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO – SIMP Nº 000868-237/2020 SOLICITADO EM 29 DE JUNHO DE 2023, PELO PROMOTOR DE JUSTIÇA CARLOS ROGÉRIO BESERRA DA SILVA – RESPONDENDO PELA 1ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA COMARCA DE SIMPLÍCIO MENDES PI, CONFORME PREVISTO NO ART. 23, §2º, DA LEI Nº 8.429/92, COM A REDAÇÃO DADA PELA LEI Nº 14.230/2021. O INQUISITÓRIO TEM POR OBJETO APURAR IRREGULARIDADES QUANDO DA ANÁLISE DA PRESTAÇÃO DE CONTAS DO MUNICÍPIO DE CAMPINAS DO PIAUÍ, EXERCÍCIO DE 2017, COM O FITO DE APURAR POSSÍVEL ATO DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA NA MALVERSAÇÃO DE RECURSOS PÚBLICOS, CONDUTAS QUE PODEM SE ADEQUAR AO ART. 9, ART. 10 E ART. 11,V, DA NLIA. EXTRAI-SE DOS AUTOS QUE O PRESIDENTE DO FEITO PRORROGOU O PRAZO DE CONCLUSÃO DO PROCEDIMENTO POR MAIS 365 (TREZENTOS E SESENTA E CINCO) DIAS, COM BASE NO QUE ESTABELECE O ART. 23, §2º, DA LEI Nº 8.429/92, COM A REDAÇÃO DADA PELA LEI Nº 14.230/2021, EM RAZÃO DA NECESSIDADE DE REALIZAÇÃO DE NOVAS DILIGÊNCIAS PARA INSTRUIR O FEITO. RESSALTA-SE QUE ESTA É A PRIMEIRA PRORROGAÇÃO DE PRAZO DETERMINADA PELO PRESIDENTE DO PROCEDIMENTO, APÓS O ADVENTO DA LEI 14.230/2021. ASSIM, EM ATENÇÃO AO PRINCÍPIO DA CELERIDADE PROCESSUAL, PREVISTO NO ART. 5º, INCISO LXXVIII, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988, HOMOLOGO O PRESENTE PEDIDO DE PRORROGAÇÃO DE PRAZO, AD REFERENDUM DO CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO, DE MODO QUE O ÓRGÃO DE EXECUÇÃO, À VISTA DOS AUTOS ORIGINÁRIOS QUE PERMANECERAM NA PROMOTORIA DE ORIGEM, POSSA PROSSEGUIR COM SUAS INVESTIGAÇÕES, ADOTANDO AS MEDIDAS LEGAIS

CABÍVEIS, E O FAÇO COM BASE NO ARTIGO 17, INCISO XIV, DO RICSMP (RESOLUÇÃO CSMP Nº 03/2017). **EGRÉGIO CONSELHO SUPERIOR, À UNANIMIDADE, REFERENDOU A DECISÃO MONOCRÁTICA PROFERIDA.**

2.5.44 PROCEDIMENTO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA (SEI Nº 19.21.0707.0023904/2023-84). PROCEDIMENTO ELETRÔNICO. ORIGEM: 2ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE OEIRAS – PI. ASSUNTO: REVISÃO DA PRORROGAÇÃO DE PRAZO DO INQUÉRITO CIVIL REGISTRADO NO SIMP Nº 000044-426/2022 PROMOTOR DE JUSTIÇA: JOÃO BATISTA DE CASTRO FILHO. **RELATOR: DR. HUGO DE SOUSA CARDOSO.** CUIDA-SE, NA ESPÉCIE, DE PEDIDO DE PRORROGAÇÃO DE PRAZO PARA A CONCLUSÃO DO INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO – SIMP Nº 000044-426/2022 SOLICITADO EM 10 DE JULHO DE 2023, PELO PROMOTOR DE JUSTIÇA JOÃO BATISTA DE CASTRO FILHO, RESPONDENDO PELA 2ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA COMARCA DE OEIRAS – PI, CONFORME PREVISTO NO ART. 23, §2º, DA LEI Nº 8.429/92, COM A REDAÇÃO DADA PELA LEI Nº 14.230/2021. O INQUISITÓRIO TEM POR OBJETO APURAR POSSÍVEIS IRREGULARIDADES PRATICADAS DE FORMA REITERADA PELO MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DA VARJOTA-PI, REFERENTE AO PROCEDIMENTO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO N.º 002/2021, QUE RESULTOU NA CONTRATAÇÃO DA EMPRESA ARAÚJO SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ASSESSORIA JURÍDICA, NO CORRENTE ANO EXTRAI-SE DOS AUTOS QUE O PRESIDENTE DO FEITO PRORROGOU O PRAZO DE CONCLUSÃO DO PROCEDIMENTO POR MAIS 365 (TREZENTOS E SESENTA E CINCO) DIAS, COM BASE NO QUE ESTABELECE O ART. 23, §2º, DA LEI Nº 8.429/92, COM A REDAÇÃO DADA PELA LEI Nº 14.230/2021, EM RAZÃO DA NECESSIDADE DE REALIZAÇÃO DE NOVAS DILIGÊNCIAS PARA INSTRUIR O FEITO. RESSALTA-SE QUE ESTA É A PRIMEIRA PRORROGAÇÃO DE PRAZO DETERMINADA PELO PRESIDENTE DO PROCEDIMENTO, APÓS O ADVENTO DA LEI 14.230/2021. ASSIM, EM ATENÇÃO AO PRINCÍPIO DA CELERIDADE PROCESSUAL, PREVISTO NO ART. 5º, INCISO LXXVIII, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988, HOMOLOGO O PRESENTE PEDIDO DE PRORROGAÇÃO DE PRAZO, AD REFERENDUM DO CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO, DE MODO QUE O ÓRGÃO DE EXECUÇÃO, À VISTA DOS AUTOS ORIGINÁRIOS QUE PERMANECERAM NA PROMOTORIA DE ORIGEM, POSSA PROSEGUIR COM SUAS INVESTIGAÇÕES, ADOTANDO AS MEDIDAS LEGAIS CABÍVEIS, E O FAÇO COM BASE NO ARTIGO 17, INCISO XIV, DO RICSMP (RESOLUÇÃO CSMP Nº 03/2017). **EGRÉGIO CONSELHO SUPERIOR, À UNANIMIDADE, REFERENDOU A DECISÃO MONOCRÁTICA PROFERIDA.**

2.5.45 PROCEDIMENTO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA (SEI Nº 19.21.0707.0023843/2023-82). PROCEDIMENTO ELETRÔNICO. ORIGEM: 2ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE OEIRAS-PI. ASSUNTO: REVISÃO DA PRORROGAÇÃO DE PRAZO DO INQUÉRITO CIVIL REGISTRADO NO SIMP Nº 000067-107/2022 PROMOTOR DE JUSTIÇA: JOÃO BATISTA DE CASTRO FILHO. **RELATOR: DR. HUGO DE SOUSA CARDOSO.** CUIDA-SE, NA ESPÉCIE, DE PEDIDO DE PRORROGAÇÃO DE PRAZO PARA A CONCLUSÃO DO INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO – SIMP Nº 000067-107/2022 SOLICITADO EM 10 DE JULHO DE 2023, PELO PROMOTOR DE JUSTIÇA JOÃO BATISTA DE CASTRO FILHO, RESPONDENDO PELA 2ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA COMARCA DE OEIRAS – PI, CONFORME PREVISTO NO ART. 23, §2º, DA LEI Nº 8.429/92, COM A REDAÇÃO DADA PELA LEI Nº 14.230/2021. O INQUISITÓRIO TEM POR OBJETO APURAR SUPOSTA IRREGULARIDADE PRATICADA PELO MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO FIDALGO/PI, NA NOMEAÇÃO DE ERMANDO SOARES DE SOUSA PARA O CARGO DE CHEFE DE GABINETE (PORTARIA N.º007/2022), CONFIGURANDO POSSÍVEL ATO DE NEPOTISMO, TENDO EM VISTA O REFERIDO SENHOR SER IRMÃO DO ATUAL GESTOR MUNICIPAL ERIMAR SOARES DE SOUSA EXTRAI-SE DOS AUTOS QUE O PRESIDENTE DO FEITO PRORROGOU O PRAZO DE CONCLUSÃO DO PROCEDIMENTO POR MAIS 365 (TREZENTOS E SESENTA E CINCO) DIAS, COM

BASE NO QUE ESTABELECE O ART. 23, §2º, DA LEI Nº 8.429/92, COM A REDAÇÃO DADA PELA LEI Nº 14.230/2021, EM RAZÃO DA NECESSIDADE DE REALIZAÇÃO DE NOVAS DILIGÊNCIAS PARA INSTRUIR O FEITO. RESSALTA-SE QUE ESTA É A PRIMEIRA PRORROGAÇÃO DE PRAZO DETERMINADA PELO PRESIDENTE DO PROCEDIMENTO, APÓS O ADVENTO DA LEI 14.230/2021. ASSIM, EM ATENÇÃO AO PRINCÍPIO DA CELERIDADE PROCESSUAL, PREVISTO NO ART. 5º, INCISO LXXVIII, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988, HOMOLOGO O PRESENTE PEDIDO DE PRORROGAÇÃO DE PRAZO, AD REFERENDUM DO CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO, DE MODO QUE O ÓRGÃO DE EXECUÇÃO, À VISTA DOS AUTOS ORIGINÁRIOS QUE PERMANECERAM NA PROMOTORIA DE ORIGEM, POSSA PROSSEGUIR COM SUAS INVESTIGAÇÕES, ADOTANDO AS MEDIDAS LEGAIS CABÍVEIS, E O FAÇO COM BASE NO ARTIGO 17, INCISO XIV, DO RICSMP (RESOLUÇÃO CSMP Nº 03/2017). **EGRÉGIO CONSELHO SUPERIOR, À UNANIMIDADE, REFERENDOU A DECISÃO MONOCRÁTICA PROFERIDA.**

2.5.46 PROCEDIMENTO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA (SEI Nº 19.21.0705.0027399/2023-33). PROCEDIMENTO ELETRÔNICO. ORIGEM: 3ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE PIRIPIRI-PI. ASSUNTO: REVISÃO DA PRORROGAÇÃO DE PRAZO DO INQUÉRITO CIVIL REGISTRADO NO SIMP Nº 000366-368/2020. PROMOTOR DE JUSTIÇA: NIVALDO RIBEIRO. **RELATOR: DR. HUGO DE SOUSA CARDOSO.** CUIDA-SE, NA ESPÉCIE, DE PEDIDO DE PRORROGAÇÃO DE PRAZO PARA A CONCLUSÃO DO INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO SIMP Nº 000366-368/2020 SOLICITADO EM 14 DE FEVEREIRO DE 2023, PELO PROMOTOR DE JUSTIÇA NIVALDO RIBEIRO, DA 3ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA COMARCA DE PIRIPIRI- PI, CONFORME PREVISTO NO ART. 23, §2º, DA LEI Nº 8.429/92, COM A REDAÇÃO DADA PELA LEI Nº 14.230/2021. O INQUISITÓRIO TEM POR OBJETO APURAR POSSÍVEIS ATOS ÍMPROBOS EM RAZÃO DA OBRA INACABADA/ABANDONADA DA UNIDADE ESCOLAR JOÃO COELHO DE RESENDE, SITUADA NO MUNICÍPIO DE PIRIPIRI-PI EXTRAI-SE DOS AUTOS QUE O PRESIDENTE DO FEITO PRORROGOU O PRAZO DE CONCLUSÃO DO PROCEDIMENTO POR MAIS 365 (TREZENTOS E SESSENTA E CINCO) DIAS, COM BASE NO QUE ESTABELECE O ART. 23, §2º, DA LEI Nº 8.429/92, COM A REDAÇÃO DADA PELA LEI Nº 14.230/2021, EM RAZÃO DA NECESSIDADE DE REALIZAÇÃO DE NOVAS DILIGÊNCIAS PARA INSTRUIR O FEITO. RESSALTA-SE QUE ESTA É A PRIMEIRA PRORROGAÇÃO DE PRAZO DETERMINADA PELO PRESIDENTE DO PROCEDIMENTO, APÓS O ADVENTO DA LEI 14.230/2021. ASSIM, EM ATENÇÃO AO PRINCÍPIO DA CELERIDADE PROCESSUAL, PREVISTO NO ART. 5º, INCISO LXXVIII, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988, HOMOLOGO O PRESENTE PEDIDO DE PRORROGAÇÃO DE PRAZO, AD REFERENDUM DO CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO, DE MODO QUE O ÓRGÃO DE EXECUÇÃO, À VISTA DOS AUTOS ORIGINÁRIOS QUE PERMANECERAM NA PROMOTORIA DE ORIGEM, POSSA PROSSEGUIR COM SUAS INVESTIGAÇÕES, ADOTANDO AS MEDIDAS LEGAIS CABÍVEIS, E O FAÇO COM BASE NO ARTIGO 17, INCISO XIV, DO RICSMP (RESOLUÇÃO CSMP Nº 03/2017). **EGRÉGIO CONSELHO SUPERIOR, À UNANIMIDADE, REFERENDOU A DECISÃO MONOCRÁTICA PROFERIDA.**

3 PARA CONHECIMENTO E DELIBERAÇÃO

3.1 COMUNICAÇÕES DA CORREGEDORIA GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO.

3.1.1 SEI Nº 19.21.0017.0031623/2023-95. ORIGEM: CORREGEDORIA GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO. ASSUNTO: RELATÓRIOS CONCLUSIVOS DAS CORREIÇÕES ORDINÁRIAS REALIZADAS NA PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE DEMERVAL LOBÃO E 1ª, 2ª, 3ª E 7ª PROMOTORIAS DE JUSTIÇA DE PICOS.

3.2 COMUNICAÇÕES VIA SEI.

3.2.1 SEI Nº 19.21.0703.0030924/2023-45. ORIGEM: 1ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE BARRAS. ASSUNTO: ARQUIVAMENTO DO PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO Nº 10/2022 (SIMP 001324-138/2021).

3.2.2 SEI Nº 19.21.0167.0030781/2023-15. ORIGEM: 29ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE TERESINA. ASSUNTO: INSTAURAÇÃO DA NOTÍCIA DE FATO Nº 180/2023 (SIMP 001397-426/2023).

3.2.3 SEI Nº 19.21.0266.0030930/2023-36. ORIGEM: PROMOTORIA DE JUSTIÇA REGIONAL DE BOM JESUS. ASSUNTO: PRORROGAÇÃO DE PRAZO DO PROCEDIMENTO INVESTIGATÓRIO CRIMINAL Nº 07/2023 (SIMP 001481-434/2022).

3.2.4 SEI Nº 19.21.0733.0030928/2023-69. ORIGEM: 2ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE BOM JESUS. ASSUNTO: CONVERSÃO DO PROCEDIMENTO PREPARATÓRIO EM INQUÉRITO CIVIL SIMP 001547-434/2021.

3.2.5 SEI Nº 19.21.0214.0030934/2023-29. ORIGEM: PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE PADRE MARCOS. ASSUNTO: ARQUIVAMENTO DO PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO Nº 06/2023 (SIMP 000091-292/2023).

3.2.6 SEI Nº 19.21.0167.0030942/2023-33. ORIGEM: 29ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE TERESINA. ASSUNTO: INSTAURAÇÃO DA NOTÍCIA DE FATO Nº 182/2023 (SIMP 000109-030/2023).

3.2.7 SEI Nº 19.21.0183.0030945/2023-03. ORIGEM: 1ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE ESPERANTINA. ASSUNTO: ARQUIVAMENTO DOS PROCEDIMENTOS ADMINISTRATIVOS: PA Nº 33/2022 (SIMP 000384-160/2022), PA Nº 48/2022 (SIMP 000565-160/2022), PA Nº 54/2022 (SIMP 000594-160/2022), PA Nº 57/2022 (SIMP 000593-160/2022), PA Nº 58/2022 (SIMP 000602-160/2022), PA Nº 10/2023 (SIMP 000448-160/2022), PA Nº 21/2023 (SIMP 000114-160/2023) E PA Nº 24/2023 (SIMP 000210-160/2023).

3.2.8 SEI Nº 19.21.0709.0030947/2023-13. ORIGEM: 2ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE CORRENTE. ASSUNTO: AJUIZAMENTO DE AÇÃO CIVIL POR ATO DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA REFERENTE AO INQUÉRITO CIVIL Nº 002/2022 (SIMP 000355-085/2022).

3.2.9 SEI Nº 19.21.0703.0030931/2023-50. ORIGEM: 1ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE BARRAS. ASSUNTO: ARQUIVAMENTO DO PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO Nº 079/2022 (SIMP 000376-138/2022).

3.2.10 SEI Nº 19.21.0708.0030959/2023-92. ORIGEM: 1ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE FLORIANO. ASSUNTO: ARQUIVAMENTO DO INQUÉRITO CIVIL SIMP 000222-101/2019.

3.2.11 SEI Nº 19.21.0266.0030961/2023-72. ORIGEM: PROMOTORIA DE JUSTIÇA REGIONAL DE BOM JESUS. ASSUNTO: PRORROGAÇÃO DE PRAZO DO INQUÉRITO CIVIL Nº 10/2021 (SIMP 001132-434/2021).

3.2.12 SEI Nº 19.21.0266.0030962/2023-45. ORIGEM: PROMOTORIA DE JUSTIÇA REGIONAL DE BOM JESUS. ASSUNTO: PRORROGAÇÃO DE PRAZO DO INQUÉRITO CIVIL SIMP 001413-434/2021.

3.2.13 SEI Nº 19.21.0706.0030958/2023-52. ORIGEM: 1ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE PARNAÍBA. ASSUNTO: PRORROGAÇÃO DE PRAZO DO PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO SIMP 000419-369/2021.

3.2.14 SEI Nº 19.21.0266.0030972/2023-66. ORIGEM: PROMOTORIA DE JUSTIÇA REGIONAL DE BOM JESUS. ASSUNTO: AJUIZAMENTO DE AÇÃO ACERCA DO OBJETO DO PROCEDIMENTO INVESTIGATÓRIO CRIMINAL SIMP 000250-201/2021.

3.2.15 SEI Nº 19.21.0254.0030976/2023-41. ORIGEM: PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE DEMERVAL LOBÃO. ASSUNTO: ARQUIVAMENTO DA NOTÍCIA DE FATO Nº 35/2023 (SIMP 001059-426/2023).

3.2.16 SEI Nº 19.21.0254.0030980/2023-30. ORIGEM: PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE DEMERVAL LOBÃO. ASSUNTO: ARQUIVAMENTO DA NOTÍCIA DE FATO Nº 37/2023 (SIMP 000582-150/2023).

3.2.17 SEI Nº 19.21.0088.0030986/2023-30. ORIGEM: 24ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE TERESINA. ASSUNTO: PRORROGAÇÃO DE PRAZO DO INQUÉRITO CIVIL SIMP 000198-172/2020.

3.2.18 SEI Nº 19.21.0167.0030977/2023-58. ORIGEM: 29ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE TERESINA. ASSUNTO: INSTAURAÇÃO DA NOTÍCIA DE FATO Nº 183/2023 (SIMP 000110-030/2023).

3.2.19 SEI Nº 19.21.0266.0030999/2023-16. ORIGEM: PROMOTORIA DE JUSTIÇA REGIONAL DE BOM JESUS. ASSUNTO: PRORROGAÇÃO DE PRAZO DO PROCEDIMENTO INVESTIGATÓRIO CRIMINAL Nº 02/2021 (SIMP 000012-215/2020).

3.2.20 SEI Nº 19.21.0225.0031000/2023-22. ORIGEM: 2ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE JOSÉ DE FREITAS. ASSUNTO: ARQUIVAMENTO DO INQUÉRITO CIVIL Nº 016/2017 (SIMP 000124-059/2017).

3.2.21 SEI Nº 19.21.0731.0031004/2023-84. ORIGEM: PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE BENEDITINOS – ALTOS. ASSUNTO: INSTAURAÇÃO DO INQUÉRITO CIVIL SIMP 001360-154/2022.

3.2.22 SEI Nº 19.21.0293.0031018/2023-68. ORIGEM: PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE RIBEIRO GONÇALVES. ASSUNTO: PRORROGAÇÃO DE PRAZO DO INQUÉRITO CIVIL Nº 11/2014 (SIMP 000012-291/2017).

3.2.23 SEI Nº 19.21.0293.0031021/2023-84. ORIGEM: PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE RIBEIRO GONÇALVES. ASSUNTO: PRORROGAÇÃO DE PRAZO DO INQUÉRITO CIVIL Nº 01/2015 (SIMP 000041-291/2017).

3.2.24 SEI Nº 19.21.0266.0031024/2023-20. ORIGEM: PROMOTORIA DE JUSTIÇA REGIONAL DE BOM JESUS. ASSUNTO: PRORROGAÇÃO DE PRAZO DO PROCEDIMENTO PREPARATÓRIO Nº 11/2023 (SIMP 000077-434/2023).

3.2.25 SEI Nº 19.21.0266.0031025/2023-90. ORIGEM: PROMOTORIA DE JUSTIÇA REGIONAL DE BOM JESUS. ASSUNTO: PRORROGAÇÃO DE PRAZO DO PROCEDIMENTO INVESTIGATÓRIO CRIMINAL Nº 12/2019 (SIMP 000150-082/2017).

3.2.26 SEI Nº 19.21.0266.0031026/2023-63. ORIGEM: PROMOTORIA DE JUSTIÇA REGIONAL DE BOM JESUS. ASSUNTO: PRORROGAÇÃO DE PRAZO DO PROCEDIMENTO INVESTIGATÓRIO CRIMINAL Nº 13/2019 (SIMP 000121-082/2018).

3.2.27 SEI Nº 19.21.0700.0031029/2023-68. ORIGEM: 1ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE PICOS. ASSUNTO: PRORROGAÇÃO DE PRAZO DO PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO Nº 032/2022 (SIMP 000301-361/2022).

3.2.28 SEI Nº 19.21.0700.0031033/2023-57. ORIGEM: 1ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE PICOS. ASSUNTO: CONVERSÃO DO PROCEDIMENTO PREPARATÓRIO EM INQUÉRITO CIVIL SIMP 003410-361/2022.

3.2.29 SEI Nº 19.21.0733.0031036/2023-63. ORIGEM: 2ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE BOM JESUS. ASSUNTO: INSTAURAÇÃO DA INVESTIGAÇÃO PRELIMINAR SIMP 000163-081/2020.

3.2.30 SEI Nº 19.21.0167.0031050/2023-27. ORIGEM: 29ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE TERESINA. ASSUNTO: PRORROGAÇÃO DE PRAZO DO PROCEDIMENTO PREPARATÓRIO Nº 053/2023 (SIMP 000053-030/2023).

3.2.31 SEI Nº 19.21.0167.0031052/2023-70. ORIGEM: 29ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE TERESINA. ASSUNTO: CONVERSÃO DA NOTÍCIA DE FATO Nº 94/2023 (SIMP 000062-030/2023) NO PROCEDIMENTO PREPARATÓRIO DE INQUÉRITO CIVIL Nº 98/2023.

3.2.32 SEI Nº 19.21.0171.0031056/2023-96. ORIGEM: PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE MONSENHOR GIL. ASSUNTO: ARQUIVAMENTO DO PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO Nº 09/2021 (SIMP 000010-221/2021).

3.2.33 SEI Nº 19.21.0705.0031067/2023-34. ORIGEM: 2ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE PIRIPIRI. ASSUNTO: ARQUIVAMENTO DO PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO Nº 27/2023 (SIMP 001154-368/2023).

3.2.34 SEI Nº 19.21.0705.0031072/2023-93. ORIGEM: 1ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE PIRIPIRI. ASSUNTO: ARQUIVAMENTO DA NOTÍCIA DE FATO Nº 11/2023 (SIMP 001575-368/2023).

3.2.35 SEI Nº 19.21.0243.0031078/2023-71. ORIGEM: 2ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE BOM JESUS. ASSUNTO: INSTAURAÇÃO DA INVESTIGAÇÃO PRELIMINAR SIMP 000940-434/2023.

3.2.36 SEI Nº 19.21.0700.0031080/2023-49. ORIGEM: 1ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE PICOS. ASSUNTO: INSTAURAÇÃO DO PROCEDIMENTO PREPARATÓRIO DE INQUÉRITO CIVIL SIMP 001408-361/2023.

3.2.37 SEI Nº 19.21.0167.0031063/2023-64. ORIGEM: 29ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE TERESINA. ASSUNTO: CONVERSÃO DA NOTÍCIA DE FATO Nº 119/2023 (SIMP 000870-426/2023) NO PROCEDIMENTO PREPARATÓRIO DE INQUÉRITO CIVIL Nº 97/2023.

3.2.38 SEI Nº 19.21.0171.0031084/2023-19. ORIGEM: PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE MONSENHOR GIL. ASSUNTO: ARQUIVAMENTO DO PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO Nº 13/2022 (SIMP 000021-215/2022).

3.2.39 SEI Nº 19.21.0624.0031081/2023-95. ORIGEM: 2ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE SÃO JOÃO DO PIAUÍ. ASSUNTO: INSTAURAÇÃO DO PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO Nº 080/2023 (SIMP 000050-310/2023).

3.2.40 SEI Nº 19.21.0700.0031093/2023-86. ORIGEM: 1ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE PICOS. ASSUNTO: PRORROGAÇÃO DE PRAZO DO INQUÉRITO CIVIL SIMP 000336-088/2019.

3.2.41 SEI Nº 19.21.0167.0031091/2023-84. ORIGEM: 29ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE TERESINA. ASSUNTO: ARQUIVAMENTO DA NOTÍCIA DE FATO Nº 86/2023 (SIMP 000581-426/2023).

3.2.42 SEI Nº 19.21.0185.0031103/2023-72. ORIGEM: 46ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE TERESINA. ASSUNTO: INSTAURAÇÃO DO PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO Nº 25/2023 (SIMP 000078-032/2023).

3.2.43 SEI Nº 19.21.0624.0031113/2023-07. ORIGEM: 2ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE SÃO JOÃO DO PIAUÍ. ASSUNTO: INSTAURAÇÃO DO PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO Nº 081/2023 (SIMP 000098-310/2023).

3.2.44 SEI Nº 19.21.0737.0031120/2023-63. ORIGEM: 3ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE PIRIPIRI. ASSUNTO: ARQUIVAMENTO DO PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO Nº 81/2022 (SIMP 000510-368/2022).

3.2.45 SEI Nº 19.21.0737.0031126/2023-95. ORIGEM: 3ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE PIRIPIRI. ASSUNTO: ARQUIVAMENTO DO PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO SIMP 000331-368/2021.

3.2.46 SEI Nº 19.21.0703.0031122/2023-34. ORIGEM: 2ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE BARRAS. ASSUNTO: RECOMENDAÇÃO ADMINISTRATIVA Nº 14/2023 EXPEDIDA NO ÂMBITO DO PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO Nº 50/2023 (SIMP 000445-138/2023).

3.2.47 SEI Nº 19.21.0171.0031129/2023-65. ORIGEM: PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE MONSENHOR GIL. ASSUNTO: INSTAURAÇÃO DO PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO PARA ACOMPANHAMENTO DE TAC (PATAC) Nº 40/2023 (SIMP 000333-221/2023).

3.2.48 SEI Nº 19.21.0624.0031124/2023-98. ORIGEM: 2ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE MONSENHOR GIL. ASSUNTO: INSTAURAÇÃO DO PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO Nº 083/2023 (SIMP 000130-310/2023).

3.2.49 SEI Nº 19.21.0167.0031130/2023-98. ORIGEM: 29ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE TERESINA. ASSUNTO: PRORROGAÇÃO DE PRAZO DO INQUÉRITO CIVIL Nº 23/2017 (SIMP 000035-030/2017).

3.2.50 SEI Nº 19.21.0737.0031132/2023-30. ORIGEM: 3ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE PIRIPIRI. ASSUNTO: ARQUIVAMENTO DO PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO SIMP 001279-368/2023.

3.2.51 SEI Nº 19.21.0708.0031131/2023-07. ORIGEM: 1ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE FLORIANO. ASSUNTO: CONVERSÃO DA NOTÍCIA DE FATO SIMP 000022-101/2023 NO INQUÉRITO CIVIL SIMP 000022-101/2023.

3.2.52 SEI Nº 19.21.0700.0031138/2023-35. ORIGEM: 2ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE PICOS. ASSUNTO: PRORROGAÇÃO DE PRAZO DO PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO SIMP 000185-361/2022.

3.2.53 SEI Nº 19.21.0319.0031140/2023-70. ORIGEM: 1ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE MIGUEL ALVES. ASSUNTO: ARQUIVAMENTO DO PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO Nº 12/2021 (SIMP 000209-144/2021).

3.2.54 SEI Nº 19.21.0117.0031010/2023-14. ORIGEM: 36ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE TERESINA. ASSUNTO: ARQUIVAMENTO DO PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO Nº 01/2021 (SIMP 000136-426/2020).

3.2.55 SEI Nº 19.21.0185.0031054/2023-37. ORIGEM: 46ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE TERESINA. ASSUNTO: INSTAURAÇÃO DOS PROCEDIMENTOS ADMINISTRATIVOS Nº 31/2023 E Nº 32/2023.

3.2.56 SEI Nº 19.21.0186.0031022/2023-13. ORIGEM: PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE COCAL. ASSUNTO: INSTAURAÇÃO DOS PROCEDIMENTOS ADMINISTRATIVOS SIMP Nº 000951-199/2023 E 000952-199/2023.

3.2.57 SEI Nº 19.21.0348.0031117/2023-62. ORIGEM: PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE MARCOS PARENTE. ASSUNTO: PRORROGAÇÃO DE PRAZO DO INQUÉRITO CIVIL Nº 09/2018 (SIMP 000232-319/2018).

3.2.58 SEI Nº 19.21.0167.0031147/2023-27. ORIGEM: 29ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE TERESINA. ASSUNTO: PRORROGAÇÃO DE PRAZO DA NOTÍCIA DE FATO Nº 162/2023 (SIMP 000097-030/2023).

3.2.59 SEI Nº 19.21.0319.0031154/2023-80. ORIGEM: 1ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE MIGUEL ALVES. ASSUNTO: ARQUIVAMENTO DO PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO Nº 12/2022 (SIMP 000425-144/2021).

3.2.60 SEI Nº 19.21.0167.0031161/2023-37. ORIGEM: 29ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE TERESINA. ASSUNTO: PRORROGAÇÃO DE PRAZO DO PROCEDIMENTO PREPARATÓRIO Nº 045/2023 (SIMP 000072-030/2022).

3.2.61 SEI Nº 19.21.0729.0031160/2023-73. ORIGEM: 1ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE CASTELO DO PIAUÍ. ASSUNTO: PRORROGAÇÃO DE PRAZO DO PROCEDIMENTO PREPARATÓRIO SIMP 001178-435/2022.

3.2.62 SEI Nº 19.21.0624.0031165/2023-58. ORIGEM: 2ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE SÃO JOÃO DO PIAUÍ. ASSUNTO: PRORROGAÇÃO DE PRAZO DO INQUÉRITO CIVIL Nº 06/2017 (SIMP 000197-310/2017).

3.2.63 SEI Nº 19.21.0144.0031175/2023-04. ORIGEM: PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE INHUMA. ASSUNTO: INSTAURAÇÃO DO PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO Nº 53/2023 (SIMP 000468-230/2023).

3.2.64 SEI Nº 19.21.0144.0031179/2023-90. ORIGEM: PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE INHUMA. ASSUNTO: INSTAURAÇÃO DO PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO Nº 52/2023 (SIMP 000467-230/2023).

3.2.65 SEI Nº 19.21.0103.0031178/2023-53. ORIGEM: 12ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE TERESINA. ASSUNTO: ARQUIVAMENTO DO PROCEDIMENTO PREPARATÓRIO Nº 53/2023 (SIMP 000318-426/2023).

3.2.66 SEI Nº 19.21.0298.0031181/2023-54. ORIGEM: PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE BARRO DURO. ASSUNTO: ARQUIVAMENTO DA NOTÍCIA DE FATO SIMP 000555-325/2023.

3.2.67 SEI Nº 19.21.0731.0031204/2023-19. ORIGEM: 2ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE ALTOS. ASSUNTO: CONVERSÃO DA NOTÍCIA DE FATO Nº 47/2023 EM INQUÉRITO CIVIL Nº 04/2023 (SIMP 000574-154/2023).

3.2.68 SEI Nº 19.21.0185.0031066/2023-04. ORIGEM: 46ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE TERESINA. ASSUNTO: PRORROGAÇÃO DE PRAZO DO INQUÉRITO CIVIL Nº 004/2016 (SIMP 000374-032/2017).

3.2.69 SEI Nº 19.21.0295.0031206/2023-06. ORIGEM: 1ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE PARNAGUÁ. ASSUNTO: PRORROGAÇÃO DE PRAZO DO INQUÉRITO CIVIL Nº 003/2022 (SIMP 000193-232/2022).

3.2.70 SEI Nº 19.21.0266.0031219/2023-90. ORIGEM: PROMOTORIA DE JUSTIÇA REGIONAL DE BOM JESUS. ASSUNTO: INSTAURAÇÃO DO PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO Nº 15/2023 (SIMP 000964-434/2023).

3.2.71 SEI Nº 19.21.0340.0031222/2023-63. ORIGEM: GACEP. ASSUNTO: INSTAURAÇÃO DO PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO INTEGRADO Nº 16/2023 (SIMP 000212-225/2023).

3.2.72 SEI Nº 19.21.0340.0031224/2023-09. ORIGEM: GACEP. ASSUNTO: INSTAURAÇÃO DO PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO INTEGRADO Nº 22/2023 (SIMP 000219-225/2023).

3.2.73 SEI Nº 19.21.0118.0031248/2023-72. ORIGEM: 49ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE TERESINA. ASSUNTO: PRORROGAÇÃO DE PRAZO DO PROCEDIMENTO PREPARATÓRIO Nº 015/2023 (SIMP 000060-034/2023).

3.2.74 SEI Nº 19.21.0378.0024813/2023-70. ORIGEM: PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE MONSENHOR GIL. ASSUNTO: INDEFERIMENTO DA INSTAURAÇÃO DA NOTÍCIA DE FATO SIMP 000307-221/2023.

3.2.75 SEI Nº 19.21.0733.0031249/2023-35. ORIGEM: 2ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE BOM JESUS. ASSUNTO: PRORROGAÇÃO DE PRAZO DO PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO SIMP 000009-081/2022.

3.2.76 SEI Nº 19.21.0167.0031242/2023-81. ORIGEM: 29ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE TERESINA. ASSUNTO: PRORROGAÇÃO DE PRAZO DA NOTÍCIA DE FATO Nº 164/2023 (SIMP 000098-030/2023).

3.2.77 SEI Nº 19.21.0733.0031254/2023-94. ORIGEM: 2ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE BOM JESUS. ASSUNTO: PRORROGAÇÃO DE PRAZO DO PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO SIMP 000009-081/2022.

3.2.78 SEI Nº 19.21.0144.0031260/2023-37. ORIGEM: PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE INHUMA. ASSUNTO: INSTAURAÇÃO DO PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO SIMP 000466-230/2023.

3.2.79 SEI Nº 19.21.0103.0031262/2023-16. ORIGEM: 12ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE TERESINA. ASSUNTO: INSTAURAÇÃO DO PROCEDIMENTO PREPARATÓRIO Nº 56/2023 (SIMP 000149-027/2023).

3.2.80 SEI Nº 19.21.0625.0031265/2023-59. ORIGEM: 2ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE VALENÇA DO PIAUÍ. ASSUNTO: CONVERSÃO DA NOTÍCIA DE FATO Nº 08/2023 (SIMP 000021-177/2023) EM INQUÉRITO CIVIL Nº 08/2023.

3.2.81 SEI Nº 19.21.0707.0031272/2023-95. ORIGEM: 2ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE OEIRAS. ASSUNTO: CONVERSÃO DO INQUÉRITO CIVIL EM PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO Nº 10/2023 (SIMP 000028-107/2020).

3.2.82 SEI Nº 19.21.0254.0031274/2023-46. ORIGEM: PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE DEMERVAL LOBÃO. ASSUNTO: ARQUIVAMENTO DA NOTÍCIA DE FATO Nº 39/2023 (SIMP 000635-150/2023).

3.2.83 SEI Nº 19.21.0707.0031277/2023-57. ORIGEM: 2ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE OEIRAS. ASSUNTO: INSTAURAÇÃO DO PROCEDIMENTO PREPARATÓRIO DE INQUÉRITO CIVIL Nº 66/2023 (SIMP 000045-107/2023).

3.2.84 SEI Nº 19.21.0707.0031282/2023-19. ORIGEM: 2ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE OEIRAS. ASSUNTO: INSTAURAÇÃO DO PROCEDIMENTO PREPARATÓRIO DE INQUÉRITO CIVIL Nº 68/2023 (SIMP 000051-107/2023).

3.2.85 SEI Nº 19.21.0707.0031291/2023-67. ORIGEM: 2ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE OEIRAS. ASSUNTO: PRORROGAÇÃO DE PRAZO DO PROCEDIMENTO PREPARATÓRIO DE INQUÉRITO CIVIL Nº 30/2023 (SIMP 000173-107/2022).

3.2.86 SEI Nº 19.21.0707.0031292/2023-40. ORIGEM: 2ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE OEIRAS. ASSUNTO: PRORROGAÇÃO DE PRAZO DO PROCEDIMENTO PREPARATÓRIO DE INQUÉRITO CIVIL Nº 38/2023 (SIMP 000192-107/2022).

3.2.87 SEI Nº 19.21.0225.0031193/2023-49. ORIGEM: 2ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE JOSÉ DE FREITAS. ASSUNTO: INSTAURAÇÃO DO PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO Nº 19/2023 (SIMP 000826-059/2023).

3.2.88 SEI Nº 19.21.0225.0031229/2023-47. ORIGEM: 2ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE JOSÉ DE FREITAS. ASSUNTO: ARQUIVAMENTO DO INQUÉRITO CIVIL Nº 003/2018 (SIMP 000152-059/2018).

3.2.89 SEI Nº 19.21.0225.0031231/2023-90. ORIGEM: 2ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE JOSÉ DE FREITAS. ASSUNTO: ARQUIVAMENTO DO PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO Nº 016/2023 (SIMP 000724-059/2023).

3.2.90 SEI Nº 19.21.0706.0031287/2023-93. ORIGEM: 1ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE PARNAÍBA. ASSUNTO: PRORROGAÇÃO DE PRAZO DO INQUÉRITO CIVIL SIMP 001945-369/2020.

3.2.91 SEI Nº 19.21.0707.0031297/2023-02. ORIGEM: 2ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE OEIRAS. ASSUNTO: PRORROGAÇÃO DE PRAZO DO PROCEDIMENTO PREPARATÓRIO DE INQUÉRITO CIVIL Nº 32/2023 (SIMP 000197-107/2022).

3.2.92 SEI Nº 19.21.0707.0031302/2023-61. ORIGEM: 2ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE OEIRAS. ASSUNTO: PRORROGAÇÃO DE PRAZO DO INQUÉRITO CIVIL Nº 04/2020 (SIMP 000388-107/2019).

3.2.93 SEI Nº 19.21.0088.0031305/2023-50. ORIGEM: 24ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE TERESINA. ASSUNTO: PRORROGAÇÃO DE PRAZO DO INQUÉRITO CIVIL SIMP 000009-172/2017.

3.2.94 SEI Nº 19.21.0624.0031307/2023-07. ORIGEM: 2ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE SÃO JOÃO DO PIAUÍ. ASSUNTO: PRORROGAÇÃO DE PRAZO DO INQUÉRITO CIVIL Nº 010/2021 (SIMP 000360-310/2020).

3.2.95 SEI Nº 19.21.0707.0031314/2023-28. ORIGEM: 2ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE OEIRAS. ASSUNTO: INSTAURAÇÃO DO PROCEDIMENTO PREPARATÓRIO DE INQUÉRITO CIVIL Nº 70/2023 (SIMP 000043-107/2023).

3.2.96 SEI Nº 19.21.0624.0031312/2023-66. ORIGEM: 2ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE SÃO JOÃO DO PIAUÍ. ASSUNTO: PRORROGAÇÃO DE PRAZO DO INQUÉRITO CIVIL Nº 009/2021 (SIMP 000810-310/2020).

3.2.97 SEI Nº 19.21.0214.0031322/2023-29. ORIGEM: PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE PADRE MARCOS. ASSUNTO: ARQUIVAMENTO DO PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO Nº 02/2022 (SIMP 000167-292/2022).

3.2.98 SEI Nº 19.21.0707.0031325/2023-22. ORIGEM: 2ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE OEIRAS. ASSUNTO: PRORROGAÇÃO DE PRAZO DO PROCEDIMENTO PREPARATÓRIO DE INQUÉRITO CIVIL Nº 34/2023 (SIMP 000195-107/2022).

3.2.99 SEI Nº 19.21.0088.0031329/2023-81. ORIGEM: 24ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE TERESINA. ASSUNTO: PRORROGAÇÃO DE PRAZO DO INQUÉRITO CIVIL SIMP 000181-172/2018.

3.2.100 SEI Nº 19.21.0707.0031331/2023-54. ORIGEM: 2ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE OEIRAS. ASSUNTO: PRORROGAÇÃO DE PRAZO DO PROCEDIMENTO PREPARATÓRIO DE INQUÉRITO CIVIL Nº 36/2023 (SIMP 000196-107/2022).

3.2.101 SEI Nº 19.21.0088.0031334/2023-43. ORIGEM: 24ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE TERESINA. ASSUNTO: PRORROGAÇÃO DE PRAZO DO INQUÉRITO CIVIL SIMP 000096-172/2019.

3.2.102 SEI Nº 19.21.0700.0031347/2023-18. ORIGEM: 7ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE PICOS. ASSUNTO: PRORROGAÇÃO DE PRAZO DA NOTÍCIA DE FATO SIMP 002687-361/2023.

3.2.103 SEI Nº 19.21.0705.0031351/2023-29. ORIGEM: 3ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE PIRIPIRI. ASSUNTO: ARQUIVAMENTO DO PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO SIMP 001668-368/2022.

3.2.104 SEI Nº 19.21.0703.0031352/2023-32. ORIGEM: 2ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE BARRAS. ASSUNTO: ARQUIVAMENTO DO PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO Nº 68/2023 (SIMP 000764-138/2023).

3.2.105 SEI Nº 19.21.0144.0031362/2023-96. ORIGEM: 1ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE INHUMA. ASSUNTO: CONVERSÃO DO PROCEDIMENTO PREPARATÓRIO EM INQUÉRITO CIVIL Nº 02/2023 (SIMP 000384-230/2019).

3.2.106 SEI Nº 19.21.0243.0031356/2023-34. ORIGEM: 2ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE BOM JESUS. ASSUNTO: ARQUIVAMENTO DO PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO SIMP 000245-081/2019.

3.2.107 SEI Nº 19.21.0707.0031373/2023-84. ORIGEM: 2ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE OEIRAS. ASSUNTO: PRORROGAÇÃO DE PRAZO DO INQUÉRITO CIVIL Nº 90/2019 (SIMP 000355-107/2019).

3.2.108 SEI Nº 19.21.0731.0031354/2023-43. ORIGEM: 2ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE ALTOS. ASSUNTO: INSTAURAÇÃO DO INQUÉRITO CIVIL Nº 05/2023 (SIMP 000890-154/2023).

3.2.109 SEI Nº 19.21.0209.0031298/2023-73. ORIGEM: PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE ITAINÓPOLIS. ASSUNTO: ARQUIVAMENTO DO PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO SIMP 000284-267/2021.

3.2.110 SEI Nº 19.21.0160.0031374/2023-17. ORIGEM: 1ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE CRISTINO CASTRO. ASSUNTO: INSTAURAÇÃO DO PROCEDIMENTO PREPARATÓRIO DE INQUÉRITO CIVIL SIMP 000568-201/2022.

3.2.111 SEI Nº 19.21.0624.0031379/2023-03. ORIGEM: 2ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE SÃO JOÃO DO PIAUÍ. ASSUNTO: INSTAURAÇÃO DO PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO Nº 084/2023 (SIMP 000218-310/2023).

3.2.112 SEI Nº 19.21.0729.0031383/2023-66. ORIGEM: PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE CASTELO DO PIAUÍ. ASSUNTO: CONVERSÃO DA NOTÍCIA DE FATO NO PROCEDIMENTO PREPARATÓRIO Nº 010/2023 (SIMP 001091-435/2022).

3.2.113 SEI Nº 19.21.0064.0030979/2023-94. ORIGEM: 6ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE TERESINA. ASSUNTO: ARQUIVAMENTO DA NOTÍCIA DE FATO SIMP 000743-426/2023.

3.2.114 SEI Nº 19.21.0064.0021544/2023-20. ORIGEM: 6ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE TERESINA. ASSUNTO: ARQUIVAMENTO DA NOTÍCIA DE FATO SIMP 000002-046/2023.

3.2.115 SEI Nº 19.21.0707.0031391/2023-83. ORIGEM: 2ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE OEIRAS. ASSUNTO: INSTAURAÇÃO DO PROCEDIMENTO PREPARATÓRIO DE INQUÉRITO CIVIL Nº 72/2023 (SIMP 000048-107/2023).

3.2.116 SEI Nº 19.21.0340.0031408/2023-85. ORIGEM: GACEP. ASSUNTO: INSTAURAÇÃO DO PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO INTEGRADO Nº 21/2023 (SIMP 000218-225/2023).

3.2.117 SEI Nº 19.21.0729.0031421/2023-10. ORIGEM: PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE CASTELO DO PIAUÍ. ASSUNTO: PRORROGAÇÃO DE PRAZO DO INQUÉRITO CIVIL SIMP 000351-184/2017.

3.2.118 SEI Nº 19.21.0700.0031443/2023-45. ORIGEM: 7ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE PICOS. ASSUNTO: PRORROGAÇÃO DE PRAZO DA NOTÍCIA DE FATO SIMP 001191-426/2023.

3.2.119 SEI Nº 19.21.0706.0031449/2023-84. ORIGEM: 3ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE PARNAÍBA. ASSUNTO: ARQUIVAMENTO DA NOTÍCIA DE FATO SIMP 002331-369/2023.

3.2.120 SEI Nº 19.21.0707.0031453/2023-58. ORIGEM: 4ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE OEIRAS. ASSUNTO: INSTAURAÇÃO DO PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO Nº 68/2023 (SIMP 001091-105/2023).

3.2.121 SEI Nº 19.21.0705.0031455/2023-34. ORIGEM: 2ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE PIRIPIRI. ASSUNTO: ARQUIVAMENTO DO PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO Nº 20/2023 (SIMP 000825-368/2023).

3.2.122 SEI Nº 19.21.0735.0031461/2023-04. ORIGEM: 2ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE OEIRAS. ASSUNTO: CONVERSÃO DO PROCEDIMENTO PREPARATÓRIO EM INQUÉRITO CIVIL Nº 05/2023 (SIMP 000905-426/2022).

3.2.123 SEI Nº 19.21.0349.0031456/2023-12. ORIGEM: PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE SIMPLÍCIO MENDES. ASSUNTO: EXPEDIÇÃO DA RECOMENDAÇÃO Nº 32/2023 NO PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO SIMP 000702-237/2023.

3.2.124 SEI Nº 19.21.0204.0031478/2023-41. ORIGEM: 31ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE TERESINA. ASSUNTO: PRORROGAÇÃO DE PRAZO DO PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO Nº 37/2018 (SIMP 000082-003/2018).

3.2.125 SEI Nº 19.21.0209.0031467/2023-69. ORIGEM: PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE ITAINÓPOLIS. ASSUNTO: INSTAURAÇÃO DO PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO SIMP 000275-267/2023.

3.2.126 SEI Nº 19.21.0700.0031483/2023-32. ORIGEM: 1ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE PICOS. ASSUNTO: INSTAURAÇÃO DO PROCEDIMENTO PREPARATÓRIO DE INQUÉRITO CIVIL SIMP 001558-361/2023.

3.2.127 SEI Nº 19.21.0682.0031485/2023-54. ORIGEM: PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE PAULISTANA. ASSUNTO: ARQUIVAMENTO DO PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO SIMP 000117-189/2019.

3.2.128 SEI Nº 19.21.0167.0031487/2023-62. ORIGEM: 29ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE TERESINA. ASSUNTO: INSTAURAÇÃO DA NOTÍCIA DE FATO Nº 184/2023 (SIMP 000111-030/2023).

3.2.129 SEI Nº 19.21.0700.0031488/2023-91. ORIGEM: 1ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE PICOS. ASSUNTO: PRORROGAÇÃO DE PRAZO DO PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO Nº 027/2022 (SIMP 000055-088/2022).

3.2.130 SEI Nº 19.21.0349.0031489/2023-91. ORIGEM: PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE SIMPLÍCIO MENDES. ASSUNTO: CONVERSÃO DA NOTÍCIA DE FATO SIMP 000210-237/2023 EM PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO Nº 93/2023 (SIMP 000210-237/2023).

3.2.131 SEI Nº 19.21.0167.0031496/2023-13. ORIGEM: 29ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE TERESINA. ASSUNTO: INSTAURAÇÃO DA NOTÍCIA DE FATO Nº 185/2023 (SIMP 000144-383/2023).

3.2.132 SEI Nº 19.21.0682.0031500/2023-37. ORIGEM: PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE PAULISTANA. ASSUNTO: ARQUIVAMENTO DO PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO SIMP 000769-188/2022.

3.2.133 SEI Nº 19.21.0204.0031504/2023-18. ORIGEM: 31ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE TERESINA. ASSUNTO: INDEFERIMENTO DA REPRESENTAÇÃO Nº 2480/2023 (SIMP 001404-426/2023).

3.2.134 SEI Nº 19.21.0700.0031509/2023-09. ORIGEM: 1ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE PICOS. ASSUNTO: INSTAURAÇÃO DO PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO SIMP 001425-361/2023.

3.2.135 SEI Nº 19.21.0209.0031535/2023-76. ORIGEM: PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE ITAINÓPOLIS. ASSUNTO: INSTAURAÇÃO DO PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO Nº 027/2023 (SIMP 000038-267/2023).

3.2.136 SEI Nº 19.21.0340.0031540/2023-13. ORIGEM: GACEP. ASSUNTO: INSTAURAÇÃO DO PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO INTEGRADO Nº 14/2023 (SIMP 000211-225/2023).

3.2.137 SEI Nº 19.21.0167.0031543/2023-05. ORIGEM: 29ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE TERESINA. ASSUNTO: ARQUIVAMENTO DA NOTÍCIA DE FATO Nº 148/2023 (SIMP 001063-426/2023).

3.2.138 SEI Nº 19.21.0167.0031548/2023-64. ORIGEM: 29ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE TERESINA. ASSUNTO: CONVERSÃO DA NOTÍCIA DE FATO Nº 89/2023 (SIMP 000055-030/2023) NO PROCEDIMENTO PREPARATÓRIO DE INQUÉRITO CIVIL Nº 88/2023.

3.2.139 SEI Nº 19.21.0167.0031554/2023-96. ORIGEM: 29ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE TERESINA. ASSUNTO: CONVERSÃO DA NOTÍCIA DE FATO Nº 85/2023 (SIMP 000540-426/2023) NO PROCEDIMENTO PREPARATÓRIO DE INQUÉRITO CIVIL Nº 99/2023.

3.2.140 SEI Nº 19.21.0167.0031556/2023-42. ORIGEM: 29ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE TERESINA. ASSUNTO: INSTAURAÇÃO DA NOTÍCIA DE FATO Nº 186/2023 (SIMP 000112-030/2023).

3.2.141 SEI Nº 19.21.0340.0031562/2023-98. ORIGEM: GACEP. ASSUNTO: RECOMENDAÇÃO INTEGRADA Nº 05/2023 EXPEDIDA NOS AUTOS DO PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO INTEGRADO Nº 14/2023 (SIMP 000211-225/2023).

3.2.142 SEI Nº 19.21.0209.0031566/2023-15. ORIGEM: PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE ITAINÓPOLIS. ASSUNTO: CONVERSÃO DA NOTÍCIA DE FATO Nº 010/2023 EM INQUÉRITO CIVIL Nº 001/2023 (SIMP 000024-267/2023).

3.2.143 SEI Nº 19.21.0323.0031580/2023-61. ORIGEM: 1ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE PIRACURUCA. ASSUNTO: PRORROGAÇÃO DE PRAZO DO PROCEDIMENTO INVESTIGATÓRIO CRIMINAL Nº 001/2023 (SIMP 000204-173/2023).

3.2.144 SEI Nº 19.21.0209.0031572/2023-47. ORIGEM: PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE ITAINÓPOLIS. ASSUNTO: PRORROGAÇÃO DE PRAZO DOS PROCEDIMENTOS ADMINISTRATIVOS PA Nº 11/2022 (SIMP 000276-267/2022), PA Nº 014/2022 (SIMP 000280-267/2022) E PA Nº 013/2022 (SIMP 000278-267/2022).

3.2.145 SEI Nº 19.21.0707.0029355/2023-56. ORIGEM: 4ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE OEIRAS. ASSUNTO: INSTAURAÇÃO DO PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO Nº 63/2023 (SIMP 000098-109/2023).

3.2.146 SEI Nº 19.21.0707.0029391/2023-54. ORIGEM: 4ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE OEIRAS. ASSUNTO: INSTAURAÇÃO DO PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO Nº 65/2023 (SIMP 000057-109/2023).

3.2.147 SEI Nº 19.21.0328.0031584/2023-72. ORIGEM: PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE BENEDITINOS – ALTOS. ASSUNTO: INDEFERIMENTO DA INSTAURAÇÃO DE NOTÍCIA DE FATO SIMP 001295-154/2023.

3.2.148 SEI Nº 19.21.0707.0030818/2023-34. ORIGEM: 4ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE OEIRAS. ASSUNTO: INSTAURAÇÃO DO PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO Nº 67/2023 (SIMP 000029-109/2023).

3.2.149 SEI Nº 19.21.0340.0031585/2023-59. ORIGEM: GACEP. ASSUNTO: INSTAURAÇÃO DO INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO INTEGRADO Nº 003/2023 (SIMP 000220-225/2023).

3.2.150 SEI Nº 19.21.0328.0031587/2023-88. ORIGEM: PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE BENEDITINOS – ALTOS. ASSUNTO: ARQUIVAMENTO DA NOTÍCIA DE FATO SIMP 000151-154/2023.

3.2.151 SEI Nº 19.21.0094.0031595/2023-84. ORIGEM: PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE AMARANTE. ASSUNTO: ARQUIVAMENTO DO PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO Nº 16/2023 (SIMP 000230-194/2023).

3.2.152 SEI Nº 19.21.0085.0031597/2023-68. ORIGEM: PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE SIMÕES. ASSUNTO: ARQUIVAMENTO DO PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO Nº 10/2023 (SIMP 000289-186/2023).

3.2.153 SEI Nº 19.21.0707.0030833/2023-17. ORIGEM: 2ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE OEIRAS. ASSUNTO: PRORROGAÇÃO DE PRAZO DO PROCEDIMENTO PREPARATÓRIO DE INQUÉRITO CIVIL Nº 29/2023 (SIMP 000199-107/2022).

3.2.154 SEI Nº 19.21.0707.0030834/2023-87. ORIGEM: 2ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE OEIRAS. ASSUNTO: INSTAURAÇÃO DO PROCEDIMENTO PREPARATÓRIO DE INQUÉRITO CIVIL Nº 65/2023 (SIMP 000044-107/2023).

3.2.155 SEI Nº 19.21.0707.0030836/2023-33. ORIGEM: 2ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE OEIRAS. ASSUNTO: PRORROGAÇÃO DE PRAZO DO PROCEDIMENTO PREPARATÓRIO DE INQUÉRITO CIVIL Nº 33/2023 (SIMP 000183-107/2022).

3.2.156 SEI Nº 19.21.0707.0030837/2023-06. ORIGEM: 2ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE OEIRAS. ASSUNTO: PRORROGAÇÃO DE PRAZO DO PROCEDIMENTO PREPARATÓRIO DE INQUÉRITO CIVIL Nº 31/2023 (SIMP 000189-107/2022).

3.2.157 SEI Nº 19.21.0707.0030863/2023-80. ORIGEM: 2ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE OEIRAS. ASSUNTO: INSTAURAÇÃO DO PROCEDIMENTO PREPARATÓRIO DE INQUÉRITO CIVIL Nº 67/2023 (SIMP 000049-107/2023).

3.2.158 SEI Nº 19.21.0707.0030888/2023-84. ORIGEM: 2ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE OEIRAS. ASSUNTO: INSTAURAÇÃO DO PROCEDIMENTO PREPARATÓRIO DE INQUÉRITO CIVIL Nº 71/2023 (SIMP 000042-107/2023).

3.2.159 SEI Nº 19.21.0160.0031605/2023-85. ORIGEM: 1ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE CRISTINO CASTRO. ASSUNTO: PRORROGAÇÃO DE PRAZO DA NOTÍCIA DE FATO SIMP 000386-201/2023.

3.2.160 SEI Nº 19.21.0706.0031616/2023-37. ORIGEM: 6ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE PARNAÍBA. ASSUNTO: ARQUIVAMENTO DA NOTÍCIA DE FATO SIMP 002928-369/2023.

3.2.161 SEI Nº 19.21.0310.0031620/2023-49. ORIGEM: 2ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE URUÇUI. ASSUNTO: ARQUIVAMENTO DO PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO Nº 13/2020 (SIMP 000677-206/2019).

3.2.162 SEI Nº 19.21.0682.0031624/2023-84. ORIGEM: PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE PAULISTANA. ASSUNTO: CONVERSÃO DA NOTÍCIA DE FATO SIMP 000032-188/2023 EM PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO.

3.2.163 SEI Nº 19.21.0700.0031625/2023-78. ORIGEM: 2ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE PICOS. ASSUNTO: INSTAURAÇÃO DO PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO Nº 111/2023 (SIMP 003125-361/2023).

3.2.164 SEI Nº 19.21.0706.0031640/2023-68. ORIGEM: 7ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE PARNAÍBA. ASSUNTO: PRORROGAÇÃO DE PRAZO DA NOTÍCIA DE FATO SIMP 000139-369/2023.

3.2.165 SEI Nº 19.21.0708.0031646/2023-70. ORIGEM: 4ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE FLORIANO. ASSUNTO: PRORROGAÇÃO DE PRAZO DO INQUÉRITO CIVIL SIMP 000003-104/2022.

3.2.166 SEI Nº 19.21.0700.0031669/2023-54. ORIGEM: 6ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE PICOS. ASSUNTO: ARQUIVAMENTO DO PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO SIMP 000101-361/2023.

3.2.167 SEI Nº 19.21.0700.0031673/2023-43. ORIGEM: 2ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE PICOS. ASSUNTO: PRORROGAÇÃO DE PRAZO DO PROCEDIMENTO SIMP 002368-361/2021.

3.2.168 SEI Nº 19.21.0682.0031678/2023-81. ORIGEM: PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE PAULISTANA. ASSUNTO: CONVERSÃO DA NOTÍCIA DE FATO SIMP 000105-188/2023 EM PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO.

3.2.169 SEI Nº 19.21.0340.0031675/2023-54. ORIGEM: GACEP. ASSUNTO: INSTAURAÇÃO DO PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO INTEGRADO Nº 15/2023 (SIMP 000221-225/2023).

3.2.170 SEI Nº 19.21.0417.0031686/2023-57. ORIGEM: GERCOG. ASSUNTO: ARQUIVAMENTO DO PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO DE ACOMPANHAMENTO DE POLÍTICAS PÚBLICAS Nº 001/2023 (SIMP 000003-214/2023).

3.2.171 SEI Nº 19.21.0186.0024688/2023-20. ORIGEM: GAEJ. ASSUNTO: ARQUIVAMENTO DO PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO SIMP 000053-445/2023.

3.2.172 SEI Nº 19.21.0729.0031680/2023-98. ORIGEM: 1ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE CASTELO DO PIAUÍ. ASSUNTO: PRORROGAÇÃO DE PRAZO DA NOTÍCIA DE FATO SIMP 000342-184/2023.

3.2.173 SEI Nº 19.21.0731.0031737/2023-81. ORIGEM: 1ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE ALTOS. ASSUNTO: ARQUIVAMENTO DO PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO SIMP 001473-154/2022.

3.2.174 SEI Nº 19.21.0703.0031738/2023-86. ORIGEM: 2ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE BARRAS. ASSUNTO: ARQUIVAMENTO DO PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO Nº 61/2020 (SIMP 000097-140/2020).

3.2.175 SEI Nº 19.21.0700.0031742/2023-23. ORIGEM: 2ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE PICOS. ASSUNTO: PRORROGAÇÃO DE PRAZO DO PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO SIMP 002166-361/2021.

3.2.176 SEI Nº 19.21.0729.0031744/2023-19. ORIGEM: 1ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE CASTELO DO PIAUÍ. ASSUNTO: CONVERSÃO DO PROCEDIMENTO PREPARATÓRIO Nº 03/2023 EM INQUÉRITO CIVIL Nº 09/2023 (SIMP 001641-435/2021).

3.2.177 SEI Nº 19.21.0340.0031750/2023-66. ORIGEM: GACEP. ASSUNTO: INSTAURAÇÃO DO PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO INTEGRADO Nº 20/2023 (SIMP 000222-225/2023).

3.2.178 SEI Nº 19.21.0118.0031756/2023-33. ORIGEM: 49ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE TERESINA. ASSUNTO: PRORROGAÇÃO DE PRAZO DO PROCEDIMENTO PREPARATÓRIO Nº 016/2023 (SIMP 000300-426/2023).

3.2.179 SEI Nº 19.21.0254.0031764/2023-08. ORIGEM: PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE DEMERVAL LOBÃO. ASSUNTO: JUDICIALIZAÇÃO DE MEDIDAS FRENTE AO OBJETO DE ACOMPANHAMENTO DO PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO Nº 06/2023 (SIMP 000014-150/2023).

3.2.180 SEI Nº 19.21.0729.0031765/2023-34. ORIGEM: 1ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE CASTELO DO PIAUÍ. ASSUNTO: ARQUIVAMENTO DO PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO SIMP 000091-184/2022.

3.2.181 SEI Nº 19.21.0349.0031772/2023-16. ORIGEM: PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE SIMPLÍCIO MENDES. ASSUNTO: EXPEDIÇÃO DA RECOMENDAÇÃO Nº 33/2023 NO ÂMBITO DO PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO SIMP 000704-237/2023.

3.2.182 SEI Nº 19.21.0130.0031771/2023-30. ORIGEM: 21ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE TERESINA. ASSUNTO: ARQUIVAMENTO DO PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO Nº 49/2022 (SIMP 000118-340/2022).

3.2.183 SEI Nº 19.21.0340.0031773/2023-27. ORIGEM: GACEP. ASSUNTO: INSTAURAÇÃO DO PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO INTEGRADO Nº 17/2023 (SIMP 000217-225/2023).

3.2.184 SEI Nº 19.21.0729.0031779/2023-44. ORIGEM: 3ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE CAMPO MAIOR. ASSUNTO: ARQUIVAMENTO DO PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO Nº 005/2023 (SIMP 001907-435/2022).

3.2.185 SEI Nº 19.21.0340.0031791/2023-26. ORIGEM: GACEP. ASSUNTO: ARQUIVAMENTO DO PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO DE AUXÍLIO Nº 09/2021 (SIMP 000103-225/2021).

3.2.186 SEI Nº 19.21.0706.0031803/2023-32. ORIGEM: 1ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE PARNAÍBA. ASSUNTO: PRORROGAÇÃO DE PRAZO DA NOTÍCIA DE FATO SIMP 000144-426/2023.

3.2.187 SEI Nº 19.21.0085.0031805/2023-78. ORIGEM: PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE SIMÕES. ASSUNTO: PRORROGAÇÃO DE PRAZO DO PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO Nº 07/2020 (SIMP 000495-186/2019).

3.2.188 SEI Nº 19.21.0208.0031811/2023-11. ORIGEM: 33ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE TERESINA. ASSUNTO: PRORROGAÇÃO DE PRAZO DO INQUÉRITO CIVIL SIMP 000020-029/2019.

3.2.189 SEI Nº 19.21.0700.0031840/2023-93. ORIGEM: 6ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE PICOS. ASSUNTO: ARQUIVAMENTO DO PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO SIMP 000099-361/2023.

3.2.190 SEI Nº 19.21.0160.0031843/2023-61. ORIGEM: 1ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE CRISTINO CASTRO. ASSUNTO: PRORROGAÇÃO DE PRAZO DA NOTÍCIA DE FATO SIMP 000387-201/2023.

3.2.191 SEI Nº 19.21.0160.0031847/2023-50. ORIGEM: 1ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE CRISTINO CASTRO. ASSUNTO: PRORROGAÇÃO DE PRAZO DA NOTÍCIA DE FATO SIMP 000390-201/2023.

3.2.192 SEI Nº 19.21.0700.0031851/2023-87. ORIGEM: 6ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE PICOS. ASSUNTO: ARQUIVAMENTO DO PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO SIMP 000015-426/2023.

3.2.193 SEI Nº 19.21.0204.0031845/2023-26. ORIGEM: 31ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE TERESINA. ASSUNTO: ARQUIVAMENTO DO PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO Nº 11/2023 (SIMP 000010-003/2023).

3.2.194 SEI Nº 19.21.0729.0031858/2023-45. ORIGEM: PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE CASTELO DO PIAUÍ. ASSUNTO: CONVERSÃO DA NOTÍCIA DE FATO NO PROCEDIMENTO PREPARATÓRIO SIMP 001395-435/2022.

3.2.195 SEI Nº 19.21.0310.0031857/2023-52. ORIGEM: 2ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE URUÇUÍ. ASSUNTO: CONVERSÃO DO PROCEDIMENTO PREPARATÓRIO DE INQUÉRITO CIVIL Nº 04/2023 (SIMP 000124-206/2023) NO INQUÉRITO CIVIL Nº 10/2023.

3.2.196 SEI Nº 19.21.0706.0031867/2023-50. ORIGEM: 3ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE PARNAÍBA. ASSUNTO: ARQUIVAMENTO DA NOTÍCIA DE FATO SIMP 002334-369/2023.

4. ASSUNTOS INSTITUCIONAIS

5. SOLENIDADE DE POSSE DOS PROMOTORES DE JUSTIÇA REMOVIDOS POR PERMUTA NA 1383ª SESSÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO.

O PRESIDENTE DECLARA ENCERRADA A PRESENTE SESSÃO ORDINÁRIA.

EU, EVERÂNGELA ARAÚJO BARROS PARENTE, SECRETÁRIA DO CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO, LAVREI O PRESENTE EXTRATO DE ATA, QUE SERÁ PUBLICADO APÓS APROVAÇÃO.

CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO, EM TERESINA (PI), 22 DE SETEMBRO DE 2023.